

SÉRIE

Desenvolvimento Regional em Perspectiva

SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO

www.unifacef.com.br



ISBN 978-858740683-5



Uni-FACEF
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA

Franca/SP - 2014



Desenvolvimento Regional em Perspectiva **SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO**

Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
GEDE – Grupo de Estudos em Desenvolvimento

Série Desenvolvimento Regional em Perspectiva

SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO

Melissa Franchini Cavalcanti Bandos
Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira
(Organizadoras)

ISBN 978-85-87406-83-5

FRANCA-SP

2014



Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca - Corpo Diretivo 2014

REITOR

Prof. Dr. Alfredo José Machado Neto

VICE-REITOR

Prof. Dr. Paulo de Tarso Oliveira

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Dr. José Alfredo de Pádua Guerra

PRÓ-REITORA ACADÊMICA

Profa. Dra. Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO

Profa. Dra. Melissa Franchini Cavalcanti Bandos

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Prof. Dr. Silvio Carvalho Neto

COORDENADORA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO-SENSU

Profa. Dra. Bárbara Fadel

ASSESSOR JURÍDICO

Prof. Ms. Paulo Sérgio Moreira Guedine

ASSESSORA DE DIFUSÃO CULTURAL

Alba Valéria Penteado Orsolini

COORDENADORA DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO e RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Profa. Dra. Marinês Santana Justo Smith

COORDENADORA PEDAGÓGICA

Profa. Ms. Regina Helena de Almeida Durigan

COORDENADOR DE MARKETING

Prof. Ms. Clésio Antônio Dourado

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Ms. Francismar Monteiro

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Prof. Ms. Orivaldo Donzelli

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Profª. Ms. Ana Tereza Jacinto Teixeira

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Prof. Ms. Paulo Anderson Cinti

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO / ENGENHARIA CIVIL

Prof Ms. Antônio Carlos T. Bettarello

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE LETRAS

Profa. Dra Ana Lúcia F. Campos-Toscano

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA

Profa. Dra Sílvia Regina Viel

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Profª. Dndª. Maria Cherubina de Lima Alves

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Prof. Dr. Daniel Facciolo Pires

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE TURISMO

Profa. Ms. Tatiana Iuri Yamassaki da Silva



Desenvolvimento Regional em Perspectiva **SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO**

Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
GEDE – Grupo de Estudos em Desenvolvimento

Série Desenvolvimento Regional em Perspectiva

SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO

Melissa Franchini Cavalcanti Bandos
Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira
(Organizadoras)

ISBN 978-85-87406-83-5

FRANCA-SP

2014



Desenvolvimento Regional em Perspectiva

SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO

© 2014 dos autores

Direitos de Publicação Uni-FACEF Centro Universitário de Franca
www.unifacef.com.br

Capa: Silvio Carvalho Neto / Valdemar Lespinasse Júnior

O CONTEÚDO DOS ARTIGOS PUBLICADOS NESTE LIVRO É DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES DO RESPECTIVO ARTIGO

B169s Bandos, Melissa Franchini Cavalcanti (Org.)
Sociedade e desenvolvimento. / Melissa Franchini Cavalcanti
Bandos; Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira (orgs.). – Franca (SP):
Uni-FACEF, 2014.
228p.; il.
Série - Desenvolvimento Regional em Perspectiva .

ISBN: 978-85-87406-83-5

1.Desenvolvimento Econômico. 2.Desenvolvimento
humano - social. 3.Políticas públicas. 4.Educação. 5.Tecnologia.
7.Pesquisa. I.T.

CDD 338.98161

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos do autor (lei 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal. Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora Uni-FACEF Centro Universitário de Franca
Associada à ABEC – Associação Brasileira de Editores Científicos



Apresentação

Discutir a temática *sociedade* é adotar uma postura proativa que mantém muitos pesquisadores participantes e atentos às políticas públicas, às inovações e à construção do conhecimento que permeiam o cotidiano.

Nesse sentido, no presente livro, *Sociedade e Desenvolvimento*, são apresentadas discussões contemporâneas, dando oportunidade a pesquisadores apresentarem a correlação *sociedade, desenvolvimento e interdisciplinaridade*, em abordagens sobre educação, políticas públicas, assistência social, qualidade de vida, gênero, sustentabilidade e qualidade de vida.

Os autores demonstraram os métodos de pesquisa no viés da interdisciplinaridade, destacando-a como elemento de pesquisa e de produção de conhecimento, em prol das comunidades locais e regionais. Observa-se que somente a constante investigação científica permite a intervenção no meio em que se vive, pois o tempo e o espaço são dinâmicos, assim como as experiências e vivências humanas.

Dessa forma, o objetivo desta obra é estabelecer diálogos e a construção de sentido, responsabilidade e atuação de pesquisadores, militantes do presente e empreendedores do futuro.

Boa leitura.

Profª Drª Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira

Profª Drª Melissa Franchini Cavalcanti Bandos

Comissão Científica

Profª Drª Barbara Fadel (Uni-FACEF/ UNESP)
Prof. Dr. Silvio Carvalho Neto (Uni-FACEF)
Profª Drª Melissa F. Cavalcanti Bandos (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Paulo de Tarso Oliveira (Uni-FACEF)
Profª Drª Sheila F. Pimenta e Oliveira (Uni-FACEF)
Profª Drª Marines S. J. Smith (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Alfredo José Machado Neto (Uni-FACEF)
Profª Drª Daniela de Figueiredo Ribeiro (Uni-FACEF)
Profª Drª Maria Zita Figueiredo Gera (Uni-FACEF)
Profª Drª Patricia do Espirito Santo (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Daniel F. Pires (Uni-FACEF)
Prof. Dr. José Alfredo de Pádua Guerra (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Fernando C. de Almeida (FEA/USP)
Profª Drª Marta L. Pomim Valentim (UNESP)
Profª Drª Helena Carvalho de Lorenzo (UNIARA)
Prof. Dr. Célio Bertelli (Uni-FACEF)

Sumário

CIDADANIA, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONDIÇÃO DE AGENTE: UMA ABORDAGEM A PARTIR DE AMARTYA SEN	8
A INTERDISCIPLINARIDADE NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM UNIVERSIDADES: RECORTES EM TEMPO E ESPAÇO	21
A PSICOLOGIA JURÍDICA SOB A PERCEPÇÃO DOS DISCENTES DE DIREITO: EM UMA INSTITUIÇÃO DO INTERIOR DE SÃO PAULO	37
A RELEVÂNCIA DO CONHECIMENTO E PRÁTICAS DE GESTÃO PARA A GERAÇÃO DE RESULTADOS EM UMA ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL	43
A VELHA DOENÇA E A NOVA SAÚDE: SERVIÇO SOCIAL NO AMBIENTE HOSPITALAR	53
DESENVOLVIMENTO LOCAL COM ÊNFASE NA QUALIDADE DE VIDA: SUBSÍDIOS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS	65
FORÇAS MOTRIZES: IDENTIFICANDO EVENTOS QUE PODEM INFLUENCIAR O UNI-FACEF – CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA	74
GESTÃO DE PESSOAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UM LEVANTAMENTO JUNTO AOS MUNICÍPIOS DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO DA BAIXA MOGIANA - AMOG	92
GESTÃO DOS SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ALÉM DO BEM ESTAR HUMANO?	101
HOMOSSEXUAIS FRANCANOS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	112
IPTU COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL: ISENÇÃO PARA APOSENTADOS – UMA ANÁLISE LEGISLATIVA EM 05 (CINCO) MUNICÍPIOS PAULISTAS E A SUSTENTABILIDADE DESSA POLÍTICA..	123
MULHERES NEGRAS E EDUCAÇÃO: DESCONSTRUINDO ESTEREÓTIPOS	141
O ESPAÇO COMUNITÁRIO DAS ILPI: A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA COMO FORMA DE AÇÃO COMPLEMENTAR PARA A EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	150
O IDOSO CATADOR: QUEM SOU EU? CADÊ MEUS DIREITOS?	174
PROGRAMAS DE HABITAÇÃO SOCIAL: PROJETOS E DESENVOLVIMENTO URBANO NAS CIDADES DE FRANCA/BRASIL E PRAIA/CABO VERDE (2009-2013)	185
PROPOSTA DE UM MODELO PARA LEVANTAMENTO DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PARA A INDÚSTRIA CALÇADISTA	193
QUALIDADE DE VIDA E BEM ESTAR SOCIAL, UMA DISCUSSÃO SOBRE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO	207
REDES SOCIAIS – PROTAGONISMO DA MULTIDÃO E AS NOVAS FORMAS DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL: UMA ANÁLISE DO TRABALHO DOS COLETIVOS.....	215



CIDADANIA, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONDIÇÃO DE AGENTE: UMA ABORDAGEM A PARTIR DE AMARTYA SEN

Neuro José Zambam
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS
neurojose@hotmail.com; nzambam@imed.edu.br

Marlon Kamphorst
Faculdade Meridional – IMED de Passo Fundo
marlon@sicalnet.com.br

1 Introdução

A observação da história da humanidade oferece a oportunidade de perceber a evolução de inúmeros aspectos, situações e concepções que orientam o agir humano seja nas relações pessoais e na sociedade, seja em outros contextos, como, por exemplo, na estruturação das políticas sociais. Essa abordagem tem como objetivo principal oportunizar a compreensão do pensamento de Amartya Sen, a partir da concepção de pessoa, especificamente a condição de agente, da sua inserção nas sociedades democráticas, bem como da estruturação de políticas de desenvolvimento. Sen é um pensador com reconhecimento universal pela sua trajetória política, pela sua tradição acadêmica e por estar comprometido com demandas históricas as quais são responsáveis pela construção da identidade social dos cidadãos. Pode-se afirmar a sua capacidade de influenciar a organização social em prol da realização humana e melhoria dos índices de desenvolvimento.

A evolução do conceito de pessoa demonstra, historicamente, a nossa capacidade de construir um horizonte de compreensão com referenciais bem fundamentados que contemplam a realização individual, as condições de bem-estar social, a inserção política e o poder de tomar decisões relevantes. Da herança grega, herdou-se a idéia de democracia e a identidade da pessoa associada ao poder de participação e decisão na cidade, isto é, o cidadão ateniense é o responsável pela sua cidade que dele depende e para esse se volta. Restrita aos homens mais influentes e com posses, excluídos os escravos, as mulheres e os estrangeiros, o cidadão é a marca de uma sociedade que busca o equilíbrio da sua organização.

Do período medieval, tem-se como legado a certeza da igualdade entre todas as pessoas porque, na condição de filhos de Deus, os homens têm a mesma origem e não podem ser classificados em graus de desigualdade. Qual pai selecionaria os seus filhos em ordens de preferência ou valor? Nessa linha de pensamento, o Estado tem a missão e o compromisso de promover o bem-comum. Essa dimensão oferece à humanidade condições para eleger a pessoa como fundamento das suas organizações e instituições.

Contudo, é na modernidade que ocorre o alargamento da compreensão da pessoa como sujeito de direitos. Essa concepção é essencial para a contextualização da ordem democrática, a definição da missão do Estado, a estrutura legal como referência segura para o ordenamento social, o aprimoramento das políticas sociais e, especialmente, a prioridade dos direitos como garantia das condições de justiça e equidade social. Por esse motivo, a tradição identificou a pessoa como fim em si.

A herança kantiana imprimiu essa característica com as condições de dinamizar a organização social, pensar a pessoa e as condições de existência e de bem-estar sem a possibilidade de reduzir o Homem à condição de objeto ou sua utilização como meio para fins individualistas ou corporativos.

Entretanto a efetivação dos objetivos destacados continua como uma meta a ser alcançada. As ameaças estão relacionadas às desigualdades sociais e à instrumentalização das instituições que reduzem a pessoa e o seu agir a um plano secundário. A introdução da condição de agente por Amartya Sen, como referência para a avaliação da realização humana, do equilíbrio social e das políticas sociais, quando efetivada, simboliza a necessidade de a sociedade criar as condições para que os cidadãos participem ativamente da estruturação da sociedade, exerçam a sua liberdade e desenvolvam as capacidades essenciais em vista desse objetivo.

A metodologia utilizada para essa abordagem é a investigativo bibliográfica com a eleição de obras específicas de Sen para fundamentar o conceito de pessoa, as políticas de desenvolvimento e sua avaliação, assim como, oferecer uma reflexão sobre as condições para que uma pessoa atue na sociedade e exerça a cidadania. O acelerado processo de globalização, a integração dos povos e nações demanda construção de concepções e proposições universalistas, isto é, não restritas aos domínios de fronteiras nacionais ou de interesses corporativos ou de matriz imperialista.

A escolha de temas relevantes e a eleição de obras ou artigos de maior repercussão permite especificar a fundamentação e concentrar a atenção em determinados itens a fim de oferecer ao leitor os indicativos mais importantes para a compreensão do conjunto da obra e do autor que está sendo apresentado. Essa é uma dinâmica que convida para o exercício do método indutivo caso o seu interesse seja a contextualização e o aprofundamento de outros temas ou obras específicas.

A seleção, seja dos escritos seja das abordagens prioritárias, implica a preferência de quem a propõe segundo seus interesses. Essa é uma atitude que carrega o contexto e as metas previamente concebidas. Nesse caso, elegeram-se três indicativos que compõem a relação com as condições de justiça em sociedades comprometidas com o sistema democrático. A posterior investigação dependerá do interesse de quem se propõe abordar outras dimensões que correspondam a sua área de interesse. Entende-se a construção do conhecimento como um compromisso político e didático-pedagógico, pois oportuniza a realização humana e da equidade social num ir e vir entre a postura egoísta (especialmente na autocrítica) e altruísta.

Esse artigo está dividido em quatro capítulos. O primeiro aborda a trajetória de Amartya Sen com destaque às principais obras e temas que estão presentes nos escritos, o que instrumentalizará o iniciante na inserção e compreensão do conjunto dos interesses do autor e dos objetivos que pretende debater ou propor. O segundo apresenta a compreensão de democracia como condição para a efetivação da justiça e o debate sobre os temas mais importantes da sociedade. A partir desse argumento, verifica-se que a necessidade de seu aprimoramento é essencial para a avaliação das condições de justiça e a caracteriza como a maior conquista da humanidade do Século XX. O terceiro apresenta o conceito de pessoa ou cidadão na condição de agente.

A atuação na sociedade e o desenvolvimento das capacidades mais importantes sedimentam uma ação ativa e influente no contexto social. Finalmente, abordou-se a concepção de desenvolvimento a partir do valor moral substantivo da liberdade, pois uma sociedade desenvolvida promove as liberdades e, estas, são condição para a justiça. Em outras palavras, uma sociedade justa é livre e, quanto mais liberdade, maiores são as condições de eficácia, eficiência e efetividade da justiça.

2 Vida e obra de Amartya Kumar Sen

Nasceu em 1933 na cidade de Shantinikatan, em Bengala Ocidental. Nesse período esse território pertencia à Índia. Posteriormente, ainda criança, mudou-se para a Índia. Sua formação superior inicialmente concentrou-se na área das Ciências Econômicas e, em seguida, em outros campos como a filosofia, sociologia e antropologia.

Em 1952 viaja para a Inglaterra, onde estuda Economia na Universidade de Cambridge. Após esse período, retorna à Índia e oferece inúmeras conferências sobre temas relacionados à economia e torna-se professor da Escola de Economia de Delhi.

A sua trajetória acadêmica inclui a Índia, os Estados Unidos e a Inglaterra. Destaca-se, nesse contexto, o fato relevante de ter sido o primeiro professor não britânico a ocupar a posição de professor titular do Trinity College, no Reino Unido.

O reconhecimento da relevância das suas pesquisas e da trajetória acadêmica em nível mundial ocorreu em 1988 quando foi agraciado com o Prêmio Nobel de Economia. Amartya Sen esteve no Brasil em 2012 onde proferiu importantes conferências sobre justiça, democracia, esperança e avaliação dos níveis de pobreza em São Paulo e Porto Alegre em eventos denominados Fronteiras do Pensamento.

Na condição de conferencista, Sen debateu e publicou seus estudos em muitos países. Além da sua terra natal, Índia, e nos do Eixo Europeu e Americano, o fez no Chile, no Oriente Médio e na África.

Os escritos de Sen são uma composição vasta de artigos publicados em jornais, revistas e *online* de diferentes áreas e um acervo numeroso de obras impressas (livros). Os temas relacionados à fundamentação da democracia, medidas de pobreza, valor moral da liberdade, relação entre as culturas e políticas de desenvolvimento dominam as abordagens mais significativas e com maior repercussão.

A sua contribuição nas áreas das políticas de desenvolvimento e das medidas de pobreza alcançou o destaque mais importante por ocasião da criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) adotado em inúmeros países como um método para avaliação das políticas sociais do qual Sen é um dos principais idealizadores. Esse é um mecanismo alternativo ao chamado Nível de Pobreza cujas medidas estão atreladas ao acesso a bens e ao rendimento econômico das pessoas.

O Brasil quando avalia suas políticas sociais, especificamente os efeitos e a contribuição do Programa Bolsa Família, para a diminuição das desigualdades sociais e o equilíbrio das relações sociais adota preferencialmente o IDH. Este inclui variáveis sobre acesso à educação, saúde, segurança, direitos políticos, liberdade de informação e exercício das liberdades.

Atualmente, Sen é professor em Harvard. Em 2011, foi um dos fundadores do Instituto Mundial de Pesquisa em Economia do Desenvolvimento. As suas obras estão traduzidas em mais de 30 idiomas.

Entre as suas publicações mais importantes, destacam-se: *Poverty and faminess* (não traduzido no Brasil); Desenvolvimento como liberdade; Sobre ética e economia; Desigualdade reexaminada; As pessoas em primeiro Lugar (em co-autoria com Bernardo Kliksberg) e A ideia de justiça.

O seu livro mais conhecido no mundo, segundo alguns comentadores, é *Poverty and faminess* publicado em 1981 (Pobres e Famintos: um ensaio sobre direito e privação), no qual retrata com perspicácia as pesquisas sobre a fome no mundo, analisando especificamente, as fomes coletivas na Índia, Etiópia, Bangladesh e em regiões da África.

A leitura dessa obra revela a riqueza de suas análises empíricas confrontadas com as teorias econômicas dominantes no mundo e a sua efetivação nas localidades citadas. Sob igual critério, menciona a relação com os sistemas de governo em curso naqueles países, a ausência de democracia e participação pública. As contradições que Sen denuncia indicam para a necessidade de debater e reconfigurar constantemente a democracia e assumi-la como um valor moral para as sociedades contemporâneas.

Percebe-se a preocupação de Sen com as questões da justiça, a denúncia que evidencia a existência abundante de alimentos no mundo e a negação de acesso a parcelas significativas de pessoas, o conhecimento dessa obra é essencial para debater com segurança e lucidez programas sociais e políticas de superação da pobreza como as que estão em curso no Brasil.

O aumento da fome no mundo está relacionado à ausência de liberdade. A análise da última fome coletiva na Índia que dizimou incontáveis vidas humanas, somou-se à manutenção das exportações de alimentos para abastecer o mercado inglês.

A afirmação de Sen, a partir de suas análises empíricas, que não ocorrem fomes coletivas ou similares em sociedades democráticas com liberdade de expressão, participação e decisão demonstra a riqueza do pensamento desse autor, assim como, a sua atualidade. Nesse estudo está a expressão genuína da identidade desse renomado pensador.

Os demais livros e artigos introduzem o leitor numa abordagem que integra políticas de desenvolvimento, os escritos mais recentes estão inseridos na preocupação com a sustentabilidade, o conceito e o valor da pessoa, o direito das culturas e os fundamentos da teoria da justiça, especialmente na sua obra mais recente.

Ao acessar o conjunto da obra é decisivo compreender a liberdade como um valor moral substantivo. Essa é um argumento que orienta a composição deste estudo. A trajetória de exposição do pensamento de Sen pode ser sintetizada como uma profissão de fé na liberdade¹. Com a mesma intensidade se pode afirmar o compromisso de Sen com a identidade, o fortalecimento e a expansão da democracia como condição para a diminuição das gritantes desigualdades sociais.

Nesse ensejo, para Sen, a participação efetiva numa sociedade supõe a capacidade e as condições de interação nos seus campos de convivência, participação e decisão. Nesse sentido, numa sociedade plural cada cidadão interage segundo sua tradição cultural e os planos que ambiciona no presente e em relação ao futuro. Essa é uma dimensão que não pode conceber o outro apenas como presença, mas, simultaneamente, como aquele que ao estar naquele espaço se manifesta por direito e com direito de expressar a sua tradição e concepção de mundo em igualdade de condições.

3 A democracia

A democracia se consolidou como uma das maiores conquistas do século XX, e se estabeleceu como forma de governo em todas as sociedades. Cita-se como exemplo dessa condição o recente fenômeno denominado como “Primavera Árabe” o qual contagiou a população dos países árabes quando ocuparam as e lutaram por seus direitos. Percebe-se que a sua efetivação é uma conquista recente da humanidade.

Embora a concepção original da democracia precisa ser buscada na antiguidade, o seu amadurecimento como um sistema de organização social com um conjunto de recursos, especialmente o seu corpo legal e institucional, juntamente com a adesão da população, é recente. Atualmente, oferece as condições essenciais para a proposição de ações que corrijam distorções, afirmem conquistas e projetem o futuro de forma equilibrada e segura.

A democracia é o sistema político que visa assegurar a igualdade de um modo justo, verificado, em sua forma subjetiva e não somente objetiva e material, como as diferenças devem ser respeitadas e trabalhadas de maneira que não descaracterizem a importância singular de cada pessoa para o aperfeiçoamento da sociedade. O sentido mais amplo da democracia inclui o processo de escolhas

¹ Para uma compreensão mais aprofundada sobre o tema da liberdade e sua relação com o conjunto da obra do autor pode-se consultar: ZAMBAM, Neuro José; *Amartya Sen: liberdade, justiça e desenvolvimento sustentável*. Passo Fundo: Imed, 2012.

coletivas, as quais o todo discute e decide os princípios que serão utilizados para governar a vida em comum.

Torna-se imperativo expressar que unicamente em sociedades democráticas é possível ouvir, ser ouvido, debater, questionar e corrigir estratégias ou propostas de desenvolvimento, bem como efetivar um amplo conjunto de ações integradoras para as políticas de desenvolvimento cuja principal protagonista é a pessoa. A caracterização da concepção de pessoa como sujeito de direitos é uma conquista da democracia, a qual se materializa nas oportunidades sociais, na participação política e na manifestação pública.

A democracia tem importância intrínseca na formulação da teoria seniana, já que permite manifestações que são formas construtivas do debate público, e este representa o papel de agente das pessoas na promoção do desenvolvimento. Sen estabelece e denomina as capacidades como forma de se compreender que é possível alimentar alterações significativas nas relações pessoais, entre os cidadãos, as sociedades de diferentes culturas e os modelos de desenvolvimento, numa espiral ascendente de crescimento produtivo.

Na concepção de homens livres, minimizam-se as desigualdades sociais e fomenta-se a possibilidade de construir um mundo de liberdade e provedor da satisfação das necessidades mais importante da vida humana. Nessa linha de pensamento, define-se capacidade, segundo o pensamento de Sen (2010, p. 105):

A “capacidade” [capability] de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela. Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos (ou, menos formalmente expresso, a liberdade de ter estilos de vida diversos). Por exemplo, uma pessoa abastada que faz jejum pode ter a mesma realização de funcionamento quanto a comer ou nutrir-se que uma pessoa destituída, forçada a passar fome extrema, mas a primeira pessoa possui um “conjunto capacitário” diferente do da segunda (a primeira pode escolher comer bem e ser bem nutrida de um modo impossível para a segunda).

Percebe-se que a concepção de pessoa, com capacidade de interferir no ambiente democrático, somente tem significado pela ação, pelas suas realizações as quais podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores, motivações e objetivos, independente de serem avaliados por algum critério externo. É importante afirmar a condição de agente como uma dimensão essencial da concepção de pessoa para a construção da sua identidade integrada com o contexto onde vive.²

Nesse espaço democrático, o agente é considerado como a pessoa que age, transforma e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores, motivações e objetivos, independente de serem avaliados por algum critério externo.³ A democracia surge – e se consolida historicamente - como

² As características e prerrogativas de atuação da condição de agente, vem inseridas numa compreensão mais alargada, como destaca Sen (2010, p. 34), “Estou usando o termo agente não nesse sentido, mas em sua acepção mais antiga – e mais grandiosa – de alguém que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independentemente de as avaliarmos ou não também segundo algum critério externo [...] a condição de agente do indivíduo como membro do público e como participante de ações econômicas, sociais e políticas (interagindo no mercado e até mesmo envolvendo-se, diretamente, em atividades individuais ou conjuntas na esfera política ou em outras esferas).”

³ Nesse mesmo sentido, Zambam (2012, p. 129) esclarece que “A ação do homem acontece na condição de agente que atua e tem a missão e a responsabilidade de ordenar a estrutura da sociedade democrática, fortalecendo os instrumentos e as instituições que a sustentam e legitimam, prevenindo eventuais ameaças a sua estabilidade. Esse modelo busca, por diferentes meios de atuação, a integração das pessoas, das suas expressões e dos seus interesses na dinâmica da sua organização. O vigor dessa concepção de desenvolvimento manifesta a necessidade de garantir a sua sustentabilidade por meio do comprometimento e da ação responsável dos seus membros.”

a melhor forma de governo, mas, também, como instrumento para que a sociedade diminua os riscos de flagelos coletivos, tais como a fome de sua população.

Nesse sentido, quanto à importância da democracia no aspecto de evitar e prevenir crises financeiras e fomes coletivas, afirma Sen (2000, p. 180) que, “[...] Nenhuma fome coletiva substancial jamais ocorreu em nenhum país independente com uma forma democrática de governo e uma imprensa relativamente livre”. E conclui o referido autor que (2011, p. 451):

[...] jamais se deu uma carestia de grandes proporções numa democracia “funcionante”, isto é, uma democracia que funcione devidamente e, portanto, esteja dotada de eleições regulares, partidos de oposição, liberdades de expressão e meios de comunicação relativamente livres (mesmo tratando-se de um país relativamente pobre e com uma situação alimentar gravemente diversa).

A democracia tem como uma das suas principais prerrogativas a estruturação da organização social, cuja referência mais importante a garantia dos direitos fundamentais. E mais: uma democracia requer a ampla participação da população na tomada de decisões no que se refere à intervenção no espaço público a direitos e deveres que se referem a todos, pois, somente as democracias têm condições de promover e garantir direitos, tanto do ponto de vista formal quanto da sua concretização na vida das pessoas.

A democracia orientada pelos direitos, se firma como mais evoluída, dinâmica, integrada, equilibrada e sustentável. A sociedade sem uma estrutura de democracia dinâmica e participativa não permite construir políticas de desenvolvimento com legitimidade. A democracia possibilita para a sociedade uma dinâmica especial que garante o exercício da liberdade, simbolizada na discussão pública como condição essencial para o processo de organização e, principalmente, para as necessárias opções que distinguem um modelo de desenvolvimento sustentável.

Logo, verifica-se que a democracia vinculada à ideia de participação do Homem no espaço público necessita que se oportunize integrar os diferentes objetivos, interesses, instituições, pessoas e gestores orientados por obrigações e diretrizes que acolham às necessidades atuais com as garantias de superação das desigualdades que assolam as relações internas e externas das sociedades e seus compromissos com o futuro.

4 Condição de agente

A participação social dos cidadãos nos destinos da sociedade é uma prerrogativa da democracia. Atualmente, configura-se como uma marca fundamental, junto com a alternância do poder de pessoas e partidos e o equilíbrio entre os poderes. O interesse por essa temática e pela sua efetivação no cotidiano da vida das pessoas, no acesso aos serviços públicos, na construção das proposições em vista da melhoria das condições de bem-estar social, na estrutura legislativa e no funcionamento das instituições mais importantes demonstra a identidade social dos cidadãos e a sua inserção na sociedade.

A existência de estruturas institucionais, a existência de um sistema jurídico, além de um conjunto de organizações intermediárias tem sua justificativa moral na medida em que beneficia, direta ou indiretamente, as pessoas. Qualquer análise ou concepção limitada a fins econômicos ou de interesse de corporações tende a reduzir a capacidade de atuação das pessoas, o desenvolvimento das suas capacidades e a própria integração na dinâmica interna das sociedades. O interesse por esse debate na constituição das sociedades é sublinhado por Sen (2012, p. 312): “De facto, a natureza da vida que as pessoas conseguem levar tem seu objeto na atenção dos analistas sociais ao longo de todos os tempos”.

A pessoa identificada na condição de agente representa esse esforço seja dos dirigentes políticos ou outros líderes influentes, seja das instituições ou organizações de menos expressão em vista das necessárias condições de justiça. A possibilidade e os mecanismos de atuação dos cidadãos na sociedade demonstra o vigor e a dinâmica das relações internas e o ambiente para a construção dos compromissos públicos e de longo prazo. Destaca-se, nessa condição, a necessária realização individual e as condições para o desenvolvimento das capacidades. Sendo assim, tem-se a atuação ativa nos destinos da sociedade.

As sociedades contemporâneas caracterizadas pelo acelerado processo de globalização demandam e precisam fomentar a formação de cidadãos ativos com as condições de atuar socialmente em busca do exercício dos direitos e do equilíbrio social.

A identidade de uma pessoa se forma na conexão entre a sua origem familiar, tradição cultural, contexto social e as condições para participar efetivamente da sociedade. A condição de agente é essencial para o equilíbrio social, a realização individual e a superação dos limites ou mazelas que dificultam ou impedem o ordenamento social equitativo

A dinâmica de uma sociedade democrática que engloba, prioritariamente, participação, funcionamento das instituições e superação das desigualdades precisa ter entre suas prerrogativas a construção da identidade das pessoas e a garantia dos seus direitos. A concepção que visualiza o adjetivo agente como referencial para a ampla rede de relações que uma pessoa pode estabelecer é esclarecedora da sua missão e responsabilidade. Na linha de pensamento proposta por esse argumento, Sen (2001, p. 2013) esclarece:

A condição de agente de uma pessoa refere-se à realização de objetivos valores que ela tem razão para buscar, estejam eles conectados ou não ao seu próprio bem estar. Uma pessoa como agente não necessita ser guiada somente por seu próprio bem e, e a realização da condição de agente, refere-se ao seu êxito a busca da totalidade seus objetivos e finalidades ponderados (*considered*).

As contradições e ameaças que impedem a estabilidade social, o desenvolvimento sustentável, o aprimoramento da democracia, entre outros aspectos relevantes da sociedade, refletem diretamente sobre a construção da identidade pessoal, do exercício da liberdade e do compromisso com a justiça social.

A compreensão dessa dinâmica tem implícito o entendimento do compromisso com a superação das desigualdades sociais e a organização das demais áreas em vista de metas de longo prazo. A fim de evidenciar a importância dessa condição de agente e a sua relação com o exercício da cidadania, sublinha-se a necessária interdependência entre a busca pelo bem-estar social integrado com as demais áreas da organização social. A compreensão unilateral ou motivada por interesses individualistas ou concepções preconceituosas não contribuem para a superação das dificuldades sociais e a centralidade da pessoa nesse processo.

A condição de agente da pessoa numa sociedade democrática possibilita a construção de uma concepção alargada das suas necessidades mais importantes e a inclusão de outras dimensões que conjuntamente fortalecem e impulsionam a atuação humana e a sua integração social, conforme definimos: “limitar a pessoa ao seu bem-estar empobrece a sua condição de agente ativo e impede o desenvolvimento das potencialidades humanas e sociais. Desse modo, os seus objetivos se restringem ao acesso a bens e à satisfação das suas necessidades imediatas”. (Zambam, 2012, p. 68).

O ordenamento social seguro, estável e equitativo é fundamental para a pessoa estar e atuar na condição de agente. As deficiências que preocupam as questões de justiça atualmente, especificamente, as novas forma de terrorismo, as ditaduras e perseguições em voga no mundo, o aumento das desigualdades econômicas, as restrições à liberdade de expressão e informação, a violência contra as minorias e às mulheres, entre outras situações degradantes, demonstram e denunciam a condição de não-agente dos membros de uma sociedade.

A superação de contextos que fomentam ou legitimam desigualdades são responsáveis pelo resgate da condição de agente das pessoas. Políticas de atendimento à saúde, alfabetização e acesso à educação universal, empoderamento de pessoas tradicionalmente excluídas – especialmente as mulheres, incentivo à participação e decisão políticas, organização da assistência social sem dependência do governo ou de instituições entre outras representam a maturidade política e social de uma comunidade, o compromisso dos seus líderes e a visão de longo prazo para conjugar bem-estar social, equidade e estabilidade política, e promoção das pessoas na condição de agentes⁴.

O princípio da Dignidade Da Pessoa Humana - disseminado e protegido pela Constituição Brasileira, bem como amplamente aceito pelos Estados democráticos - está relacionado à impossibilidade de quantificar seja financeiramente seja ao exercício da liberdade e a capacidade de escolha entre as opções que possibilitam realização humana, bem-estar social e efetiva participação nos destinos da sociedade.

A justificativa para a construção da identidade humana desvinculada de meios e interesses que possam instrumentalizar, impedir, limitar ou dificultar uma atuação livre, está relacionada com a concepção de sujeito de direitos e com a consagrada afirmação de “fim em si mesmo”. A condição de agente é uma característica peculiar na identidade e no agir do ser humano, membro de uma sociedade e responsável pelos seus destinos o que o qualifica como impulsionador do processo de organização e desenvolvimento do ambiente onde se encontra. (Zambam, 2012, p, 66).

O enquadramento das pessoas em concepções, instituições, tradições ou Estados que impossibilitam o direito de escolha e o desenvolvimento das capacidades representa a negação da condição de agente.

De outro modo, a criação das condições estruturais para um modelo de desenvolvimento social pautado na centralidade da pessoa e concebendo-a como objetivo mais importante da ação social e responsável pela condução, aprimoramento e avaliação da organização social e das respectivas políticas, assinala a afirmação do valor da pessoa e objetiva uma compreensão que prima pela dimensão moral e não pela quantificação econômica.

O debate sobre a missão da pessoa na sociedade demanda as condições necessárias para o exercício das liberdades, o desenvolvimento das capacidades humanas e, nessa dinâmica, ser um agente ativo na estruturação da sociedade na qual se vive. Atualmente, além da superação das desigualdades gritantes que ameaçam o conceito de pessoa e de Estado, urge a existência de condições para a construção das relações entre as culturas e os povos.

Os cidadãos tem, na esfera do acelerado processo de globalização, um nível de relações e integração universais. A concepção de cidadãos do mundo é uma metáfora que representa essa etapa da evolução e do desenvolvimento das sociedades. O valor da pessoa está relacionado à capacidade de atuar de forma ativa e integrada com as conquistas e exigências da humanidade⁵.

⁴ Para uma análise sobre o contexto e o poder das políticas sociais que buscam a promoção humana na perspectiva da condição de agente sugerimos consultar: SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernard. As pessoas em primeiro lugar. Tradução: Bernardo Ajzenberg e Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

⁵ Para uma abordagem mais ampla dos problemas e desafios contemporâneos para os quais a atenção do agente precisa estar integrada sugerimos: TODOROV, Tzvetan. Os inimigos íntimos da democracia. Tradução: Joana Angélica d'Ávila Melo. São Paulo. Companhia das letras, 2012.

5 As políticas de desenvolvimento

As diferentes compreensões de desenvolvimento representam a diversidade e a dinâmica presente na formação e no funcionamento interno das sociedades, bem como a abrangência das motivações, dos interesses e das expectativas dos seus membros, onde o desenvolvimento tem seu significado diretamente relacionado com essa variedade de motivações que compõem as relações de uma sociedade e os objetivos que esta se propõe alcançar durante o processo de estruturação.

O processo de desenvolvimento para Sen tem o Homem como sujeito de direitos, e como principal responsável pela organização, condução e avaliação da sociedade, identificada e estruturada na concepção democrática⁶. A perspectiva do desenvolvimento a ser adotada deve considerar a democracia como um componente principal para vencer a escassez de liberdade, o que requer a inter-relação de certas liberdades que nos são mais necessárias e importantes, tais como oportunidades econômicas, liberdades políticas, facilidades sociais, garantias de transparência e segurança. Incorporar essas questões no processo de desenvolvimento é um elemento central para a expansão das capacidades das pessoas.

A promoção da condição de sujeitos dos cidadãos é indispensável para a maturidade social, bem como institucional e a equalização do conjunto das relações humanas, dentre as quais se sobressaem a formação cultural e a satisfação das necessidades humanas mais importantes.

O valor moral substantivo da liberdade se fundamenta como a proposição de desenvolvimento segundo as lições de Sen, pois esse autor considera importante o crescimento econômico intercambiado com as diversas áreas das relações humanas e do ordenamento social. Nessa linha de pensamento, se pode falar de desenvolvimento social, desenvolvimento humano e desenvolvimento ambiental, pois o desenvolvimento, nesse sentido, não está restrito às determinações do crescimento econômico ou de interesses individuais e corporativos, mas se constrói considerando as necessidades humanas, sociais, ambientais, culturais e outras, contemplando assim, os diferentes atores envolvidos num contínuo processo de cooperação e integração.

O desenvolvimento cria condições objetivas para as pessoas ampliarem suas escolhas no conjunto da sociedade. Segundo Zambam (2012, p. 207), esse modelo de desenvolvimento estabelece uma “dinâmica especial que garante o exercício da liberdade, simbolizada na discussão pública como condição indispensável para todo o seu processo de organização e, especialmente, para as necessárias opções que caracterizam um modelo de desenvolvimento sustentável.”

A partir desse pressuposto de que o grau de desenvolvimento não deve ser mensurado, apenas, pelas condições materiais que garantem o bem-estar social, Sen (2010, p. 28-29) completa:

Os fins e os meios do desenvolvimento requerem análise e exame minuciosos para uma compreensão mais plena do processo de desenvolvimento; é sem dúvida inadequado adotar como nosso objetivo básico apenas a maximização da renda ou da riqueza [...]. Pela mesma razão, o crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo. O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da

⁶A teoria Seniana, especificamente quando relacionada às políticas de desenvolvimento, possui as características essenciais que fundamentam a convicção sobre a democracia como o sistema capaz de efetivar o direito ao desenvolvimento. Conforme Sen, podemos afirmar que o sistema democrático deve ser um dos objetivos do desenvolvimento, uma vez que a participação da sociedade através de processos de discussão, escolhas e deliberações pode contribuir eficazmente para a realização de políticas que resultam em melhores condições de vida para a maioria da sociedade, diminuindo a fome e as desigualdades sociais. Ao articular a ideia da democracia com o combate das desigualdades sociais, Sen deixa claro que a questão do crescimento econômico e a distribuição equitativa da renda precisam ser percebidas como um meio e causa necessária, mas não suficiente para alcançar as verdadeiras dimensões de desenvolvimento, já que este implica em reduzir as disparidades econômicas, a promoção de qualidade de vida e a expressão das liberdades políticas. A relação entre democracia e desenvolvimento, torna a primeira um elemento constitutivo do segundo, pois age para ampliar as condições de escolha e de liberdade e tem uma contribuição instrumental na construção de valores e normas de convivência social.

vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo.

O desenvolvimento cria condições objetivas para as pessoas ampliarem suas escolhas no conjunto da sociedade, no qual, segundo Sen (2000, p. 29), estabelece uma,

dinâmica especial que garante o exercício da liberdade, simbolizada na discussão pública como condição indispensável para todo o seu processo de organização e, especialmente, para as necessárias opções que caracterizam um modelo de desenvolvimento sustentável. Justo, conforme Sen, é um modelo de desenvolvimento “relacionado com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos.

Observa-se, segundo a leitura do autor mencionado anteriormente, que o desenvolvimento é um processo que engloba as pessoas e os seus interesses, os recursos humanos, tecnológicos, naturais e ambientais, as instituições e as demais formas de organização social, com uma especial responsabilidade em relação à sua sobrevivência e às futuras gerações.

O modelo atual de desenvolvimento esgotou suas possibilidades de contribuir com a organização da sociedade, porque, entre outros aspectos, gerou muitos problemas de desigualdade, e a sua manutenção acarretará inúmeras consequências negativas aos seus membros, ao equilíbrio ambiental, econômico, social, entre outros, pondo em risco o seguimento da vida humana.

As condições de justiça preconizadas pelas políticas de desenvolvimento compreendem a necessidade de integração social, valorização e ordenamento das diferenças, a estruturação de mecanismos e instrumentos de participação e decisão, a superação das desigualdades que ameaçam a estabilidade social e o fomento ao debate público.

Nesse contexto, percebe-se a necessidade do pleno exercício da liberdade como condição para um ordenamento seguro e equitativo das relações sociais. Refere Sen (2010 p.128-129) que “[...] uma pessoa com renda elevada, mas sem oportunidade de participação política não é ‘pobre’ no sentido usual, porém claramente é pobre no que diz respeito a uma liberdade importante.” Por esse enfoque, mesmo as pessoas ricas que não possam participar de debates e decisões públicas, ou expressar livremente sua opinião, estão sendo privadas de determinado fator que intrinsecamente lhe possui valor.⁷

A liberdade, para Sen, é fundamental no processo de desenvolvimento pela sua própria relevância para a organização social e proteção das pessoas. As liberdades políticas e as liberdades civis possuem importância basilar em sua teoria, não somente pelos efeitos que causam, mas, também, pela sua necessidade histórica de afirmação da importância da singularidade de cada vida humana. Por esse motivo, Sen (2010, p. 31) enfatiza que:

Mesmo quando não falta segurança econômica adequada a pessoas sem liberdades políticas ou direitos civis, elas são privadas de liberdades importantes para conduzir suas vidas, sendo-lhes negada a oportunidade de participar de decisões cruciais concernentes a assuntos públicos. Essas privações restringem a vida social e a vida política, e devem ser consideradas repressivas mesmo sem acarretar outros males (como desastres

⁷Para Sen, embora a pessoa não demonstre interesse em exercer essa liberdade de participação, ainda assim a privação a impede do direito de escolha, e dessa forma, o processo de desenvolvimento requer que a pessoa tenha o direito de participação pública, para que ela não seja privada de exercer seus direitos de cidadão.

econômicos). Como as liberdades políticas e civis são elementos constitutivos da liberdade humana, sua negação é, em si, uma deficiência. Ao examinarmos o papel dos direitos humanos no desenvolvimento, precisamos levar em conta tanto a importância constitutiva quanto a importância instrumental dos direitos civis e das liberdades políticas.

Salvaguardadas essas liberdades como um valor em si, a sua efetivação no contexto nacional e global encontra severas limitações, pois, o processo do desenvolvimento exige estratégias complexas que busquem, no contexto de cada sistema específico, delimitar os meios e os fins necessários à sua implementação⁸.

No contexto do Estado brasileiro, o direito ao desenvolvimento é qualificado como objetivo fundamental da República (artigo 3º da Constituição Federal). Essa condição implica na necessária realização de políticas públicas voltadas à efetivação do comando constitucional, visando a garantir um melhor nível de subsistência, um maior equilíbrio na distribuição da renda e as necessárias condições de vida mais saudável, em um ambiente de liberdade, justiça e solidariedade.

Não obstante esse caráter ideal, o modelo de desenvolvimento que zela pelo valor moral substantivo da liberdade impulsiona e dirige a estruturação das relações entre as pessoas e destas com os bens existentes e os recursos naturais, considerando também as gerações vindouras, de forma equitativa.

Essa concepção de justiça utilizada no modelo de desenvolvimento proposto por Sem tem especial inquietação com o vigor e a legitimidade das sociedades, dispostas prioritariamente, no atendimento das necessidades essenciais e na efetivação dos direitos humanos, no respeito ao multiculturalismo, na ação sustentável, nas relações internacionais, na consolidação da ética como projeto de responsabilidade horizontal por todos e no aprimoramento da democracia, sem a qual não se pode alicerçar a igualdade e a justiça social.

O atual modelo de desenvolvimento, que prioriza essencialmente o crescimento econômico, o aumento da produção e do consumo, o acesso às novas tecnologias e a expansão do comércio, não tem legitimidade moral porque limita a pessoa à condição de meio para a realização dos fins previamente planejados. A pessoa, utilizando-se indiscriminadamente dos recursos naturais, sem a necessária avaliação dos impactos e das consequências para o equilíbrio ambiental e para as relações sociais, inviabiliza as condições de existência segura das futuras gerações.

6 Considerações finais

A adoção da democracia como sistema de organização social representa a evolução de uma sociedade e a opção pelo cidadão como o principal protagonista da estrutura e do funcionamento das instituições e do conjunto de sua organização. A evolução das sociedades estamentárias onde o valor da pessoa e das demais áreas dependia de critérios pré-concebidos e a segurança estava vinculada à acomodação aos comportamentos e estruturas definidas, para um ordenamento dinâmico que permite, supõe e exige a participação dos seus membros e os responsabiliza seja pela sua atuação ou omissão, imprime um ritmo caracterizado pela necessidade de reconstruir cotidianamente o imaginário social e as organizações.

⁸ De um modo geral, as atuais pautas de mudança nas áreas em transição só de forma parcial e estereotipada correspondem a um quadro ideal de formulações estratégicas efetivas. Na prática, a mobilização de toda a sociedade em torno de problemas fundamentais é transitória e pouco frequente, havendo em regra uma incompatibilidade das estruturas de poder nacional, regional ou local com a participação autônoma e organizada da população e uma incapacidade das pautas atuais de crescimento econômico e mudança societária (com seus aspectos de desigualdades constantes, exclusão e dependência) para dar lugar a tal participação efetiva das liberdades civis.

A concepção de pessoa obedece a essa conjugação de interesses e fatores que compõem a dinâmica social, ora contraditórios, outras vezes integrados. O contexto social é influenciado pela ação dos seus membros, pelas condições geográficas, pelas tradições políticas e culturais, pela economia e outros.

A democracia, quando protegida pelo ordenamento legal e simbolizada na expressão governo de leis, representa a importância da estruturação jurídica como a manifestação da razão pública dos cidadãos, isto é, as convicções que orientam a ordem social precisam ser conhecidas, aceitas e compor a identidade dos membros da sociedade.

Nesse contexto se pode compreender a necessidade de uma ação proativa de todos os membros de uma sociedade, ou pelo menos da sua ampla maioria. A afirmação da condição de agente está integrada nessa relação entre as pessoas, o contexto social e as demandas de justiça.

Trata-se de afirmar: primeiro, o valor incondicional da Dignidade da Pessoa Humana e de cada pessoa como objetivo mais importante das decisões sociais; segundo, a conexão com a concepção de sujeito de direitos legitimada pelas constituições democráticas e indicativo de legitimidade das sociedades democráticas; terceiro, a impossibilidade de instrumentalização do Homem para fins individualistas ou de corporações, especialmente de matriz econômico-financeira; quarto, a orientação para que as instituições e organizações estejam direcionadas para a realização humana, o desenvolvimento social sustentável, o compromisso com os direitos das culturas e as futuras gerações, superando a redução em vista do bem-estar social.

Diante desse panorama, a perspectiva de desenvolvimento formulada por Sen considera a democracia como um elemento constitutivo básico de superar as privações de liberdade, o que requer a inter-relação de certas liberdades instrumentais, tais como oportunidades econômicas, liberdades políticas, facilidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

A avaliação das políticas de desenvolvimento deve estar relacionada à diminuição das desigualdades, às oportunidades individuais e sociais, ao aprimoramento do funcionamento das instituições, ao funcionamento do Estado, ao desenvolvimento das capacidades (*capabilities*), à expressão dos valores e direitos, e ao exercício das liberdades. Sob a mesma intensidade, considera-se como horizonte do desenvolvimento democrático e sustentável os direitos das culturas e as condições de existência das futuras gerações.

Nesse viés o direito ao desenvolvimento alicerçado no pensamento de Sen se caracteriza como um modelo de estruturação do desenvolvimento, alternativo ao tradicionalmente aceito que, como foi referido, tem seus objetivos relacionados, preferencialmente, ao crescimento econômico. Nesse modelo, a opção pelos direitos fundamentais revela, especificamente, um conceito de pessoa e de sociedade cujo conteúdo empreende um conjunto de práticas que lhes são consequentes. Respectivamente, o homem como sujeito de direitos e, nesse contexto, o principal agente e responsável pela organização, condução e avaliação do desenvolvimento e, a sociedade, identificada e estruturada segundo a concepção democrática.

A ação do homem acontece na condição de agente que atua e tem a missão e a responsabilidade de ordenar a estrutura da sociedade democrática, fortalecendo os instrumentos e as instituições que a sustentam e legitimam. O vigor dessa concepção de desenvolvimento manifesta a necessidade de garantir a sua sustentabilidade por meio do comprometimento e da ação responsável dos seus membros.

Referências

BORTOLOTI, José Carlos Kraemer; ZAMBAM, Neuro José. A Democracia, os Direitos Fundamentais e o Desenvolvimento Sustentável. In: BORTOLOTI, José Carlos Kraemer; TRINDADE, André Karam (orgs). *Direitos Fundamentais e Democracia Constitucional*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2013.



NUSSBAUM, Martha C. *Crear capacidades: propuesta para El desarrollo humano*. Tradução de Albino Santos Mosquera. Barcelona: Paidós Iberica, 2012.

SEN, A. KLIKSBURG, B. *As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado*. Tradução de Bernardo Ajzenberg e Carlos Eduardo Lins e Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, Amartya. *A ideia de justiça*. Tradução de Nuno Castello-Branco Bastos. Coimbra: Almedina, 2010.

_____. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo, Companhia das letras: 2000.

_____. *Identity and violence*. New York/London: W. W. Norton & Company, 2006.

ZAMBAM, Neuro. *Amartya Sen: justiça, liberdade e desenvolvimento sustentável*. Passo Fundo: Imed, 2012.

A INTERDISCIPLINARIDADE NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM UNIVERSIDADES: RECORTES EM TEMPO E ESPAÇO

Guilherme José Lemos

Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca

guilhermeselemos@gmail.com

Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira

Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca

sheilafacef@gmail.com

Resumo

O objetivo da investigação é refletir sobre algumas concepções metodológicas, na construção de conhecimento, durante a história das universidades, com o objetivo de identificar características de possíveis abordagens interdisciplinares. Considerando que a etimologia do termo interdisciplinar data do século XX, analisa-se, de forma breve, o engendramento do conhecimento nas três fases históricas das universidades europeias, a saber: medieval, napoleônica e moderna, que foram permeadas, de alguma maneira, pela abordagem interdisciplinar, do mesmo modo pelo qual o conceito é entendido, conhecido e vivido nos meios acadêmicos atuais. A discussão apresenta-se em duas etapas. Para atingir este objetivo, conceitua-se interdisciplinaridade, enquanto forma de construção de conhecimento, nas perspectivas de Fazenda (2008) e Klein (2008). Em seguida, são revisitadas as formas de construção de conhecimento nas universidades europeias, nos períodos supracitados, constituindo uma discussão histórica. Nesse momento, são referenciais teóricos Luckesi (1998), Oliveira (2007; 2009), Pereira (2009), Dulles (2008), Sguissardi (2004) e Oliveira (2000). Por fim, estabelecem-se comparações e considerações sobre a abordagem interdisciplinar na construção de conhecimento de âmbito teórico, metodológico e acadêmico, de forma qualitativa, conforme preceitos de Minayo; Sanches (2009) e Martins (2000), em razão das vivências, experiências e valores em leitura, interpretação e comparações teóricas e históricas. A relevância da discussão reside no aspecto teórico, porque traz à tona a essencial do fazer acadêmico e também pessoal, por consolidar conhecimento sobre interdisciplinaridade, abordagem-foco do programa de pós-graduação e da linha de pesquisa a que a investigação está inserida.

129-2451

Introdução

Durante períodos de longa duração, no âmbito educacional, principalmente no ensino superior, a questão que trata da *interdisciplinaridade* é pauta de discussão, ora como objeto de estudo, ora como metodologia de produção de conhecimento, ora como elemento constitutivo do sujeito. Atualmente, o debate é acentuado, tendo a *interdisciplinaridade* como processo integral que envolve todos os referidos elementos, em um movimento dinâmico e em constante evolução.

Nesse sentido, como forma de construir um panorama breve sobre o assunto, o objetivo da investigação é refletir sobre algumas concepções metodológicas, na construção de conhecimento, durante a história das universidades, com o objetivo de identificar características de possíveis abordagens interdisciplinares.

Considerando que a etimologia do termo *interdisciplinar* data do século XX, analisa-se o engendramento do conhecimento nas três fases históricas das universidades europeias, a saber: medieval,

napoleônica e moderna, que foram permeadas, de alguma maneira, pela abordagem interdisciplinar, do mesmo modo pelo qual o conceito é entendido, conhecido e vivido nos meios acadêmicos atuais.

A discussão apresenta-se em duas etapas. Para atingir este objetivo, conceitua-se *interdisciplinaridade*, enquanto forma de construção de conhecimento, nas perspectivas de Yared (2008), Fazenda (2009), dentre outros.

Em seguida, são revisitadas as formas de construção de conhecimento nas universidades europeias, nos períodos supracitados, constituindo uma discussão histórica. Nesse momento, são referenciais teóricos Luckesi (1998), Oliveira (2007) e Trindade (2000).

Por fim, estabelecem-se comparações e considerações sobre a abordagem interdisciplinar na construção de conhecimento de âmbito teórico, metodológico e acadêmico, de forma qualitativa, conforme preceitos de Minayo e Sanches (1993), em razão das vivências, experiências e valores em leitura, interpretação e comparações teóricas e históricas.

A relevância da discussão reside no aspecto teórico, porque traz à tona a essencial do fazer acadêmico e também pessoal, por consolidar conhecimento sobre *interdisciplinaridade*, abordagem-foco do programa de pós-graduação e da linha de pesquisa a que a investigação está inserida.

1 Interdisciplinaridade: tecnologia pedagógica

O objetivo deste item é discutir a perspectiva histórica e a concepção teórica que permeiam a questão relacionada a interdisciplinaridade.

Em pleno século XXI, ao expressar a palavra *tecnologia*, é suposto que o indivíduo imagine vários aparatos computacionais de última geração, como *smartphones* ou *notebooks*, que processam dados matemáticos a uma velocidade alucinante e os convertem em refinados gráficos dispostos em uma moderna tela de alta definição. Mas para Drucker (2012), consultor e escritor austríaco da área da Administração, a ideia de tecnologia não tem correspondência direta com ferramentas, mas com o modo de trabalhar. Assume que a definição de *tecnologia* apenas como ferramenta material é arbitrária e considera que o termo *tecnologia* deve abranger também todos os conceitos abstratos - como a linguagem ou a tabuada, por exemplo - e que se deve considerar *tecnologia* aquilo que ajude o homem a fazer as coisas (DRUCKER, 2012). No caso, *fazer* é transformar; e o significado de *coisas* supera apenas o aspecto material de artefatos, e relaciona-se também com a realização de uma atividade, como, assim visado por este trabalho, a formas de construção de conhecimento. O conceito é relevante ao analisarmos que as tecnologias se criam por intermédio do homem e para seu desenvolvimento. Pois, assim como define Drucker (2012), o homem é o único animal capaz de evoluir por decisão própria. Neste caso, nota-se que desenvolvimento ultrapassa apenas o caráter biológico, mas assume uma perspectiva social, transcendental, de espírito criativo.

Assim como analisa Furtado (1984, p. 105, grifo nosso), “as sociedades são consideradas desenvolvidas na medida em que nelas o homem mais cabalmente logra satisfazer suas necessidades, manifestar suas aspirações e **exercer seu gênio criador**”.

No presente trabalho, assume-se o recorte de *interdisciplinaridade* enquanto tecnologia pedagógica, já que a construção do conhecimento é um processo de transformação, pois, como afirma Fazenda (2009, p. 88), “[...] a atitude interdisciplinar se identifica pela ousadia da busca, da pesquisa, da transformação [...]”.

A partir desta perspectiva e ao analisar o trabalho pedagógico enquanto ofício inerente praticado pelos educadores, adota-se que o conceito de interdisciplinaridade pode ser considerado uma tecnologia disponível não só a esses profissionais, mas também a seus alunos, pois como prossegue Fazenda (2009, p.

85, grifo nosso): “nós educadores somos sempre parceiros; parceiros dos teóricos que lemos, parceiros de outros educadores que lutam por uma educação melhor, **parceiros de nossos alunos, na tentativa de construção de um conhecimento mais elaborado**”.

Observa-se, assim, o abandono da concepção na qual o professor é mero transferidor do conhecimento, do qual o aluno é o receptor, e verifica-se que “[...] a interdisciplinaridade decorre mais do encontro entre indivíduos do que entre disciplinas” (FAZENDA, 2009, p. 86).

Mesmo que “etimologicamente, interdisciplinaridade, significa, em sentido geral, relação entre as disciplinas” (YARED, 2008, p. 161), os nexos entre estas disciplinas e suas relações possíveis estão sob o grau de acolhimento dado pelo sujeito que pratica a análise (YARED, 2008).

A perspectiva se embasa na consideração da educação como uma ciência humana, em que o homem é um ser complexo que pensa, age e reage (LAVILLE; DIONNE, 1999). Nesse caso, toda a complexidade do homem está contida no docente e no discente, ou seja, no processo de construção de conhecimento interdisciplinar, em um contexto de transformação entre ambos de forma mútua e respeitosa, não aquela superficial, mas a individualidade profunda do ser humano, uma vez que:

A relação constitui o ‘eu’, portanto é reconhecida em profundidade, na intimidade do próprio ser. O homem é capaz de entrar em si mesmo, é capaz de questionamento profundo. Sabe que as dimensões constitutivas do seu ser homem não são delimitadas e fechadas num círculo determinado, mas são abertas a espaços que vão além da indagação física; que *não se restringe ao imanente*, mas *se escancaram ao transcendente*. ‘Que coisa é mais meu que eu mesmo, e que coisa é menos meu que eu mesmo’, exclamava Santo Agostinho” (YARED, 2008, p. 163, grifos do autor).

Ao articular a análise de Drucker sobre tecnologia e a perspectiva histórica de Klein (2003, p. 110), a qual sinaliza que “[...] Interdisciplinar é uma palavra do século XX, [mas que] a origem intelectual do conceito interdisciplinaridade subjacente, no entanto, é muito mais antiga”, reflete-se sobre a capacidade de uma dada tecnologia evoluir. Assim como a invenção da roda foi superada e consumada com a invenção do automóvel ou das potentes hélices de um avião bimotor, deve-se atentar ao fato de se consolidar um termo para nomear uma tecnologia intelectual - interdisciplinaridade, no caso - é denotar uma possível evolução deste conceito quanto a seu uso prático ou, no mínimo, sobre o empenho e a quantidade de análises realizadas para seu aprimoramento teórico, a partir de um panorama de evolução histórica, já que deve-se “[...] rever o velho para torná-lo novo ou tornar novo o velho. Partimos da afirmação de que o velho sempre pode tornar-se novo, e de que em todo o novo existe algo de velho. Novo e velho – faces da mesma moeda [...]” (FAZENDA, 2009, p. 82). Desta forma, a busca pela compreensão da extensão histórica da interdisciplinaridade visa ser assunto polêmico e intrigante.

2 Recorte espaço x tempo

Para lograr relevância nas discussões sobre as abordagens na construção do conhecimento, mediante reflexão e comparação, são de algum modo *interdisciplinar*, no espaço e tempo que as universidades já residiram, torna-se necessário entender o que determina a *abordagem interdisciplinar* do ensino superior atual.

2.1 A universidade atual

Nas universidades atuais, o foco dos projetos interdisciplinares, “têm procurado na busca de superação da dicotomia ensino/pesquisa transformar as salas de aula dos cursos de graduação em locais de pesquisa, e não esperar que a pesquisa fique reservada apenas à pós-graduação” (FAZENDA, 2009, p. 88).

O conceito de pesquisa está diretamente ligado ao pensamento crítico e reflexivo. Para tanto, há a necessidade de um ambiente de liberdade, como afirma Luckesi (1998, p. 41):

[...] todo o corpo universitário, professores – alunos – administração, precisa-se comprometer com a reflexão, criando-a, provocando-a, permitindo-a e lutando continuamente para conquistar espaços de liberdade que assegurem a reflexão. Sem um mínimo de clima de liberdade, é impossível uma universidade centro de uma reflexão crítica.

E conclui que:

A pesquisa, será, em consequência, a atividade fundamental deste centro. Todas as demais atividades tomarão significado só na medida em que concorram para proporcionar a pesquisa, a investigação crítica, o trabalho criativo no sentido de aumentar o cabedal cognitivo da humanidade. Uma universidade que se propõe a ser crítica e aberta não tem o direito de se estratificar, absolutizar qualquer conhecimento como um valor em si; ao contrário, reconhece que toda conquista do pensamento do homem passa a ser relativa, na medida que se espacia-temporaliza. Há sempre a necessidade de um entendimento novo (LUCKESI, 1998, p. 41).

Ressalta ainda que “aprender a pesquisar, fazendo pesquisa, é próprio de uma educação interdisciplinar [...]” (FAZENDA, 2009, p. 88). Toda esta abordagem que elenca a pesquisa como fundamental, traz à tona também a necessidade de se entender o papel que o homem assume como pesquisador. Para Fazenda (2009, p. 88), “na pesquisa interdisciplinar, está a possibilidade de que cada pesquisador possa revelar a sua própria potencialidade, a sua própria competência”. Porém,

Quando se fala em interdisciplinaridade, é necessário ter consciência de que o sujeito é plenamente ativo, é protagonista, mas que não pode vangloriar-se dentro ou atrás de uma vitória. O próprio ser é aberto e deseja uma realidade, uma relação que sempre o transcende e sempre o edifica até a construção do homem perfeito, até a unidade não apenas cósmica, mas também com o transcendente (YARED, 2008, p. 165).

Necessita-se, desta forma, que a construção individual aspire ao coletivo e se torne uma nova forma de aproximação da realidade social, em que:

Fazer pesquisa numa perspectiva interdisciplinar é a possibilidade de buscar a construção coletiva de um novo conhecimento, prático ou teórico [...] [e que] pesquisar as práticas particulares (as práticas de cada um) num contexto coletivo torna-as mais que geradoras de opinião – transforma-as em fundamentos do saber (FAZENDA, 2009, p. 88).

Postas estas considerações, tem-se em conta que a pesquisa, enquanto interdisciplinar, não é “privilegio apenas de doutores ou livre-docentes das universidades” (FAZENDA, 2009, p. 88), mas um espaço onde o aluno se torna mais do que mero espectador, pois:

[...] a interdisciplinaridade leva o aluno a ser protagonista da própria história, personalizando-o e humanizando-o, numa relação de interdependência com a

sociedade, dando-lhe, sobretudo, a capacidade crítica no confronto da cultura dominante [...] por meio de escolhas precisas e responsáveis para a sua libertação [...] (YARED, 2008, p. 165).

Porém, é interessante ressaltar que para que os alunos consigam atingir este ponto, é necessário que o corpo docente esteja preparado. “Não se deve esperar que os alunos integrem qualquer coisa que o corpo docente não possa fazer ou faça ele mesmo” (GAFF, 1980 apud KLEIN, 2003, p. 121). A reflexão demonstra a relevância da interdisciplinaridade enquanto tecnologia pedagógica, já que, apesar de ser a perspectiva do aluno que supera e adentra uma nova fase de protagonismo, tem como fundação de seu desenvolvimento a base pedagógica do corpo docente e dos currículos integradores. Para Klein (2003, p. 120):

A “prova de fogo” da instrução interdisciplinar é a integração [...]. Nos cursos “interdisciplinares”, as pressuposições subjacentes de diferentes materiais e abordagens são examinadas e comparadas de maneira a conseguir uma síntese integrada das partes que propiciam um entendimento mais amplo e mais holístico.

A autora ainda revela que:

Do ponto de vista integrador, a interdisciplinaridade requer um equilíbrio entre amplitude, profundidade e síntese. A amplitude assegura uma larga base de conhecimento e informação. A profundidade assegura o requisito disciplinar, profissional e/ou conhecimento e informação interdisciplinar para a tarefa a ser executada. A síntese assegura o processo integrador (INTERDISCIPLINARY STUDIES, 1990 apud KLEIN, 2003, p. 121).

O equilíbrio só é assegurado mediante as práticas didáticas adotadas pelo corpo docente e pela instituição como um todo, pois:

[...] a função da didática é conceber as situações as quais os estudantes poderão dar sentido, situações que lhes permitirão agir e refletir sobre sua ação e sobre seus resultados. Isso implica que a didática assegure, com base na estruturação curricular numa perspectiva interdisciplinar, a apresentação de situações de aprendizagem que façam sentido para os alunos, apoiadas sobre preocupações e situações da vida [...], sobre suas interrogações, suas concepções, suas práticas cotidianas e espontâneas (LENOIR, 2003, p. 63)

Porém, é necessário o cuidado para que não haja destaque ao individual, o que pode gerar disputa de egos referente a qual problema é mais “problemático”, ou qual abordagem é mais precisa. Sob esta perspectiva, reside a observância da humildade enquanto qualidade para o convívio social benéfico e realmente edificante o qual a interdisciplinaridade necessita, em que reside a significância de todos de forma igualitária, uma vez que:

Numa sala de aula interdisciplinar a autoridade é conquistada, enquanto na outra é simplesmente outorgada. Numa sala de aula interdisciplinar a obrigação é alternada pela satisfação; a arrogância pela humildade; a solidão pela cooperação; a especialização pela generalidade; o grupo homogêneo, pelo heterogêneo; a reprodução, pela produção do conhecimento (FAZENDA, 2009, p. 86).

Assim, a partir do levantamento e panorama das características da interdisciplinaridade, nas universidades atuais, apresentamos algumas das mais influentes para que essa abordagem esteja em foco, na construção do conhecimento: a) a liberdade ao pensamento reflexivo e crítico do professor e aluno; b) o aprofundamento na autoconsciência individual e o protagonismo do aluno, na busca pelo conhecimento; c) o fazer pesquisa como principal processo de construção do conhecimento; d) a adoção da coletividade fundada em experiências únicas e pessoais que se somam e formam a base para o saber e, por fim, e) um pensamento que funciona como um prisma para se enxergar as diversas situações em que a didática e as práticas pedagógicas dos professores são colocadas em questão: “**Conduzir sim**, eis a tarefa do **mestre**. O professor precisa ser o **condutor** do **processo**, mas é necessário adquirir a sabedoria da espera, o saber **ver** no aluno aquilo que nem o próprio aluno havia lido nele mesmo, ou em suas produções” (FAZENDA, 2009, p. 44, grifos da autora). Desta forma, a autora afirma que o papel do professor não é mais apenas o de transmitir saberes, mas de se relacionar com os alunos a fim de permitir que este faça parte da construção de seu próprio conhecimento.

2.2 As universidades na história

A universidade é uma instituição secular. Seu início data da Idade Média e foi fundada pela Igreja Católica, como demonstra Luckesi (1998, p. 30-31):

[...] entre o final da Idade Média e a Reforma (entre os séculos XI e XV) que propriamente nasce a universidade, identificando-se logo “*com sua sociedade e sua cultura, tornando-se logo o órgão de elaboração do pensamento medieval*” (SUCUPIRA, 1972 apud LUCKESI, 1998). A Igreja Católica deste tempo é a responsável pela unificação do ensino superior em um só órgão, a “universidade”. Isso ocorre como resultado de um esforço da Igreja no sentido de fundamentar a sua ação política e religiosa, enquanto preparava os seus quadros, o clero especificamente.

A relevância do surgimento desta instituição, para todo o ocidente, é relatada da seguinte forma:

O surgimento das primeiras universidades, na virada dos séculos XII e XIII, é um momento capital da história cultural do Ocidente medieval [...]. Pode-se compreender que ela comportou, em relação à época precedente, elementos de continuidade e elementos de ruptura. Os primeiros devem ser buscados na localização urbana, no conteúdo dos ensinamentos, no papel social atribuído aos homens de saber. Os elementos de ruptura foram inicialmente de ordem institucional. Mesmo que se imponham aproximações entre o sistema universitário e outras formas contemporâneas de vida associativa e comunitária (confrarias, profissões, comunas), este sistema era, no entanto, no domínio das instituições educativas, totalmente novo e original, [...] o agrupamento dos mestres e/ou dos estudantes em comunidades autônomas reconhecidas e protegidas pelas mais altas autoridades leigas e religiosas daquele tempo, permitiu tanto progressos consideráveis no domínio dos métodos de trabalho intelectual e da difusão dos conhecimentos quanto uma inserção muito mais eficiente das pessoas de saber na sociedade da época (VERGER, 2001 apud OLIVEIRA, 2007, p. 122).

Das características da universidade mais relevante, além de ser uma instituição citadina, é o compromisso que os homens de saber ganham perante seu papel social, que demonstra que o foco central da universidade deve ser o compromisso com o desenvolvimento da comunidade. Em uma reflexão acerca da Carta de número 443, de Carlos I, então rei da Sicília, em 1272, Oliveira (2009, p. 729), assume que:

Podemos depreender desta Carta a importância que os reis davam aos homens da Universidade e cuidavam para estabelecer privilégios para que estes habitassem e desenvolvessem suas profissões em seus territórios. Muito provavelmente nem todos os monarcas pensavam e se comportavam como Carlos, mas as Cartas nos revelam que muitos reis pensavam como ele. Assim, esta Carta é um exemplo de como os alunos, mestres e doutores da Universidade, particularmente os de Paris, eram respeitados e procurados para promover, por meio de seus conhecimentos, o desenvolvimento da comunidade, fosse ela cidade ou reino.

O que entendemos, por *extensão*, nas práticas universitárias atuais já era uma demanda social da época do surgimento das universidades. Vários governantes, como Carlos I, sabiam que os estudos realizados dentro das universidades poderiam trazer grandes benefícios ao desenvolvimento de seus reinos e cidades, que seriam uma contraprestação dos homens de saberes à comunidade que os protegiam e serviam. Do surgimento da universidade já nascia a relação entre o trabalho intelectual da comunidade pensante e o desenvolvimento da comunidade que a acolhia.

A conclusão a que se chega é que as universidades eram relevantes e prezadas tanto pela comunidade laica quanto a religiosa, como se constata:

No início do século XIII, o papa e os príncipes encaravam essas instituições como importantes pontos de apoio político e cultural. Em função disso, editaram leis e bulas com o objetivo de instituí-las, protegê-las e nelas intervir, tanto no ensino como nas relações entre estudantes e mestres e entre estes e a comunidade (OLIVEIRA, 2007, p. 120).

Desta forma, a universidade goza da fortuna de nascer no seio de uma comunidade em que os principais poderes vigentes garantem proteção e suporte para sua continuidade.

2.2.1 A universidade medieval

A Idade Média é considerada fundamental na construção da civilização ocidental, devido às instituições que manteve ou as que criou, como relatado nas duas transcrições:

As instituições que a Idade Média nos legou são de um valor maior e mais imperecível do que suas catedrais. E a universidade é nitidamente uma instituição medieval – tanto quanto a monarquia constitucional, ou os parlamentos, ou o julgamento por meio do júri. As universidades e os produtos imediatos das suas atividades, pode ser afirmado, constituem a grande realização da Idade Média na esfera intelectual. Sua organização, suas tradições, seus estudos e seus exercícios influenciaram o progresso e o desenvolvimento intelectual da Europa mais poderosamente, ou (talvez deveria ser dito) mais exclusivamente, do que qualquer escola, com toda a probabilidade, jamais fará novamente (RASHDALL, 1952 apud OLIVEIRA, 2007, p. 117).

Parmi les grandes institutions médiévales qui se sont conservées jusqu'à nos jours, à côté de la monarchie constitutionnelle, des Parlements, des juris de cours d'assises, de l'Eglise catholique, il faut mettre au premier plan les Universités. L'université et la forme d'intellectualisme qui s'y est acclimatée sont des phénomènes spécifiquement européens. C'est de là que procèderent la civilisation scientifique du monde moderne, ces méthodes de pensée (HEER, 1970 apud OLIVEIRA, 2007, p. 119).

É mister o impacto que os autores atribuem às universidades e outras instituições medievais. Diante disto, um questionamento nos surge: não seria uma instituição assim que busca-se hoje? Uma instituição que reflita e dê respostas críticas à sociedade? Pleiteia-se assim a *Universidade que queremos*, defendida por Luckesi (1998, p. 42-43):

Queremos, enfim, uma universidade “consciência crítica da sociedade”, ou seja, um corpo responsável por indagar, questionar, investigar, debater, discernir, propor caminhos e soluções, avaliar, na medida em que exercita as funções de criação, conservação e transmissão da cultura.

A definição de Luckesi, sobre a universidade que queremos e a dos historiadores da Idade Média, reflete muito bem a preocupação das questões interdisciplinares da educação, como vemos em Fazenda (2002 apud YARED, 2008, p. 164-165):

Além do desenvolvimento de novos saberes, a interdisciplinaridade na educação favorece novas formas de aproximação da realidade social e novas leituras das dimensões socioculturais das comunidades humana. [...] O processo interdisciplinar desempenha papel decisivo para dar corpo ao sonho de fundar uma obra de educação à luz da sabedoria, da coragem e da humildade. [...] A lógica que a interdisciplinaridade imprime é a da invenção, da descoberta, da pesquisa, da produção científica, porém gestada num ato de vontade, num desejo planejado e construído em liberdade.

O movimento de liberdade crítica é reconhecido por Oliveira (2007, p. 123) nas universidades medievais:

[...] o papel social que os homens de saberes passam a desempenhar no seio da comunidade, ora a serviço do papa, ora a serviço do príncipe. A proximidade com o poder propiciava aos intelectuais uma inserção política e cultural significativa na sociedade, pois, em geral, legislavam a favor ou contra as autoridades, questionavam ou assimilavam os antigos conhecimentos sagrados ou filosóficos. Tudo isso dava certa autonomia às universidades com relação à comunidade local, permitindo-lhes uma liberdade de atuação cultural, científica e política que foi fundamental para o desenvolvimento do pensamento.

Outro ponto interessante é o papel da religiosidade na educação medieval e seu relacionamento atual com a interdisciplinaridade como aponta Yared (2008, p. 164-165, grifos da autora):

A atitude interdisciplinar, esta mentalidade de diálogo profundo e verdadeiro, não pode deixar excluir a relação com a Teologia em todas as suas especialidades e não pode subestimar ou excluir a tentativa do homem de ontem e de hoje de compreender simplesmente que coisa lhe diz a *fé*, a qual não é reconstrução, mas *presença*, não é teoria, mas *realidade viva e existencial*.

Talvez devêssemos confiar mais na atualidade da *fé* que resiste há séculos, *fé* que pela sua mesma natureza não quis ser outra coisa que compreender. A *fé* cristã não se refere a uma ideia, mas a uma pessoa, *Jesus Cristo*, a um “*eu*” e precisamente a um “*eu*” que é definido como Verbo e Filho, isto é, como total abertura.

Exatamente aqui se desfaz o nó não do existir, mas o *verdadeiro sentido* de cada existir, sentido ao qual toda a indagação disciplinar, intertransdisciplinar aspira. [...]

A pessoa humana é aberta ao transcendente, busca o sentido último de si e do real, mas não pode dar-se por si mesma o sentido, nem ser ela o sentido de tudo.

O homem, essencialmente ser em relação, entra em relação com *quem* é o sentido, o sustento do seu existir exatamente porque “Deus” entra em relação com ele e com o seu fazer-se Criador, Salvador e Libertador. E aqui existe o impacto com a auto-revelação de Deus, com o transcendente que se faz imanente: Jesus Cristo.

Essa relação do ensino com a teologia e com a religiosidade é descrita também por Oliveira (2007, p. 124-125):

[...] um aspecto merece destaque: é o fato de o autor (Lusignan) afirmar que, na Idade Média, o cristianismo sempre desenvolveu e impulsionou o desenvolvimento escolar. No entanto, a universidade é um *locus* novo, pois seu princípio não é mais o ensino no qual a religião é o seu fim, mas, o saber. A preocupação dos homens das universidades não é somente formar o clérigo, mas formar uma pessoa capaz de aprender e de ensinar. O saber deixa de ser um dom, uma graça divina, como era considerado até então. Torna-se uma atividade humana que qualquer um que possuísse intelecto racional poderia desempenhar, ou seja, qualquer ser humano. O conhecimento, o ensino e o saber adquirem uma dimensão nova e essa é a grande inovação da universidade.

A religião não se torna o fim do ensino, mas sua base, seu saber; e que isto não revela nenhuma incoerência com a apreciação científica e a formação de métodos rigorosos de pensamento, como já abordado em citações anteriores.

Mais um traço relevante em relação ao conceito atual de interdisciplinaridade e as abordagens de construção de conhecimento dentro das *universidades medievais* é a valorização da questão da *memória*. Para Fazenda (2009, p. 82-83):

O registro das experiências vividas pode gerar novas perspectivas, depende do exercício interdisciplinar de captar delas o movimento dialético e contraditório que elas encerram. [...]

O recurso utilizado – memória – tem sido fundamental, na medida em que permite desenhar um quadro já vivido, em outras cores, em outros contornos e formas, pois a memória quando desenha um quadro já vivido sempre o faz de maneira diferente. Diferente porque já impregnado por um crivo, por uma seleção – que se não garante a precisão da objetividade, é fidedigna e indicadora de validade. Fidedigna e indicadora de validade porque substitui o propósito de precisão por outro propósito: o de selecionar do quadro aquilo que mais marcou, aquilo que foi, ou que parece ter sido mais significativo a ponto de se tronar inesquecível e inesgotável. Inesgotável porque ao recuperar o vivido de forma diferente da que foi vivida torna o ontem em hoje, ao mesmo tempo e no mesmo espaço, com perspectiva de amanhã; Movimento próprio de toda e qualquer produção de conhecimento. Movimento dialético próprio de um projeto interdisciplinar (ainda que não exclusivo).

Queremos dizer com isso da importância de se considerar o recurso da memória como possibilidade de releitura crítica e multi-perspectival de fatos ocorridos nas práticas docentes.

A perspectiva de Fazenda é muito próxima da perspectiva da memória na época medieval, analisada por Oliveira (2007, p. 125) que trata a “importância da memória como elemento formativo do ser”. A autora também afirma que:

[...] durante a Idade Média, a memória oral e a escrita estiveram presentes na vida dos homens, independentemente do seu lugar social. A memória foi um dos

elementos constitutivos do intelecto medieval, seja por meio das novelas e das canções de gestas, seja pela memorização dos textos sagrados ou teóricos que os escolares medievais precisavam reter para construir seus saberes. (OLIVEIRA, 2007, p. 126)

A conclusão da autora é derivada do pensamento de dois autores, o historiador Le Goff e São Tomás de Aquino. Para o primeiro:

O domínio do cristianismo e, de certa forma, do judaísmo, em muito contribuiu para a preservação da memória na Idade Média, pois seriam, segundo este autor, por excelência, religiões de recordação. Nessas duas religiões, a lembrança é uma das suas principais bases de existência e divulgação, já que é necessário relembrar-se dos atos divinos e das palavras sagradas para assegurar a salvação espiritual (LE GOFF, 1984 apud OLIVEIRA, 2007, p. 125-126).

Mas o autor também relata o uso da memória, tanto escrita quanto oral, como aparato educativo, de manutenção e constituição dos saberes:

Todavia, nestes tempos, o escrito desenvolve-se a par do oral e, pelo menos no grupo dos clérigos e literatos, há um equilíbrio entre memória oral e memória escrita, intensificando-se o recurso ao escrito como suporte da memória [...]. Durante muito tempo, no domínio literário, a oralidade continua ao lado da escrita e a memória é um dos elementos constitutivos da literatura medieval (LE GOFF, 1984 apud OLIVEIRA, 2007, p. 126).

Sob a perspectiva de Aquino, um dos mestres da *universidade medieval*, a autora cita que:

Ao tratar da questão da Virtude da Prudência, Tomás de Aquino destaca o fato de que o esquecimento pode interferir na prudência na medida em que os homens se esquecem de como deveriam agir e esse esquecimento pode, muitas vezes, ser prejudicial à sociedade. Nesse sentido, a permanência da memória é algo fundamental para a sociedade, pois indicaria o conhecimento que os homens têm de si mesmos ou, em oposição a isso, o desconhecimento que eles têm da sua história, das suas leis e do seu passado (OLIVEIRA, 2007, p. 127)

Aquino trata o relacionamento da memória com conhecimento: “[...] o conhecimento em si mesmo, que se refere ao passado, é memória [...]; se se refere ao presente – quer se trate de realidades contingentes ou necessárias – chama-se intelecto ou inteligência” (TOMAS DE AQUINO, 2001-2005 apud OLIVEIRA, 2007, p.127). E a autora faz uma análise da afirmação:

Na verdade, Tomás de Aquino observa que o comportamento prudente ocorre quando se usa a reta razão e ela advém sempre do conhecimento que se processa no seio de duas demarcações temporais: o passado e o presente. O conhecimento ocorreria quando ensinamos ou aprendemos a partir do passado e do presente. O ensino/conhecimento do passado acontece quando nos remetemos à memória e o ensino/conhecimento, no presente, quando usamos nosso intelecto.

Nesse panorama comparativo e a partir dos recortes apresentados, pode-se observar como a *abordagem interdisciplinar* pretendida nas universidades de hoje e concebida por autoridades atuais do assunto, se relacionam de forma próxima com a postura da *universidade medieval* e sua forma de construção de conhecimento e atuação perante a sociedade.

2.2.2 A universidade napoleônica

A *universidade napoleônica* tem sua concepção formada na França, por Napoleão Bonaparte, e trouxe profundas mudanças no cerne da instituição *universidade*, até então conhecida no tempo medieval, como relatado:

[...] o fato relevante é que se iniciou uma nova relação entre a universidade e o Estado, rompendo com seu formato tradicional e, tornando-se tributária dessa complexa interdependência. As novas tendências da universidade caminham em direção do modelo estatal (França e Alemanha) e do fim do monopólio corporativo dos professores (TRINDADE, 2000, p. 124).

Na França, a Universidade Imperial organizou-se subordinada ao Estado. Em pleno expansionismo militar, Napoleão fundou, em 1806, a Universidade, subdividida em Academias, articulando as faculdades profissionais isoladas que se tornaram um poderoso instrumento para criar quadros técnicos e políticos. O novo modelo se instituiu pelo poder do governo de nomear professores, assistido por um conselho central, fazendo da educação um monopólio. A Universidade napoleônica e suas Academias se estendem aos Países Baixos e à Itália (TRINDADE, 2000, p. 124).

A concepção *napoleônica* de universidade, assim como descrita, revela dois pontos de oposição ligados ao modo de construção interdisciplinar do conhecimento. Primeiro: ao tornar a educação um monopólio do Estado, desfaz-se a liberdade impreterível para a prática crítica e reflexiva desta instituição, no caminho de ajudar a compreender e superar os questionamentos dos homens e da sociedade, como aponta Luckesi (1998, p. 40):

Não queremos uma universidade onde a direção-administração – integrante fundamental do conjunto, mas nunca a definição última da universidade – surja a partir de organismos e razões outros que não os eminentemente pedagógicos e didáticos, indicadas pura e simplesmente pelos donos do poder político e econômico sem a interferência de sua célula básica – aluno e professor – e aja como se fosse senhora de tudo, o centro das sabedorias e decisões, à revelia do corpo de professores e alunos. Em síntese, não queremos uma universidade originada da imposição e meramente discursiva.

O segundo ponto se refere ao legado da *universidade napoleônica* enquanto a dissociação e isolamento das *faculdades* para se formar especialistas para preenchimento de quadros técnicos. Tal concepção afasta da construção do conhecimento seu foco principal - o homem:

Na ciência moderna, eleita a condutora da humanidade na transição das trevas para a luz, o conhecimento desenvolveu-se pela especialização e passou a ser considerado mais rigoroso quanto mais restrito seu objeto de estudo; mais preciso quanto mais impessoal. Eliminando o sujeito de seu discurso, deixou de lado a emoção e o amor, considerados obstáculos à verdade.

Especializado, restrito e fragmentado, o conhecimento passou a ser disciplinado e segregador. Estabeleceu e delimitou as fronteiras entre as disciplinas, para poder fiscalizá-las e criar obstáculos aos que tentassem transpor (TRINDADE, 2008, p. 67).

Esta fragmentação do conhecimento é contrária tanto ao preceito básico do caráter etimológico de interdisciplinaridade que, em sentido geral, é a relação entre as disciplinas, quanto ao propósito da interdisciplinaridade enquanto seu caráter cognitivo que, ao contrário de fragmentar, tenta recuperar a união do conhecimento, como afirma Astieri (apud YARED, 2008, p. 162):

Do ponto de vista cognitivo, a interdisciplinaridade recupera a unidade na compreensão das “coisas” (fato histórico, texto filosófico, fato educativo, comportamento humano, evento social, fenômeno natural), unidade que foi quebrada durante a pesquisa científica, a qual procede no caminho de uma especialização progressiva.

Nesse panorama comparativo e a partir dos recortes apresentados, pode-se observar como a abordagem interdisciplinar pretendida nas universidades de hoje e concebida por autoridades atuais do assunto, não se relacionam com a postura da *universidade napoleônica* e sua forma de construção de conhecimento e atuação perante a sociedade, sendo sua busca justamente o contrário, pois visa que:

O retorno às origens da significação humana do conhecimento é uma possibilidade de resgate da história do saber, é encontrar em cada paragem vivências e experiências relegadas ao esquecimento, deixadas de lado, até ridicularizadas, porque míticas, místicas, devocionais, ou mágicas, portanto subjetivas, contrariavam o racionalismo e a objetividade, dogmas adotados pela Ciência Moderna (TRINDADE, 2004 apud TRINDADE, 2008, p. 66)

Portanto, o caráter da significação humana, o qual envolve questões transcendentais e subjetivas, e não apenas racionais e objetivas, é aspecto relevante da *abordagem interdisciplinar* na construção do conhecimento.

2.2.3 A universidade moderna

A concepção de *universidade moderna* surge à mesma época da *universidade napoleônica*, porém estas divergem em pontos estratégicos que definem seu comportamento na construção do conhecimento e no posicionamento perante a sociedade. A representante proeminente da *universidade moderna* é a Universidade Humboldt de Berlim, na Alemanha e suas postulações, à época de sua fundação, eram as seguintes:

Os princípios essenciais postulados por Humboldt – de forma geral, até hoje defendidos como formulações que dão à universidade seu caráter próprio – são essencialmente: a formação através da pesquisa; a unidade entre o ensino e pesquisa; a interdisciplinaridade; a autonomia e a liberdade da administração da instituição e da ciência que ela produz; a relação integrada, porém autônoma, entre Estado e Universidade; a complementaridade do ensino fundamental e médio com o universitário (PEREIRA, 2008, p. 31).

Revela-se que esta concepção de universidade, além de fundamentada na construção do conhecimento através da pesquisa, tem sua autonomia preservada em relação ao Estado. Para fins de distinção, tem-se que promover a diferenciação entre o caráter da *napoleônica* e da *moderna*, como definidas aqui. As duas são consideradas modernas, pois são posteriores à *medieval*. Porém a *napoleônica* é considerada *funcionalista*, enquanto a *moderna*, como aqui descrita, é considerada *idealista*. Estas duas concepções são descritas assim:

Temos, na concepção idealista, uma visão para a missão da universidade que ainda persiste quando se fala em “ideia de universidade” e é ainda bastante defendida como a verdadeira ideia de formação universitária. Esta concepção fundamenta-se:

no postulado de uma educação geral voltada para o desenvolvimento do intelecto; na unidade do ensino e da pesquisa com um corpo docente criador e um corpo discente integrado a este; na liberdade acadêmica para que a pesquisa seja a busca da verdade – um verdadeiro direito da humanidade – em toda parte, sem ser constrangida pelas forças de poder da sociedade; e, nas normas de organização estrutural, curricular e administrativa emanadas do interior da universidade.

A concepção funcionalista via outros propósitos para a universidade e outra forma de vinculá-la à sociedade e ao governo. Via a missão da universidade voltada para as necessidades sociais, com a função de servir a nação e a finalidade de ser de utilidade coletiva, sociopolítica e socioeconômica. Nesta concepção, a universidade é tida principalmente como uma instituição instrumental de formação profissional e de formação política. É o modelo desenvolvido na França e nos países socialistas. Suas normas são emanadas do exterior, sua autonomia é relativa e seu controle pelas forças de poder é preponderante.

A diferença entre essas duas matrizes da universidade moderna está caracterizada principalmente na forma de estruturá-las. No projeto de Humboldt, a autonomia e a liberdade foram os princípios determinados como os mais importantes. Ele definiu tanto o entendimento como a extensão da autonomia que a universidade deveria ter. Justificava que essa autonomia tinha que ser total, desvinculada de qualquer força externa, pois concebia a universidade como uma instituição acima dos interesses do Estado, da religião ou de qualquer outro poder político ou econômico (como é o caso de termos agora as determinações do mercado de trabalho). A universidade, para ele, é o local onde a verdade deve ser buscada sem “qualquer constrangimento” (HUMBOLDT, p. 197). Defendia enfaticamente que a autonomia é um princípio que ultrapassa os limites da universidade e alcança o bem da nação. Só uma universidade livre e autônoma poderia, para ele, ser capaz de dar as contribuições que a ciência pode prestar para o desenvolvimento da nação e de seus cidadãos. Assim, a universidade deveria ter liberdade didática, científica, administrativa e financeira (PEREIRA, 2008, p. 32-33).

A relevância sobre a liberdade e a autonomia desta universidade está estritamente ligada ao caráter da produção de conhecimento através da pesquisa. Como já apresentado, não há pesquisa sem o pensamento livre, crítico e reflexivo. Outro aspecto que aproxima a concepção da *universidade moderna*, com a concepção de interdisciplinaridade demonstrada neste trabalho reside na relação entre a pesquisa, o professor e o aluno:

Outra característica destas instituições [universidades] é que, para seus membros, a ciência é compreendida como um problema que nunca pode ser totalmente resolvido. Portanto, a pesquisa se transforma num esforço infinito. Pelo contrário, na escola, a tarefa da instituição se limita à transmissão de conhecimentos previamente estabelecidos. Já numa instituição científica superior, o relacionamento entre professores e alunos adquire uma feição completamente nova, pois, neste ambiente, ambos existem em função da ciência (HUMBOLDT, 1997 apud PEREIRA, 2008, p. 33).

O relacionamento entre professor e aluno, que deixa de ser autoritário e leva a uma democratização da construção do conhecimento também, e visa capacitar o homem a melhor se relacionar com a complexidade de um mundo em velozes transformações:

[...] é preciso frisar que apostar na interdisciplinaridade significa defender um novo tipo de pessoa, mais aberta, mais flexível, solidária, democrática. O mundo atual precisa de pessoas com uma formação cada vez mais polivalente para enfrentar uma sociedade na qual a palavra mudança é um dos vocábulos mais frequentes e

onde o futuro tem um grau de imprevisibilidade como nunca em outra época da história da humanidade (SANTOMÉ, 1998 apud TRINDADE, 2008. P. 72).

Ressalta-se que o período histórico da fundação da Universidade Humboldt de Berlim também passava por mudanças rápidas, acentuadas principalmente pela Revolução Industrial.

A concepção da *universidade moderna* de Humboldt, também, enfatiza a construção do conhecimento a partir das parcerias entre os pesquisadores, assim como Fazenda (2009, p. 85), que neste trecho cita que:

A parceria, pois, como fundamento da interdisciplinaridade surge quase como condição de sobrevivência do conhecimento educacional. Na medida em que acreditamos que o educador precisa estar sempre se apropriando de novos e múltiplos conhecimentos, verificamos que o tempo para isso é curto, assim como curta é a vida. A vida, entretanto, prolonga-se na confluência das outras tantas vidas, que também são curtas, que também são breves, mas que na sua confluência podem se alongar, se eternizar.

A parceria seria, por assim dizer, a possibilidade de consolidação da intersubjetividade – a possibilidade de que em um pensar venha a se completar no outro. A produção em parceria, quando revestida do rigor, da autenticidade e do compromisso amplia a possibilidade de execução de um projeto interdisciplinar. Ela consolida, alimenta, registra e enaltece as boas produções [...]

Para Humboldt, assim como para Fazenda, a parceria não só auxilia no desenvolvimento do conhecimento, mas do ser humano, pois a “atividade intelectual somente progride quando há cooperação, e não apenas para que um investigador forneça o que falta ao outro, mas para que o êxito de sua atividade entusiasme o próximo” (HUMBOLDT, 1997 apud PEREIRA, 2008, p. 36)

Nesse panorama comparativo e a partir dos recortes apresentados, pode-se observar como a abordagem interdisciplinar pretendida nas universidades de hoje e concebida por autoridades atuais do assunto, se relacionam de forma próxima com a postura da *universidade moderna* e sua forma de construção de conhecimento e atuação perante a sociedade.

Conclusão

A análise histórica possibilita uma avaliação acerca da possibilidade de evolução do conceito de *interdisciplinaridade* enquanto *tecnologia* pedagógica.

Na perspectiva abordada no presente estudo, as duas formas de universidade, enquanto seu momento histórico, que mais se aproximam do que é postulado atualmente sobre *interdisciplinaridade*, são: *medieval* e *moderna*.

Na *medieval*, a *abordagem interdisciplinar* está vinculada ao conceito de liberdade, o que possibilita um pensamento crítico e reflexivo da sociedade de então, e que transforma o papel social dos homens de saberes e coloca a universidade como o epicentro da formulação do pensamento da época. Se apresenta também o caráter humano e de autoconhecimento provido pela religiosidade, assim como a relevância dada à memória, que privilegia a releitura de acontecimentos e fatos, a partir do oral e do escrito, o que possibilita a transmissão da cultura e o aprendizado do presente, a partir do passado.

Na *universidade moderna*, o ponto que se aproxima da *abordagem interdisciplinar* atual é, além da liberdade e autonomia da universidade em relação aos poderes econômicos e políticos, a ênfase dada a pesquisa como alicerce para a produção do conhecimento, assim como ressaltar a parceria entre os pesquisadores de várias áreas, característica abordada nas pesquisas interdisciplinares atuais.

A *universidade napoleônica* é a que mais se distancia da *abordagem interdisciplinar*, pretendida no conceito contemporâneo do termo, uma vez que dissocia o conhecimento e o isola em várias *faculdades* e tem como caráter a especialização dos saberes, ao invés da pluralidade, para a construção do conhecimento. Verifica-se também a postura da universidade em relação ao Estado, uma vez que esta fica subjugada aos ditames deste, o que pode desfigurar o pensamento livre e crítico, elemento fundamental da interdisciplinaridade.

Ao propor essa avaliação, verifica-se que os estudiosos atuais do tema *interdisciplinar* caminham para uma discussão efetiva desta *tecnologia* pedagógica, uma vez que *materializam* um ente até então *etéreo*. Nesta pavimentação do caminho da evolução do conceito interdisciplinar, observa-se que este já estava presente em épocas passadas, mas sem um entendimento mais apurado e rigoroso.

O presente trabalho demonstra que o *interdisciplinar*, enquanto *tecnologia* a serviço do homem, evolui junto com seu construtor e operador, mas mantém seu conceito fundante pois, se o autoconhecimento e a parceria para a construção do conhecimento são chaves para a *abordagem interdisciplinar* na construção do conhecimento desde outras épocas das universidades, o próprio embasamento que hoje é dado ao termo mediante o aprofundamento dos estudos e das pesquisas de diversos cientistas sociais na área de educação, só poderia ser obtido durante o estudo da evolução histórica da instituição que há mais de oito séculos se interioriza dentro da sociedade humana, sendo local de tentativas de entender o mais complexo universo encontrado até então: *o homem*.

Referências

DRUCKER, Peter. **Tecnologia, administração e sociedade**. Tradução de Bruno Alexander e Luiz Otávio Talu. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. A construção de fundamentos a partir de uma prática docente interdisciplinar. In: _____. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 16. ed. Campinas: Papirus, 2009. cap. 7, p. 81-90.

_____. A construção interdisciplinar a partir da relação professor/aluno. In: _____. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 16. ed. Campinas: Papirus, 2009. cap. 2, p. 37-46.

FURTADO, Celso. **Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KLEIN, Julie Thompson. Ensino interdisciplinar: didática e teoria. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Didática e interdisciplinaridade**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2003. cap. 6, p. 109-132.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LENOIR, Yves. Didática e interdisciplinaridade: uma complementariedade necessária e incontornável. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Didática e interdisciplinaridade**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2003. cap. 4, p. 45-76.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Universidade – criação e produção de conhecimento. In: LUCKESI, Cipriano Carlos et al. **Fazer universidade: uma proposta metodológica**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1998. cap. 2, p. 29-44.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementariedade?. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, set. 1993. Disponível em

<http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1993000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 29 ago. 2014.

OLIVEIRA, Terezinha. Origem e memória das universidades medievais: a preservação de uma instituição educacional. **Varia história**. Belo Horizonte, v. 23, n. 37, pp. 113-129, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742009000200025&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 ago. 2014.

_____. Universidade, liberdade e política na comuna medieval: um estudo de cartas oficiais. **História**, São Paulo, v. 28, n. 2, pp. 715-732, nov. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742009000200025&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 ago. 2014.

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. A universidade da modernidade nos tempos atuais. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 14, n. 1, Mar. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772009000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 ago. 2014.

TRINDADE, Diamantino Fernandes. Interdisciplinaridade: um novo olhar sobre a ciência. In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008. cap. 5, p. 65-84.

TRINDADE, Héglio. Saber e poder: os dilemas da universidade brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 14, n. 40, dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 ago. 2014.

YARED, Ivone. O que é interdisciplinaridade? In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008. cap. 12, p. 161-167.

A PSICOLOGIA JURÍDICA SOB A PERCEPÇÃO DOS DISCENTES DE DIREITO: EM UMA INSTITUIÇÃO DO INTERIOR DE SÃO PAULO

Sofia Muniz Alves Gracioli
Faculdade Dr. Francisco Maeda - FAFRAM
sofiagracioli@yahoo.com.br

Paulo de Tarso Oliveira
Faculdade Dr. Francisco Maeda - FAFRAM
tarsoliveira@yahoo.com.br

Resumo

A psicologia jurídica corresponde a toda aplicação do saber psicológico às questões relacionadas ao saber do Direito, é um dos ramos da Psicologia que mais cresce nos últimos anos. A psicologia jurídica, mesmo gozando de maior popularidade nos últimos anos, continua a ser uma disciplina ainda por fazer, um território novo a se explorar. A visão de que psicologia e direito possuem um destino comum é fácil de constatar, pois ambos tratam do comportamento humano, cada um dentro de sua perspectiva. Sendo assim, o presente artigo busca investigar qual a percepção dos discentes de direito com relação à disciplina de Psicologia jurídica, além de examinar quais foram às possíveis mudanças nas idéias pré-estabelecidas depois do contato com a disciplina. E por fim investigar qual o feedback dos discentes com relação ao direito e psicologia. Será realizada uma pesquisa através de questionário com questões abertas, analisadas qualitativamente

087-2406

Palavras chave: psicologia jurídica, ensino superior, Direito.

INTRODUÇÃO

Atualmente a psicologia está em um constante crescimento, inserindo-se em diferentes áreas, ganhando novos campos de atuação. A Psicologia possibilita entender o comportamento humano, o qual, para o Direito, é quase sempre determinado e padronizado por normas. Na cooperação entre essas duas ciências vemos que é preciso entender todo um conjunto de fatores comportamentais, sociais, individuais e analisar os aspectos legais, para então ser classificada e julgada, uma determinada conduta. Por isso, a necessidade da psicologia aplicada nos campos jurídicos, auxiliando os processos.

Com relação à psicologia e ensino superior, a disciplina de psicologia não era ministrada anteriormente no direito, atualmente vem ganhando cada vez mais espaço, ganhando novos campos de atuação. No campo do Direito Moderno, como em todas as áreas de atividade judicial e jurisdicional, constatou-se a necessidade de subsidiar tecnicamente as decisões em compartilhamento inter, multi e transdisciplinar; a fim de investigar sobre a percepção emocional das partes. Verificou-se a necessidade de além das áreas tradicionais: Psicologia Escolar, Organizacional e Clínica, a criação de novas especialidades.

A psicologia jurídica é uma especialidade da ciência psicológica que aplica os seus saberes nas várias áreas da justiça, especialidade que está em total desenvolvimento e se expandindo cada vez mais. A necessidade do trabalho do psicólogo dentro do mundo jurídico já vem sendo questionada há séculos e é visto como sendo de suma importância.

O objetivo deste artigo é de investigar qual a percepção dos discentes de direito com relação à disciplina de Psicologia jurídica, além de examinar quais foram às possíveis mudanças nas idéias pré-estabelecidas depois do contato com a disciplina. E por fim investigar qual o feedback dos discentes com relação ao direito e psicologia. Será realizada uma pesquisa através de questionário com questões abertas, analisadas qualitativamente.

A PSICOLOGIA JURÍDICA: HISTÓRICO E EVOLUÇÃO

Com relação à origem da psicologia jurídica é complexo delimitar o seu início. Para Leal (2008), foi em 1868, que a psicologia surgiu auxiliando a justiça com a publicação do livro “Psychologie Naturelle” de autoria do médico francês Prosper Despine, onde o mesmo apresentou estudos de casos dos grandes criminosos daquela época. Despine dividiu os casos em grupos de acordo com o motivo desencadeador do crime e investigou cada membro, visando suas particularidades psicológicas.

Foi em 1835, à primeira vez apareceu o termo Psicologia Judicial, através da publicação do “Manual Sistemático de Psicologia Judicial”. Nessa obra o autor destacava a importância da Antropologia e da Psicologia auxiliando a atividade judicial corretamente. A necessidade dos juízes compreenderem conceitos psicológicos ficou totalmente evidenciada com a publicação da obra: “o erro e a relação jurídica: uma investigação jurídica- psicológica” do autor Zitelman (Jesus, 2001).

Com relação à psicologia jurídica no Brasil, teve seu início em 1960, ano que a profissão foi reconhecida, porém a atuação do psicólogo nessa área vinha bem antes dessa data, através de trabalhos informais e voluntários. Os primeiros trabalhos foram realizados na área criminal, com a avaliação do criminoso, prática realizada bem antes ao século XX.

A relação entre os saberes construídos pela Psicologia, o Direito e as práticas judiciais é muito antiga, mas ainda pouco conhecida no Brasil, talvez por causa da impermeabilidade dos juristas, muitas vezes dissociados do método científico, operando produções essencialmente de compilação, permanecendo em um nível basicamente discursivo sobre os fenômenos humanos.

É importante ressaltar que, no início, a Psicologia Jurídica surgiu na tentativa de classificar e controlar os indivíduos. Quando se começou a falar em psicologia jurídica, os psicólogos tinham como função apenas a formulação de perícias, laudos e o emprego de testes psicológicos que auxiliavam a instituição judiciária na tomada de decisão.

No Brasil, os psicólogos iniciaram sua atuação junto à Justiça atuando nas varas de família, criminais e da infância e juventude, em uma prática prioritariamente voltada para elaboração do psicodiagnóstico, sob o modelo pericial. Atualmente, entendemos que o trabalho do psicólogo jurídico não se restringe apenas a emissão de psicodiagnóstico. Os psicólogos jurídicos desenvolvem atividades como seleção e treinamento de pessoal, avaliação de desempenho e o acompanhamento psicológico prestado aos magistrados, servidores e seus dependentes dentro das instituições judiciais.

Ao analisar os campos de atuação do psicólogo, os profissionais passaram a repensar o modelo de atuação psicológica buscando uma nova forma de intervenção, tendo como principal preocupação o resgate da cidadania e a promoção do bem estar.

Por fim, salientamos que a Psicologia Jurídica surge nesse contexto, em que o psicólogo coloca seus conhecimentos à disposição do poder judiciário, assessorando-o em aspectos relevantes para determinadas ações judiciais, trazendo ao processo judicial uma realidade psicológica dos agentes envolvidos que ultrapassa a literalidade da lei, e que de outra forma não chegaria ao conhecimento do julgador por se tratar de um trabalho que vai além da mera exposição de fatos; trata-se de uma análise aprofundada do contexto em que essas pessoas que acorrem ao Judiciário (agentes) estão inseridas. Essa

análise inclui aspectos conscientes e inconscientes, verbais e não verbais, autênticos e estereotipados, individualizados e grupais, que mobilizam os indivíduos às condutas humanas (SILVA, 2007).

Clemente (1998) descreve algumas áreas da psicologia no direito:

1. Psicologia judicial
2. Psicologia penitenciária
3. Psicologia criminal
4. Psicologia civil geral e de família
5. Psicologia laboral e administrativa
6. Psicologia do testemunho
7. Psicologia do menor, da infância e juventude
8. Psicologia das decisões judiciais
9. Psicologia policial
10. Vitimologia

Verificam-se as diferentes áreas do direito que a psicologia se insere, ganhando cada vez mais espaço dentro do ramo jurídico, dentre os mais diversos ramos da Psicologia, é o que mais cresce nos últimos anos, o da Psicologia Jurídica, correlacionando-se com o Direito, tanto na teoria quanto na prática. Ao falar da associação entre psicologia e direito, não podemos deixar de citar o enlace com outras disciplinas com objetivos compartilhados: Psicologia, Direito, Criminologia, Vitimologia, Antropologia, Sociologia, Medicina, Economia, Política e o amplo marco das Neurociências podem contribuir para essa interface na busca desse importante objetivo que é a compreensão do comportamento humano dentro das realidades sociais de cada contexto.

OS DESAFIOS DA DISCIPLINA DE PSICOLOGIA JURÍDICA NO CAMPO DO DIREITO

A Psicologia Jurídica é uma área que vem expandindo suas áreas de conhecimento e atuação, com novas pesquisas e descobertas. Fazendo cada vez mais interface com o Direito e necessitando demarcar seu espaço de atuação; para tanto, vale-se de outros conhecimentos já construídos da Psicologia para aliar seu trabalho ao do Judiciário, buscando uma atuação psicojurídica a serviço da cidadania, respeitando o ser humano. Desta forma, embora haja muito ainda a caminhar e construir enquanto identidade profissional, a Psicologia Jurídica atua ao lado do Direito em diversas formas: no planejamento e execução de políticas de cidadania, observância dos direitos humanos e combate à violência, orientação familiar, entre outras (FERNANDES, 2001).

Não obstante, é fácil constatar que o direito e a psicologia possuem um destino comum, pois ambos tratam do comportamento humano, a Psicologia e o Direito estão entrelaçados por seu objeto comum: o comportamento humano, enquanto a psicologia busca a compreensão do comportamento humano o Direito busca regular esse comportamento. Para Arce e Prieto (1994, p. 15), *“a psicologia e o direito parecem dois mundos condenados a entender-se. A psicologia vive obcecada pela compreensão das chaves do comportamento humano, enquanto o direito é o conjunto de regras que buscam regular esse comportamento, prescrevendo condutas, modos de comportamento, de acordo com os quais se deve plasmar o contrato social em que se sustenta a vida em sociedade”*.

A psicologia jurídica enquanto disciplina não é a soma de dois ramos diferentes do conhecimento unidos por um objeto comum, mas um espaço complexo, um produto da transdisciplinariedade. Mais que uma nova disciplina é um território. Um território novo onde quase tudo está por ser explorado ainda.

METODOLOGIA

O presente artigo contou com uma pesquisa de campo, foram distribuídos questionários abertos com três questões, aos alunos que estão no 5º semestre de Direito, período matutino e diurno, estes tiveram aula de psicologia jurídica no semestre anterior, participaram da pesquisa 60 alunos. O questionário foi aplicado em sala pela professora responsável no momento, os alunos optavam se queriam ou não responder, dos 80 alunos matriculados nesse semestre, atingiu-se a maioria.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário aplicado aos alunos tinha como objetivo verificar primeiramente qual era a percepção sobre a psicologia jurídica antes de serem ministradas as aulas. De acordo com as respostas, observou-se que em sua maioria os alunos não tinham conhecimento da aplicabilidade da psicologia no direito, “eu pensava que os psicólogos trabalhavam apenas em casos de adoção e problemas relacionados a menores...” a resposta demonstra que os alunos não têm conhecimento das diversas áreas que é aplicado conhecimentos da psicologia no direito, há uma idéia que a psicologia está inserida apenas nos processos de adoção e menores, mas sua repercussão é mais abrangente, atualmente a Psicologia Jurídica não se restringe na elaboração de psicodiagnóstico, sua finalidade de inserção no campo jurídico, pois inicialmente o psicólogo jurídico apenas atuava a formular laudos baseados em diagnósticos e testes psicológicos, como forma de fundamentar a tomada de decisões judiciais.

Com o passar do tempo, surgiram novas necessidades e formas de intervenção, visando o bem estar do indivíduo, focando a preservação da sua cidadania. Atualmente a psicologia jurídica está presente em quase todos os Tribunais de Justiça do país incluindo organizações que integram os poderes Judiciário, Executivo e o Ministério Público, em várias áreas de atuação: Varas de Família, Infância e Juventude, Práticas de adoção, Conselhos Tutelares, prisões, abrigos, unidades de internação, criminais, trabalhistas entre outras.

Alguns alunos salientam em suas respostas que não conseguiam ver o porquê de ser ministrada tal disciplina, porque a importância de entender o comportamento humano no direito. A psicologia estuda o ser humano em seus relacionamentos, buscando compreender como as relações ocorrem e intervêm no sentido de promover o bem estar das pessoas, no Direito, há uma preocupação com o homem e suas relações em sociedade, no sentido de como se comportam em relação às leis estabelecidas, seja em sua preocupação com a aplicação das normas e regras que já estão estabelecidas ou que serão estabelecidas, visando ao bem-estar coletivo. O foco do Direito a consciência para compreender as ações humanas, e esta não é uma entidade fechada, determinada, mas sim é composta de sensações, percepções, emoções, motivações entre outras, pois assim a Psicologia mostra a sua função.

Houve apenas dos alunos que dissertaram saber a importância da psicologia ao analisar seus futuros clientes enquanto profissionais. Conclui-se que a psicologia jurídica é uma disciplina que os alunos não têm muito conhecimento de sua real finalidade no curso, a psicologia encontra em expansão nas diferentes áreas do direito.

A Psicologia Jurídica é uma área em ascensão no Brasil, pois abre caminhos para uma nova possibilidade de atuação e prática do profissional de Psicologia. A associação entre a Psicologia e o Direito surge a fim de atender demandas sociais no que concerne a inserção desse profissional nas Organizações

de Justiça, visando auxiliar nos setores jurídicos, na tomada de decisões, produzindo assim um maior conhecimento na hora da tomada de decisões.

Aos alunos foi questionada, qual a percepção sobre a disciplina de psicologia jurídica depois de ministradas as aulas, na maioria das respostas a visão de antes de ser ministrada mudou totalmente, os alunos dissertam sobre a importância da disciplina, da sua aplicabilidade não só enquanto profissionais como também na área pessoal, “depois de conhecer a disciplina abordada no direito, percebi que o trabalho do psicólogo é muito mais abrangente e que pode ajudar nas decisões mais importantes dando uma grande contribuição aos operadores do direito garantindo uma nova visão para se fazer justiça”, a resposta de um aluno elucida a maioria das respostas encontradas, a psicologia encontra um caminho no direito. Observou-se a desmistificação de algumas idéias de senso comum como as encontradas nos questionários: que a psicologia não tinha finalidade, ou era só para cumprir uma grade curricular imposta, que não viam associação de psicologia e direito,

Para finalizar foi questionado se houve alguma contribuição enquanto futuros profissionais, depois de ministrada a disciplina de psicologia jurídica. Os alunos dissertam sobre a importância de entender o comportamento humano no exercício de sua profissão, ver o lado humano nas relações, como pode-se observar na fala de um dos alunos; “Ora, a contribuição da psicologia jurídica é incontestável, principalmente porque agrega a formação profissional um olhar mais humano, mais atento, enfim, uma visão que consegue envergar um homem, uma família, uma criança, que existe por trás de todo arcabouço jurídico”. Importante destacar também o quanto entender de alguns conceitos da psicologia causou reflexão e melhora em suas próprias atitudes enquanto seres humanos, “sim, devemos observar o ser humano, não somente com uma visão preliminar, mas sim para todos os fatores que contribuíram para constituí-las”. Destaca-se que os alunos questionam a interdisciplinaridade

CONCLUSÃO

Conclui-se que o artigo em questão alcançou os objetivos alcançados, ao buscar investigar qual a percepção dos discentes de direito com relação à disciplina de Psicologia jurídica, além de examinar quais foram às possíveis mudanças nas idéias pré-estabelecidas depois do contato com a disciplina. E por fim investigar qual o feedback dos discentes com relação ao direito e psicologia. Será realizada uma pesquisa através de questionário com questões abertas, analisadas qualitativamente. Os alunos demonstraram que não tinham muito conhecimento com relação à psicologia e sua aplicabilidade no campo do direito, que as aulas permitiram abrir seu campo de visão, ter uma percepção diferente, além de observar que a psicologia é importante e de grande relevância para o exercer enquanto profissionais. Por fim, constatou-se que os alunos puderam associar realmente a importância da psicologia no direito e que a disciplina foi um auxílio para isso, a importância de ministrada tal disciplina, faz com que os alunos exerçam um olhar mais crítico e sobre várias perspectivas. A psicologia está abrindo campos no direito, tem muito a conquistar, mas percebe-se que seus primeiros passos no meio jurídico possibilitam muitos pontos positivos enquanto um olhar melhor ao ser humano.

REFERENCIAS

BERNARDI, D. História da Inserção do Profissional Psicólogo no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – Um capítulo da psicologia Jurídica no Brasil. IN: BRITO, L. T. de. Temas de Psicologia Jurídica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

BRANDÃO, E. P., GONÇALVES, H. S. Psicologia Jurídica no Brasil. Rio de Janeiro: NAU, 2004.

BRITO, L. T. de, Temas de Psicologia Jurídica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.



CLEMENTE, M. (Coord.). *Fundamentos de la psicología jurídica*. Madrid: Pirâmide, 1998.

MIRANDA JR., H.C. A Psicologia e as práticas judiciais na construção do ideal de justiça. *Psicologia, Ciência e Profissão*. Brasília (DF): Conselho Federal de Psicologia, nº 1, p. 28-37, 1998.

SILVA, C.V.M.; VASCONCELOS, D.M.C.J.; MAGALHÃES, F.S. A experiência do psicólogo jurídico e o desafio de uma identidade profissional nas Varas da Família. In: FERNANDES, H.M.R. (coord.). *Psicologia, Serviço Social e Direito – uma interface produtiva*. Recife: UFPE, 2001, p.115-122.

SILVA, D.M.P. Psicologia Jurídica – uma ciência em expansão. In: SILVA, D. M. P. (coord.). *Revista Psique Ciência & Vida – edição especial Psicologia Jurídica* (edição especial). São Paulo: Ed. Escala, ano I, nº 5, p. 6-7, 2007.

SILVA, D.M.P. *Psicologia Jurídica no Processo Civil Brasileiro*. RJ: Forense, 2ª.ed., 2012.

WOODWORTH, R.S.; MARQUIS, D.G. *Psicologia*. 11ª ed. em português. São Paulo.



A RELEVÂNCIA DO CONHECIMENTO E PRÁTICAS DE GESTÃO PARA A GERAÇÃO DE RESULTADOS EM UMA ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL

Ester Quintina de Moura
Faculdade de Administração de Passos
esterqmoura@hotmail.com

Thuane Celly Silva
Faculdade de Administração de Passos
thuane.celly@gmail.com

Olney Bruno da Silveira Junior
Faculdade de Administração de Passos
olney.junior@fespmg.edu.br

Thaís Alves Rodrigues
Faculdade de Administração de Passos
tatta.alves@hotmail.com

Resumo

O terceiro setor ou setor sem fins lucrativos tem tido um crescimento mundial nas três últimas décadas, as áreas de atuação são inúmeras, e como consequência deste crescimento, a demanda por conhecimentos específicos também aumenta. Consideram-se entidades sem fins lucrativos aquelas que destinam ou aplicam seus lucros em projetos da entidade, sendo assim, não pode haver distribuição dos lucros entre os associados. O associativismo possui sete princípios, são eles: Princípio da Adesão Voluntária e Livre; Princípio da Gestão Democrática Pelos Sócios; Princípio da Participação Econômica dos Sócios; Princípio da Autonomia de Independência; Princípio da Educação, Formação e Informação; Princípio da Interação e Princípio do Interesse Pela Comunidade. A pesquisa realizada teve por objetivo identificar as dificuldades dos associados da Associação Passense de Proteção aos Animais "Patas Amigas" em operacionalizar o princípio administrativo "Gestão democrática pelos sócios". De acordo com o princípio Gestão Democrática Pelos Sócios as associações são organizações democráticas, controladas por seus sócios, que participam ativamente no deliberamento das suas políticas e na tomada de decisões, sendo os gestores eleitos pela maioria para atender a necessidade comum. A pesquisa é de abordagem qualitativa. Caracterizada como bibliográfica, descritiva, exploratória e estudo de caso. Para a coleta de dados foi utilizado o levantamento bibliográfico em livros, artigos, documentos e sítios. E ainda, entrevistas com a diretoria da ONG Patas Amigas; Análise documental nos Estatutos e Atas. Além da observação não-participante por meio da presença das pesquisadoras em reuniões da ONG. A análise dos dados coletados foi realizada com base no método de análise de conteúdo e para isto serão estabelecidas categorias com base em um modelo de gestão democrática. Foi identificado como ponto fraco a não competência gerencial e o desconhecimento dos princípios associativistas e como ponto forte a determinação e identificação com a causa.

113-2434

Palavras chave: Associação, gestão, associativismo

ABSTRACT

The third sector or nonprofit sector has had a worldwide growth in the last three decades, areas are numerous, and as a result of this growth, the demand for specific knowledge also increases. Are considered nonprofits those intended or apply its profits in the organization's projects, so there can be no distribution of profits among associates. The association has seven principles are: Principle of Accession Voluntary and Free; By the principle of Democratic Management Partners; Principle of Economic Participation Members; Principle of Autonomy of Independence; Principle of Education, Training and Information; Principle of Interaction Principle and Interest For the Community. The survey aimed to identify difficulties associated with the Associação Passense de Proteção aos Animais "Patás Amigas" in operationalizing the administrative principle of "democratic management by the partners." According to the principle Democratic Management For Membership associations are democratic organizations controlled by their members, who actively participate in deliberamento their policies and making decisions, being elected by most managers to meet a common need. The research is a qualitative approach. Characterized as bibliographic, descriptive and exploratory case study. To collect the bibliographic data was used in books, articles, documents and sites. And yet, interviews with the board of ONG Patas Amigas; Document analysis in the Bylaws and Minutes. Besides the non-participant through the presence of the researchers in meetings of the ONG observation. The data analysis was performed based on the method of content analysis and for this category based on a model of democratic governance will be established. Was identified as a weakness not to managerial competence and the lack of associative principles as strength and determination and identification with the cause.

Keywords: Association, management, associativism

1. INTRODUÇÃO

As organizações do terceiro setor tem tido um crescimento considerável nos últimos anos, as mudanças ocorridas mundialmente exige um novo posicionamento com relação às causas sociais e não mais voltadas apenas para o assistencialismo, como consequência a profissionalização do setor é visível, o que faz com que abra espaço para diversas áreas de conhecimento, inclusive profissionais da área de administração este mercado oferece amplas possibilidades e permite ao indivíduo aliar crescimento profissional e pessoal.

O presente artigo tem como objetivo Identificar as dificuldades dos associados da ONG PATAS AMIGAS em operacionalizar o princípio associativo "Gestão democrática pelos sócios".

As organizações do terceiro setor são de suma importância para a sociedade, tendo em vista que complementam a ação das entidades públicas, que em determinadas situações não conseguem atender a demanda existente. Estas organizações por sua vez devem ser geridas por indivíduos capacitados.

A metodologia utilizada para realização da pesquisa foi de abordagem qualitativa, classificada como bibliográfica, descritiva e estudo de caso. Para coleta de dados foi utilizado como instrumentos o levantamento bibliográfico, análise documental, a observação não participante e entrevista livre.

A pesquisa realizada levantou informações que identificaram quais as principais dificuldades dos associados em aplicar o princípio "Gestão Democrática Pelos Sócios", este princípio é de grande importância pois assegura a participação de todos os associados no processo de gestão das associações.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Terceiro Setor

A sociedade civil é dividida em três setores, o primeiro, o segundo e o terceiro setor. O primeiro setor é formado pelo governo, o segundo pelas empresas privadas e o terceiro setor é formado pelas organizações sem fins lucrativos. O terceiro setor surgiu com a finalidade de assistir à sociedade e complementar a ação do Estado que em determinadas situações não consegue atender a demanda existente.

A atuação de um Estado grande e de um Governo forte é substituída pelo surgimento de uma ação comunitária forte, atuante, reivindicatória e mobilizadora. À ação estatal ineficiente, precária e insuficiente, porque não atende às demandas sociais da população, sobrevém uma ação comunitária capaz de prover o cidadão dos serviços sociais básicos. E, conseqüentemente, começa a desenhar-se a reconfiguração de um governo mais fraco, mais susceptível às influências da sociedade civil (NETO e FROES, 2002, p.3)

Considera-se entidades sem fins lucrativos aquelas que destinam ou aplicam seus lucros em projetos da entidade, sendo assim, não pode haver distribuição dos lucros entre os associados.

No novo código civil há a seguinte definição de associação:

“Art.53. Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos”.

No entanto as associações não estão impedidas de exercer determinadas atividades econômicas, desde que estas atividades sejam para geração de renda e que a receita seja destinada às finalidades da entidade que estão descritas no estatuto, deste modo não pode haver distribuição do lucro aos associados. Estas atividades podem ser prestação de serviço e até mesmo venda de mercadorias.

As fundações e associações são regidas por estatutos, que são registrados em cartório e não precisam contar com um patrimônio prévio. Referem-se a entidades de natureza privada sem fins lucrativos as organizações não governamentais (ONGs), institutos, organizações da sociedade civil (OSCs), organizações sociais (OSs), organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs) etc. Contudo a característica básica da entidade é ser associação ou fundação.

O novo código civil estabelece o seguinte:

“Art.62. Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.

Parágrafo único: A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência”.

Para que a associação adquira personalidade jurídica é necessário registrar-se no Cartório Civil de Registro de Pessoas jurídicas. Devem-se apresentar os seguintes documentos:

- ✓ Ata de constituição: relata a reunião dos sócios fundadores que propôs a constituição da associação. Essa ata deve estar assinada por todos os sócios fundadores;
- ✓ Estatutos sociais: em duas vias, assinados pelo presidente da associação e vistados por um advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil no estado onde está sediada a entidade. Ambas as assinaturas devem ter firmas reconhecidas:

✓ Ata de eleição da Diretoria de do conselho fiscal: essa ata deve conter os dados e a qualificação de cada diretor eleito, mencionando a duração do mandato. Bastam as assinaturas de quem presidiu e secretariou a reunião;

✓ Requerimento de registro assinado pelo representante legal da entidade.

As entidades públicas sem fins lucrativos, em sua atuação suprem ou complementam a ação do Estado, a Constituição Federal por este motivo, reconhece a determinadas espécies de entidades a imunidade Fiscal, deste modo certos fatos, pessoas ou situações não podem ser tributadas. A Constituição estabelece a imunidade dos impostos e das contribuições sociais, mas não concede imunidade das taxas, porém cada tributado pode conceder por lei ordinária, no âmbito de sua competência, isenções ou reduções de taxas.

A imunidade não é apenas uma dispensa da cobrança de um imposto, mas a proibição para o legislador, que não pode instituir impostos sobre fatos imunizados.

As associações são formadas por indivíduos que se unem em busca de um bem comum e que por meio de ações buscam modificar determinadas situações no meio onde estão inseridas.

As associações voluntárias são resultado de uma rede articulada de indivíduos, são grupos e organizações estruturadas e hierarquizadas.

As organizações sem fins lucrativos podem firmar convênios e parcerias com o poder público, desde que atenda a determinados critérios. No entanto algumas dificuldades são encontradas pelas entidades. Em 1997 o governo federal realizou uma pesquisa para detectar quais as maiores dificuldades encontradas por estas organizações, são elas:

✓ O excesso de exigências burocráticas para a participação em licitações e a celebração de contratos com o poder público;

✓ A inexistência de normas que garantam a competição entre as entidades para celebração de convênios com o poder público e a demanda por transparência na escolha das entidades que recebem recursos governamentais;

✓ A ausência de responsabilização dos dirigentes de entidades por desvio na aplicação de fundos públicos, bem como a prevalência de aspectos meramente formais na avaliação de prestação de contas;

✓ A insuficiência dos recursos repassados, que não cobrem todos os custos administrativos e de pessoal.

O poder público pode firmar contrato com entidades sem fins lucrativos desde que sejam precedidos de licitação. As parcerias podem ser firmadas por meio de concursos entre as entidades interessadas e qualificadas como OSCIP. No convênio entidade e poder público devem ter interesses comuns e não opostos como ocorre na relação contratual. Critérios devem ser discutidos para estabelecimento de convênios.

2.2 Princípios do Associativismo

A definição de associativismo é entendida como sendo, qualquer iniciativa formal ou informal que reúna pessoas ou empresas que visam um objetivo comum que gerem benefícios para os associados, as associações são instrumentos de participação.

As associações são uma forma jurídica de legalizar a união de pessoas que objetivam um bem comum, a constituição da associação permite que os indivíduos construam condições melhores e mais vantajosas do que teriam se estivessem de forma isolada.

O associativismo é uma prática extremamente antiga, desde os primórdios o homem já se agrupava em tribos na busca pela sobrevivência, este agrupamento de pessoas também se dava por questões religiosas.

Numa concepção mais restrita, o associativismo é encarado como uma iniciativa formal ou informal que agrega pessoas ou empresas a fim de representar e defender interesses dos próprios associados, de modo a estimular o desenvolvimento técnico, profissional, pessoal e social. Tal iniciativa contribui para a sobrevivência dos negócios, potencializando os resultados e elevando grandemente a capacidade das empresas de competirem em um mercado globalizado. (HEINZELMANN E SOUZA, 2009, p.47)

Acredita-se que através do associativismo, pode se encontrar soluções melhores para os problemas encontrados na sociedade. O associativismo é uma doutrina que é seguida pelas associações, esta doutrina possui alguns princípios, são eles:

- ✓ **Princípio da adesão voluntária e livre:**
As associações são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a usar seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades de sócio, sem discriminação social, racial, política, religiosa e de gênero.
- ✓ **Princípio da gestão democrática pelos sócios:**
As associações são organizações democráticas, controladas por seus sócios, que participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e na tomada de decisões. Homens e mulheres, eleitos como representantes, são responsáveis para com os sócios.
- ✓ **Princípio da participação econômica dos sócios:**
Os sócios contribuem de forma equitativa e controlam democraticamente as suas associações. Os sócios destinam eventual superávit para os seus objetivos através de deliberação em assembléia geral.
- ✓ **Princípio da autonomia e independência:**
As associações são organizações autônomas de ajuda mútua, controladas por seus membros. Entrando em acordo operacional com outras entidades, inclusive governamentais, ou recebendo capital de origem externa, devem fazê-lo de forma a preservar seu controle democrático pelos sócios e manter sua autonomia.
- ✓ **Princípio da educação, formação e informação:**
As associações devem proporcionar educação e formação aos sócios, dirigentes eleitos e administradores, de modo a contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. Eles deverão informar o público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação.
- ✓ **Princípio da interação:**
As associações atendem a seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento associativista trabalhando juntas, através de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais.
- ✓ **Interesse pela comunidade:**
Trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, municípios, regiões, estados e país por meio de políticas aprovadas por seus membros.

2.2.1 Características do modelo Associativista

O termo associação agrega vários modelos de organização, podem ser associações, institutos, clubes etc. Porém utilizam a mesma nomenclatura por possuírem determinadas características semelhantes:

- ✓ **Finalidade:**
Defesa e promoção dos interesses das pessoas (físicas e/ou jurídicas) que a constituíram.
- ✓ **Gestão: Autogestão.**
Por meio de assembléia geral dos sócios, são definidas as políticas e linhas de ação da instituição, bem como se elege uma diretoria que será responsável pela administração da associação.

- ✓ **Legislação:**
Constituição Federal (artigo 5o, XVII A XXI, e artigo 174, § 2o).
As associações estão disciplinadas no Novo Código Civil, Lei nº10.406/2002, artigos 51 a 63.
Em alguns Estados pode se encontrar legislação específica para atender uma ou outra especificidade.
- ✓ **Numero de participantes:**
Em princípio bastariam duas pessoas. Na prática, porém, esse número mínimo seria de dez pessoas, pois é o número necessário para preencher os cargos do Conselho de Administração e Conselho Fiscal que o Novo Código Civil exige que sejam formados.
- ✓ **Patrimônio:**
Formado por taxa paga pelos associados, doações, fundos e reservas. Não possui capital social.
- ✓ **Remuneração dos dirigentes:**
Não remuneram seus dirigentes nem distribuem sobras entre seus associados, conforme princípio das instituições sem fins lucrativos.
São mantidas por meio da contribuição dos sócios, ou de cobrança pelos serviços prestados, doações, rendimento de aplicações entre outros.
- ✓ **Resultados financeiros:**
São mantidas por meio da contribuição dos sócios ou de cobrança pelos serviços prestados; contratos e acordos firmados com empresas e agências nacionais e internacionais; doações, etc.
- ✓ **Tributação:**
A tributação das associações é um dos maiores complicadores para esse tipo de instituição, principalmente por não haver indicações claras sobre todos os tributos e pelas várias possibilidades de atuação das associações.

3. METODOLOGIA

3.1 Caracterização do estudo

Pesquisa de abordagem qualitativa. Caracterizada como Bibliográfica, descritiva, exploratório e estudo de caso.

Para a coleta de dados foi utilizado o levantamento bibliográfico em livros, artigos, documentos e sites. E ainda, entrevistas com a diretoria da ONG Patas Amigas; Análise documental nos Estatutos e Atas. Além da Observação não-participante por meio da presença da pesquisadora em reuniões da ONG.

A análise dos dados coletados foi realizada com base no método de análise de conteúdo e para isto foram estabelecidas categorias com base em um modelo de gestão democrática.

3.2 Caracterização do local do estudo

Esta pesquisa foi feita por meio de análise de dados, documentos, espaços presenciais, reuniões, visitas técnicas, workshops e discussão de cenários.

3.3 Coleta de dados

Para a coleta de dados foi utilizado o Levantamento bibliográfico em livros, artigos, documentos e sites. E ainda, entrevistas com a diretoria da ONG Patas Amigas; Análise documental nos Estatutos e Atas. Além da Observação não-participante por meio da presença da pesquisadora em reuniões da ONG.

3.4 Análise de dados

Conforme Estatuto Art. 4º. A Associação Passense Protetora dos Animais tem como fins: I – Proporcionar assistência para o bem-estar físico e psicológico e proteção aos animais, promovendo ações e projetos voltados para este fim, com recursos próprios ou advindos de convênios ou outras formas jurídicas possíveis;

II – Criar e executar mecanismos de controle da multiplicação dos animais de ruas, organizando campanhas de adoção, doação e esterilização;

III – Combater e prevenir abusos, maus tratos e atos de crueldade praticados contra animais, denunciando a inobservância de normas pertinentes à matéria;

IV – Informar, estabelecer e educar a população, a fim de criar uma cultura de respeito e cuidado com os animais, estimulando a posse responsável;

V – Promover a defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos aos animais e ao meio ambiente;

VI – Estimular o aperfeiçoamento e o cumprimento de legislação que instrumentalize a consecução das presentes finalidades;

VII – Manter relações com outras entidades congêneres nacionais e internacionais;

VIII – Estimular a parceria, o diálogo e a solidariedade entre os diferentes segmentos sociais, participando juntamente com outras entidades de atividades que visem interesses comuns.

Parágrafo Único – A APPA para cumprir seu propósito atuará por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ações próprios, ou através da prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

Data da constituição: 1992

Forma Jurídica: Associação Civil, de direito privado, de caráter sócio-ambiental, sem fins lucrativos e econômicos, de duração indeterminada, regida por estatuto e demais disposições legais.

Representação Legal: Nara Pimenta de Moraes

Prazo de duração da sociedade: Indeterminado

Unidade: Sede

Endereço: Passos-MG

Gestão da Entidade: Nara Pimenta de Moraes

A gestão da Associação Passense Protetora dos Animais segue seu Estatuto, de acordo com os Artigos abaixo apresentados:

Art. 9º - A APPA possui os seguintes órgãos sociais:

I - Assembleia Geral;

II - Conselho Diretor;

III – Conselho Fiscal

Art. 10º - A Assembleia Geral é o órgão soberano da APPA e é constituída por todos os associados colaboradores, voluntários e beneméritos, que estejam em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art.18º - O Conselho Diretor é o órgão executivo da APPA, subordinado à Assembleia Geral e é constituído por associados, que estejam em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 26º - O Conselho Fiscal é o órgão responsável por fiscalizar a administração contábil-financeira da APPA, subordinado à Assembleia Geral e é constituído por associados, que estejam em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 46º - Os conselheiros e associados não perceberão remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas, ressalvado o reembolso de valores despendidos em prol da APPA, devidamente comprovados.

Quadro de Composição e Mandatos:

Composição Diretoria e Conselho Fiscal	Cargo ocupado:	Prazo de duração do Mandato:	Termino do Mandato:
Nara Pimenta de Moraes	Diretor Presidente	2 anos	2016
Tânia Rodrigues de Oliveira	Vice Dir. Presidente	2 anos	2016
Gilmara Silveira de Oliveira	Diretor Executivo	2 anos	2016
Sayorana Silveira de Oliveira	Vice Dir. Executivo	2 anos	2016
Stephanie Figueira Toledo Maia	Tesoureiro	2 anos	2016
Sueli Ferreira Duque da Silva	Vice Tesoureiro	2 anos	2016
Elenice Soares de Oliveira Lima	Diretor Comunicação	2 anos	2016
Elaine Pereira Ribeiro	Vice Dir. Comunicação	2 anos	2016
Maria Elise Rodrigues Pinto	Conselho Fiscal-Efetivo	2 anos	2016
Ana Maria Rodrigues	Conselho Fiscal-Efetivo	2 anos	2016
Marisa Cristina Escher Marum	Conselho Fiscal-Efetivo	2 anos	2016
Angélica Esper Brito	Conselho Fiscal-Supl.	2 anos	2016
Dário de Lima	Conselho Fiscal-Supl.	2 anos	2016
Wanderson Figueira Toledo	Conselho Fiscal-Supl.	2 anos	2016

Fonte: Estatuto e Livro de Ata.

Características dos serviços:

Feiras de Doações e Adoções:

Os eventos realizados pela ONG Patas Amigas têm por objetivo destinar os animais saudáveis para lares que queiram adotá-los.

Os animais disponibilizados para a adoção são entregues aos interessados, vacinados, vermifugados, sadios, castrados ou com o direito a ser cadastrado.

Campanhas de conscientização:

As diversas campanhas de conscientização ocorrem para levar comunidade informações sobre “Posse Responsável”, “Maus Tratos”, “Formas de Denúncia”, “Busca por apoios”.

Tais eventos ocorrem na maioria das vezes por meio das redes sociais.

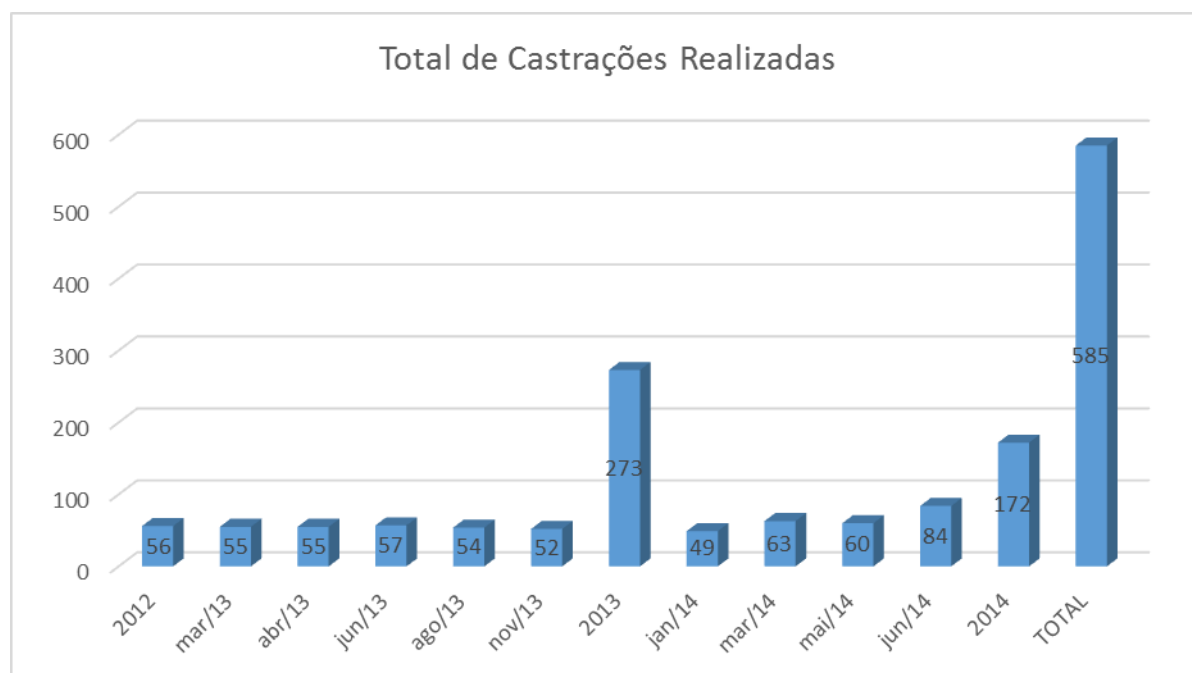
Atendimento Médico Veterinário:

Em parceria com diversas clínicas veterinárias da cidade de Passos a ONG atualmente consegue atendimento com gratuitos e com preços diferenciados para os animais que na maioria das vezes são acolhidos com doenças, pulgas, vermes, atropelados e mal tratados.

Projeto Mutirão de Castração:

Ocorre periodicamente, com apoio da Fundação de Ensino Superior de Passos que oferta o espaço para a realização. Os veterinários que realizam os procedimentos são contratados com preços promocionais e a ONG oferta este procedimento para a comunidade carente.

Relação das castrações realizadas



Fonte: Dados do Projeto Empreendedorismo Amigo.

A relação do modelo de gestão com os princípios do associativismo

Princípios do associativismo	Modelos de gestão da APPA
Princípio da adesão voluntária e livre	Os associados da ONG são indivíduos que se identificaram com a causa e aderiram de forma voluntária e sem que houvesse distinção alguma.
Princípio da gestão democrática pelos sócios	As decisões são tomadas com a participação de todos os associados visando uma solução eficaz.
Princípio da participação econômica dos sócios	Não há remuneração dos associados, toda renda é destinada a projetos da associação.
Princípio da autonomia e independência	Não há interferência de terceiros no processo de tomada de decisão, mesmo que estes sejam parceiros.
Princípio da educação, formação e informação	Os associados não participam efetivamente de treinamentos e aperfeiçoamento.
Princípio da interação	A ONG trabalha buscando parcerias para atender melhor a comunidade. No entanto, nem todos os associados participam efetivamente das ações da ONG.
Interesse pela comunidade	A ONG busca desenvolver ações de interesse público voltados para o bem estar animal e para saúde pública.

Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para compor a diretoria da ONG:

CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES
Saúde animal Gestão financeira Conhecimento legislação Empreendedorismo Associativismo Posse responsável Informática (mídia)	Técnicas de resgate Captação de recursos Controles financeiros Comunicação (Falar em público) Mídias sociais Liderança Trabalho em grupo/ equipe	Compromisso/engajamento Relacionamento interpessoal Amor e compaixão Iniciativa Responsabilidade Significado (tempo)

Fonte: Dados do Projeto Empreendedorismo Amigo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa auxiliou os membros da diretoria da Associação Passense de Proteção aos Animais “Patás Amigas” a identificar quais principais dificuldades vivenciadas pelos associados e quais fatores deverão ser analisados e corrigidos para que se operacionalize o princípio associativo Gestão Democrática Pelos Sócios.

Foi possível verificar a ausência de capacitação para o processo de gestão dos membros da diretoria da ONG, embora estejam todos os cargos nomeados nem todos participam efetivamente das ações e projetos de melhoria.

Identificou-se que devido a falta de conhecimento de gestão, até mesmo do estatuto da associação, não é possível operacionalizar os princípios do associativismo, deixando gargalos no processo de gestão.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Nazaré Lins; OLIVEIRA, Carolina Felipe de. **Manual de ONGs: Guia Prático de Orientação Jurídica**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

HEINZELMANN, Maria Regina; SOUZA, Sirlei de. **Associativismo: Uma História de Sucesso**. Joinville: Editora Univille, 2009.

NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. **Responsabilidade Social e Cidadania Empresarial: A Administração do Terceiro Setor**. 2 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Associação: Série Empreendimentos Coletivos. 2009.



A VELHA DOENÇA E A NOVA SAÚDE: SERVIÇO SOCIAL NO AMBIENTE HOSPITALAR

Bárbara Oliveira Rosa
UNESP - Campus Franca
barbarass@hotmail.com.br

Analúcia Bueno dos Reis Giometti
UNESP - Campus Franca
analuciagiometti@yahoo.com.br

Resumo

O artigo trata sobre os desafios e possibilidades de atuação do profissional de Serviço Social dentro de um hospital que atende o Sistema Único de Saúde - SUS. O objetivo foi relacionar a criação das políticas públicas com os desafios no cotidiano de trabalho do profissional de Serviço Social, desafios como a burocratização, a falta de recursos, entre outros. Assim, o presente artigo aborda os reflexos do modelo político neoliberal e capitalista no cotidiano profissional. Correlacionando as Políticas Públicas de saúde, atuação profissional e instrumental de trabalho do Serviço Social. Portanto, o artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica, em livros e legislações sobre a saúde, e de uma pesquisa-ação derivada de um estágio na área de Serviço Social dentro do hospital Santa Casa de Misericórdia de Franca, que atende o Sistema Único de Saúde – SUS. Nosso aporte teórico tem como referência Maria Inês Souza Bravo, um expoente nos estudos de Serviço Social na área de saúde. O estudo se objetiva em como foi a construção do Sistema Único de Saúde - SUS, fazendo um retrocesso histórico até chegar aos dias atuais e também correlaciona como se constitui a prática dos/as assistentes sociais e quais são os instrumentais utilizados pelos mesmos dentro do ambiente hospitalar. Assim, a pesquisa permite que os profissionais consigam perceber a inserção das políticas públicas em um contexto neoliberal. Além de contribuir para a construção de novos conhecimentos, a pesquisa oferece subsídios para que os profissionais dialoguem de forma crítica e autocrítica com o tempo presente. Por isso, para que os/as assistentes sociais respondam as expressões da questão social se faz necessário ter uma ação pautada na ética, defender a dignidade humana, os valores do homem-genérico. Buscando um homem plenamente cidadão, políticas públicas mais universalizadas e completas, que atendam os sujeitos em sua totalidade.

002-2316

Introdução

Este estudo tem como objetivos levantar a construção do Sistema Único de Saúde (SUS), o caminho percorrido até se chegar à saúde pública nos dias atuais buscando correlacionar com a prática dos/as assistentes sociais dentro do ambiente hospitalar. Complementa os objetivos com os desafios e possibilidades através da prática do serviço social dentro de um hospital que atende o SUS.

A importância de estudar o SUS hoje, se assenta nos números expressivos levantados, ou seja, setenta por cento dos brasileiros dependem absolutamente deste contra trinta por cento que tem seguro privado e recursos para custear o atendimento (IBGE, 2005). Ou seja, a grande maioria da população brasileira utiliza o Sistema Único de Saúde, fazendo-se assim, importante desconstruir mitos sobre o mesmo, e refletir sobre seus desafios e as possibilidades. Segundo Menicucci (2006) atualmente:

A predominância do SUS e seu impacto na população é substancial: o sistema público possui o maior número de estabelecimentos de saúde e é responsável pela maior parte de procedimentos e pela cobertura de três quartos da população do país. Além disso, é no SUS que a população encontra cobertura para procedimentos tipicamente de saúde pública, além do fornecimento de medicamentos na atenção ambulatorial – um dos itens de maior gasto privado em saúde (MENICUCCI, 2006, p. 71).

Meu envolvimento com essa questão deriva da minha experiência de estágio no Hospital Santa Casa de Misericórdia de Franca, situada na cidade de Franca/SP. Assim, a pesquisa se caracteriza com uma pesquisa-ação, tendo em vista que as construções e questões do artigo surgiram com os desafios cotidianos de estágio e com observações do ambiente hospitalar.

O propósito de nossa pesquisa é questionar como que tem sido a ação profissional no âmbito hospitalar, quais instrumentais são utilizados, quais são as possibilidades e desafios que são encontrados no dia-a-dia da prática profissional.

Recorreremos à pesquisa bibliográfica/documental e a pesquisa-participante. A pesquisa bibliográfica se deu em livros sobre serviço social e saúde, a pesquisa documental abordou a legislação que regulamenta o Sistema Único de Saúde. Já a pesquisa-ação se constitui em observações do processo de trabalho, como estagiária do serviço social em um hospital que atende o Sistema Único de Saúde.

O método utilizado foi dialético, tendo em vista que este permite refletir sobre os fatos de uma maneira que enxerga as contradições na totalidade, que permanece em constante mudança, constante vir a ser. Desta postura é possível ir construindo a realidade o que permite se prender a ela, ao material e não nas ideias, indo além do aparentemente posto e se aproximando sucessivamente da essência.

Assim, a relevância de nossa pesquisa é estudar como que se constitui a política do SUS na sociabilidade atual, e como se constrói e vem se construindo a prática profissional do Serviço Social dentro do ambiente hospitalar.

Seguridade Social e a construção do Sistema Único de Saúde – SUS

A Política Social se constrói de maneira contraditória, ao mesmo tempo em que é uma forma de resistência ao capitalismo selvagem, uma conquista das lutas dos trabalhadores por direitos sociais, ela é também uma forma de controle por parte do Estado, um meio de evitar/desmobilizar as manifestações, lutas, reivindicações e disputas entre as classes.

Portanto, a Política Social, esta construída na correlação de forças de interesses das classes e estas são construídas como forma de enfrentar as expressões da questão social. No Brasil, elas começam a surgir no início do século XIX, com a chegada de imigrantes europeus no país, estes com ideários anarquistas, socialistas, que influenciaram a construção e a organização de mobilizações sociais.

Em 1923 constitui-se uma das primeiras políticas sociais a lei Eloy Chaves, que institui no país a Caixa de Aposentadorias e Pensões – CAPS, esta atendia apenas para ferroviários e marítimos, tendo em vista que estes mantinham a economia exportadora do café. Por isso, este período ficou conhecido como “cidadania regulada”, visto que apenas os trabalhadores contribuíam para o progresso externo do país e tinham direitos sociais. Outra questão, sobre a CAPS é que estas eram financiadas e administradas pelos próprios trabalhadores.

Portanto, a gênese da política social no Brasil se inicia com um “germe” da Previdência Social, contributiva e restritiva a algumas categorias de trabalho. Percebemos que a CAPS surge como uma estratégia política, tendo em vista o medo da expansão comunista que se espelhava pelo mundo, assim, esta surge por influência da política alemã Bismarkiana, que tinha na sua base os mesmos princípios.

Com a crise da oligarquia cafeeira, em 1929, o Brasil deixa de ter uma política e uma economia sob o domínio do café e Getúlio Vargas assume a presidência, o país passa por um processo de industrialização/urbanização interna. Este cria o Ministério do Trabalho, em 1930, cria o Ministério da

Educação e o Ministério da Saúde, em 1932. E em 1933, cria os Institutos de Aposentadorias e Pensões - IAPS, estas tiveram um papel importante na história, visto que elas substituíram a CAPS e abrangeram mais categorias profissionais.

Neste período, a política de saúde surge atrelada a política de previdência, ou seja, só tinha direito a saúde, a consultas médicas quem contribuísse com as IAPS, sendo que apenas algumas categorias eram filiadas a estas, o resto da população ficava sujeito à benevolência, aos hospitais filantrópicos, a caridade. Como exemplo, deste período tínhamos as Santas Casas de Misericórdia, instituições vinculadas à igreja católica para cuidar dos enfermos.

Em 1964 se inicia a Ditadura Militar no Brasil, este período ficou marcado pela repressão, a população perde direitos democráticos, de voto, de expressão, sendo um contexto de retrocesso para os direitos sociais e avanço da entrada de capital estrangeiro no país. Com as mobilizações sociais e o movimento das “Diretas Já”, o País se envolve em um processo de redemocratização e em 1988 é criada a Constituição Federal com princípios democráticos, que também ficou conhecida como a “Constituição Cidadã”.

A Seguridade Social Brasileira foi baseada no modelo alemão, Bismarckiano e no modelo Inglês, Beveridgiano, esta se divide em três direitos fundamentais: abrangendo a Saúde, Assistência Social e a Previdência Social. Esta tem como princípios e diretrizes:

Art. 1º A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. A Seguridade Social obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:

- a) universalidade da cobertura e do atendimento;
- b) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- c) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- d) irredutibilidade do valor dos benefícios;
- e) equidade na forma de participação no custeio;
- f) diversidade da base de financiamento;
- g) caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados (BRASIL, 1988, ONLINE).

Há uma diferenciação entre a saúde, a assistência social e a previdência social. A Assistência Social se limita “a quem dela necessitar”. Já Previdência Social tem caráter contributivo, sendo restrito a quem contribuir, sendo organizada pelo INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social. Se diferenciando das demais políticas, a Política de Saúde, tem caráter universalista, sendo “direito de todos e de responsabilidade do Estado”.

Art. 2º A Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Parágrafo único. As atividades de saúde são de relevância pública e sua organização obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:

- a) acesso universal e igualitário;
- b) provimento das ações e serviços através de rede regionalizada e hierarquizada, integrados em sistema único;
- c) descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
- d) atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas;

- e) participação da comunidade na gestão, fiscalização e acompanhamento das ações e serviços de saúde;
- f) participação da iniciativa privada na assistência à saúde, obedecidos os preceitos constitucionais (BRASIL, 1988, ONLINE).

Portanto, com a Constituição Federal se teve a legitimação dos direitos, já que anteriormente estes não eram garantidos em Lei. Assim, as lutas da classe trabalhadora podem ampliar e confirmar as conquistas de direitos políticos e sociais. Deste modo, para se chegar à política de saúde que temos hoje, esta teve que ser conquistada por meio de lutas e entraves políticos.

A formulação e construção do Sistema Único de Saúde – SUS significou um avanço no âmbito da política pública no Brasil. Segundo Rosen (1994) antes de 1988, a saúde pública se dedicava aos problemas coletivos, as principais alternativas que marcaram o período foram às campanhas sanitárias, criação de serviços de combate às endemias, ao controle de alimentos, entre outros.

Assim, o indivíduo que não tinha condições de pagar um médico, ficava a mercê da filantropia, este “não era um cidadão portador de direitos civis, políticos e sociais, era um objeto de estudo e de ação da filantropia” (MARSIGLIA, 1995, p. 15). Outro autor que aborda essa questão é Foucault (1995), para este o corpo do pobre se torna dócil e útil para a ciência, havendo uma troca do corpo em função do tratamento de saúde.

Neste contexto, apenas algumas categorias que estavam vinculadas ao sistema previdenciário que tinham direito a saúde. Em 1930, com pressões por parte de militantes é que se cria o Ministério da Saúde e o Instituto de Aposentadoria e Pensões – IAPS (SILVA, 1996). Segundo a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo (1992), neste período, também investe nas construções de grandes hospitais, cada vez maiores em quantidade e extensão copiando o modelo de saúde americano. Colocando em segundo plano a rede de postos de saúde, consultórios e ambulatórios, cujos custos são bem menores e que são essenciais para a construção de uma saúde preventiva.

No período da Ditadura Militar houve a construção ou reforma de inúmeras clínicas e hospitais privados, com financiamento da Previdência Social e o enfoque à medicina curativa fez com que multiplicassem por todo o país as faculdades particulares de medicina, voltadas para a especialização e a sofisticação tecnológica e criando uma relação de dependência com as indústrias farmacêuticas e com os equipamentos médico-hospitalares.

A universalização dá os primeiros sinais, porém atrelada à atenção médica curativa que se torna o projeto hegemônico, deixando de lado os discursos sanitaristas e preventivistas, bem como suas respectivas práticas sob o controle. O discurso da política de saúde fica, então, confirmado às instituições médicas. Instalou-se, então, a política dos atos médicos e, conseqüentemente, dos serviços de apoio terapêutico, como laboratórios e hospitais. É como se o ato médico fosse à garantia de saúde, deixando de lado os aspectos socioeconômicos a ela atrelados, como as condições de vida, trabalho, alimentação (CAMILO, 1999, p. 160).

Quando o Instituto Nacional de Previdência Social - INPS foi criado em 1966, o governo liberou verba a fundo perdido para empresas privadas construírem hospitais, depois o INPS enviou seus segurados para estes hospitais, isto é, a Previdência Sociais financiou e sustentou estes hospitais por 20 anos. Posteriormente estes proprietários consideraram-se capitalizados e se descredenciaram do INPS.

Em 1977 foi criado o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – INAMPS, a saúde era centralizada e de responsabilidade federal, não tinha a participação dos usuários, era vista como ausência de doenças, o serviço se focalizava apenas na assistência médico-hospitalar.

Em 1978 com a Conferência Internacional de Saúde e em 1986 com a VIII Conferência Nacional de Saúde, que fundamentou o movimento da Reforma Sanitária, que se foi proposto mudanças na saúde: melhor os níveis de saúde, propor acesso universal, uma saúde descentralizada e hierarquizada, propor um novo conceito mais abrangente de saúde.

O Movimento Sanitário Brasileiro reuniu mais de 4000 pessoas na maior participação popular da história dos movimentos sociais. Segundo Bravo (1999) somente com a mobilização popular, com o Movimento Sanitário na década de 1970 que envolveu profissionais da saúde, sindicatos, movimentos sociais e universidades, que se foi possível à formulação da Constituição de 1988.

Em 1987, se propõe a criação de um Sistema Único e Descentralizado de Saúde - SUDS, este foi o antecessor do SUS e surgiu sob a forma de convênio do INAMPS com as Secretarias Estaduais de Saúde. Segundo Campo, “neste contexto, a saúde passou a ser considerada de interesse público. Ampliou-se o escopo e a abrangência das políticas públicas de saúde, o Estado se encarregaria não somente de problemas coletivos, mas também da saúde de cada pessoa em particular” (CAMPOS, 2006, p. 134).

Assim, depois do advento do SUS, a saúde superou a ideia da ausência de doença e também passou a ser considerado um estado complexo constituído por múltiplos determinantes, como trabalho, saneamento, lazer e cultura. Este passa a ser “direito de todos e um dever do Estado”, tendo os usuários acesso igualitário e universal às ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde, estabelecendo um novo modelo técnico-assistencial baseado em uma concepção ampliada do processo saúde-doença, capaz de prover qualidade de vida.

O Sistema Único de Saúde - SUS foi regulamentado pela lei 8080 (BRASIL, 1990), tendo como princípios à universalidade, o acesso de todos os brasileiros às ações e aos serviços de saúde. O estado tem obrigação de prover a integralidade, que garante todas as ações e os serviços necessários para a promoção, proteção, tratamento e reabilitação de saúde, tanto os individuais quanto os coletivos e a equidade, em que todos devem ter igualdade de oportunidade de acesso ao sistema de saúde, sem preconceito, discriminação ou privilégios.

A Lei Orgânica da Saúde 8142 (BRASIL, 1990) vai contribuir para a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS, contribuindo com a participação da população na gestão do SUS através das Conferências de Saúde e dos Conselhos de Saúde. Os conselhos municipais, federais, garantem a participação, este é um espaço construído por meio do confronto e de lutas políticas, no qual a população organizada consegue lutar por direitos. “Os conselhos foram concebidos como um dos mecanismos de democratização do poder na perspectiva de estabelecer novas bases de relação Estado-sociedade por meio da introdução de novos sujeitos políticos” (BRAVO, 2006, p. 84).

Apesar de todos estes avanços na Política Pública de Saúde, mesmo com a criação e implantação do SUS, ainda se tem muito a avançar. O que vem prejudicando a efetivação a política de saúde atualmente no nosso país é o desmonte da Seguridade Social. Tendo em vista desde a década de noventa, o país vem adquirindo os princípios neoliberais, que prega a minimização do papel do Estado, que vem agravando/provocando o aumento da desigualdade social, da pobreza, além de outros fatores.

Ironicamente, pouco tempo depois que o país obtém um grande avanço por meio da democratização da esfera política, promulgando uma “Constituição cidadã” e realizando eleições diretas, entra em cena a política neoliberal de ajustes, provocando modificações no papel do Estado e, evidentemente, um corte na esfera social, em que a saúde foi sendo amplamente penalizada (CAMILO, 1999, p. 155).

Segundo Bravo (2009) o que ocorre na saúde é o desmonte do projeto de Reforma Sanitária, desrespeito a princípio da equidade na alocação de recursos, afastamento do princípio da integralidade.

Com uma política macroeconômica, de cunho neoliberal, a saúde sofre focalização, precarização e terceirização dos recursos humanos.

Assim, a saúde tem três grandes obstáculos para a efetivação dos princípios do SUS: a questão financeira, a capitalização da saúde e a ambiguidade dos textos legais (BRAVO, 2009). Enquanto, estes obstáculos não forem superados, o modelo médico-assistencial/curativo continuará predominando no país. “Por mais que se esforce por mais que se faça a saúde no século XXI ainda não rompeu com o paradigma curativista, isto é, ainda é vista como resultado de um modelo, hospitalocêntrico” (OLIVEIRA, 2011, p. 269)

Além disso, outra marca negativa da saúde hoje são as enormes filas de espera para consultas e internações, a demanda reprimida, não atendida. A falta de medicamentos, condições de trabalho precário, financiamento insuficiente para atendimento da demanda, o que acaba empurrando e incentivo o plano de saúde privado, passando ideologicamente que o privado é melhor que o público.

As sociedades hoje têm caminhado para consagrar a imagem de que o privado, sob qualquer forma, é o que vale. E nesse processo vai se consolidando como natural tudo que é público, que é coletivo, é ruim ou pouco interessante. E, com isso, os indivíduos, vão também se convencendo e vivendo de acordo com estas ideias (MERHY, 2002, p. 131).

Bravo e Matos complementam essa ideia afirmando que:

Ao Estado cabe garantir um mínimo aos que não podem pagar, ficando para o setor privado o atendimento aos cidadãos consumidores. Como principais características destacam-se: o caráter focalizado para atender às populações vulneráveis, a desconcentração dos serviços e o questionamento da universalidade de acesso (BRAVO; MATOS, 2004, p. 25).

Desafios e possibilidades do Serviço Social no âmbito hospitalar

O Serviço Social no Brasil teve origem nos anos 20/30, a profissão surge como respostas às expressões da questão social, em um contexto de intensificação do trabalho e de precarização da vida dos trabalhadores, estes começavam a se organizar politicamente através dos movimentos sociais. A princípio a profissão teve forte influência da igreja católica, que pregava a caridade e o bom comportamento, visando uma harmonia entre as classes, justificando a propriedade privada e combatendo o socialismo.

Com a Ditadura desenvolveu-se a indústria brasileira e nesse contexto teve a influência do funcionalismo, positivismo, com base técnica, acreditava-se em uma prática neutra, modernizadora. Os/as assistentes sociais brasileiros passaram a copiar o modelo norte-americano e trabalhavam na perspectiva que o indivíduo tinha que se adequar/adaptar a sociedade.

Neste contexto, passou a ser utilizado o trabalho com caso, grupo e comunidade, além disso, a profissão passou a ocupar as instituições públicas e privadas, deixando de lado a caridade. Depois com a influência da fenomenologia, se teve a retomada dos valores do humanismo-cristão/neotomistas, através de um atendimento psicossocial. Segundo Sodré (2010) o campo da saúde neste período foi marcado por:

Esse misto entre funcionalismo e estruturalismo no campo do Serviço Social pautou práticas sociais importantes e momentos históricos para a profissão. Destaca-se

entre eles o trabalho muitas vezes higienista de retirada das populações de rua com o discurso sanitarista organizado por meio de normas de higiene e cuidado com o corpo. No Brasil, o Serviço Social demarcou sua entrada no campo da saúde pública pelo viés dos trabalhos com comunidade, por meio de práticas educativas sobre procedimento da higiene aplicada à vida privada, incentivando o controle da natalidade, o controle das doenças infantis, de higiene bucal, de saneamento para a criação das primeiras políticas urbanas de saúde, muitas vezes realizado por meio de um trabalho educativo baseado em proporcionar acesso à informação sobre o próprio corpo e a higiene do mesmo (SODRÉ, 2010, p. 456).

Já nos anos 60/70 se têm o movimento de renovação da profissão. A categoria procurava romper com o conservadorismo, buscando uma nova identidade profissional, buscando uma influência latino-americana e deixando de imitar modelos estrangeiros. Assim, nos anos 80, com as “diretas já”, a profissão assume o compromisso com a classe trabalhadora, e se liga a preceitos de esquerda, buscando uma ética profissional que rompe com a neutralidade, a partir de uma teoria crítica.

E desde então, o/a profissional de Serviço Social vem buscando fortalecer o usuário, a coletividade em busca de políticas públicas mais universais e democráticas. Com a Constituição Federal de 1988, a saúde passa a ser uma política pública universal, assim, a postura do/a assistente social muda passando a ter uma perspectiva multidisciplinar, buscando a qualidade de vida e reabilitação do usuário (BRASIL, 1988).

Apesar de todos esses avanços, o século XXI, também foi marcado por um contexto de retrocessos tendo em vista a vigência de uma política neoliberal, de restrição da ação do Estado, junto com a predominância de uma flexibilização da economia. Assim, os/as assistentes sociais têm inúmeros desafios “(...) neste tempo de divisas, de gente cortada em suas possibilidades de trabalho e de obter seus meios de sobrevivência, ameaçada na própria vida” (IAMAMOTO, 2005, p.18).

Mudanças radicais nas relações Estado/sociedade civil tem se processado, orientadas pelo neoliberalismo, traduzidas nas políticas de ajustes recomendadas pelos organismos multilaterais nos marcos do “Consenso de Washington”. Neste sentido, propõe-se reduzir ação do Estado no enfrentamento da questão social através da redução dos gastos sociais em decorrência da crise fiscal (BRAVO, 2006, p. 76).

Portanto, nesse contexto de políticas neoliberais, um desafio constante na área da saúde é sentido quanto à sua estrutura, pois não basta apenas à saúde se efetivar em um hospital de alta complexidade, o usuário precisa do acompanhamento por meio da Unidade Básica de Saúde – UBS. Neste ambiente o usuário precisa ter acesso aos medicamentos, à fralda geriátrica, a cadeira de rodas, entre outras questões essenciais para os cuidados pós-alta. Entretanto o acesso a esses recursos é extremamente complicado, sendo necessário muitas vezes o ingresso com uma ação judicial, para garantir esses direitos. “Na saúde, o processo de mercantilização e o desmonte do Sistema Único de Saúde torna a saúde como fonte de acumulação de capital. A saúde passa a compor o fetiche da mercadoria num contexto contraditório, em que se “paga” por um direito social” (CANTON; NEVES; 2006, p. 158).

Assim, a saúde se constitui nessa relação dialética entre uma política legalmente universal em um sistema neoliberal, de políticas públicas restritivas/focalizadas. Através do estágio ficou evidente que existem dificuldades à universalização da saúde, pois podemos verificar que o acesso a serviços e aos recursos materiais (como medicamentos, fralda geriátrica, nutrição enteral, oxigênio, cadeira de roda, etc.) são fortemente burocratizados, sendo que muitas vezes a quantidade de recurso é insuficiente para a demanda ou até mesmo bloqueada, como por exemplo, o fornecimento de medicamentos de alto custo e nutrição enteral.

Em relação a alguns medicamentos e outros recursos materiais, não existem políticas públicas para seu fornecimento, mesmo com acesso universal garantido legalmente. Ilustrando, no caso da cadeira de rodas, o usuário só encontra possibilidade de acesso por meio da sociedade civil ou então pela judicialização.

Outro desafio do/a assistente social dentro do âmbito hospitalar é que o profissional tem constantemente que se policiar para não reproduzir a instituição. Ser um profissional que vai além da demanda, não ter uma visão do Serviço Social de dentro para fora “(...) devemos romper com a visão endógena, focalista, uma visão de dentro do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos” (IAMAMOTO, 2005, p.20). Assim, o/a profissional tem que saber negociar com a instituição, questionar, ter uma postura investigativa como algo inerente da profissão. Rompendo com o instituído e tendo uma visão crítica da totalidade. Portanto, o/a profissional deve se destacar como um profissional propositivo, que vai além da demanda institucional.

O grande hospital traz consigo a gestão do trabalho em formato semelhante ao concebido dentro da grande fábrica. Atendimentos em massa, cirurgias em massa, interações contabilizadas pelo seu gasto financeiro, leitos em serie e atendimentos sequenciais em tempo de parada. Desta forma, aos poucos molda-se uma rotina também para aquele trabalho que não deveria ser considerado rotineiro. O Serviço Social criou e reproduziu normas institucionais de forma mecanizada para todos aqueles que o procuravam. Mas como não ter um texto pronto se a proposta instrucional é seriada, dividida por especialidades? Em cada clínica, enfermaria ou ambulatório “apertam-se parafusos” em partes diferentes do corpo humano. A especialidade técnica na saúde pública criou equipes que não interagem. São profissionais compartimentalizados, como se a vida fosse a junção de conhecimentos sobre pedaços do corpo humano. O “fordismo modernizador” proporcionou ao campo da saúde uma formação maciça de profissionais que tratam a vida como partes contidas em um todo. A estrutura administrativa centralizada do grande hospital, proporcionou a criação de um modelo de saúde-fábrica. Uma produção sem originalidade centrada em um discurso de defesa do Estado protetor que nunca conhecemos que nunca conhecemos através do fordismo na saúde pública (SODRÉ, 2010, p. 457).

A atuação da saúde é muito dinâmica, o/a assistente social tem que ter agilidade e bom senso para lidar com a grande quantidade de demandas que chegam até ele/ela e saber lidar com a diversidade das demandas. Além disso, o/a profissional de Serviço Social tem que saber lidar com a rapidez da internação, que não permite um trabalho processual de longa duração.

Ao assistente social que atua no campo da saúde torna-se importante trazer à tona que talvez a saúde seja uma das políticas sociais que manifestam uma diversidade enorme de demandas e necessidades da vida humana. Não é possível realizar ações e estanques e padronizadas em políticas públicas que atuam diretamente com a vida (SODRÉ, 2010, p. 473).

Por isso, para enfrentar os desafios diários dos efeitos das políticas restritivas, é importante trabalhar as três dimensões intrínsecas da profissão, a teórico-metodológico, a técnico-operativo e a ético-político. Buscando uma intencionalidade, o “Por que fazer?”, “Para que fazer?”, “O que fazer?”, “Como fazer?”.

Os instrumentais utilizados na prática do Serviço Social no âmbito hospitalar

Um dos instrumentais usados pelo Serviço Social é busca ativa (nos prontuários dos pacientes), dando prioridade de atendimento para possíveis demandas: quem está internado no hospital sozinho, caso de idosos, doença grave e se têm algum tipo de vício. Além do prontuário, o próprio paciente pode pedir atendimento do/a assistente social e a equipe multidisciplinar (enfermeira, psicóloga, fisioterapeuta, entre outros). Neste contexto é importante ressaltar a complexidade do trabalho multidisciplinar, de estar envolvido com os demais profissionais.

Outra prática, que ocorre no hospital é o plantão do/a assistente social, sendo esta muitas vezes a porta de entrada do usuário. Lembrando sempre que o instrumental deve caminhar junto com o referencial teórico, para não ter uma prática vazia, assim, o plantão "(...) se constitui, muitas vezes, como a única porta de entrada realmente existente aos usuários das instituições tradicionais" (SODRÉ, 2010, p. 466).

Depois de realizado a busca ativa ou o atendimento no plantão acontece à entrevista social, que se constituiu no principal instrumento no atendimento visto que identifica e analisa os problemas sociais, dando possibilidades para futuras ações. Só depois de uma avaliação bem feita que o profissional consegue estruturar uma intervenção social propositiva, dar os possíveis encaminhamentos e também compreender a realidade familiar daquele usuário. "É utilizada também nos processos de triagem socioeconômica, para validar a inclusão/exclusão dos usuários em programas especiais" (COSTA, 2000, p. 49).

Portanto, o estudo social (com entrevistas e/ou visita domiciliar) é importante para perceber o vínculo familiar e com colaterais, para dar continuidade ao tratamento pós-alta, lembrando que a saúde é uma via de mão dupla, que depende tanto dos profissionais como do usuário.

O estudo social deve sempre ser embasado pelo código de ética, respeitando o sigilo profissional, atendo-se aos fundamentos teórico-metodológicos da profissão, para não ter uma ação que reafirma ainda mais a situação de desigualdade, tendo assim, uma perspectiva crítica que busca efetivação de direitos. O estudo social vai permitir a aproximação com a realidade social, por meio da entrevista e/ou da visita domiciliar. A entrevista visa colher informação, à observação, o relato, história de vida do usuário, já a visita domiciliar é para aprofundar ainda mais sobre a dinâmica familiar e as condições de moradia.

Através do estudo social, podemos observar fatores sociais da vida do usuário que contribuem ou não para o agravamento da doença. Por isso, o estudo social é tão importante para se trabalhar com as outras expressões sociais que correlacionam com a saúde do sujeito, como moradia, condições de trabalho, saneamento básico, entre outras. Por meio desse instrumental é possível cumprir algumas funções essenciais do/a assistente social na área da saúde, como nos mostra Costa:

1. Conhecer as variáveis que interferem no processo de saúde/doença, no diagnóstico e no tratamento;
2. Identificar as possibilidades e condições de participação da família, dos empregadores, dos agregados, vizinhos e etc., na construção de meios viabilizadores do diagnóstico e tratamento do paciente (COSTA, 2000, p. 46-47).

Depois do estudo social, o profissional trabalha com o instrumental de orientações e encaminhamentos, possibilitando o acesso à informação. A orientação é um direito do cidadão e é por meio do trabalho profissional, que viabilizamos isto. Para fazer um encaminhamento ou uma orientação é necessário saber a realidade do sujeito, mas não só, é preciso conhecer a rede sócio-assistencial do município, os programas disponíveis, as políticas públicas e sociais que atendem a população.

(...) pode-se concluir que a objetivação do trabalho do assistente social, na área da saúde, também cumpre o papel particular de buscar estabelecer o elo "perdido",

quebrando pela burocratização das ações, tanto inteiramente entre os níveis de prestação de serviços de saúde, quanto, sobretudo entre as políticas de saúde e as demais políticas sociais e/ou setoriais (COSTA, 2000, p. 62-63).

Assim, para conseguirmos os dados para realizar avaliação social com o paciente, temos que usar sua rede pessoal de apoio (família, amigos, vizinhança), assim, verificando o suporte familiar, para onde ela vai pós-alta. Envolver e orientar os pacientes, famílias e grupos no autoconhecimento e procurar recursos adequados às suas necessidades. Assegurar a continuidade dos cuidados sociais a prestar, em articulação com os parceiros da comunidade. Além de esta ação promover a articulação com as redes formais e informais de apoio, na esfera individual e coletiva.

Outro instrumental que acaba sendo utilizado é o acompanhamento, este se faz necessário principalmente em casos mais complexos, tendo como objetivo saber se os problemas imediatos foram ou não resolvidos, observar se os encaminhamentos foram úteis para aquela situação e quais outros encaminhamentos podem ser feitos. Sendo uma proposta de trabalho para médio e longo prazo, que ultrapasse o imediato.

Um instrumental que deveria ser usado dentro do âmbito hospitalar e muitas vezes acabam ficando de lado, pela questão da rapidez da internação, ou pela falta de um espaço que possa ser coletivo dentro da instituição, é a prática de mobilizações. As práticas educativas e de mobilizações, servem para organizar o grupo, um coletivo, a classe trabalhadora em busca de direitos sociais, fazer a população perceber que a sua demanda não é uma demanda isolada, mas sim coletiva. As práticas educativas servem para fomentar mobilizações e lutas, chamando atenção do Estado para responsabilidades sociais, como a saúde. Com essas ações é possível contribuir para a criação de novos projetos/programas e políticas públicas mais adequadas e tão carentes à população.

Por isso, a prática educativa tem que movimentar usuários, explicar para o usuário sobre seus direitos, explicar sobre os conselhos de saúde, mostrando que estes podem ser um espaço de luta, encaminhando para o judiciário, para os órgãos responsáveis de modo evidenciar as demandas. Assim, a prática educativa é possibilidade ir além da demanda institucional é possibilitar construir o novo através da participação da população.

Considerações finais

Podemos concluir que as políticas públicas se constituem contratitoriamente no modo de produção capitalista, ao mesmo tempo que garante direitos sociais, fortalecimento político, é um meio de coerção do Estado.

A política vigente neoliberal também é outro fator que reflete na política pública de saúde, como vemos nos desafios diários do ambiente hospitalar: falta de espaço para organizar a coletividade, falta de recursos e até mesmo falta de tempo por parte dos profissionais que tem um cotidiano profissional muito dinâmico. As possibilidades na área da saúde são muito restritas, por isso, tem que buscar forças com outros profissionais, usar o pluralismo. Encaminhar o paciente para a rede pública, para a justiça, para evidenciar o problema, orientar sobre os conselhos de saúde, falando da importancia de participar.

Assim, o/a assistente social tem que ir além da demanda institucional, tem que ter um referencial teórico crítico para não ser mero executor. O profissional tem que ir além de orientar direitos e verificar suporte familiar, este tem que possibilitar a criação de um espaço para debates, discussões buscando criar garantias da implantação de processos reflexivos sobre as políticas públicas. Buscando políticas públicas que atendam o ser humano em sua totalidade, como nos mostra Sodré:

[...] movimentos sociais tem nos sinalizado que o direito à vida representa também ter direitos a ter direitos: direito a medicamentos, a atendimento que contemplem a dimensão humana, a adoecer sem ser desrespeitado nas suas relações de trabalho, a exercer seu trabalho (nas mais diversas formas), ter acesso à água potável, saneamento, alimentação e a um meio ambiente sem poluição, por exemplo (SODRÉ, 2010, p. 473-474).

Em nossa sociedade a saúde tem se constituído como uma mercadoria e não como um processo de bem estar social universalizado, democrático e efetivo, o SUS tem se restringindo apenas aqueles que não podem pagar. Portanto, tem que se buscar uma política pública de saúde cada vez mais democrática, ampla e universal, buscando uma qualidade de vida, um atendimento humanizado, uma saúde que de fato valorize a vida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal**. Título VIII- Da Ordem Social, Seção II – Da Saúde – artigo 196-200. Publicação Oficial, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 15 de Maio de 2014.

_____. **Ministério da saúde**. Lei Federal nº 8.080 de 19 de setembro de 1990. Brasília. Publicação oficial; 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm> Acesso em: 15 de Maio de 2014.

BRAVO, M. I. **Desafios atuais do controle social no Sistema Único de Saúde (SUS)** Revista Serviço Social & Sociedade. N.º 88. São Paulo: Cortez, novembro de 2006.

_____. **Serviço Social e Reforma Sanitária: Lutas Sociais e práticas profissionais**. São Paulo: Cortez, Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

BRAVO, M. I. MATOS, M. C. Política de Saúde, ética e Serviço Social. In: BRAVO, Maria Inês Souza, Et al. **Saúde e Serviço Social**. São Paulo/ Rio de Janeiro, Cortez/UERJ, 2004.

CAMILO, M. V. R. F. **Trajetória do direito à saúde: uma experiência de um hospital-escola**. Revista Serviço Social & Sociedade. N.º 59. São Paulo: Cortez, março de 1999.

CAMPOS, G. W. S. **Reflexões sobre a construção do Sistema Único de Saúde (SUS): um modo singular de produzir política pública**. Revista Serviço Social & Sociedade. N.º 87. São Paulo: Cortez, setembro de 2006.

CANTON. G. A. M. NEVES, F. **Saúde suplementar no Brasil: Entre o direito à saúde e o fetichismo da mercadoria**. Revista Serviço Social & Sociedade. N.º 86. São Paulo: Cortez, Julho de 2006.

COSTA, M. D. H. **Os trabalhos no serviço de saúde e a inserção dos(as) assistentes sociais**. Serviço Social & Sociedade. N.º 62. São Paulo: Cortez, março de 2000.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional- 1ª parte – 9ª edição – São Paulo**. Editora Cortez. 2005.

IBGE. Brasil em números. Brasília, Centro de Documentação e Disseminação de Informação, v. 13, 2005.



MARSIGLIA, R. G. **Relação ensino/serviços**. Dez anos de integração docente assistencial no Brasil. São Paulo, Hucitec, 1995.

MENICUCCI, T. M. G. **Política de saúde no Brasil**: entraves para universalização e igualdade da assistência no contexto de um sistema dual. Revista Serviço Social & Sociedade. N.º 87. São Paulo: Cortez, setembro de 2006.

MERHY, E. E. **Fórum Social Mundial e a Saúde**: por uma ética global da vida. Revista interface, v.6, n. 1, Botucatu, ago. 2002, p. 131-4.

OLIVEIRA, R. N. C. **O agir comunicativo no contexto das práticas de educação em saúde pública: um estudo a luz da teoria da ação comunicativa de J. Habermas**. Revista Serviço Social & Sociedade. N.º 106 São Paulo: Cortez, abril e junho de 2011.

ROSEN, G. **Uma história da saúde pública**. Trad. Marcos Fernandes da S. Moreira. São Paulo. Hucitec/Unesp/Abrasco, 1994.

SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BELO HORIZONTE. Dicionário de Termos Técnicos da Assistência Social. 2007.

SILVA, J. A. **Assistência primária de saúde**. Rio de Janeiro, 1996.

SODRÉ, F. **Serviço Social e o campo da saúde**: para além de plantões e encaminhamentos, Serviço Social & Sociedade. N.º 103. São Paulo: Cortez, julho/setembro 2010.

DESENVOLVIMENTO LOCAL COM ÊNFASE NA QUALIDADE DE VIDA: SUBSÍDIOS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

Jonatan Pousa

Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca

jonatan_cnl@hotmail.com

Hélio Braga Filho

Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca

hb@facef.br

Resumo

O aumento da população urbana, em geral, resulta na necessidade de ações planejadas voltadas para o desenvolvimento local, ao passo que o crescimento populacional desordenado gera uma série de problemas sociais que precisam ser amenizados, visando proporcionar uma melhora na qualidade de vida das pessoas residentes nessas localidades. Problemas de ordem pública como saúde pública, saneamento básico, favelização, aumento da criminalidade, segurança, precariedade da educação pública são alguns dos fatores que gritam por soluções em áreas com grande aglomeração de pessoas, especialmente as grandes metrópoles que recebem migrantes de diversas regiões do país em busca de novas oportunidades. O crescimento acelerado das grandes metrópoles e as aglomerações de grande e médio porte são resultantes do processo de industrialização que iniciou na década de 1940. Cenários como este demandam planejamento e ações, no intuito de oferecer melhores condições de sobrevivência para as pessoas que dependem dos serviços públicos. Essas ações são resultados da implantação de políticas públicas, que geralmente são de responsabilidade do poder público, na canalização de investimentos para os serviços oferecidos à população local. No entanto, o setor privado também pode direcionar investimentos voltados para o desenvolvimento local, através de ações internas direcionadas aos funcionários, bem como, trabalhos de ordem social, visando abranger um maior número de beneficiados. É de grande valia que essas ações sejam baseadas nas reais necessidades da população, pois ninguém melhor para apontar as deficiências dos serviços oferecidos, senão as pessoas que, de fato, usufruam dos mesmos. Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo demonstrar se pesquisas de opinião popular relacionadas à qualidade de vida podem subsidiar a aplicação de políticas públicas locais. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e análise de dados secundários. O resultado da análise desses dados é a confirmação da importância da realização de pesquisas de opinião junto à sociedade, visando identificar as prioridades a serem atendidas através de planejamentos e investimentos direcionados para as áreas mais deficitárias, sob a visão das pessoas que delas dependem.

092-2412

Introdução

O processo de industrialização no Brasil iniciou na década de 1930, com aproximadamente 150 anos de atraso se comparado à Europa (BRUM, 1995). O país era predominantemente agrário e sua população concentrava-se na zona rural, ao passo que sua economia era fortemente dependente das exportações de produtos agrários, especialmente do café, considerado o mais importante produto neste período (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR, 2012).

Um dos principais fatores que contribuíram para a instalação de fábricas no país foi a crise da Bolsa de Nova Iorque em 1929, que ocasionou a redução nas exportações dos produtos agrícolas, impulsionando o processo de industrialização.

Desta forma, as fábricas começam a se instalar e consequentemente a oferecer oportunidades de emprego à população, que até então era concentrada em sua maioria no campo. A demanda por mão-de-obra culminou na migração das pessoas que residiam nas zonas rurais rumo às cidades em busca de melhores condições de vida.

Porém, o aumento da população coincidiu com o aumento de problemas sociais como: favelização, saúde, segurança, educação entre outros, ao passo que as cidades não estavam preparadas para receber esta grande concentração de pessoas.

Sendo assim, o mau planejamento e a falta de implantação de políticas públicas contribuíram e contribuem para a degradação da qualidade de vida e desenvolvimento local. Neste sentido, as políticas públicas são extremamente importantes para o desenvolvimento local. E, para a promoção do desenvolvimento, é necessário que as pessoas tenham acesso. E, este acesso é importante que ocorra onde elas vivem. Sendo assim, os investimentos devem ser direcionados para aquelas regiões que mais necessitam de aprimoramento. (LOPES, 2002)

Diante disto, o problema de pesquisa é: qual a vantagem de se desenvolver políticas públicas baseadas em pesquisas de opinião popular referentes à qualidade de vida da população local?

O presente artigo tem o objetivo de demonstrar se pesquisas de opinião popular relacionadas à qualidade de vida podem subsidiar a aplicação de políticas públicas locais.

A metodologia adotada baseou-se em pesquisa bibliográfica focada em políticas públicas e desenvolvimento local combinada com análise de dados secundários.

Na primeira parte do trabalho foram abordadas questões sobre o desenvolvimento, desenvolvimento local e qualidade de vida, abordando os conceitos e a importância para o desenvolvimento das localidades, bem como a importância da acessibilidade. Na sequência, foram arremetidos conceitos de políticas públicas, mostrando que a aplicação delas não é exclusividade do setor público.

Ainda neste trabalho será efetuada a análise do estudo de caso da cidade de Franca, localizada no interior do estado de São Paulo, no qual foram abordados dados de institutos estatísticos sobre a cidade e análise da pesquisa de qualidade de vida, que por sua vez abordou quais seriam as três prioridades da população para melhorar o nível de desenvolvimento da cidade.

Considera-se, por fim, a importância da opinião da população para a implantação de políticas públicas na busca do desenvolvimento, desenvolvimento local e qualidade de vida, com o intuito de atender as necessidades da região sob a visão da sociedade. Desenvolvimento e qualidade de vida

Até 1929, o Brasil era um país agro-exportador, com a sua população concentrada na zona rural. Porém com a quebra da bolsa de Nova Iorque, o país foi forçado a buscar novas alternativas para o desenvolvimento de sua economia, visto que até então ela era predominantemente agrícola.

Até aproximadamente a década de 30, o país era considerado um país agroexportador, ou seja, era um país eminentemente agrícola, sua população estava concentrada na zona rural e a produção nacional dependia fortemente da agricultura destinada ao mercado externo, sobretudo da produção e das exportações do café (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR., 2012, p. 7).

Assim, o país iniciou o processo de industrialização com a instalação de pequenas fábricas. Essas indústrias necessitavam de mão de obra para compor o quadro de funcionários e consolidar o processo de industrialização. Dessa forma, as pessoas que viviam no campo começaram a enxergar possíveis

oportunidades nas cidades, que eclodiram com o passar do tempo contribuindo para o crescimento da população urbana.

O fortalecimento da indústria intensificado com a migração da população rural para as cidades aumentou a taxa de urbanização. (BRAGA FILHO, 2000). Estima-se que 40 milhões de pessoas saíram da zona rural com destino à zona urbana no período entre 1950 a 1990. (GREMAUD, VASCONCELLOS E TONETTO JR., 2012).

Porém, o crescimento acelerado da população urbana, não foi acompanhado pelos subsídios sociais para atender à demanda dessa nova população. (BRAGA FILHO, 2000)

Todavia, a carência desses equipamentos sociais compromete a qualidade de vida das pessoas, sobretudo aquelas que possuem baixa renda e que dependem dos serviços públicos como saúde pública, moradia e segurança. Diante deste cenário, as contas públicas das cidades são comprometidas, pelo fato de existir diversas áreas carentes de investimentos públicos (RATTNER, 1979).

A industrialização contribuiu para a diversificação da economia brasileira, outrora dependente da agricultura. Porém a qualidade de vida das pessoas foi prejudicada pelo crescimento desordenado e aglomeração dos centros urbanos, que por sua vez resultaram no surgimento de favelas, aumento da criminalidade, entre outros. (RATTNER, 1979).

Por isso torna-se importante a promoção do desenvolvimento, desenvolvimento local e qualidade de vida para que a população alcance condições dignas de sobrevivência.

Porém, quando se fala em desenvolvimento, a maioria das pessoas associa ao desenvolvimento econômico, pois este é o resultado mais fácil de ser quantificado. Porém, desenvolvimento deve ser considerado o resultado positivo de diversas áreas que resultam no aumento do padrão de vida da população.

Pode-se corroborar com Bresser Pereira (1970, p.22) que:

O desenvolvimento, portanto, é um processo de transformação global. Seu resultado mais importante, todavia, ou pelo menos o mais direto, é o crescimento do padrão de vida da população. É por isso que, geralmente, se usa a expressão "desenvolvimento econômico", como sinônimo de "desenvolvimento".

O desenvolvimento econômico de uma localidade é muito importante, ao passo que propicia o crescimento e colabora com outros tipos de desenvolvimento. Para tanto, é extremamente importante que o desenvolvimento econômico também gere maior igualdade social entre as classes.

Presbisch (1968, p. 23) destaca que não:

[...] se pode esperar o desenvolvimento econômico se realize primeiro, para logo depois ser seguido pelo curso natural dos acontecimentos com o desenvolvimento social. O certo é que ambos sejam atingidos gradualmente e emparelhados.

As disparidades econômicas ocasionam desigualdades sociais, refletindo negativamente, especialmente, na parcela da sociedade sem recursos financeiros, que fica a mercê dos serviços públicos oferecidos, muitas vezes de qualidade escassa. A desigualdade social é uma das premissas para a criminalidade, especialmente para aqueles indivíduos que sem condições financeiras e sem oportunidades, tende para o crime, aumentando consequentemente a insatisfação da população no que diz respeito à segurança pública.

Sendo assim, é possível constatar o quão importante é gerar o equilíbrio das classes sociais, visando atingir um nível satisfatório de desenvolvimento, a fim de oferecer melhores condições de vida para a população de uma forma geral.

O desenvolvimento econômico e social é um processo que, entre outros objetivos, visa ao estabelecimento de uma mais justa e equilibrada distribuição da renda entre os habitantes de um país, proporcionar uma melhor qualidade de vida, promover a integração nacional de modo a reduzir possíveis desequilíbrios regionais, além de impulsionar mudanças capazes de modificar e remover inconsistências de índole estrutural (BRAGA FILHO, 2000, p.16).

Braga Filho (2000) relata justamente a necessidade da acuidade do equilíbrio das áreas econômica e social para o desenvolvimento e a redução dos desequilíbrios regionais.

É importante que as pessoas tenham acessibilidade, no local onde vivem, aos produtos resultantes do desenvolvimento local, movimentando o comércio, prestação de serviços, gerando um ciclo positivo que alavanca cenário da economia local. Uma região que oferece boas condições de vida à população local, proporcionando acesso à educação de qualidade, forma adultos preparados para o mercado de trabalho, preparados para disputar as oportunidades de emprego em igualdade com aquela parcela da população, com melhores condições financeiras, que pode estudar em instituições particulares.

Lopes (2002, p.19) afirma que:

Desenvolvimento é acesso das pessoas, onde vivem, aos bens e serviços e as oportunidades que permitem satisfazer as suas necessidades básicas, incluindo-se nas "oportunidades", por exemplo, o emprego e a formação, como necessidades verdadeiramente básicas, e no conjunto de bens, serviços e oportunidades, a fruição de bens e serviços culturais - outro exemplo.

Se considerar que desenvolvimento é acesso, deve-se cada vez mais estimular o desenvolvimento local, o que gera a necessidade constante de investimentos em políticas públicas, para colaborar com o desenvolvimento das localidades.

Políticas Públicas

É possível definir políticas públicas como “uma linha de ação intencional e relativamente estável, seguida por um ator ou conjunto de atores ao lidar com um problema [público] ou questão de interesse [público]”. (ANDERSON, 2006, p.6).

As políticas públicas são extremamente importantes e contribuem para o desenvolvimento, pois são aplicadas para o equilíbrio e o bem estar da sociedade. São ações planejadas e canalizadas para um determinado segmento, através de investimentos públicos que visam a melhora e o crescimento do mesmo.

O Estado é responsável pelo bem-estar da população, e o governo por gerenciar o alcance desses objetivos por meio da elaboração de políticas públicas ou macroeconômicas. Para isso, ele planeja, identifica, formula e reformula políticas, programas e projetos. Entretanto, todos os agentes são responsáveis pela condição de desenvolvimento, e, partindo-se disso, justifica-se também a participação do setor privado na contribuição para a formulação de políticas que tenham finalidade igual. (Simão et al. 2010, 47)

Quando se fala em políticas públicas, sempre ocorre associação de tarefas exclusivas do setor público. Todavia, essas ações não são de exclusividade do setor público, e também podem ser promovidas pelo setor privado, na promoção de ações que possam melhorar de alguma forma o bem estar da população.

Assim, é importante sempre cobrar o setor público por suas responsabilidades, conforme relatam os autores, sem esquecer-se do setor privado, que também tem grande importância na aplicação das

políticas públicas. Ambos com o mesmo intuito, de criar condições favoráveis para aumentar a qualidade de vida das pessoas na localidade onde vivem.

Para a criação de políticas públicas é necessário identificar quais são as reais necessidades da população, a fim de definir as principais metas a serem cumpridas e, planejar as melhores formas para atingi-las. Para tanto, é muito importante efetuar a análise de indicadores, números estatísticos que refletem a realidade e que possam revelar as prioridades da maioria da população, visando canalizar os investimentos para o segmento correto, evitando a utilização de recursos desnecessários.

Alguns indicadores como IDHM – (Indicadores de Desenvolvimento Humano Municipal) e IPRS (Índice Paulista de Responsabilidade Social), contribuem para que as ações sejam efetuadas de forma eficiente, evitando desperdícios de dinheiro público.

Outro instrumento interessante para promover as políticas públicas seria através de pesquisas de opinião pública, onde a própria população opinaria sobre as suas prioridades na cidade. Ninguém melhor para avaliar a qualidade dos serviços, senão as pessoas que usufruem os mesmos e vivem diariamente a necessidade de melhorias dos serviços públicos oferecidos. Além disso, seria mais eficiente e preciso se essas pesquisas fossem realizadas por regiões da cidade, visto que podem ocorrer divergências de opiniões de região para região.

Questões relacionadas à qualidade de vida sobre a cidade de Franca-SP

A cidade de Franca – SP está localizada no interior do estado de São Paulo, e possui população de aproximadamente 319 mil habitantes segundo dados do censo de 2010 do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sua população é predominantemente urbana, com uma taxa de urbanização na casa de 98%.

Franca é conhecida com a Capital do Calçado Masculino devido à concentração de indústria nesse setor, que viveu seu ápice nos anos 1980 e início dos anos 1990. O PIB industrial em 1985 correspondia a 61,1% do PIB total. (IDEAPATA, 2014).

As indústrias calçadistas contribuíram para o aumento da população urbana francana, devido à migração dos moradores da zona rural e de migrantes de outras localidades. Devido à cidade ter fronteiras com o estado de Minas Gerais, a mesma recebeu considerável fluxo migratório de mineiros, especialmente na década de 50. Essas forças de trabalho colaboram para o crescimento e desenvolvimento da cidade, na medida em que aquecem o mercado e o setor de prestação de serviços.

Existem indicadores que podem fornecer mecanismos de mensuração do nível de desenvolvimento das cidades. Um famoso indicador é o IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal que mede o nível de desenvolvimento dos municípios. O IDHM considera como premissas os indicadores de educação, longevidade e renda.

Tabela 1 - IDHM da cidade de Franca – 1991 - 2010

Ano	IDHM	Variação por período	Variação acumulada
1991	0,568	-	-
2000	0,688	21%	21%
2010	0,780	13%	37%

Fonte: IBGE cidades. Elaboração do autor.

Através da análise do IDHM de Franca, pode-se observar que nos últimos 20 anos, a cidade apresentou crescimento de 37%. Essa melhora no indicador é o reflexo da implantação de políticas públicas nos setores da educação, longevidade (saúde) e renda na cidade.

Indicadores são importantes para direcionar ações que atinjam o maior número de pessoas e evite desperdícios de recursos. Em 2013, foi apresentado o IRBEM - Indicadores de Referência para o Bem-Estar no Município referente a pesquisa aplicada em 2012, realizada na cidade de São Paulo. Esse indicador foi desenvolvido pela Rede Nossa São Paulo, junto com o IBOPE.

O levantamento ocorrido em 2012 na cidade de São Paulo demonstrou importantes resultados como: 91% da população não se sente segura, 59% não confia na prefeitura e 56% dos paulistanos mudariam da cidade de São Paulo se possível.

Oded Grajew publicou um artigo em 27 de janeiro de 2013 denominado "Paulistanos descontentes", comentando os resultados apontados pelo IRBEM. O autor destacou que:

[...] 1,3 milhões de pessoas vivem em favelas. O paulistano passa, em média, duas horas e 23 minutos por dia no trânsito, espera 66 dias para ser atendido em consulta médica, 86 dias para fazer exames clínicos e 178 dias para conseguir procedimentos mais complexos.

Esses indicadores demonstram como a qualidade de vida dos paulistanos é afetada e como poderão ser canalizados recursos para implantar políticas públicas baseada na opinião da população.

O estudo realizado na cidade de São Paulo, serviu de base para uma pesquisa de menor escala na cidade de Franca-SP realizada em 2013 e apresentada em 2014.

Nesse estudo, a cidade foi dividida em 5 regiões (Norte, Sul, Central, Leste, Oeste), com o intuito de captar a avaliação e satisfação de serviços públicos, de instituições públicas e questões sobre qualidade de vida.

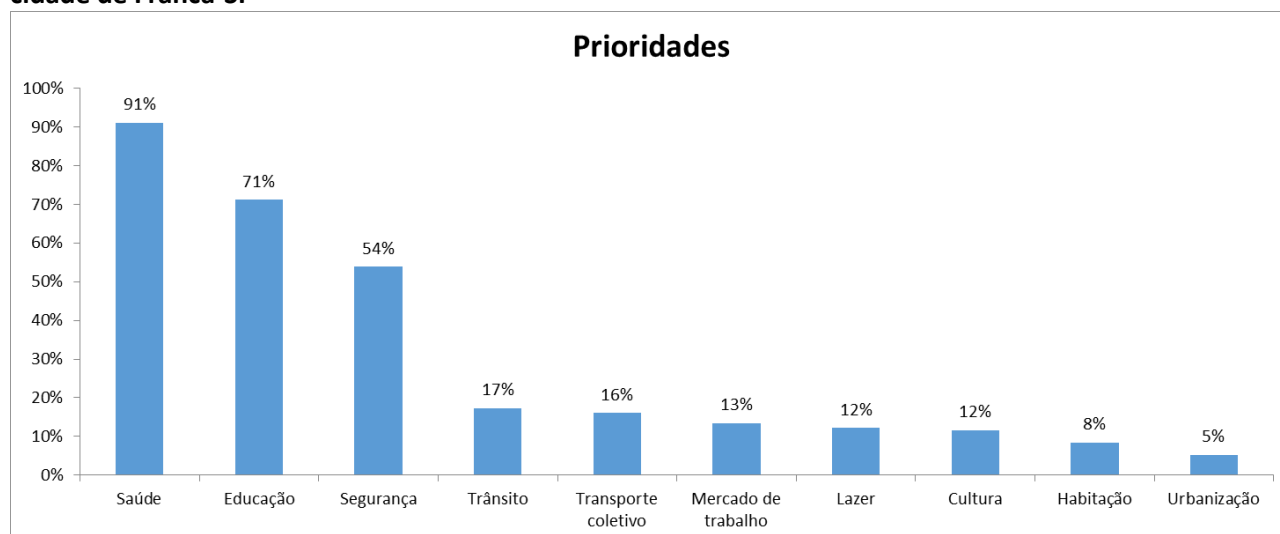
Para efetuar a pesquisa foi utilizado um cálculo amostral, que foi ponderado pela população por região e por sexo.

Após a tabulação da pesquisa foram observados dados importantes, como a descrença da população em órgãos governamentais da cidade. As respostas negativas foram referentes ao governo municipal e câmara dos vereadores, que são instituições fundamentais para a aplicação de políticas públicas e ações para o desenvolvimento local e regional.

Este indicador deve ser cuidadosamente analisado pelo poder público a fim de identificar o motivo desta visão negativa, buscando formas de reverter este cenário, através de medidas que possam refletir diretamente na vida da população local.

A relação população versus poder público deve ser de confiança e cabe aos governantes a responsabilidade de fortalecer esta aliança através da elaboração de políticas públicas que atendem a necessidade da população, oferecendo melhores condições, elevando consequentemente o nível de qualidade de vida dos moradores locais.

Gráfico 1 – Demonstrativo de prioridades, segundo respondentes da pesquisa sobre qualidade de vida na cidade de Franca-SP



Fonte: POUSA, 2014

Na pesquisa, foi solicitado aos respondentes que elencassem as prioridades a serem estabelecidas na cidade. A saúde foi apontada como a principal prioridade com 91%, ou seja, quase 100% dos entrevistados avaliaram negativamente a saúde pública na cidade. Como a pesquisa foi realizada por região, baseado nesta informação, é possível identificar qual região teve o pior desempenho e consequentemente analisar possíveis ações para melhorar este cenário através, por exemplo, da instalação de novas unidades básicas de saúde ou aumento do quadro de médicos.

Em segundo lugar ficou a educação com 71%. Analisando este percentual, é possível entender que apenas 29% dos respondentes avaliaram positivamente a educação na cidade. Mais da metade da amostra, de alguma forma, considera que a educação pública na cidade de Franca carece de investimentos. Observando os dados por região, é possível, numa análise mais detalhada, identificar qual região da cidade demonstrou maior desaprovação quanto à educação pública. E desta forma, o poder público, tem condições de cruzar esses dados e identificar quais as principais instituições públicas que precisam de incentivos por região, melhoria da estrutura física e/ou quadro de docentes.

A terceira prioridade apontada foi a segurança pública com 54%. Este é um indicador preocupante, pois evidencia que a população sente-se vulnerável à criminalidade e clama por mais investimentos em segurança. Voltando ao fato da pesquisa ter sido realizada por região, é possível afirmar que baseado nos dados obtidos, o governo local tem plenas condições de identificar a região que mais carece de investimento, podendo analisar inclusive a possibilidade da instalação de novos postos policiais em pontos estratégicos por região. Sendo assim, é factível observar o quão importante são esses tipos de pesquisas, pois podem auxiliar na tomada de decisões que efetivamente possam assegurar melhores condições de vida para a população.

Essa pesquisa apontou que as necessidades elencadas na cidade de Franca, segundo os respondentes, são similares às premissas que os institutos utilizam para efetuar os cálculos dos indicadores de desenvolvimento humano, ou seja, o cenário da cidade de Franca, sob a visão da sua população, vai de encontro com as principais áreas utilizadas para no cálculo do IDHM. Daí a importância de pesquisas como esta, que refletem em números a realidade que a população vive diariamente, e mais, serve como base para os governantes no processo de identificação das carências da cidade, inclusive por região, auxiliando na definição e estruturação de metodologias de trabalho. Através do estudo dessas pesquisas, o governo tem condições de direcionar os investimentos públicos adequadamente para cada região da cidade, sob a visão de quem depende dos serviços públicos oferecidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos fatos percorridos na revisão bibliográfica e análise dos dados, pode-se verificar a importância das políticas públicas para o desenvolvimento, desenvolvimento local das cidades e qualidade de vida. As políticas públicas contribuem significativamente para o desenvolvimento local, por isso é muito importante que elas sejam executadas de forma consistente e planejada, baseadas em dados que apontem a real necessidade da população.

Com o crescimento acelerado, e muitas vezes desordenado, das cidades é cada vez mais importante que as políticas públicas sejam direcionadas para atender ao maior número de pessoas. Entretanto, é de extrema importância ouvir os anseios da população a respeito dessas ações, para que os investimentos sejam adequados e contribuam para o bem estar dos moradores daquela localidade.

Ademais, pesquisas efetuadas diretamente com a população são importantíssimas para o sucesso de ações voltadas ao desenvolvimento e políticas públicas. Essas informações são valiosas, pois apontam resultados que permitem criar o cenário real das necessidades que a população local julga ser prioritárias.

A pesquisa na cidade de Franca - SP apontou as três prioridades baseadas na opinião da população, que foram saúde, educação e segurança pública. Espera-se que o poder público possa basear-se neste tipo de trabalho para estar sempre atualizado em relação à opinião das pessoas quanto ao seu trabalho na cidade, buscando sempre suprir as necessidades apontadas pelas pessoas. O sucesso do poder público é o resultado da satisfação das pessoas quanto aos serviços oferecidos.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, James E. Public policymaking. 6. ed. Belmont, CA : Wadsworth, 2006.

BRAGA FILHO, H. Globalização em Franca: a reorganização industrial e economia informal. 2000, 267 f. (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, (UNI-FACEF) para obtenção do título de Mestre em Administração, área de concentração Gestão Empresarial, Franca-SP, 2000.

BRESSER PEREIRA, L. C. Desenvolvimento e crise no Brasil. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

BRUM, Argemiro J. O desenvolvimento econômico brasileiro. 14. ed. Petrópolis: Vozes. 1995.

GRAJEW, Oded. Paulistanos descontentes. Folha de São Paulo. 27/01/2013

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS; Marco Antonio Sandoval de; TONETTO JR, Rudinei. Economia Brasileira Contemporânea, 7 ed., 9. reimpr., São Paulo: Atlas, 2012, 659 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>>. Acesso em: 06 jul. 2014.

IPEADATA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. <<http://www.ipeadata.gov.br/>> Acesso em 06 jul 2014.

LOPES, A. S. Globalização e Desenvolvimento Regional. Lisboa: Revista Gestão e Desenvolvimento, n.11, p. 9-25, 2002.

POUSA, Jonatan. Qualidade de vida: uma vertente do desenvolvimento local. 2014. (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, (UNI-FACEF) para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional), Franca-SP, 2014.

PRESBISCH, Raul. Política de desenvolvimento para a América Latina. Tradução de Raul Monteiro. Rio de Janeiro: Editora Presença, 1968. 143 p.



SIMÃO, Angelo G. et al. Indicadores, políticas e a sustentabilidade. in: SILVA, Christian Luiz da.; SOUZA-LIMA, José Edmilson. Políticas Públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Saraiva, 2010.

RATTNER, Henrique. Planejamento e bem-estar social. - São Paulo, SP: Editoria Perspectiva, 1979. 234 p.

FORÇAS MOTRIZES: IDENTIFICANDO EVENTOS QUE PODEM INFLUENCIAR O UNI-FACEF – CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA

Welton Roberto Silva
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
welton_roberto@yahoo.com.br

Alfredo José Machado Neto
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
alfredo@facef.br

Lucas Antonio Santos
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
lucasantonio.sts@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar as forças motrizes identificadas pela elaboração de Cenários Prospectivos do Uni-FACEF – Centro Universitário de Franca, relacionando o impacto que as mesmas exercem sobre esta Instituição de Ensino Superior. Cabe destacar que este estudo se contextualiza em um momento de constantes transformações, marcadas, principalmente, pela evolução tecnológica. Este fato tem levado o ambiente organizacional a um dinamismo inédito, que traz consigo variáveis não previstas no momento de se elaborar um planejamento estratégico. Assim, tendo em vista a importância da construção de conhecimento neste novo quadro organizacional, é relevante que se busque mapear o ambiente onde as Instituições de Ensino Superior (IES) se encontram. Para que o presente artigo atingisse seu objetivo, fez-se uso de um estudo anterior, em que o autor prospectou cenários e identificou impactos cruzados para instituição mencionada. Desta forma, o que aqui se pretende é analisar os eventos presentes no quadrante um da Matriz de Impactos Cruzados, ou seja, aqueles que possuem alta motricidade, mas baixa dependência, identificando como os mesmos podem exercer influência sobre o planejamento estratégico da IES. De igual modo busca-se identificar alternativas já tomadas pelo Uni-FACEF – Centro Universitário de Franca que possam minimizar os efeitos destas forças

119-2440

INTRODUÇÃO

As novas tendências globais ocasionaram mudanças na vida das pessoas, de forma que não apenas as relações de trabalho, mas o cotidiano do ser humano apresentou transformações significativas.

Neste contexto, a produção de conhecimento ganhou um destaque especial, uma vez que o trabalho especializado e as linhas de produção vêm perdendo espaço, haja vista a crescente onda tecnológica estar presente no ambiente organizacional.

Nesta perspectiva as Instituições de Ensino Superior (IES) passaram a ser vistas com maior interesse, por parte não apenas dos profissionais, mas também das organizações, que anseiam por Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Assim, um modelo educacional que privasse apenas pela transmissão de conhecimentos pré-formulados passou a perder espaço para a construção do conhecimento.

No Brasil, esta cena passou a ser visualizada apenas após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – 9394/1996), que por meio da regulamentação, buscou implantar nas IES uma

forma de dedicação à pesquisa. Tais fatos fazem com que se torne relevante estudar tais instituições, a assim contribuir para o seu crescimento.

Não obstante, o advento de novas tecnologias fez com que o homem adentrasse a circunstâncias inéditas comparadas àquelas que, até então, estava acostumado. Se há algumas décadas era comum visualizar jovens se reunindo na casa de amigos para conversar, a ascensão das redes sociais fez com que tais encontros ocorressem sem que nenhum deles saísse de suas casas.

Ainda há de se ponderar que as mudanças tornaram-se ainda mais expressivas após a chegada da mobilidade, ou seja, ninguém mais necessita prender-se a um fio para se conectar com o mundo.

Tais acontecimentos trouxeram mudanças ao ambiente organizacional, que passou a lidar com um maior número de incertezas. Tais incertezas possuem forte influência sobre o planejamento estratégico, uma vez que traz variáveis não previstas anteriormente. Este contexto põe em dúvida os métodos até então conhecidos e usados para se deparar com circunstâncias avessas e inesperadas.

Assim, as transformações no ambiente organizacional fazem com que os gestores passem a buscar ferramentas mais eficazes capazes de antecipar acontecimentos inevitáveis.

Nesta conjuntura, a prospecção de cenários ganha espaço, uma vez que ela busca identificar possíveis pontos de ruptura presentes no ambiente organizacional, por meio de procedimentos metodológicos.

De igual modo, a prospecção de cenários auxilia na identificação das forças motrizes, eventos que são altamente capazes de influenciar a realidade vivenciada pela organização, e ao mesmo tempo, difíceis de serem trabalhados.

Assim, entende-se que a identificação das forças motrizes se torna necessário para compor um planejamento estratégico sustentável. Desta forma, o presente trabalho parte de um estudo que, em seus resultados trouxe a identificação das forças motrizes em uma Instituição de Ensino Superior, localizado no interior do Estado de São Paulo.

Com base no que foi exposto, surge como objetivo geral da presente pesquisa analisar as forças motrizes identificadas pela elaboração de Cenários Prospectivos do Uni-FACEF – Centro Universitário de Franca, relacionando o impacto que as mesmas exercem sobre a IES.

Da mesma forma é possível observar como objetivo específico, verificar se a IES possui projetos que a preparam para a ocorrência de tais forças motrizes.

Para tanto se faz inicialmente uma abordagem, no capítulo primeiro, acerca do ensino superior no mundo e no Brasil, e um histórico da IES estudada. No segundo capítulo, são estudadas as variáveis ambientais e seus reflexos no ambiente organizacional.

No capítulo terceiro, é observado o estudo com cenários e a identificação das forças motrizes. Já quarto capítulo aborda os resultados do estudo.

1. ENSINO SUPERIOR E O *Uni-FACEF*

Neste capítulo se trata da evolução do ensino superior, desde seus primórdios, às alterações ocorridas após entrar em vigência a mais recente legislação sobre o assunto. Posteriormente é realizada uma caracterização do objeto de estudo, ou seja, o *Uni-FACEF – Centro Universitário de Franca*.

1.1. O ENSINO SUPERIOR

Desde tempos antigos, o ensino superior foi pensado sob uma concepção que iria além de apenas profissionalizar o indivíduo, objetivando-se a construção conhecimento com base científica. Na Antiguidade Clássica, onde Grécia e Roma dispunham de instituições que pretendiam colaborar com a formação de especialistas capazes de desempenhar funções médicas, filosóficas, retóricas e de direito, os ensinamentos ocorriam com a reunião de discípulos em torno de um mestre e este lhes passava o que conhecia, modelo este que foi interrompido pelas invasões barbaras. Séculos mais tarde, durante a Idade Média, surge a incidência da Universidade, por meio da qual a Igreja Católica passou a ser a responsável pela ministração do ensino. Entretanto tais ensinamentos não possuíam caráter científico e estavam diretamente relacionados com a fé (LUCKESI, et. al., 1998).

Os autores salientam ainda que com o advento dos movimentos da Renascença, Reforma e Contrarreforma, é dada início a uma diversificação do conhecimento humano. Com o nascimento do século XVIII, surgem também os ideais iluministas, com questionamentos sobre tal forma de transmissão de saberes. Já o século seguinte trouxe consigo a industrialização, o que pôs fim ao modelo medieval de universidade, especialmente com o despertar para a pesquisa.

Já no Brasil pode ser notada a introdução de uma educação superior tardia, diferentemente do que ocorreu na América espanhola, onde a partir do século XVI já se visualizava a presença de Instituições Universitárias. A primeira Instituição de Ensino Superior (IES) originada no Brasil foi criada em decorrência da vinda da família real portuguesa em 1808, quase três séculos mais tarde. Anos mais tarde:

No período imperial, apesar das várias propostas apresentadas, não foi criada uma universidade no Brasil. Isto talvez se deva ao alto conceito da Universidade de Coimbra, o que dificultava sua substituição por uma instituição do jovem país. Assim sendo, os novos cursos superiores de orientação profissional que se foram estabelecendo no território brasileiro eram vistos como substitutos à universidade (OLIVE, 2002, 32).

Colombo e Cardim (2010), salientam que os anos que se seguiram à Proclamação da República as transformações ocorridas foram discretas, com destaque apenas à introdução de diretores, que passaram a assumir a coordenação das Instituições de Ensino Superior.

Entretanto, apenas ao adentrar a década de 1930, com os trabalhos de Anísio Teixeira é que se pode visualizar os primeiros estudos que relacionassem a educação superior brasileira à produção de conhecimento. Neste período, Teixeira vê sua aspiração ganhar forma, entretanto seu objetivo acaba por não ser alcançado pela instauração do regime ditatorial de Getúlio Vargas, que durou de 1937 a 1945, período conhecido como Estado Novo (LUCKESI et. al., 1998).

Os autores ainda destacam que após o período de redemocratização ocorrido com a eleição do presidente Eurico Gaspar Dutra, outro pesquisador, Darci Ribeiro – considerado discípulo de Teixeira, retomou seus estudos na intenção de promover uma universidade de livre pensar. Como consequência de seus trabalhos, foi fundada em 1962 a Universidade de Brasília (UNB). Entretanto o início de uma segunda ditadura, conhecida como Regime Militar, frustrou também os seus planos.

Com a redemocratização do país, e a promulgação de uma nova Constituição Federal (CF), em 1988, foi possível pensar-se na elaboração de um ensino que proporcionasse a construção do conhecimento. A elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei 9394/1996), lei complementar à CF de 1988, deu-se início a este processo.

A forma de incentivar a produção científica encontrada por meio da LDB/96 foi dada por meio da regulamentação. Em síntese pode-se relacionar a implantação de

[...] processo regular e sistemático de avaliação dos cursos de graduação e das próprias instituições de ensino superior, condicionando seus respectivos credenciamentos e

recredenciamentos ao desempenho mensurado por essa avaliação. Em caso de serem apontadas deficiências, ela estabelece um prazo para saná-las; caso isso não ocorra, poderá haver descredenciamentos das IES (OLIVE, 2002, p. 42).

Neste novo contexto, foi priorizado que as IES investissem em um corpo docente melhor qualificado, que possuísse um maior comprometimento com a pesquisa e a construção de conhecimento (SAMPAIO, 2000). Desta forma, pode ser verificada a incidência de exigências e/ou premiações para instituições que contarem com docentes na qualidade de regime de tempo parcial e integral, especialmente com dedicação exclusiva, contando com pelo menos vinte horas de dedicação à atividades extra sala de aula. Outro fator introduzido neste contexto diz respeito à titulação do docente, sendo priorizados professores com Doutorado e Mestrado (MACHADO NETO, 2002).

Algo a ser destacado após a introdução da atual legislação educacional diz respeito ao aumento na quantidade de IES, bem como de alunos matriculados no ensino superior. Segundo dados do INEP (2014) em 2012 havia 2.416 instituições, e 7.034.688 alunos presentes na educação superior, o que corresponde a uma elevação de 144% e 262% no aumento de IES e matrículas, respectivamente.

1.2. O UNI-FACEF – CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA

Um fator a ser considerado na conjuntura do ensino superior brasileiro é o fato de o incremento do mesmo estar relacionado ao incremento da atividade industrial no país (MILANESI, 1998). A inserção do Ensino Superior na cidade de Franca/SP pode ser relacionada a esta questão. A implantação da primeira Instituição de Ensino Superior na cidade aconteceu no momento em que a indústria calçadista na cidade passava por seus primeiros desafios (BARBOSA, 1998).

A então Faculdade de Ciências Econômicas de Franca (FACEF) – hoje Uni-FACEF – Centro Universitário de Franca, é uma Instituição Municipal de Ensino superior (IMES), criada em 1951 por professores do Instituto Francano de Ensino, e incorporada ao poder público municipal por meio da Lei nº. 1143 de 09 de outubro de 1963, de autoria do Vereador Bernardino Pucci, e sancionada pelo prefeito em exercício, Dr. Wálter Anawate (OLIVEIRA et. al., 2011).

Em 1969 a IES passou a contar com sede própria, construída pelo então prefeito Hélio Palermo, na Av. Major Nicácio, seu funcionamento se deu no antigo Sanatório (Rua Padre Anchieta – Centro), e anteriormente em uma sala cedida no antigo Ateneu Francano. Após ocupar suas novas instalações a antiga FACEF pode iniciar seu plano de expansão, que culminou na implantação dos cursos de Administração (1975) e de Ciências Contábeis (1981), passando a ser chamada de Faculdade de Ciências Econômicas Administrativas e Contábeis de Franca (UNI-FACEF, 2013).

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996, trouxe para o Uni-FACEF – Centro Universitário de Franca um grande desafio, já que sendo uma IES localizada no interior do Estado e pertencente ao poder público, encontrava dificuldades em contratar profissionais qualificados com titulação adequada para compor seu corpo docente.

Como alternativa a este problema a IMES implantou um Programa de Pós-Graduação Stricto Senso em Gestão Empresarial, com a finalidade de promover um maior incremento acadêmico em Franca e região, além de proporcionar uma melhor qualificação ao próprio corpo docente (OLIVEIRA et.al., 2011).

Nos anos que se seguiram, podem ser notadas diversas iniciativas que contribuíram para o avanço da IES: criação de cursos de Pós-Graduação Latu Senso, implantação de graduações em várias novas áreas, convênios firmados com universidades estrangeiras para intercâmbio de alunos e conhecimentos, e dentre outros a construção de uma nova unidade na Avenida Ismael Alonso y Alonso, em frente ao prédio construído na década de 1960 (SILVA, 2013).

Tais desafios colaboraram para que em 2004 fosse consolidado o plano de transformação da FACEF – Faculdade de Ciências Econômicas Administrativas e Contábeis de Franca em Uni-FACEF – Centro Universitário de Franca, contando, segundo o parecer dos avaliadores do Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo, com os seguintes atributos:

- a) experiência consolidada em cursos de graduação;
- b) corpo docente constituído em sua maioria por doutores e mestres;
- c) carreira docente implantada;
- d) ações de incentivo à qualificação docente e às atividades de pesquisa e iniciação científica;
- e) experiência acumulada em cursos de especialização e oferecimento também de curso de mestrado em Administração com validade nacional;
- f) conceito excelente nas avaliações realizadas;
- g) desenvolvimento de relevantes atividades de extensão junto à comunidade;
- h) desenvolvimento de pesquisas aplicadas em suas áreas de especialidade;
- i) instalações físicas, biblioteca e equipamentos considerados altamente satisfatórios; e
- j) projeto de desenvolvimento institucional bem estruturado, atendendo ao estipulado no Art. 6º da Deliberação CEE 08/98 (OLIVEIRA et. al., 2011, p. 136).

Hoje o Uni-FACEF – Centro Universitário de Franca possui seu espaço no meio acadêmico, tanto local como nacional, refletindo ainda reflexos internacionais, por meio de seus convênios. Possui assim, destaque dentro e fora do país, mas sem deixar de exercer seu papel na comunidade local, o que é feito por meio da ministração de um ensino de qualidade, além de desempenhar papel de destaque na promoção de políticas públicas através de seus projetos sociais e parcerias locais.

2. VARIÁVEIS AMBIENTAIS

Como ressaltado, após a publicação da nova legislação educacional, a quantidade de Instituições de Ensino Superior, bem como de seus alunos, cresceram nos últimos anos. Dentre as IES, há um destaque dado às enquadradas no segmento privado, o qual em 2012 possuía 84% das IES e 73% dos alunos com matrículas sob sua responsabilidade.

Neste contexto, pode ser identificada a presença de um mercado educacional ativo e acirrado, confirmado pelo fato de o segmento privado possuir uma média de 2.434 alunos por IES, enquanto nas públicas este número atinge a média de 6.011 matriculados por instituição.

Desta forma, é possível perceber a incidência de um meio organizacional propenso a turbulências e instabilidades. Transformações no cotidiano das IES são passíveis e frequentes, especialmente considerando-se que tais instituições estão envoltas em um ambiente caracterizado por rotineiras evoluções tecnológicas. Outro fato a ser considerado ainda, se relaciona a velocidade de a produção e difusão de conhecimento ter ganhado grandes proporções nos últimos anos (TALEB, 2008).

Nesta perspectiva Kotler e Caslione (2009, p. 3) descrevem que “hoje, a velocidade da mudança e a magnitude dos choques são maiores do que nunca. Isso não era normal no passado, mas essa é a nova normalidade. Vai além das inovações disruptivas e abrange novos choques”.

Nos últimos anos, palavras como tecnologia e informação vêm caminhando juntas, provocando drásticas mudanças por onde quer que passem. Ainda, pode-se perceber que independentemente de tais mudanças sempre terem existido no ambiente organizacional, estão ocorrendo com cada vez mais frequência. Sem se preocupar com um determinado segmento, exercem influência sobre as mais diversas organizações.

Rodrigues e Pinheiro (2005, p. 102) colaboram, com este pensamento ao dissertarem que:

A evolução tecnológica provoca uma revisão profunda dos modelos organizacionais, [...] promovendo a integração entre unidades de negócios e entre organizações, além de suas fronteiras. [...] A adoção da TI possibilita a redefinição das fronteiras organizacionais e das relações interorganizacionais, possibilitando a integração das empresas com seus clientes e fornecedores, levando à constituição de redes de cooperação e ao desenvolvimento da capacidade de resposta das organizações às mudanças do ambiente.

Ao mesmo tempo, é possível encontrar o nascimento de uma tendência global, interligando não apenas pensamentos e culturas, mas principalmente mercados. Desta forma, é relevante concluir que não há mais negócio que se porte de forma isolada no mundo, sendo liberado o acesso a conhecimentos desenvolvidos nas mais diversas partes do planeta (LASTRES e ALBAGLI, 1999).

Um exemplo desta interação global pode ser encontrado na chamada Crise Econômico Mundial, a qual Kotler e Caslione (2009, p. 13) descrevem como sendo “o grande colapso financeiro global de 2008” e manifestam que a mesma “deixou todo o mundo arfando à procura de ar, enquanto o mercado despencava em queda livre imprevisível e incontrolável, de um dia para o outro”.

O mercado norte-americano surpreendeu-se com os desdobramentos de uma deflação imobiliária, a qual alguns dos mais pessimistas investidores não conseguiram prever, e muito mais despreparado estava o mercado econômico-financeiro na Grécia, um dos países mais afetados com os desdobramentos da crise (CARDOSO, 2011).

Assim, pode ser evidenciada a presença de uma nova tendência mundial, incrementada constantemente pelas inovações tecnológicas. Machado Neto (2002, p. 31) descreve esta relação entre tecnologia e globalização, colocando que:

É comum encontrarem-se referências ao processo de globalização associado à rápida evolução e à popularização das tecnologias da informação e com a mobilidade internacional do capital.

A velocidade da informação ultrapassou todas barreiras até então existentes e hoje os acontecimentos são acompanhados, em tempo real, de qualquer ponto do mundo.

Desta forma, não se pode deixar de considerar que o:

fenômeno *globalização* está relacionado a uma intensificação das relações pessoais e organizacionais dentro de um contexto internacional, influenciando não só as corporações, mas também as pessoas, ideais, significados e outros aspectos que fazem parte do dia-a-dia do ser humano (SILVA, 2013, p. 26).

O que é relevante ponderar no memento de elaborar um planejamento estratégico coerente é o fato de que não apenas as relações pessoais se modificaram com a ascensão do elemento global, mas a concorrência não se limita mais a uma extensão territorial relativamente pequena. O que pode ser evidenciado em dias atuais é uma concorrência globalizada, onde se permite adquirir qualquer produto e/ou serviço via internet, pagá-lo sem sair de casa e receber sua encomenda no endereço desejado (MARQUI, 2004, p. 9).

Cabe assim destacar que, além destas citadas, é possível encontrar diversas outras forças que agem no ambiente e são capazes de influenciar a organização, colocando-se como pontos de ruptura de um planejamento estratégico, a princípio bem elaborado. A Figura 1 sintetiza algumas destas forças.

FIGURA 1 – Forças Atuantes no Ambiente Organizacional

Fonte: Wrigth; Kroll; Parnell, 2000, p. 48

STREBEL (1993, p. 15), caracteriza estas forças como *breakpoints*, ou pontos de ruptura, que em uma definição simples podem ser colocados como sendo “mudanças radicais repentinas no jogo dos negócios”.

Diante do exposto, torna-se importante buscar ferramentas que auxiliem na leitura do ambiente organizacional e assim, possibilite compor um planejamento estratégico com as informações necessárias, a fim de minimizar as incertezas presentes neste meio.

3. O ESTUDO COM CENÁRIOS E A IDENTIFICAÇÃO DAS FORÇAS MOTRIZES

Ao propor ferramentas que possam tornar as decisões estratégicas mais claras e precisas, priva-se pela elaboração de métodos que se baseiam em realidades atuais e condizentes com as incertezas que configuram o ambiente organizacional, em detrimento às táticas adotadas por gestores, cuja previsão de eventos futuros é baseada em repetições do passado.

Marcial e Grumbach (2002, p. 33), ressaltam esta ideia, reafirmando a atual instabilidade encontrada no contexto empresarial, para os autores “o ritmo acelerado das mudanças políticas, econômicas, sociais e tecnológicas no mundo tem como consequência frequentes rupturas de tendências. Essas rupturas aumentam a incerteza com relação ao futuro [...]”.

Ao se tratar de incerteza, encontra-se apoio nas palavras de Porter (1989, p. 411 e 412), que conclui este pensamento colocando que:

[...] toda empresa lida de algum modo com a incerteza. Porém normalmente ela não é abordada de um modo adequado na formulação da estratégia competitiva. As estratégias são frequentemente baseadas na suposição de que o passado irá repetir-se ou nas previsões implícitas dos próprios gerentes quanto ao futuro mais provável [...]. Com a

maior necessidade de uma abordagem explícita da incerteza no planejamento, algumas empresas começaram a utilizar cenários como instrumentos para que pudessem compreender as implicações estratégicas da incerteza de um modo mais completo.

Cenários Prospectivos podem ser definidos como um “método de planejamento estratégico adotado pelas organizações para flexibilizar os planos de longo prazo” (KOTLER e CASLIONE, 2009, p. 89). Já Porter (2004, p. 243), coloca que cenários são “visões parciais e internamente consistentes de como o mundo será no futuro e que podem ser escolhidas de modo a limitar o conjunto de circunstâncias que podem vir a ocorrer”.

Ainda pode ser adotada a perspectiva de Schwartz (2006, p. 11), a ponderar que prospectar cenários envolve a adoção de uma metodologia coerente com o ambiente organizacional:

Num processo de cenários, os gestores inventam e depois consideram, em profundidade, várias histórias de futuros igualmente plausíveis. As histórias são pesquisadas cuidadosamente, recheadas de detalhes relevantes, orientadas para as decisões reais e projetadas (espera-se) para trazer surpresas e inesperados progressos de compreensão. [...]. O objetivo não é escolher um futuro preferido, e esperar que ele aconteça (ou mesmo trabalhar para criá-lo – embora existam determinadas situações nas quais agir ou criar um futuro melhor é uma função útil dos cenários). [...] o objetivo é tomar decisões estratégicas que sejam possíveis para todos os futuros possíveis.

Ao trabalhar com esta ferramenta se pretende basear as decisões estratégicas em fatos reais, presentes no cotidiano das organizações, de forma a se preparar para possíveis futuros que poderiam surgir no decorrer da implantação de um planejamento elaborado. Assim:

Parte-se do princípio que, como não se pode prever o ambiente futuro em que a organização estará inserida, vários possíveis ambientes futuros devem ser analisados e “experimentados” pelos tomadores de decisões, para, a partir daí, decidir por uma ou outra estratégia. Se possível, identificar estratégias que sejam comuns a mais de um cenário simultaneamente, caracterizando estratégias chamadas de estratégias robustas (RANGEL, 2012, p. 6).

Nesta perspectiva, Blanning e Ranning (1998) propõe que ao se trabalhar com esta ferramenta prospectiva, se formule três cenários distintos (Cenário Otimista, Cenário Pessimista e Cenário Realista), os quais deveriam ser compostos de acordo com sua Probabilidade e Favorabilidade de ocorrência. Para tal, inicialmente se faz uso da indagação sobre quais eventos que poderiam impactar o ambiente a ser prospectado. Tal questionamento e análise são realizados por especialistas na área a ser pesquisada, que compõe o grupo de peritos, que:

[...] tem por tarefa, mediante um processo de raciocínio lógico, a elaboração de estimativas, que serão comparadas, corrigidas e completadas em fases sequenciais de estimulação, com base nas respostas dadas a sucessivos questionários [...] (Marcial e Grumbach, 2008, p. 79).

Realizada a composição dos cenários, os eventos levantados podem ser usados para a elaboração de uma Matriz de Impactos Cruzados, que “engloba uma família de técnicas que visam avaliar a influência que a ocorrência de um determinado evento traria sobre a probabilidade de ocorrência de outros” (BRAINSTORMING, 2013, *online*).

Para sua elaboração, utiliza-se os eventos levantados para a composição dos cenários, e cada um deles é comparado com os demais individualmente, atribuindo notas que variam de zero (sem qualquer relação de dependência) a dez (altamente dependente).

A importância da realização desta análise está na identificação das “*Forças Motrizes*”, relevantes dentro do planejamento estratégico. Trata-se de uma ferramenta útil para fornecer subsídios relevantes ao planejamento estratégico. Segundo Marcial e Grumbach (2008, p. 101) tais forças:

[...] estão ligadas ao macroambiente. São forças relativamente mais remotas e menos óbvias de se identificar [...]. Essas forças são os elementos que movem os elementos de um cenário. Elas são um dispositivo para aguçar o julgamento inicial e ajudam a decidir que fatores são significativos e que fatores não o são.

A identificação é feita com base na questão principal. Verifica-se que as forças motrizes são cruciais para a decisão a ser tomada.

São forças que normalmente não são influenciadas por outras, presentes no ambiente estudado, da mesma forma que não se encontram sob o campo de ação da organização. Assim, o monitoramento das mesmas se torna indispensável, no sentido de promover alternativas no caso de sua incidência.

A seguir serão contemplados os cenários apurados para o Uni-FACEF – Centro Universitário de Franca por Silva (2013), bem como a Matriz de Impactos Cruzados e as Forças Motrizes identificadas.

4. RESULTADOS

O presente estudo busca analisar as forças motrizes presentes no ambiente organizacional do Uni-FACEF – Centro Universitário de Franca, que como destacado, exercem forte influência sobre as organizações, sendo capazes de intervir no planejamento estratégico.

Tais forças foram apuradas pela pesquisa de Silva (2013), na elaboração de Cenários Prospectivos para a IES. Em seu estudo o autor levantou, por meio da aplicação de questionários, vinte eventos que compuseram os cenários. Tais eventos estão dispostos na Tabela 1.

Por meio do método desenvolvido por Blanning e Raining (1998) foi possível ao autor identificar três cenários: Cenário Otimista, Cenário Pessimista e Cenário Realista ou Mais Provável, sendo determinado pelo autor que

[...] no Cenário Otimista se localizassem os eventos cuja Probabilidade se situasse acima de 7,0 (sete) pontos e Favorabilidade superior aos 6,5 (seis pontos e meio). O Cenário Pessimista foi concebido de modo semelhante, sendo estipulados como limite de Probabilidade, os mesmo 7,0 (sete pontos) e Favorabilidade 4,5 (quatro pontos e meio). Este deslocamento da análise dos eventos foi utilizado em razão da maioria deles apresentar elevada Probabilidade de vir a ocorrer.

Por sua vez, o Cenário Realista, é composto por todos os eventos situados acima dos 7,5 (sete pontos e meio) de Favorabilidade (SILVA, 2013, p. 84-85).

Tabela 1 – Eventos que tendem a influenciar o Uni-FACEF

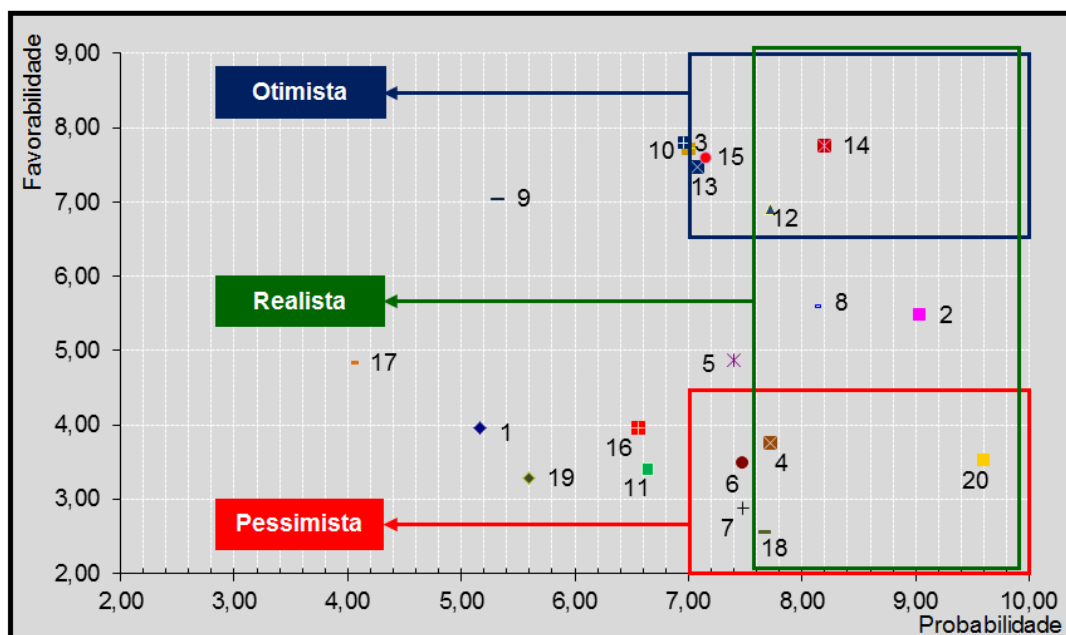
Descrição	
Evento 01	Abertura de uma Nova IES em Franca.
Evento 02	Alteração no Perfil do Aluno (Geração Y).
Evento 03	Aumento de Recursos Públicos e Privados para Pesquisas Tecnológicas.
Evento 04	Aumento na Demanda por Cursos na Modalidade EAD.
Evento 05	Aumento na Demanda por Cursos Tecnológicos, cuja Ênfase se Encontra no Mercado.
Evento 06	Aumento no Custo de Vida.
Evento 07	Baixo Crescimento da Economia Nacional.
Evento 08	Crescimento da População Idosa.
Evento 09	Criação do Pró-IMES - Pró-Uni para Instituições Municipais.
Evento 10	Diversificação da Economia Local.
Evento 11	Elevação nas Taxas de Inflação.
Evento 12	Escassez de Profissionais de Nível Superior em Determinadas Áreas do Mercado.
Evento 13	Estabelecimento de Parcerias Regionais de Incentivo e Desenvolvimento do Turismo Regional.
Evento 14	Investimento Governamental em Bolsas para o Exterior, Aumentando o Intercâmbio de Estudantes e Pesquisadores.
Evento 15	Melhoria nas Condições do FIES.
Evento 16	Redução na Exportação de Calçados.
Evento 17	Redução nas Bolsas do Pró-Uni Oferecidas pelo Governo Federal.
Evento 18	Redução no Nível de Formação Escolar dos Ingressantes do Ensino Superior.
Evento 19	Redução no Ritmo de Crescimento no Número de Emprego no Brasil.
Evento 20	Venda da Unifran para um Grupo Educacional Maior.

Fonte: Silva (2013, p. 84).

Os cenários apurados estão disponíveis no Gráfico 1.

Outra parte do estudo de Silva (2013) foi contemplar *Matriz de Impactos Cruzados*, segundo a metodologia de Marcial e Grumbach (2002). A matriz é elaborada por meio da comparação de cada evento com os demais, a fim de verificar quais deles são capazes de influenciar os outros, assim como identificar o quanto cada um é dependente dos demais.

Gráfico 1 – Cenários Prospectivos para o *Uni-FACEF*

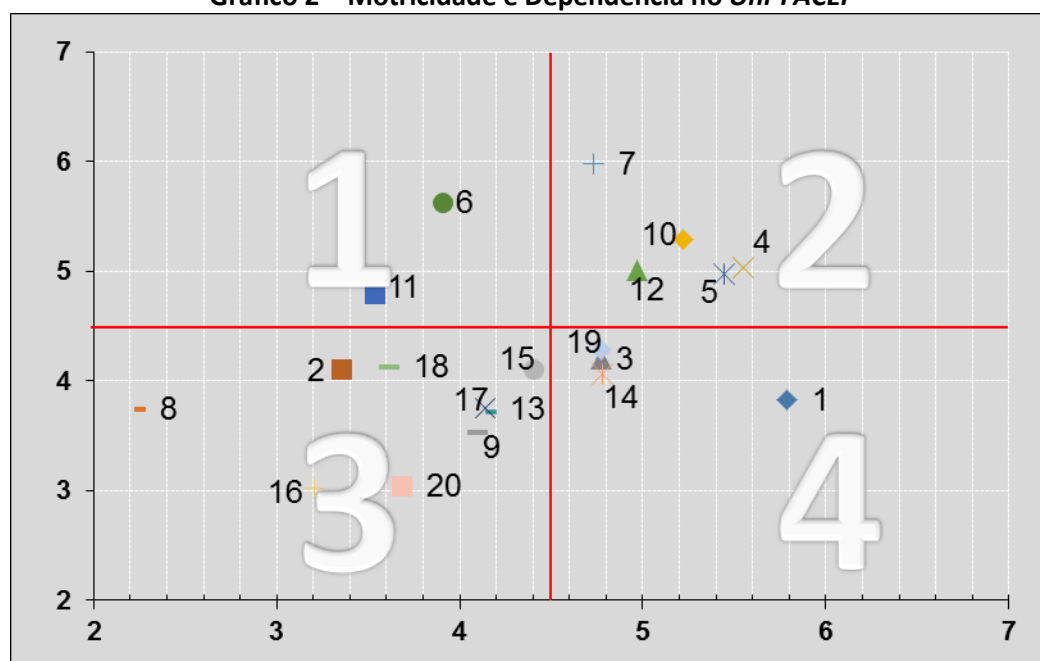


Fonte: Silva (2013, p. 85).

O Gráfico 2 demonstra a matriz elaborada.

O presente estudo se concentrará no Quadrante 1, composto pelo *Evento Seis (6)* – Aumento no Custo de Vida e *Evento Onze (11)* – Elevação nas Taxas de Inflação. A seguir serão analisados os dois eventos.

Gráfico 2 – Motricidade e Dependência no *Uni-FACEF*



Fonte: Silva (2013, p. 93).

Aumento no Custo de Vida

Em um primeiro momento, cabe destacar que, embora estes dois temas apresentem similaridades em suas definições, não se deve tomá-los como possuindo os mesmos significados.

Custo de vida está relacionado ao poder de compra da população, em geral, isto é, identificar se houve acréscimo ou redução na capacidade de o consumidor adquirir os mesmos produtos e/ou serviços hoje, que em um determinado período de tempo atrás. Tal mensuração permite dizer se há valorização de renda, por exemplo, (KIRSTEN, 1985).

Um importante dimensionador do Custo de Vida no Brasil, por exemplo, é realizado pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos), que mensalmente busca dados sobre a elevação dos preços de uma cesta de produtos alimentícios comumente adquirida pelos brasileiros. A Tabela 2 traz esta lista e as respectivas quantidades.

Tabela 2 – Itens pesquisados pelo DIEESE

Item	Quantidade
Carne	6 Kg
Leite	7,5 Kg
Feijão	4,5 Kg
Arroz	3 Kg
Farinha de Trigo	1,5 Kg
Batata	6 Kg
Tomate	9 Kg
Pão Francês	6 Kg
Café Torrado e Moído	0,6 Kg
Banana	7,5 Kg
Açúcar Refinado	3 Kg
Óleo de Soja	900 ml
Manteiga	0,7 Kg

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do DIEESE (2014)

O objetivo do DIEESE é dimensionar se tem havido elevação ou redução no Custo de Vida da população. Os resultados obtidos no ano de 2013 em sete capitais, incluindo a capital federal, podem ser verificados na Tabela 2.

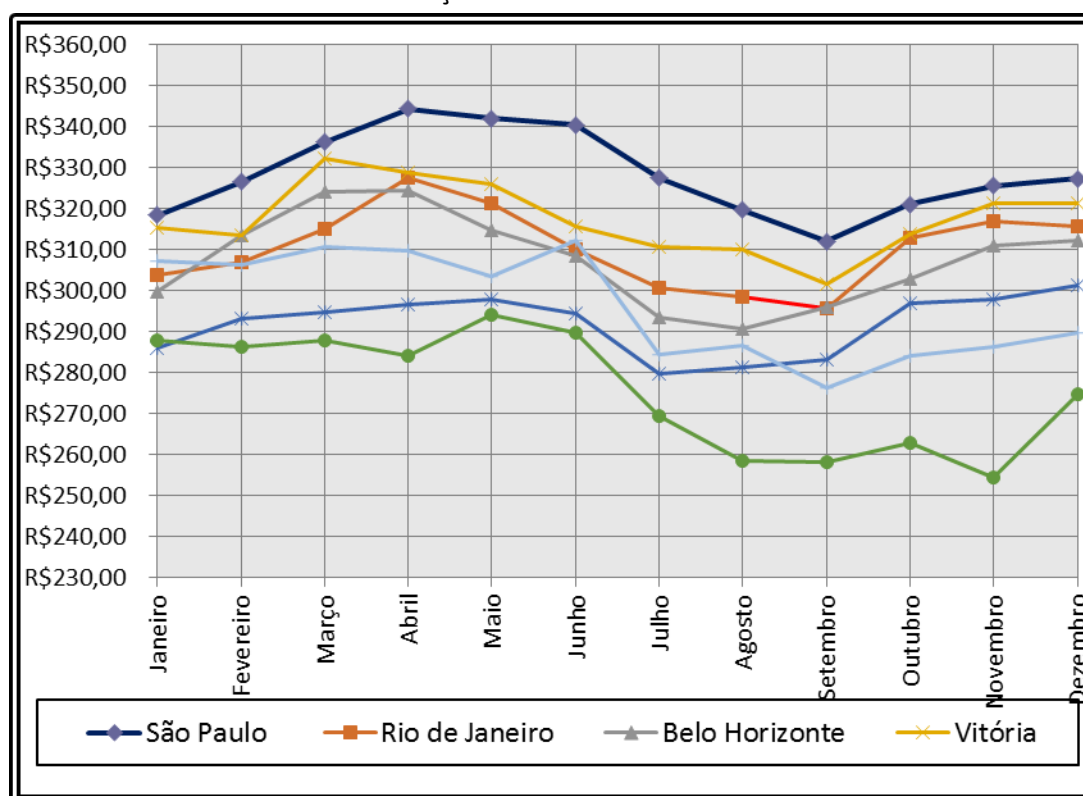
Por meio da Tabela 3 e do Gráfico 3 é possível verificar que no ano de 2013 houve elevação nos preços dos alimentos em seis das sete capitais listadas.

Tabela 3 – Custo da Cesta de Produtos do DIEESE em 2013

Mês	São Paulo	Rio de Janeiro	Belo Horizonte	Vitória	Curitiba	Goiânia	Brasília
Janeiro	R\$ 318,40	R\$ 303,86	R\$ 299,79	R\$ 315,38	R\$ 285,94	R\$ 287,94	R\$ 307,14
Fevereiro	R\$ 326,59	R\$ 306,83	R\$ 313,48	R\$ 313,40	R\$ 293,25	R\$ 286,34	R\$ 306,39
Março	R\$ 336,26	R\$ 314,99	R\$ 323,97	R\$ 332,24	R\$ 294,78	R\$ 287,78	R\$ 310,75
Abril	R\$ 344,30	R\$ 327,52	R\$ 324,53	R\$ 328,94	R\$ 296,69	R\$ 284,22	R\$ 309,68
Maio	R\$ 342,05	R\$ 321,41	R\$ 314,78	R\$ 325,87	R\$ 297,92	R\$ 293,96	R\$ 303,37
Junho	R\$ 340,46	R\$ 310,00	R\$ 308,48	R\$ 315,63	R\$ 294,50	R\$ 289,62	R\$ 312,09
Julho	R\$ 327,44	R\$ 300,71	R\$ 293,48	R\$ 310,73	R\$ 279,66	R\$ 269,34	R\$ 284,45
Agosto	R\$ 319,66	R\$ 298,42	R\$ 290,54	R\$ 310,03	R\$ 281,31	R\$ 258,45	R\$ 286,49
Setembro	R\$ 312,07	R\$ 295,59	R\$ 295,96	R\$ 301,55	R\$ 283,18	R\$ 257,99	R\$ 276,14
Outubro	R\$ 321,14	R\$ 312,90	R\$ 302,76	R\$ 313,78	R\$ 296,76	R\$ 262,74	R\$ 284,12
Novembro	R\$ 325,56	R\$ 316,88	R\$ 310,84	R\$ 321,41	R\$ 297,71	R\$ 254,44	R\$ 286,35
Dezembro	R\$ 327,24	R\$ 315,52	R\$ 312,25	R\$ 321,39	R\$ 301,32	R\$ 274,67	R\$ 289,72

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do DIEESE (2014)

Gráfico 3 – Variação da Cesta de Produtos do DIEESE



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do DIEESE (2014).

Também é possível dimensionar estes dados na cidade de Franca por meio de um levantamento realizado pelo IPES (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais), órgão vinculado ao Uni-FACEF. Mensalmente o IPES coleta dados que dimensiona o custo de vida na cidade de Franca/SP com base no preço da Cesta Básica. Segundo o IPES (2014, p. 1) a pesquisa parte da coleta de dados em 15 estabelecimentos do setor, e:

O conjunto de produtos que compõe a Cesta Básica pesquisada está em conformidade com o portfólio de produtos levantados pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), mensalmente, permitindo comparações.

No levantamento realizado no mês de agosto de 2014, pode-se contemplar que ocorreu uma baixa nos preços, de forma geral, na comparação com o mês anterior, mas na comparação realizada com o mesmo período de 2013 foi verificada a incidência de uma variação positiva de 5,53% (IPES, 2014). A tabela 4, a seguir traz a divulgação destes resultados.

Tabela 4: Valor Cesta Básica de Franca no mês de agosto de 2014

Item	Quantidade	Agosto/2014*	Julho/2014*	Variação
CARNE	6 Kg	90,07	92,08	-2,19%
LEITE	7,5 Kg	14,45	14,41	0,30%
FEIJÃO	4,5 Kg	11,36	12,36	-8,14%
ARROZ	3 Kg	7,06	7,09	-0,39%
FARINHA DE TRIGO	1,5 Kg	6,32	6,49	-2,61%
BATATA	6 Kg	6,79	9,38	-27,66%
TOMATE	9 Kg	31,49	27,07	16,33%
PÃO FRANCÊS	6 Kg	45,72	45,91	-0,40%
CAFÉ TORRADO E MOÍDO	0,6 Kg	7,76	7,79	-0,43%
BANANA	7,5 Kg	25,26	28,12	-10,17%
AÇÚCAR REFINADO	3 Kg	6,09	6,41	-4,94%
ÓLEO DE SOJA	900 ml	2,94	3,03	-3,20%
MANTEIGA	0,7 Kg	4,48	4,69	-4,45%
TOTAL		259,79	264,84	-1,91%

* Valores em Reais

Fonte: IPES (2014, p. 1).

Elevação na Taxa de Inflação

Diferentemente do custo de vida, a taxa de inflação em si, já representa elevação nos preços. Como definido por Pereira et.al. (2013, p. 5) inflação pode ser considerada como sendo:

[...] um fenômeno econômico e pode ser interpretada como uma variação ou aumento contínuo nos preços gerais da economia durante certo período de tempo. Esse processo inflacionário ocasiona também contínua perda de capacidade de compra da moeda, reduzindo o poder aquisitivo dos agentes econômicos.

Nas palavras de Gremaud, Vasconcelos e Toneto Júnior (1999, p. 174) pode-se encontrar uma sintetização deste raciocínio, onde se verifica a definição de inflação como um sendo “aumento generalizado e contínuo no nível geral de preços”.

É relevante destacar que historicamente se nota uma marcante presença da inflação na economia brasileira, especialmente durante a década de 1980. Naquele momento o país passava por uma recessão econômica, com um Produto Interno Bruto (PIB) que crescia a uma média de 7% ao ano na década anterior (período conhecido como *Milagre Brasileiro*), passando a uma média de 2% ao ano. Além desta questão, cabe destacar que, politicamente o Brasil viva um momento delicado com a redemocratização do país, após mais de duas décadas de um regime militar (LACERDA et. al., 2013). Neste período, pode ser relacionado

que, o ápice de inflação registrado ocorreu em 1989, quando o indicador registrou 1972,92% ao ano (GLOBAL-RATES, 2013).

Nos anos que se seguiram pode ser verificado, no Brasil, um empenho para que a situação fosse revertida. O lançamento do *Plano Real*, em junho de 1994, foi o grande impulsionador deste propósito. Cardoso (2005) destaca que para que ocorresse a estabilidade de preços, o *Plano Real* fez uso da âncora cambial:

Pode-se descrever e analisar o Plano Real pela distinção de fases na sua implementação: um ajuste fiscal em 1994, a introdução da Unidade Real de Valor em março de 1994 para a conversão dos preços, a reforma monetária que criou o real em 1º de julho de 1994, e o uso da âncora cambial a partir de então (CARDOSO, 2005, p. 20).

O menor índice de inflação foi alcançado em 1998, com 1,66% ao ano (GLOBAL-RATE, 2013). Desde então, pode-se observar a manutenção da taxa sempre acima dos 3,5% e não ultrapassando os 6,5% (2011). Em 2012, o índice apurado foi de 5,84%.

O que se pode observar é que ambos os eventos considerados motrizes refletem variáveis presentes no ambiente macroeconômico, ou seja, a IES possui grande dificuldade em direcioná-los.

Da mesma forma, percebe-se que ambas as forças demonstram a existência de certo pessimismo com relação aos gastos da população, de modo que se elevando os valores dispendidos com consumos cotidianos aumenta-se a possibilidade de redução de investimentos em educação.

Tal pensamento vem de encontro com ideia de que *forças motrizes* se constituem em circunstâncias com forte poder de influenciar os demais eventos, mas que são difíceis de serem controladas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente artigo constituiu-se em analisar as forças motrizes identificadas pela elaboração de cenários prospectivos do *Uni-FACEF – Centro Universitário de Franca*, relacionando o impacto que as mesmas exercem sobre a IES. Ao identificar os dois eventos que exercem forte motricidade sobre a IES, foi possível promover um estudo dos mesmos, de forma a defini-los e, desta forma, entender qual o impacto que podem exercer sobre a instituição e seu planejamento estratégico.

Por estarem ligados a fatores financeiros os eventos considerados *forças motrizes*, possuem pouca possibilidade de serem influenciados. Isto poderia ocasionar uma desestruturação na gestão do plano de ação idealizado pra médio e longo prazo.

Em decorrência disto, cabe ao *Uni-FACEF – Centro Universitário de Franca*, buscar formas alternativas para que possa estar preparada caso haja a ocorrência de tais fatores.

O que pode ser notada é a incidência de diversa formas de bolsas e convênios que auxiliam desde alunos pertencentes a famílias de baixa renda, até promissores pesquisadores.

Um exemplo a ser destacado se encontra nos programas dos governos estadual (Escola da Família) e municipal (Bolsa Universidade), que visam atender a uma parcela da população com baixas condições financeiras.

O primeiro programa se refere a um auxílio integral no valor da parcela paga pelo estudante, em troca de seu auxílio no projeto de mesmo nome que a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo desenvolve junto a alunos da Rede Estadual de Ensino, como monitores. Neste caso é relevante destacar

que o governo estadual participa com 50% da bolsa, enquanto a outra metade fica a cargo da IES. O *Uni-FACEF* disponibilizou para o ano de 2014, 50 bolsas, dividida entre seus 11 cursos.

Já Bolsa Universidade beneficia estudantes com dois terços do curso, sendo um pago pela Prefeitura Municipal da cidade de Franca e o outro pela IES. O programa conta com uma triagem socioeconômica e seleção realizada pelo governo municipal. Também é relevante destacar que o estudante beneficiado não pode estar inadimplente com sua parte da mensalidade, além de ser aprovado em todas as disciplinas, ou seja, não possuir dependências.

Um terceiro ponto a ser destacado no auxílio a estes entraves financeiros, diz respeito ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que financia o curso superior em até vinte e cinco anos após a conclusão do mesmo, oferecendo ainda, uma carência de dezoito meses. A taxa de juros cobrada pelo Governo Federal, responsável pelo programa, é considerada baixa para os padrões do mercado financeiro (3,4% a.a.).

Ainda tratando do *Uni-FACEF – Centro Universitário de Franca*, uma Instituição Municipal de Ensino Superior (IMES), é relevante destacar os esforços de instituições similares para a criação do Pró-Imes, um programa semelhante ao Pró-Uni, voltado às IES públicas municipais.

Da mesma forma, o *UNI-FACEF* possui convênios com prefeituras da região de Franca/SP, que possibilita a concessão de descontos a estudantes, que embora estudem na cidade, residam em municípios adjacentes.

O que se pode concluir é que a IES vem se preparando há alguns anos para situações como às aqui destacadas, mas há a necessidade de monitoramento do ambiente, especialmente em busca de novas estratégias que possam lhe garantir maior sustentabilidade no planejamento estratégico.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. de S. *Política e modernização em Franca: 1945-1964*. Franca: Unesp, 1998.

BLANNING, R. W.; REINING, B. A. *Building Scenários for Hong Kong Using EMS*. Long Rang Planning, v. 31, iss. 6, p. 900-910, 1998.

BRAINSTORMING. *Assessoria de Planejamento e Informática*. Puma: sistema de planejamento estratégico e cenários prospectivos. Lince: sistema de apoio à decisão. Disponível em <<http://luxer.tripod.com/planejamento/04-02.htm>>. Acesso em 05 maio 2013.

CARDOSO, E. *A inflação no Brasil*. São Paulo: EESP FGV, 2005. Disponível em <<http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/elianainfl.pdf>>. Acesso em 09 jan. 2014.

CARDOSO, O. V. *Globalização, crises internacionais e reflexos nacionais*. JUS navigandi. Portal R7. Ago. 2011. Disponível em <<http://jus.com.br/artigos/19860/globalizacao-crisis-internacionais-e-reflexos-nacionais>>. Acesso em 05 jan. 2014.

COLOMBO, S. S.; CARDIM, P. A. G. (Orgs). *Nos bastidores da educação brasileira: a gestão vista por dentro*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Disponível em <www.dieese.org.br>. Acesso em 08 jan. 2014.



GLOBAL-RATES. *Números da Inflação 1998*. Disponível em <<http://pt.global-rates.com/estatisticas-economicas/inflacao/1989.aspx>>. Acesso em 09 jan. 2014.

_____. *Números da Inflação 1989*. Disponível em <<http://pt.global-rates.com/estatisticas-economicas/inflacao/1998.aspx>>. Acesso em 09 jan. 2014.

GREMAULD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JÚNIOR, R. *Economia brasileira contemporânea*. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em 05 jan. 2014.

IPES, Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais. *PESQUISA DE CESTA BÁSICA NA CIDADE DE FRANCA/SP*: Agosto 2014. Franca: Uni-FACEF, 2014.

KIRSTEN, J. T. *Custo de Vida*: metodologia de cálculos, problemas e aplicações. São Paulo: Pioneira, 1985.

KOTLER, P.; CASLIONE, J. A. *Vencer no caos*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2009.

REGO, J. M.; MARQUES, R. M. (Org.). *Economia brasileira*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

LASTRES, H. M. M., ALBAGLI, S. *Informação e globalização na era do conhecimento*. Rio de Janeiro: Campos, 1999.

LUCKESI, C. et al. *Universidade – criação e produção de conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1998.

MACHADO NETO, A. J. *Globalização e gestão universitária*. Franca: FACEF, 2002.

MARCIAL, E. C. e GRUMBACH, R. J. S. *Cenários prospectivos: como construir um futuro melhor*. Rio de Janeiro, Editora FGV: 2002.

MARQUI, A. C. *Gestão de marcas para o mercado externo: um estudo das empresas paulistas produtoras de alimentos, calçados e confecções para exportação*. 148 f. (Dissertação em Administração). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2004.

MILANESI, I. A construção curricular do ensino superior no Brasil numa perspectiva histórico-sociológica da educação: da colônia à república. *Revista de Educação*. PUC Campinas. v. 3. n. 5, p.51-63. Nov. 1998. Disponível em <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reveducacao/article/view/437>>. Acesso em 05 jan. 2014.

OLIVE, A. C. História da educação superior no Brasil. In SOARES, M. S. A. (Orgs.). *Educação Superior no Brasil*. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior, 2002.

OLIVEIRA, S. F. P. et.al. *Livro dos 60 anos; tessituras de razão e emoção*. São Paulo; Uni-FACEF, 2011.

PEREIRA, G. et.al. *Inflação e correção monetária*. Goiania: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2013. Disponível em <http://www.luisguilherme.com.br/download/ENG1530/TurmaA01/G08-Infl%C3%A7%C3%A3o_e_Correcao_Monetaria.pdf>. Acesso em 08 jan. 2014.



PORTER, M. E. *Estratégia competitiva: técnicas para análise da indústria e da concorrência*. Tradução de Elisabeth Maria de Pinho Braga. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. *Vantagem competitiva: Criando e sustentando um desempenho superior*. Tradução de Elisabeth Maria de Pinho Braga. 15. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

RANGEL, E. P. *Desenvolvimento de uma análise sistêmica de cenários prospectivos para o setor de pelotas de minério de ferro brasileiro*. 75f. (Dissertação em Engenharia Metalúrgica). Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais.

RODRIGUES, E.; PINHEIRO, M. A. S. Tecnologia e da informação e mudanças organizacionais. *Revista de Informática Aplicada*. v. 01. n. 02, 101-112. São Caetano do Sul: Universidade IMES, jul-dez/2005. Disponível em <http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_informatica_aplicada/article/view/285/253>. Acesso em 07 jan. 2014.

SAMPAIO, H. *Ensino Superior no Brasil: o setor privado*. São Paulo: UHucitec; FAPESP, 2000.

SCHWARTZ, P. *A arte da visão de longo prazo: planejando o futuro em um mundo de incertezas*. Rio de Janeiro, BestSeller: 2006.

SILVA, W. R. *Um modelo de cenários prospectivos para o setor de prestação de serviços no ensino superior: o caso do Uni-FACEF – Centro Universitário de Franca*. 125 f. (Dissertação em Desenvolvimento Regional). Uni-FACEF – Centro Universitário de Franca, 2013.

STREBEL, P. *Breakpoints: como as empresas exploram mudanças radicais nos negócios*. Tradução de Vidal Varela Filho. São Paulo: Atlas, 1993.

TALEB, N. N. *A lógica do cisne negro: o impacto do altamente improvável*. Rio de Janeiro: BestSeller, 2008.

Uni-FACEF – Centro Universitário de Franca. Disponível em <<http://site.unifacef.com.br/institucional/historico>>. Acesso em 05 jan. 2014.

WRIGHT, P.; KROLL, M.; PARNELL, J. *Administração estratégica: conceitos*. São Paulo: Atlas, 2000.

GESTÃO DE PESSOAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UM LEVANTAMENTO JUNTO AOS MUNICÍPIOS DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO DA BAIXA MOGIANA - AMOG

Olney Bruno da Silveira Junior
Faculdade de Administração de Passos
olney.junior@fespmg.edu.br

Resumo

O modelo de gestão de pessoas na administração pública necessita de características dos modelos implementados pela iniciativa privada. Tal constatação já é suficiente, porém o atendimento ao Princípio Constitucional de Eficiência valida o estudo. As pessoas são os ativadores de todos os recursos organizacionais que quando mobilizados geram resultado. Os processos de gestão de pessoas atrelados à estratégia de gestão dos municípios pode acarretar em melhores resultados de eficiência, eficácia e efetividade. A partir de então surgiu a curiosidade científica que materializa-se na pergunta problema: Como ocorrem os processos de gestão de pessoas nos municípios abrangidos pela AMOG? O que para a busca do entendimento se fez necessário entrevistar os gestores públicos, avaliar documentos existentes como os planos de cargos e salários, aplicar questionários e principalmente realizar um grupo de foco. Cujo objetivo geral foi de analisar os processos de gestão de pessoas na administração pública nos municípios da AMOG (Associação dos Municípios da Microrregião da Baixa Mogiana). Este estudo permitiu o entendimento dos recrutamentos por editais, seleções por concursos, provas de conhecimento diretas, e indicações. Observou-se a inexistência de um programa de integração formal e um processo de avaliação limitado ao período probatório. E ainda um plano de cargos e salários desatualizado e desconectado da realidade local. A pesquisa de abordagem qualitativa, se deu como bibliográfica, descritiva, campo e estudo de caso.

146-2468

Palavras Chave: Gestão de pessoas, Gestão Pública, Resultados.

ABSTRACT

The model of people management in the public administration needs to characteristics of models implemented by the private sector. This finding is enough, but service to the Constitutional Principle of Efficiency validates the study. People are enablers of all organizational resources that generate income when mobilized. Management processes linked to people management strategy municipalities can lead to better results in efficiency, efficacy and effectiveness. Since then the scientific curiosity that materializes in the problem question arose: How occur the processes of personnel management in the municipalities covered by the AMOG? What to search for understanding was necessary to interview public managers to assess existing documents and plans for jobs and wages, apply mainly questionnaires and conduct a focus group. The general goal was to analyze the processes of personnel management in public administration in the municipalities of AMOG (Association of Municipalities of the micro-region of Lower Mogiana). This study allowed for the understanding of recruitment notices, selections for contests, direct evidence of knowledge and information. We noted the lack of a formal program integration and a process limited evaluation to probation. And a plan for jobs and outdated and disconnected from local realities wages. The qualitative research approach was given as bibliographic, descriptive, field and case study.

Keywords: People Management, Public Management, Results.

1. INTRODUÇÃO

A administração pública na esfera municipal apresenta-se como o ente federativo de maior proximidade com o cidadão e onde os princípios constitucionais se materializam com maior vivacidade devido a este fato.

Assim, sendo o município o ente federativo relevante no atendimento das demandas da população, necessitam de políticas públicas aplicadas com eficiência e que gerem eficácia.

Então, surge a preocupação com a gestão dos recursos disponíveis para a operacionalização das atividades do governo municipal, e neste artigo dar-se-á ênfase no recurso humano e por consequência no modelo de gestão de pessoas utilizado pelos municípios pertencente à Associação dos Municípios da Mesorregião da Baixada Mogiana – AMOG.

O modelo de gestão de pessoas envolve os processos de: Agregar, Aplicar, Recompensar, Desenvolver, Manter e Monitorar pessoas, e estes se traduzem em programas para recrutar e selecionar; integrar, avaliar, descrever e analisar cargos; Salários, benefícios e incentivos; treinar e desenvolver; cuidar da qualidade de vida e da Higiene e Segurança do trabalho; e cuidar das informações dos empregados.

Nos municípios tais programas ou ocorrem parcialmente ou são inexistentes. Como por exemplo, os programas de higiene e segurança do trabalho que não são percebidos nos modelos de gestão de pessoas, bem como é raro um programa de treinamento e desenvolvimento estruturado com base na análise das competências necessárias para se ocupar os cargos. Assim surgiu a curiosidade científica, pergunta problema: Como ocorrem os processos de gestão de pessoas nos municípios abrangidos pela AMOG?

Foram escolhidos os municípios desta Mesorregião por acessibilidade.

Então para atender à pergunta problema o objetivo geral foi de analisar os processos de gestão de pessoas na administração pública nos municípios da AMOG.

A metodologia organizada para o cumprimento deste objetivo ficou caracterizada como uma pesquisa de abordagem qualitativa, classificada como bibliográfica, descritiva e exploratória. Cuja necessidade para a coleta de dados foi da utilização de levantamento bibliográfico, questionário, análise documental e complementar a coleta de dados com um grupo focal realizado na sede da AMOG com representantes de diversos municípios. Todos os participantes inclusive a AMOG, assinaram Termo de Consentimento Informado autorizando a coleta de dados.

Para sustentar o assunto o levantamento bibliográfico ressalta os programas de gestão de pessoas, a caracterização dos municípios pertencentes à AMOG.

Como sugestão para futuras pesquisa na área de gestão de pessoas na área pública sugere-se o entendimento da relação político técnica e seus impactos sobre o modelo de gestão de pessoas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

As características do modelo atual de gestão de pessoas na área pública mantem-se ainda como operacional. Tal característica provoca desinteresse e consequentemente descaso por parte dos diversos envolvidos – gestores públicos, responsáveis por RH e servidores.

Os programas que compõem os diversos processos não são executados alinhados com os planos estratégicos do município e na maioria deles não se existe um plano estratégico (PANTOJA, CAMÕES, BERGUE, 2010).

Atualmente limitam-se a programas de recrutamento por meio de editais e seleção por provas de conhecimento. O programa de integração intitulado período probatório, considerado o tempo de aprendizado e avaliação do servidor público é sabotado por práticas de ingerência e avaliações operacionais. Os programas de cargos e salários, na sua maioria não são extensivos à todos os servidores, limitando-se às áreas da educação e saúde (VERGARA, 2004).

A atuação estratégica da gestão de pessoas encontra-se no staff de preparar as pessoas para sustentar suas atribuições e gerar resultados eficientes, eficazes e efetivos. Para tal se faz necessário planejar, organizar, dirigir e controlar, procedimentos estes inerentes às atribuições dos gestores de uma maneira em geral (COSTA, 1997).

Planejar estrategicamente a área de gestão de pessoas é promover a descrição e análise dos cargos existentes na organização. Uma vez que na complexidade da pós-modernidade não podemos observar o cargo e suas atribuições de forma estanque, e sim, como um sistema, onde ao mesmo tempo é cliente e fornecedor, considerando ser este aberto, ou seja, recebe e impacta o tempo todo e a todos. Assim ao descrever as suas atribuições devemos pensar em o que é feito, como é feito, qual o tempo para se fazer, máquinas e equipamentos a serem utilizados, agentes de riscos aos quais estão expostos, intra e inter-relações existentes.

Dessler (2010), afirma que as organizações são constituídas por cargos que precisam ser preenchidos e que a análise de cargo é o procedimento pelo qual se determinam as obrigações desses cargos e as características das pessoas que devem ser contratadas para eles.

Então, além de promover a descrição das atribuições do cargo se faz necessário analisar as competências necessárias para o bom desempenho do indivíduo quando na ocupação do mesmo. E como competência, entendemos e devemos pensar em conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para que as atividades sejam cumpridas respeitando os princípios de eficiência, eficácia e efetividade (CHIAVENATO, 2010).

Assim entendemos que o conceito de eficiência trata da utilização coerente e com parcimônia dos recursos existentes para a realização das atividades pertinentes ao cargo. E como eficácia entende-se que todos os cargos têm atribuições que proporcionam resultados, e, estes são objetivados, assim quando alcançados, se tornam eficazes. Porém, bem mais complexo e amplo é o conceito de efetividade que trata do atendimento das necessidades dos públicos interessados, ou seja, todos os outros cargos que se relacionam com referido e também os demais agentes não relacionados como acionista, governo e sociedade em geral (MARTINS; PIERANTI, 2006).

Assim o desafio estratégico dos programas de gestão de pessoas talvez seja preparar servidores capazes de serem eficientes, eficazes e efetivos em seus cargos.

Como fonte de recursos humanos estão os programas de recrutamento que tem como objetivo principal atrair candidatos com características ideais para os processos de seleção. Na iniciativa privada tais programas contam com apoio de empresas com base de dados como LinkedIn, Vagas, Catho, Monsters e outras. Ou então, com banco de currículos acumulados por envios interessados nas vagas. Já no setor público estes procedimentos são ilegais e o processo de recrutamento, ou seja, a comunicação das vagas para o mercado de trabalho é feita por meio da publicação do edital.

Este procedimento indica com clareza todas as características da descrição de cargos e aponta os pré-requisitos exigidos para a candidatura com base na análise do cargo. Uma das disfunções do processo de recrutamento via edital é que posteriormente não se pode mover o candidato selecionado de seu cargo para outro, limitando-o a ocupação do cargo ao qual se candidatou pelo edital. Chiavenato (2004).

Após a candidatura ao do edital o candidato é avaliado por meio de prova de conhecimento. Tais provas, democraticamente aferem o conhecimento instalado, ou seja o conhecimento tácito do candidato no momento do exame. Os processos de seleção da iniciativa privada utilizam-se de vários procedimentos

para avaliar o perfil do candidato e comparar com o perfil da vaga. São utilizadas entrevistas, testes psicológicos e personalidade, dramatizações, testes práticos, dinâmicas e também as provas de conhecimento. Então é a somatória dos resultados que qualifica, ou não, o candidato a ocupar a vaga (PRIMO; MOREIRA; SOARES, s/d).

O êxito nos processos de recrutamento e seleção para Lacombe (2005), depende de um perfil bem definido pela organização. Para isto, é preciso saber o que se espera do candidato, o que ele vai fazer. Isto é estabelecido nas descrições das funções, que tem como um dos objetivos proporcionar informações para facilitar o recrutamento, a seleção e o reposicionamento das pessoas adequadas para cada função. As pessoas selecionadas são aquelas que apresentam condições de executar as estratégias da empresa.

Conhecer os cargos e as competências necessárias, bem como promover um bom recrutamento e seleção são relevantes para o atendimento dos objetivos de eficiência, eficácia e efetividade, porém, não suficiente. Após a seleção se faz necessário integrar o indivíduo selecionado, a partir de então empregado – iniciativa privada, ou servidor – área pública, à cultura organizacional. Este programa para a iniciativa privada consiste na sua maioria no entendimento das condutas, estrutura, hierarquias, valores, missão, visão, objetivos organizacionais e o próprio cargo. E as formas desta integração ocorrer varia de empresa para empresa. Já no público existe a preocupação para que o cidadão comum que ingressou na administração pública aprenda os princípios e particularidades do setor público e principalmente suas atribuições.

O programa de integração da administração pública é intitulado de, período probatório e tem caráter avaliativo, sendo necessário por parte do modelo de gestão de pessoas promover avaliações continuadas nos intervalos de seis meses até completar três anos. Fim do qual o servidor é efetivado, e assim, possui o direito de estabilidade no cargo.

Assim neste momento temos um servidor público que se inscreveu ao chamado do recrutamento (edital), selecionado por meio de provas de conhecimento, e que passou pelo período probatório, garantindo o direito à estabilidade, considerado integrado à cultura organizacional do setor público.

Então os programas de capacitação e avaliação, remuneração, higiene e segurança do trabalho devem garantir a retenção dos servidores com atendimento às suas necessidades pessoais inclusive.

Os programas de avaliação de desempenho devem ser desenvolvidos observados os modelos de participação dos servidores, onde estes realizam sua auto avaliação, seus gestores os avaliam sob os mesmos quesitos e posteriormente realizam reunião para alinhamento das perspectivas para promover o aprendizado e consequentemente alinhar objetivos futuros de desenvolvimento e resultados. Tal procedimento dá origem ao Plano de Desenvolvimento Individual – PDI. Este modelo exige uma cultura consultiva ou participativa e exclui as culturas autoritárias.

Os modelos de avaliação do desempenho individual, validam os níveis das dimensões conhecimento, habilidade, atitude e resultados. Com base na descrição e análise dos cargos e nos objetivos e metas negociados para cada um dos cargos existentes nas organizações. Além de que o resultado das avaliações, normalmente impactam nos programas de remuneração total, sendo incentivados a obtenção de índices superiores nas dimensões avaliadas.

As avaliações de desempenho individual são classificadas no conceito de Kaizen⁹ – melhoria contínua, ou seja, não devemos utilizar os seus resultados para punir e valorizar o passado, e sim ter a informação como um diagnóstico para um planejamento futuro de ações para a melhoria.

Neste planejamento encontra-se o programa de capacitação que segue o processo de avaliação, uma vez que identificadas as demandas, faz-se necessário a organização de recursos para corrigir as distorções. Ou seja, quando identificada a matriz do perfil dos conhecimentos, habilidades e atitudes dos

⁹ Processo de Melhoria Contínua proposto pelo Modelo Japonês na Teoria da Qualidade.

servidores, estas devem ser comparadas com a matriz ideal propostas na análise de cargos. Tais distorções, ou Gap farão parte do programa de capacitação.

Assim considera-se estratégico para os resultados de eficiência, eficácia e efetividade a implantação de um programa de capacitação integrado no modelo de gestão de pessoas. Que deve seguir de acordo com a NBR ISO 10015:2001 o fluxo de diagnóstico, desenho, implementação e avaliação.

Outra questão relevante para a garantia do princípio de efetividade é a manutenção da Qualidade de Vida no Trabalho – QVT e as normas de Higiene e Segurança do Trabalho – HST e que podem ser aferidos por meio do acompanhamento dos indicadores de Absenteísmo e Turnover.

O indicador de absenteísmo é obtido pela comparação dos tempos de atrasos e faltas dos empregados com os tempos disponíveis para o trabalho. É em ambientes tidos como doentes, ou seja, com baixa qualidade de vida no trabalho, este índice aponta como crescente e alto. Já o Turnover é calculado pelo número de admissões e demissões em um determinado período, comparado com o número médio total de empregados. Este indicador segue a mesma dinâmica do anterior, porém a rotatividade de pessoal pode inserir fatores como expansão, então o número de contratações elevado de forma proposital e positiva pode influenciar na análise do índice do indicador turnover.

Manter ambientes com níveis de qualidade de vida no trabalho satisfatórios, com atenção para os fatores higiênicos e motivacionais propostos por Herzberg, por exemplo, é fator relevante na tomada de decisão para retenção dos empregados.

O controle dos agentes de risco ligados à saúde do trabalhador – higiene, e aos riscos de acidentes – segurança, também contribuem para a retenção dos empregados.

3. METODOLOGIA

A pesquisa foi tratada dentro da abordagem qualitativa e classificada como bibliográfica, descritiva, documental e campo (CERVO, 2007). Então assim foi pensada e desenvolvida para atender ao objetivo de analisar os processos de gestão de pessoas na administração pública nos municípios da AMOG.

Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados o questionário, a análise de documentos e um estudo focal (VERGARA, 2009). O questionário foi disponibilizado virtualmente pela plataforma <http://survio.com> estruturado sob as dimensões: agregar, aplicar, desenvolver, recompensar, manter e monitorar pessoas. Os gestores de pessoas dos diversos municípios foram comunicados oficialmente por meio de ofício emitido pela AMOG. O questionário ficou disponível por 45 dias para os respondentes. Os documentos analisados foram leis e planos de cargos e salários.

Já o estudo focal foi realizado na sede da AMOG com 08 (oito) horas de duração e que convidou todos os 15 (quinze) representantes gestores de pessoas dos municípios, sendo que destes participaram apenas 08 (oito), totalizando uma amostra de (53,33%).

3.1. Caracterização dos Sujeitos da Pesquisa

A Associação dos Municípios da Microrregião da Baixa Mogiana – AMOG, foi fundada em 08 de Janeiro de 1976, conforme Ata de Constituição e eleição da primeira diretoria, lacrada e assinada pelos representantes dos Municípios da Microrregião. É uma associação de municípios que em 2014, conta com 15 associados, sendo entidade de Direito Civil de duração indeterminada, que visa à integração administrativa, econômica e social dos Municípios que a compõe, regendo-se por meio de Estatutos. (AMOG, 2014, on line)

Atua em regime de íntima cooperação com as Autoridades congêneres e afins, bem como os órgãos Federais, Estaduais e Municipais, entidades privadas e mistas. (AMOG, 2014, on line)

Tem como objetivo ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, econômica e social dos Municípios, prestando-lhes a assistência técnica, promovendo o estabelecimento de cooperação intermunicipal e intergovernamental e atuando em diversas áreas de interesse municipal, de acordo com os recursos financeiros repassados pelos municípios. (AMOG, 2014, on line)

A AMOG é presidida por uma diretoria composta e eleita por prefeitos associados, à duração do mandato é de um ano, podendo a diretoria ser reconduzida por igual período. (AMOG, 2014, on line)

Os municípios representados pela AMOG têm uma população estimada em 2010 de 218.196 habitantes e para o ano de 2013 considerada com aproximadamente 226.971 habitantes. Para os seguintes municípios: Alterosa, Arceburgo, Areado, Bom Jesus da Penha, Botelhos, Cabo Verde, Conceição da Aparecida, Guaranésia, Guaxupé, Jacuí, Juruaia, Monte Belo, Muzambinho, Nova Resende e São Pedro da União. (IBGE-Cidades, 2014, on line)

Dos municípios pertencentes à AMOG apenas Guaxupé possui população acima de 50.000 habitantes, outros 10 municípios estão com população entre 10.000 e 22.000 e outros 04 mantem população menor que 10.000 habitantes.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após coleta de dados e organização das informações, foi possível apresentá-las da seguinte maneira: Sobre os processos de Agregar Pessoas os municípios utilizam os sítios oficiais das prefeituras para divulgação das vagas por meio do edital (66,67%), e algumas declararam utilizar o Jornal de circulação local (22,22%), apenas (11,11%) apontaram o mural interno da prefeitura como ponto de divulgação.

O processo para aprovação do Edital inicia-se na descrição do cargo e na submissão do projeto do cargo e número de vagas ao Poder Legislativo. Assim, o setor jurídico verifica todo o enquadramento legal para garantir o princípio da legalidade para o processo e ocorre a publicação das vagas para o Mercado de Trabalho. O Edital deve ser publicado em canal de acesso facilitado à população e conter informações detalhadas sobre o processo de seleção. Existem Editais de Concurso, Editais de Seleção Direta, Editais para contratação. Para os Cargos comissionados não existe publicação e sim um convite pessoal do representante do governo municipal, assim sendo considerado um cargo de confiança.

Ainda sobre a mesma categoria, porém sobre o processo de selecionar pessoas (100%) dos questionados apontam que o único instrumento utilizado pelos municípios para selecionar pessoas são as provas de conhecimento específico e geral. E indicam que as provas têm como finalidade selecionar o perfil adequado para o cargo (55,56%) e outros concordam que apenas medir o conhecimento do candidato (44,44%). A maioria aponta que o tempo gasto para se obter o resultado do processo de seleção está entre 15 e 30 dias (66,66%).

O concurso público e o processo de seleção direta são por meio de prova de conhecimento e a forma de contrato é o concursado efetivo estatutário, e celetista com base nas Consolidações das Leis do Trabalho – CLT.

Já o modelo de contratação é realizado por competência técnica e a forma de contrato é como o modelo de seleção direta celetista.

O intitulado cargo comissionado, contratado por indicação, ou seja, cargo de confiança e regulamentado pela Consolidação das Leis do Trabalho, ou seja, celetista.

Quando questionados sobre a eficiência e eficácia do processo de seleção por edital ou simplificado, (44,44%) consideram ineficientes e os outros (55,56%) consideram eficientes.

Porém (100%) concordam que as questões formuladas para as provas de conhecimento não são capazes de mensurar com profundidade a habilidade do candidato em utilizar o conhecimento para a resolução dos problemas do dia a dia.

Sobre os processos de Aplicar Pessoas, com relação ao plano de cargos, cuja origem decorre da descrição e análise de cargos, este deve ser submetido ao Poder Legislativo para sua aprovação, sendo que podem ser inseridas emendas de criações de novos cargos e também ampliação do número de vagas, consequentemente novos recrutamentos e processos de seleção.

Os sujeitos participantes da coleta de dados apontam em (66,67%) que o período probatório tem como objetivo avaliar o perfil do candidato com relação as habilidades e comportamentos para o cargo ocupado e outros (22,22%) identificam com o objetivo de treinar e desenvolver competências para o desempenho das atribuições de sua função, e ainda outros (11,11%) citaram outras opções de respostas.

Houver unanimidade em negativa (100%) nas respostas quando questionados sobre a existência de um programa formal desenhado para atender ao objetivo de integração dos novos servidores públicos. Da mesma forma a integração e aprendizado sobre as atribuições do cargo e os princípios da administração pública, ocorrem pelo modelo *in the job*¹⁰, ou seja, diretamente no setor e no cargo.

Como ineficiência e ilegalidade observou-se que (33,33%) dos pesquisados não possuem sistemas de avaliação durante os 36 meses do período probatório em seus municípios, e os demais (66,67%) informaram existir um processo de avaliação para o mesmo período. E ainda mesmo nos municípios que utilizam o processo de avaliação (66,67%) destes não ofertam feedback aos avaliados, e promovem o arquivamento direto do resultado da avaliação.

O processo de avaliação de desempenho individual nos municípios pesquisados resume-se apenas ao período probatório, assim após os trinta e seis meses e após efetivado no cargo, garantindo assim seu direito constitucional à estabilidade o servidor público não tem seu desempenho avaliado.

Ainda sobre o processo de avaliação de desempenho, apenas os setores da Educação e Saúde possuem e implementam seus modelos de avaliação independentes e que inclusive impactam em suas remunerações.

Com relação à Categoria Desenvolver Pessoas, os municípios em (88,89%) afirmam não existir um plano de capacitação para os servidores públicos. Para as áreas específicas como Educação e Saúde o plano de capacitação indica no plano de cargos e salários uma projeção na carreira com gratificação por titularidade.

Já sobre as competências técnicas é unânime a declaração dos gestores públicos de pessoas de que tais competências estão instaladas, impostas inclusive pela legalidade. Informando ainda que os principais gargalos estão nas competências comportamentais, assim este seria o foco para o desenvolvimento imediato.

Ao tratar a Categoria Manter Pessoas, (66,67%) afirmaram que não existem um programa que contemple questões relacionadas à Higiene e Segurança do Trabalho – HST. E quando questionados sobre quais itens deste mesmo programa (11,11%) responderam possuir Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho - SIPAT, Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT, Mapa de Risco, e (33,33%) indicaram possuir Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, e outros (55,56%) possuem o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA.

¹⁰ *In the job* – treinamento e desenvolvimento de pessoas no próprio cargo.

Sobre a existência de um programa de ginástica laboral implantado no município (100%) dos respondentes indicaram não existir tal procedimento. E ainda somente (66,67%) destes realizam campanhas de endomarketing para conscientização sobre doenças ocupacionais. Mesmo que apontem haver em seus municípios afastamentos por acidentes e doenças ocupacionais no ano de 2013, (44,44%) apontaram que entre 1 e 5 servidores foram afastados em seus municípios.

Já sobre a Categoria Remuneração, os municípios apontam que o plano de cargos e salários encontra-se desatualizado e que não contemplam possibilidades de progressões e/ou promoções.

Indicaram ainda que somente a área de Educação e Saúde possuem seus planos de cargos e salários interligados e com possibilidades de progressões e gratificações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de analisar os processos de gestão de pessoas na administração pública nos municípios da AMOG, foram realizadas coletas de dados por meio de questionário, análise documental e grupo focal. Foi possível então atingir o objetivo proposto inicialmente e com isto entender a complexidade dos modelos de gestão de pessoas na administração pública municipal. Então após discorrer sobre os processos de gestão de pessoas observa-se que o modelo de gestão de pessoas deve ser uma vantagem competitiva para o governante, sendo capaz de prover visibilidade por meio da eficiência e principalmente na eficácia apresentadas nos resultados.

Outra proposta interessante que fica clara é que a avaliação de desempenho individual, devido à cultura implementada na administração pública deve ter o seu foco nos processos e não no indivíduo, assim seria possível eliminar perseguições e punições e principalmente implementar um modelo de Planejamento, Desenvolvimento, Controle e Ação Corretiva – PDCA.

Existe um distanciamento entre os processos do modelo de gestão de pessoas da iniciativa privada e a administração pública, porém todos são possíveis de implementação, desde que respeitada a legalidade como princípio constitucional.

Tal princípio garante a cidadania do servidor público, visto que o modelo democrático, garante a transparência e a oportunidade para todos.

Como sugestão para pesquisas futuras, fica a possibilidade de análise da legalidade dos procedimentos de gestão de pessoas na administração pública municipal.

REFERÊNCIAS

AMOG - **Associação dos Municípios da Microrregião da Baixa Mogiana**. Disponível em: <http://www.amog.org.br/amog2.php> acessado em: 26/11/2013.

CERVO, Amado Luiz. **Metodologia Científica**. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de Recursos Humanos: Fundamentos Básicos**. 7. ed. Barueri (SP): Editora Manole Ltda, 2010.

COSTA M. A. C. **Servidor público: de bernabés a presidentes**. In Kupstas M. (Org) Trabalho em debate. São Paulo (SP): Moderna; 1997.



IBGE-CIDADES – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=31&search=minas-gerais> acessado em 27/04/2014.

MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2003.

MARTINS, Paulo Emílio Matos; PIERANTI, Octavio Penna. **Estado e Gestão Pública: Visões do Brasil Contemporâneo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública**. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

NBR ISO 10015:2001 – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Disponível em <http://www.abntcatalogo.com.br/curs.aspx?ID=56> acessado em 13/06/14

PANTOJA, Maria Júlia; CAMÕES, Marizaura R. de Souza; BERGUE, Sandro Trescastro. **Gestão de Pessoas: bases teóricas e experiências no setor público**. ed. Brasília: ENAP, 2010.

PEQUENO, Álvaro. **Administração de Recursos Humanos**. 1. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

PRIMO, Claudiana Aparecida de Oliveira; MOREIRA, Jucielly Valéria Amélia; SOARES, Patrícia Fernandes. **A Gestão de Pessoas na Administração Pública: Estudo de Caso no município de São João do Pau D' Alho**. Disponível em: <http://revista.unilins.edu.br/index.php/cognitio/article/view/16/18> acessado em: 01/09/2013.

SURVIO. **Questionário de coleta de dados**. Disponível em: <http://www.survio.com/survey/d/U8R1X1V5G3H1R6P3Q> acessado em 29/03/2014.

VERGARA, Sylvia Constant; CORRÊA, Vera Lúcia de Almeida. **Proposta para uma Gestão Pública Municipal Efetiva**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 11. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2009.

GESTÃO DOS SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ALÉM DO BEM ESTAR HUMANO?

Gilberto Florêncio Faria
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
gilbertoflorencio@hotmail.com

Bárbara Fadel
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
bafadel@terra.com.br

Célio Bertelli
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
c_bertelli@hotmail.com

Resumo

O último terço do século XX ficou marcado pelo realce da chamada questão ambiental e pela tentativa de se entender o fenômeno do desenvolvimento em seus diversos aspectos (Veiga, 2008). Da criação do Clube de Roma (1968), e posterior publicação do Relatório Meadows (1972) até a realização da mais recente Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente – Rio+20 – foram diversos os estudos publicados, tanto pela Academia como por Organizações Internacionais, que procuraram formas de compatibilizar utilização dos recursos naturais com ideia de desenvolvimento. Nesse período, pesquisadores de diversas áreas do conhecimento passaram a refletir mais detidamente sobre a gestão dos recursos naturais e na insuficiência de se entender o desenvolvimento tão somente como crescimento econômico (Sachs, 2000). No que tange aos serviços ecossistêmicos (Daily, 1997), iniciativa que merece destaque é a Avaliação Ecossistêmica do Milênio (MA, 2005), conduzida de 2001 a 2005 através de uma parceria entre diversas instituições internacionais com o suporte de vários governos, que confirmou a relação entre os serviços ecossistêmicos com o bem estar humano. Em relação especificamente à forma de gestão dos serviços ecossistêmicos, instrumentos econômicos, como os programas de pagamentos por serviços ambientais (Wunder, 2005), utilizados desde a década de noventa do século passado, foram objetos de estudos que procuraram analisar seus efeitos socioeconômicos (Landell-Mills & Porras, 2002). Com base no que foi exposto, o objetivo do presente artigo foi verificar se existe relação entre a gestão dos serviços ecossistêmicos e o desenvolvimento regional. Para tanto, foi feita uma pesquisa de caráter exploratório, através de levantamento bibliográfico sobre os conceitos de serviços ecossistêmicos, pagamento por serviços ambientais, desenvolvimento, e desenvolvimento regional. Também através de levantamento bibliográfico, foram relatadas as experiências dos programas de pagamentos por serviços ambientais (PSA) da Costa Rica e de Extrema/MG, no Brasil. Por fim, foram cotejadas as definições de desenvolvimento e desenvolvimento regional com os estudos que descrevem os reflexos socioeconômicos das experiências de PSA mencionadas. O resultado sugere que os efeitos socioeconômicos da gestão dos serviços ecossistêmicos através de programas de PSA aproximam-se das definições de desenvolvimento regional utilizadas no referencial teórico.

098-2418

1. Introdução

O último terço do século XX ficou marcado pelo realce da chamada questão ambiental e pela tentativa de se entender o fenômeno do desenvolvimento em seus diversos aspectos (Veiga, 2008).

Da criação do Clube de Roma (1968), e posterior publicação do Relatório Meadows (1972) até a realização da mais recente Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente – Rio+20 – foram diversos os estudos publicados, tanto pela Academia como por Organizações Internacionais, que procuraram formas de compatibilizar utilização dos recursos naturais com ideia de desenvolvimento.

Nesse período, pesquisadores de diversas áreas do conhecimento passaram a refletir mais detidamente sobre a gestão dos recursos naturais e na insuficiência de se entender o desenvolvimento tão somente como crescimento econômico (Sachs, 2000).

No que tange aos serviços ecossistêmicos, iniciativa que merece destaque é a Avaliação Ecossistêmica do Milênio (MA, 2005), conduzida de 2001 a 2005 através de uma parceria entre diversas instituições internacionais com o suporte de vários governos, que confirmou a relação entre os serviços ecossistêmicos com o bem estar humano.

Em relação especificamente à forma de gestão dos serviços ecossistêmicos, instrumentos econômicos, como os programas de pagamentos por serviços ambientais (Wunder, 2005), utilizados desde a década de noventa do século passado, foram objetos de estudos que procuraram analisar seus efeitos socioeconômicos.

Com base no que foi exposto, o objetivo do presente artigo foi verificar se existe relação entre a gestão dos serviços ecossistêmicos, mais precisamente através da utilização de programas de pagamentos por serviços ambientais, e o desenvolvimento regional.

Para tanto, foi feita uma pesquisa de caráter exploratório, com base em dados secundários. Inicialmente, no item 2. a questão ambiental e do desenvolvimento será contextualizada a partir do último terço do século XX. Em seguida, no item 3. serão apresentados os conceitos de serviços ecossistêmicos, bem como suas formas de gestão. Na sequência, no item 4. serão apresentadas definições de desenvolvimento e desenvolvimento regional.

No item 5., também através de levantamento bibliográfico, com base em dados secundários, serão relatados alguns resultados de experiências dos programas de pagamentos por serviços ambientais (PSA) da Costa Rica e de Extrema/MG, no Brasil.

Por fim, no item 6., através de análise qualitativa, serão comparadas as definições de desenvolvimento e desenvolvimento regional com os resultados dos estudos que descrevem as experiências de pagamento por serviços ambientais mencionadas. Os resultados demonstrarão que os efeitos socioeconômicos da gestão dos serviços ecossistêmicos através de programas de PSA aproximam-se das definições de desenvolvimento e de desenvolvimento regional utilizadas no referencial teórico.

2. Meio ambiente e desenvolvimento

Aponta D'Amato (1994) que primeira aparição significativa do ambientalismo em nível mundial se registra no campo científico, nos anos 50. No nível dos atores do sistema social propriamente dito, nos anos 60, quando diversos grupos e organizações não-governamentais (ONGs) começam a aparecer e a crescer de forma exponencial, dentre eles o Clube de Roma (1968), que encomendou ao MIT um relatório que ficaria conhecido como "Os limites do crescimento" ou Relatório Meadows (1972)

Desse modo, no final da década de 60 e início da década de 70 a questão ambiental e do desenvolvimento estavam intimamente ligados e duas posições encontravam-se diametralmente opostas: de um lado os que previam a abundância (the cornucopians) e de outros os catastrofistas (dommsayer).

Conforme esclarece Sachs (2000), os primeiros consideravam que as preocupações com o meio ambiente eram descabidas, pois atrasariam os esforços dos países em desenvolvimento rumo à industrialização, ao passo que os segundos anunciavam o apocalipse para o dia seguinte, caso o crescimento demográfico e econômico não fossem imediatamente estagnados.

Entretanto, do encontro de Founex (1971) e, posteriormente, da Conferência de Estocolmo (1972), surgiu uma alternativa entre o economicismo arrogante e o fundamentalismo ecológico.

Entendendo-se o painel Founex como apenas uma reunião preparatória à oficial, considera-se um divisor de águas da discussão ambiental a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972. Ali se entrecrocaram posições conservacionistas dos países ricos, que defendiam “crescimento zero” e posições desenvolvimentistas dos países pobres, que lutavam pelo direito de melhores condições de vida. Nasce ali um posicionamento conciliador – sintetizado na expressão “ecodesenvolvimento” – sendo também criado a seguir o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), com o propósito de catalisar e apoiar os esforços internacionais de preservação e melhoramento ambientais (VIEIRA, 1992, p. 02).

Reconstituindo a questão historicamente, Bruseke (1994) conta que a referida alternativa, que posteriormente ficaria conhecida como caminho do meio inspirou tanto a Declaração de Cocoyok, em 1974, como o Relatório Dag Hammarskjöld, de 1975. A primeira é o resultado de uma reunião da UNCTAD (Conferências das Nações Unidas sobre Comércio-Desenvolvimento) e do UNEP (Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas) que contribuiu para a discussão sobre desenvolvimento e meio ambiente. Já o segundo relatório aponta para a problemática do abuso de poder e sua interligação com a degradação ecológica ao mostrar que o sistema colonial concentrou os solos mais aptos para a agricultura na mão de uma minoria social e dos colonizadores europeus.

O conceito que emergiu dos referidos documentos, foi o de ecodesenvolvimento, termo inicialmente cunhado por Maurice Strong, Secretário da Conferência das Nações de Estocolmo 1972 e desenvolvido posteriormente por Ignacy Sachs.

O conceito de Ecodesenvolvimento foi introduzido por Maurice Strong, Secretário da Conferência de Estocolmo (Raynaut e Zanoni, 1993), e largamente difundido por Ignacy Sachs, a partir de 1974 (Godard, 1991).

Na definição dada por Sachs, citada por Raynaut e Zanoni (1993, p. 7), para um determinado país ou região o Ecodesenvolvimento significa o "desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, tendo por objetivo responder problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio" (MONTIBELIER FILHO, 1993, p. 132).

O conceito de Desenvolvimento Sustentável, por sua vez, emergiu no contexto da elaboração do Relatório Brundtland – Our Common Future –, de 1987, encomendado pela ONU, e, mais tarde, no transcurso da Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, definido como "desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades" (FERNANDEZ, 2001, p. 110).

A partir de 2011 o Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente tem adotado o conceito de “economia verde”, bastante difundido durante a realização da Rio+20, em 2012. Segundo a publicação “Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza – Síntese para Tomadores de Decisão” (PNUMA 2011) economia verde é “uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da

humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica”.

Do brevíssimo panorama aqui traçado, conclui-se que há pelo menos cinco décadas líderes mundiais e pesquisadores tem tentado conjugar o ideal de desenvolvimento com a adequada dos recursos naturais, tendo se acentuado com o projeto TEEB.

3. Serviços ecossistêmicos: conceito e formas de gestão

Daily *apud* Mendonça (2012, p. 5) define serviços ecossistêmicos como sendo “as condições e os processos a partir dos quais os ecossistemas naturais, e as espécies que os constituem, sustentam e permitem a vida humana”.

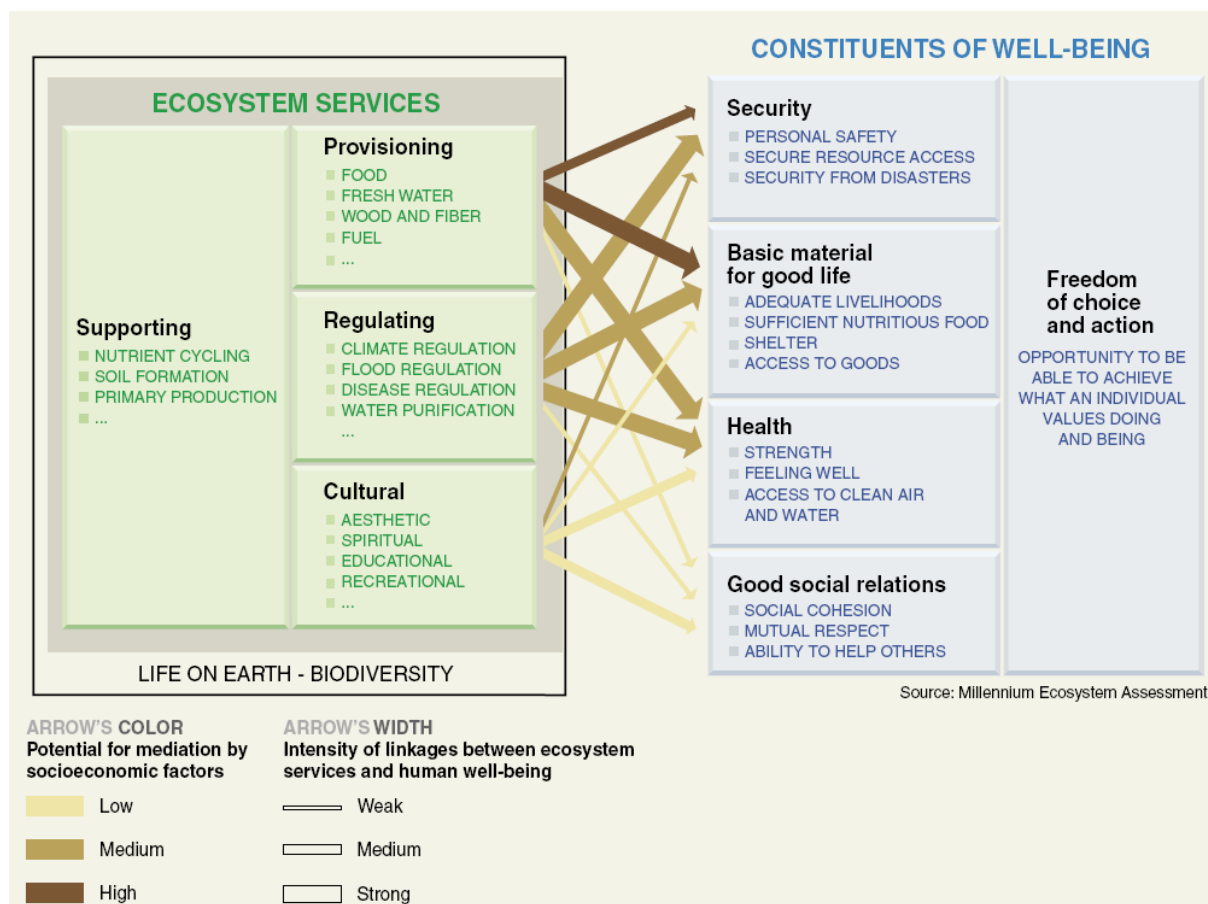
Com objetivo fornecer bases científicas para a gestão sustentável dos ecossistemas, uma parceria entre diversas instituições internacionais e vários governos culminou com uma série de estudos e relatórios denominados Avaliação Ecossistêmica do Milênio (MA 2005).

Segundo a Avaliação Ecossistêmica do Milênio, nosso bem estar econômico, físico, mental e cultural depende da saúde dos ecossistemas. Seus serviços podem ser definidos da seguinte maneira:

<u>Serviços de Provisão:</u> são serviços ecossistêmicos que descrevem os resultados materiais ou de energia advindos dos ecossistemas.	- Alimentos - Matéria prima - Água - Recursos medicinais
<u>Serviços de regulação:</u> são os serviços que os ecossistemas fornecem quando agem como reguladores, por exemplo regulando a qualidade do ar e do solo, ou agindo no controle de inundações ou doenças.	- Regulação local do clima e da qualidade do ar - Sequestro e armazenamento de carbono - Moderação de eventos extremos - Tratamento de efluentes - Prevenção contra erosões e manutenção de fertilidade do solo - Polinização - Controle biológico
<u>Habitats ou serviços de suporte:</u> sustentam quase todos os outros serviços. Os ecossistemas fornecem espaços para a vida de plantas e animais; eles também mantêm uma diversidade de tipos de plantas e animais.	- Habitats para espécies - Manutenção da diversidade genética
<u>Serviços Culturais:</u> incluem os benefícios não-materiais que as pessoas obtêm a partir do contato com ecossistemas. Esses serviços incluem benefícios estéticos, espirituais e psicológicos.	- Recreação e saúde mental - Turismo - Contemplação estética e inspiração para cultura, arte e design - Experiência espiritual e sentido de pertencer a algum lugar

Fonte: adaptado pelo autor a partir de TEEB (2010) A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade: Integrando a Economia da Natureza. Uma síntese da abordagem, conclusões e recomendações do TEEB.

Conforme depreende-se da leitura do quadro acima, é profunda a relação entre o bem estar humano e dos serviços ecossistêmicos. Ainda não totalmente compreendidas, as relações entre o bem-estar e os serviços ecossistêmicos são complexas e não lineares. O figura a seguir, de forma mais clara, apresenta a relação entre os serviços ecossistêmicos e o bem estar humano.



Fonte: MA (2005a, p. 50).

No que tange à forma de gestão dos serviços ecossistêmicos Margulis (1996) descreve que os instrumentos podem ser divididos em dois tipos principais: os instrumentos reguladores, ou instrumentos do tipo comando e controle (CEC), e instrumentos econômicos ou instrumentos de mercado (IM).

Em artigo esclarecedor, Onishi et al (2013) informam que os mecanismos de comando e controle tradicionais aplicados pelo Estado, de caráter punitivo, tem como objetivo impor modificações ao comportamento dos agentes degradadores. Isso exige um alto dispêndio de recursos humanos e materiais na manutenção da fiscalização do cumprimento das obrigações.

Já os instrumentos econômicos, ou instrumentos de mercado, procuram internalizar os custos ambientais nas atividades econômicas como forma de influenciar os agentes responsáveis pelo dano ambiental a modificarem o padrão de uso dos recursos naturais. Atualmente, um dos instrumentos econômicos mais utilizados são os programas de pagamentos por serviços ambientais (PSA).

Segundo Wunder (2005), um mecanismo de PSA caracteriza-se por uma transação voluntária, onde um (ou mais de um) serviço ecossistêmico bem definido é “comprado” por um (ou mais de um) beneficiário desse serviço se, e somente se, o seu provedor é capaz de garantir a provisão do(s) serviço(s) em questão (condicionalidade).

Nesse sentido, Andrade e Fasiaben (2009), destacam que os programas de PSA vem ganhando grande destaque na comunidade internacional, sendo, dessa forma, objetos de diversos estudos. Por preservar os fluxos de serviços ecossistêmicos, os programas de PSA também podem contribuir para o desenvolvimento bem como amenizar a pobreza rural.

4. Desenvolvimento regional

Conforme anteriormente mencionado, o conceito de desenvolvimento, a partir do último terço do século XX, deixou de ter um caráter somente econômico, passando a ser relacionar diretamente com a questão da sustentabilidade.

Para Sachs (2000), a sustentabilidade possui oito dimensões: a (i) social, consubstanciada no alcance de um patamar razoável de homogeneidade social, distribuição de renda justa, emprego pleno com qualidade de vida descente e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais, a (ii) cultural, através da mudança no interior da comunidade, com equilíbrio entre respeito à tradição e inovação, capacidade de autonomia para a elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno e autoconfiança combinada com a abertura para o mundo, a (iii) ecológica através da preservação do potencial de capital da natureza e na produção de recursos renováveis e na limitação dos recursos não renováveis, a (iv) ambiental, através do respeito e realce da capacidade de autodepuração dos sistemas naturais; a (v) territorial, através da configuração urbana e rural balanceada, da melhoria do ambiente urbano, da superação das disparidades inter-regionais e pelas estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para as áreas ecologicamente frágeis, a (vi) a econômica, através do desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, da segurança alimentar, da capacidade de modernização contínua de produção, razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica, a (vii) política nacional, através da democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos, do desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores e um nível razoável de coesão social e a (viii) política internacional, através do sistema de eficácia de prevenção de guerras da ONU, de um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, de um controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro de negócios e do controle do princípio da precaução na gestão do meio ambiente.

Noutra perspectiva, colocando o ser humano no centro da questão, Sen (2000) propõe uma definição de desenvolvimento como sendo um processo de ampliação das liberdades humanas, de expansão das escolhas, sendo que o crescimento econômico seria tão somente um meio, e não o fim do desenvolvimento.

É principalmente uma tentativa de ver o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Nessa abordagem, a expansão da liberdade é considerada (1) o fim primordial e (2) o principal meio do desenvolvimento. Podemos chamá-los, respectivamente, o “papel constitutivo” o “papel instrumental” da liberdade no desenvolvimento. O papel constitutivo relaciona-se à importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana. As liberdades substantivas incluem capacidades elementares como por exemplo ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão etc. Nessa perspectiva, o desenvolvimento envolve a expansão dessas e outras liberdades básicas: é o processo de expansão das liberdades humanas, e sua avaliação tem de basear-se nessa consideração.

Dando a dimensão regional ao desenvolvimento, Boisier (2000, p. 160) o define como sendo:

un proceso de cambio estructural localizado (en un ámbito territorial denominado “región”) que se asocia a un permanente proceso de progreso de la propia región, de la comunidad o sociedad que habita en ella y de cada individuo miembro de talo comunidad y habitante de tal territorio.

Conforme demonstrado, tanto a sustentabilidade de Sachs como as definições de desenvolvimento de Sen e de desenvolvimento regional de Boisier são colocadas sob a perspectiva de dimensões. Especificamente em relação às definições de desenvolvimento regional, há em ambas a

presença do termo “processo”, o que evidencia a complexidade e a necessidade de análise sob diversos aspectos.

Tendo sido apresentados alguns conceitos de desenvolvimento e de desenvolvimento regional, a seguir serão apresentadas algumas experiências de programas de pagamentos por serviços ambientais.

5. Experiências de pagamento por serviços ambientais e desenvolvimento regional

Segundo Pagiola et al (2005) as experiências de programas de pagamentos por serviços ambientais já existem há mais de duas décadas na América Central e são narradas através de diversos estudos. Tais estudos tinham como propósito analisar o impacto do programa de pagamento por serviços ambientais em relação aqueles que aderiram ao programa na condição de provedores dos serviços ambientais.

Com o objetivo de fortalecer as estratégias comunitárias, Dimas et al (2004, p. 44) analisaram programas da Costa Rica e constataram que

Más allá de lo anterior, la experiencia de Costa Rica, vista desde la óptica de las comunidades rurales pobres, ofrece pistas aleccionadoras. Por ejemplo, los casos de Platanar y Sarapiquí muestran que la inclusión de pequeños productores en esquemas de PSA puede tener impactos positivos en su calidad de vida y en las dinámicas de las comunidades rurales en sus áreas de influencia. Los casos muestran que los ingresos provenientes del PSA son bajos, pero constituyen un complemento económico y, en el proceso, los productores participantes reconocen que obtienen otros beneficios de su relación con organizaciones de apoyo, tales como capacitación — técnica, organizativa, financiera, mercadeo— para el manejo forestal.

Al mismo tiempo, en la medida en que las comunidades locales aprecian más el valor de sus recursos naturales, y fortalecen su capital social, también buscan tener un mejor control sobre los usos de su ambiente local.

Também na Costa Rica, tentando relacionar pagamento por serviços ambientais e desenvolvimento sustentável no meio rural, concluiu Espinoza et. al (1999) que a venda de serviços ambientais é uma alternativa real e potencialmente sustentável para a família rural, agricultores, grupos étnicos, pequenos, médios e grandes agricultores e proprietários florestais, que geralmente estão localizados em áreas rurais. No que tange aos resultados práticos relativos à conservação ambiental relata que

En los últimos 10 años, el Estado mediante incentivos ha invertido aproximadamente US\$ 115 millones solo para reforestar 145.000 hectáreas en tierras degradadas por la agricultura y ganadería. En 1997, cuando se inicia formalmente el pago por servicios ambientales, se invirtieron US\$ 14 millones con lo que se logró reforestar 6.500 hectáreas, manejar 10.000 hectáreas de bosque natural y proteger 79.000 hectáreas de bosques, incluyendo los bosques secundarios (Cuadro 4). El Fondo Nacional de Financiamiento Forestal (FONAFIFO), sólo con el pago por servicios ambientales realizado en 1997 dispone de un stock de 700 mil toneladas de carbono, que podrían tener un valor en el mercado de US\$ 7 millones (a US\$ 10/tonelada) 30 ; en la Figura 3, se observa el flujo de pago de los servicios ambientales. Por otra parte, en 1997 con la venta internacional de carbono (ver caso Noruega más adelante), se generó cerca de un 20% del total de inversión nacional en pago de servicios ambientales. Se estima que de mantener la inversión de 1997, en el año 2.000 el país podría vender US\$ 12 millones anuales de carbono, US\$ 17 millones en el 2.001, US\$ 21 millones en el 2.002 y, a partir de allí, aproximadamente US\$ 20 millones anuales: (ESPINOZA, 1999, p. 21)

No sentido foram os resultados encontrados por Borge Carvajal et al (2004, p 41):

Los datos de la encuesta, y las opiniones de los grupos focales indican que el programa de PSA ha mejorado la calidad de vida en medios rurales y la de los contratistas; sin embargo, el factor ingresos no es el que está determinando que ellos señalen que existen mejoras en la calidad de vida del núcleo familiar, sino que estas últimas se relacionan con que se ha mejorado el ambiente a nivel de finca y en las comunidades. Adicionalmente, los grupos focales revelan un factor no considerado previamente. Estos relacionan la mejoría en su calidad de vida, con que el incorporar sus fincas al programa, ha ayudado a mejorar las relaciones interpersonales y emocionales a nivel familiar y personal.

No Brasil, O primeiro mercado de serviços ambientais foi criado em 2006, por iniciativa do Poder Público Municipal de Extrema/MG, através do programa “Conservador das águas”. A experiência do referido programa foi objeto de diversos estudos no Brasil. Dentre eles pode-se destacar Veiga Neto (2008) e Galvão *apud* Jardim (2010).

Veiga, em sua tese, trata da construção dos mercados de serviços ambientais e suas implicações para o desenvolvimento sustentável no Brasil. Nesse sentido, sobre o programa “Conservador das águas” de Extrema/MG, apontou que houve geração de renda através dos pagamentos recebidos pelos produtores rurais incluídos no programa, preferencialmente localizados nas cabeceiras da bacia, geração de emprego para a mão-de-obra executora dos serviços de plantio e manutenção dos viveiros, educação ambiental para as comunidades, geração de novos conhecimentos sobre a relação floresta-água.

Preocupada em obter informações sobre como o “Conservador das águas” influenciou o modo de viver dos produtores rurais, a organização não governamental internacional TNC (The Nature Conservancy), parceira da Prefeitura Municipal de Extrema/MG desde o início do programa, contratou a pesquisadora Marina Galvão para desenvolver um relatório sobre a avaliação da percepção ambiental e dos impactos socioeconômicos do projeto.

A dissertação de Jardim mostra que após analisar as dimensões ambientais, econômicas e sociais, Galvão concluiu que a dimensão social é a que tende a um maior crescimento com o tempo.

6. Conclusões

Analisando mais detidamente os resultados apresentados por Dimas e Borge Carvajal, nota-se que os programas de pagamentos por serviços ambientais representaram, inicialmente, um complemento econômico para aqueles que aderiram como provedores dos serviços ambientais.

Entretanto, ainda em relação àqueles que aderiram aos programas na condição de provedores dos serviços ambientais, outros benefícios também foram ressaltados, quais sejam, a melhora na qualidade de vida e na relação com as organizações de apoio, que culminou com capacitação técnica e financeira para as atividades relacionadas ao manejo floresta.

Enquanto Dimas aponta que na medida em que as comunidades locais compreenderam o valor dos recursos naturais, fortaleceram o capital social e, com isso buscaram uma melhor utilização dos recursos naturais, Borge Carvajal destacou que a melhora na qualidade de vida, que acabou por significar uma melhora nas relações interpessoais e emocionais no nível familiar e pessoal.

Espinoza, por sua vez, expôs que os valores inicialmente investidos na restauração e conservação dos recursos naturais representou um aumento na capacidade de conservação, por conta dos créditos que carbono que puderam ser negociados no mercado internacional. Destaca ainda que, com isso, uma grande extensão territorial foi recuperada, e tantas outras foram conservadas. Veiga Neto e Jardim ao relatarem a experiência brasileira do Programa Conservador das águas de Extrema/MG, apontaram para o mesmo sentido.

Desse modo, sob a perspectiva da sustentabilidade de Sachs, os resultados acima apresentados contemplam todas as suas oito dimensões; a (i) social pois foi relatada melhora no relacionamento entre os provedores dos serviços e as organizações de apoio, (ii) a cultural por conta do aumento do capital social, (iii) a ecológica por conta da melhor compreensão dos provedores dos serviços ambientais em relação à importância dos serviços ecossistêmicos e (iv) ambiental por conta da restauração e conservação dos recursos naturais, e a (v) territorial por conta da consequente melhora na sua utilização e gestão dos recursos naturais, a (vi) econômica pelo complemento econômico recebido pelos provedores devido à adesão ao programa, e da (vii) política nacional, pois o aumento do capital social relaciona-se intimamente com a participação democrática e (viii) internacional, face, no caso da Costa Rica, o relacionamento com a Noruega representar um projeto de co-desenvolvimento, baseado no princípio da precaução na gestão do meio ambiente.

Conjugando agora os resultados das experiências com a perspectiva de Sen, nota-se também ter havido desenvolvimento pois os resultados significaram ampliação tanto das liberdades em seu papel instrumental, como forma de enriquecimento da vida, aumento da renda, do capital social, da consciência da necessidade de conservação e restauração ambiental e da possibilidade, a partir disso, de uma forma de melhor gerir os recursos naturais, como em seu papel constitutivo, com a melhora na qualidade de vida, que significou uma melhora nas relações interpessoais e emocionais no nível familiar e pessoal.

Assim, ao se verificar um processo de mudança estrutural na dimensão, espacial, social e individual, confirma-se também, com base nos relatos dos resultados das experiências acima transcritas, a definição de desenvolvimento regional proposta por Boisier.

Dessa forma, e retomando o título do artigo, conclui-se que, além da estreita relação entre os serviços ecossistêmicos e o bem estar humano, a análise das experiências de programas de pagamentos por serviços ambientais aqui apresentadas acima sugerem que há também uma relação entre programas de pagamento por serviços ambientais e desenvolvimento e desenvolvimento regional, pelo menos na perspectiva do referencial teórico aqui utilizado.

Referências

ANDRADE, Daniel Caixeta; FASIABEN, Maria do Carmo Ramos. *A utilização dos instrumentos de política ambiental para a preservação do meio ambiente: o caso dos Pagamentos por Serviços Ecossistêmicos (PSE)*. *Revista Economia Ensaios*, Uberlândia, v. 24, n. 1, 2009. Disponível em < <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/2223/4807>>. Acesso em 29 jul. 2014.

BOISIER, Sergio. Desarrollo (local): de que estamos hablando. In: BECKER, Denizar Fermiano; BANDEIRA, Pedro Silveira (Orgs.). *Desenvolvimento local-regional: determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. Cap. 3, p. 151-185.

BORGE CARVAJAL, Carlos; SAGE MORA, Luis Fernando; ORTIZ MALAVASI, Edgar. *Impacto del programa de pago por servicios ambientales en Costa Rica como medio de reducción de la pobreza en los medios rurales*. San José: Publicaciones Ruta, 1999.

BRUSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. Recife: INPSO/FUNDAJ, 1994. cap. 2, p 15-21.

D'AMATO, José Luís; LEIS, Héctor Ricardo. *O ambientalismo como movimento vital: análises de suas dimensões histórica, ética e vivencial*. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. Recife: INPSO/FUNDAJ, 1994. cap. 5, p. 44-61.

DIMAS, Leopoldo; KANDEL, Susan; ROSA, Herman. *Compensación por servicios ambientales y comunidades rurales: lecciones de las Americas e temas críticos para fortalecer estrategias comunitárias*. Mexico D.F.: (INE-SEMARNAT), 2004.

ESPINOZA, Nelson; GATICA, Javier; SMILE, James. *El pago de servicios ambientales y el desarrollo sostenible em el medio rural*. San José: Publicaciones Ruta, 1999.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. *Ecodesenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável e Economia Ecológica: em que sentido representam alternativas ao paradigma de desenvolvimento tradicional? Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 23, p. 109-120, jan/jun, 2011. Disponível em http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/viewFile/19246/14460..&sa=U&ei=gZNxU--1E_Cd0wXt1IHQCA&ved=0CDkQFjAF&usq=AFQjCNGwVqiYJOYu5BM-QZ2hHfrygwDIIg. Acesso em 2 ago. 2014.

JARDIM, M. H. *Pagamentos por serviços ambientais na gestão dos recursos hídricos: o caso do município de Extrema/MG*. 2010. 221 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

MARGULIS, Sérgio. 1996. *A regulamentação ambiental: instrumentos e implementação*. Rio de Janeiro, IPEA: Textos para Discussão 437.

MENDONÇA, Enésima de Fátima Enes Pereira. *Serviços dos Ecossistemas na ilha terceira: estudo preliminar com ênfase no sequestro de carbono e na biodiversidade*. 2012. 147 f. (Dissertação em Engenharia do Ambiente). Universidade dos Açores, Angra do Heroísmo, 2012.

MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT (MEA), 2005. *Ecosystem and Human Well- Being: Synthesis*. Washington D.C.: Island Press.

MONTIBELIER FILHO, Gilberto. *Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: conceitos e princípios*. *Textos de Economia*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 131-142, 1993. Disponível em < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/viewFile/6645/6263>>. Acesso em 1 ago. 2014.

ONISHI, Célia Massako; REYDON, Batiaan Philip; VAZOLLER, Rosana Filomena. *Pagamento por serviços ambientais: benefícios locais e globais*, *Revista DAE*, São Paulo, n. 192, p. 6-13, maio-agosto 2013. Disponível em < http://revistadae.com.br/downloads/Revista_DAE_Edicao_192.pdf>. Acesso em 28 jul. 2014.

PNUMA. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza: Síntese para os Tomadores de Decisão*. 2011. Disponível em <



http://www.unep.org/greenconomy/Portals/88/documents/ger/GER_synthesis_pt.pdf >. Acesso em: 11 de dez. 2013.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. 85p.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. 1. ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

TEEB. *A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade. Integrando a Economia da Natureza*: Uma síntese da abordagem, conclusões e recomendações do TEEB. European Communities. 2010. Disponível em <http://www.teebweb.org/wp-content/uploads/Study%20and%20Reports/Reports/Synthesis%20report/TEEB_Sintese-Portugues.pdf>. Acesso em: 16 de ago. 2013.

VEIGA, José Eli. *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VEIGA NETO, F. C. DA. *A construção dos mercados de serviços ambientais e suas implicações para o desenvolvimento sustentável no Brasil*. 2008. 298 f. Tese (Doutorado em Ciências no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA) Universidade Federal Rural Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

VIEIRA, Anna da Soledade. *Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: fontes para a compreensão do discurso ambiental do governo brasileiro*. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 21, n. 9, p. 7-13, jan/abr. 1992. Disponível em <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewFile/1318/949>>. Acesso em 26 ago. 2014.

WUNDER, Sven. 2005. Payments for environmental services: some nuts and bolts. Center for International Forestry Research (CIFOR), Occasional Paper n. 42. Disponível em: <http://www.cifor.org/publications/pdf_files/occpapers/op-42.pdf>. Acesso em 29 nov. 2013.

PAGIOLA, S., ARCENAS, A. & PLATAIS, G. 2005, *Can payments for environment services help reduce poverty?* An exploration of the issues and the evidence to date from Latin America. World Development. Disponível em <[http://www2.gsu.edu/~wwwcec/docs/doc%20updates/New%20Folder%20\(2\)/Pagiola_etal_05_poverty%2520EPS.pdf](http://www2.gsu.edu/~wwwcec/docs/doc%20updates/New%20Folder%20(2)/Pagiola_etal_05_poverty%2520EPS.pdf)>. Acesso em: 25 de nov. 2013.



HOMOSSEXUAIS FRANCANOS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Edney Wesley Antunes
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
edney@facef.br

Daniela de Figueiredo Ribeiro
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
ribares@netsite.com.br

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo identificar se existem e quais são os grupos francanos ligados ao movimento LGBT, bem como levantar se suas ações impactam o Desenvolvimento humano e social. Busca-se ainda compreender como os homossexuais percebem-se na sociedade e de que maneira podem promover o Desenvolvimento. Para tanto realizar-se-á uma pesquisa de caráter qualitativa, utilizando-se de uma entrevista semi-estruturada e entrevista com grupos focais para a coleta de dados, sendo que os sujeitos serão selecionados a partir de uma indicação de um representante do Movimento gay de Franca, e os demais através do snowball, técnica em que um indivíduo indica o próximo, totalizando um grupo com 10 homens (homossexuais) e com idades acima de 18 anos. Serão realizados 3 encontros com eixos temáticos para nortear as discussões dos Grupos Focais, os eixos temáticos são: qualidade de vida, demandas e possibilidades de transformação. Através destas discussões pretende-se levantar o perfil desses sujeitos bem levantar ações que possam fomentar políticas públicas em prol do Desenvolvimento.

082-2400

Palavras-chaves: desenvolvimento humano e social; desenvolvimento como liberdade; qualidade de vida; homossexualidade

INTRODUÇÃO

Atualmente existe uma ampla discussão sobre o tema da homossexualidade, embora no século XXI não seja mais vista como uma anomalia ou doença. Ainda nos dias de hoje esbarra-se com a questão da homofobia, que vem sendo alvo de discussões e justificativa para violências que acometem um grande número de homossexuais. De acordo com o Relatório sobre a violência homofóbica no Brasil: *“em 2012, foram registrados pelo poder público 3.084 denúncias de 9.982 violações relacionadas à população LGBT, envolvendo 4.851 vítimas e 4.784 suspeitos”*. (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013)

Com isso surge a necessidade de compreender de que forma os homossexuais podem exercer sua liberdade e promover desenvolvimento sem se tornarem vítimas dessas ações. Portanto a proposta deste trabalho é refletir sobre o Desenvolvimento sob a perspectiva da Liberdade, tal como proposto por Sen (2010). Buscar-se-á conhecer a história do Movimento Gay Brasileiro relacionando-a ao Desenvolvimento Humano e Social no Brasil.

O início do Movimento Gay Brasileiro foi marcado pela opressão da Ditadura, assim os homossexuais que assumiam sua sexualidade buscavam uma forma de escapar do contexto da época. Apresentando dificuldades para se organizarem: ainda assim lutavam contra as regras heteronormativas.

Nesse sentido o movimento marca as necessidades internas de uma minoria que a princípio buscava apenas ser respeitada, e atualmente busca construir ou reconhecer seu espaço na sociedade, mesmo que seja através das regras heteronormativas, como a instituição do casamento entre iguais, o direito à adoção. Portanto, é importante compreender quais são os desejos desses indivíduos, o que os motivam a se organizarem, seja através do Movimento Gay ou dos Grupos Gays, ou apenas através da necessidade de expressar sua realidade.

A atual pesquisa tem como foco ampliar a compreensão sobre os relacionamentos com o mesmo sexo, bem como sua evolução histórica, social, e psicológica em termos de liberdade de expressão na sociedade, e compreender como estão articulada as vidas cotidianas dos homossexuais francanos em termos de demandas e lutas para sua inclusão social simbólica.

O objetivo geral do trabalho constitui-se em identificar se existem e quais são os grupos francanos ligados ao movimento LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis, Transexuais e Transgeneros, bem como levantar suas ações e de que forma impactam o Desenvolvimento Humano e Social, vista sob a perspectiva da liberdade. Tendo por objetivos específicos conhecer o perfil dos participantes da pesquisa, compreender como os homossexuais percebem-se na sociedade, como vivenciam a sexualidade, como se relacionam e planejam seu futuro e de que maneira promovem o Desenvolvimento. Através de pesquisa, buscar-se-á levantar subsídios que possam contribuir com o aumento de qualidade de vida dessas pessoas e fomentar políticas públicas e ações que promovam Desenvolvimento.

Entretanto, para pensar na questão da homossexualidade é necessário entender o que esta expressão significa. Analisando sua etimologia observamos que a palavra origina-se da junção de dois termos dos quais *homos* (do Grego) significa igual e *sexus* (do latim) significa sexo.

Segundo o Dicionário Houaiss (2001, p.1549), encontramos os seguintes significados:

Homossexual – relativo à homossexualidade (pessoa com tendências); mantido por indivíduos do mesmo sexo (diz-se de relacionamento sexual); que denota homossexualidade (comportamento); que ou aquele que sente atração sexual e/ou mantém relação amorosa e/ou sexual com indivíduo do mesmo sexo. Oposição a heterossexual. (...). Homossexualidade – condição de homossexual; homossexualismo.

Porém, apenas compreender o significado do termo homossexualidade não define de fato o homossexual, pois segundo Jurandir Freire Costa (1995) a homossexualidade é uma construção linguística, uma forma que as pessoas buscam para categorizar o mundo e esquecendo assim, que a sexualidade é algo singular, podendo o ser humano se expressar sexualmente de diversas formas, sem necessariamente enquadrar-se em uma categoria única e restrita.

Segundo autores como Jurandir Freira Costa (1995) e Luiz Mott (2003), não se têm certezas absolutas das origens da homossexualidade. Existem explicações biogenéticas, socioculturais e psicológicas, mas mesmo este vasto leque de especialidades não apresentam afirmações definitivas, não conseguiram ainda explicar completamente a etiologia e nem as dinâmicas de funcionamento.

Neste trabalho, a expressão sexual não é vista apenas como uma necessidade fisiológica e nem como escolhas conscientes e planejadas feitas pelo indivíduo, mas é algo que vai além, podendo ser uma expressão da individualidade.

O presente trabalho justifica-se pela sua relevância social, no sentido de trazer informações acerca dos comportamentos de homossexuais que possam contribuir para reflexão quantos as possíveis políticas publicas que atendam as necessidades desse público, além de buscar recursos para inclusão desses sujeitos, e compreender os aspectos de promoção do desenvolvimento.

No aspecto científico poderá contribuir na medida em que busca compreender o processo de Desenvolvimento sob a perspectiva da Liberdade, bem como levantar subsídios para promoção de Desenvolvimento Humano e Social.

Além das justificativas científicas, outra questão envolvida no desenvolvimento deste tema é o fato de dar voz a estes sujeitos, buscando elementos que possam fomentar políticas públicas e ações includentes.

Será utilizada a pesquisa exploratória, que de acordo com Minayo (2000), visa fornecer maior conhecimento sobre o tema ou problema da pesquisa, sendo considerado apropriado para os primeiros estágios de investigação, como a familiarização, conhecimento e compreensão dos dados.

A temática em questão, ou seja, o desenvolvimento como liberdade e o movimento de homossexuais da cidade de Franca/SP, é um tema pouco explorado, portando, esta pesquisa tem o objetivo de compreender melhor estes aspectos, e levantar informações acerca do problema.

Para tanto, pretende-se utilizar-se o método qualitativo, que permite um aprofundamento maior em relação aos sujeitos, além de estudar as características específicas apresentadas pelos mesmos.

1 REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

O conceito de desenvolvimento é considerado um dos mais importantes e polêmicos, visto como mobilizador de vontades, de mudanças e de transformações das sociedades e dos indivíduos, além de ser ferramenta para avaliar e classificar o nível de progresso e bem-estar. Portanto, consiste num termo muito abrangente que sofre influência do contexto histórico, econômico e social.

Por muito tempo o termo desenvolvimento esteve atrelado ao crescimento econômico. De acordo com Veiga (2006), até meados 1970 o desenvolvimento era símbolo de progresso material. Assim, o enriquecimento levaria naturalmente a melhoria de padrões sociais. Há também os que acreditavam numa relação mais complexa, na qual o jogo político poderia influenciar no rumo que tomaria o crescimento, bem como nos efeitos na estrutura social.

É importante ressaltar que o crescimento econômico, ocorreu de forma lenta, sendo que a Revolução Industrial foi considerada um marco e também foi responsável pelo aceleração do crescimento econômico.

A Revolução Industrial, que teve seu início na Inglaterra no século XVIII e rapidamente se espalhou por outros recantos do planeta, promoveu o crescimento econômico e abriu as perspectivas de maior geração de riqueza, que por sua vez traria prosperidade e melhor qualidade de vida (DIAS, 2006, p. 5).

O Desenvolvimento pode ser visto de diversas facetas, nesse sentido Perroux (1967) traz uma grande contribuição, por ter sido um dos pioneiros a suscitar uma revisão do conceito de desenvolvimento, distinguindo a *economia de crescimento* da *economia do desenvolvimento*. Portanto para este autor, o desenvolvimento é entendido como a combinação de transformações mentais e sociais de uma população que permitam o aumento de seu produto, ou seja, a partir do desenvolvimento uma sociedade tem condições de crescer economicamente.

De acordo com Celso Furtado (1974) a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito, e este pensamento possibilitou o desvio das atenções de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e do olhar voltado apenas para os avanços tecnológicos, para concentrar-se em outros objetivos abstratos. Nesse sentido, Veiga (2006) ressalta que os padrões de consumo de uma minoria de indivíduos, que possivelmente vivem em países altamente

industrializados estarão acessíveis às grandes massas de população alcançando assim a periferia. O que constitui o mito do progresso, no qual se desvia atenção dos fatores que são essenciais, como educação, saúde, entre outros e volta-se o olhar focalizando apenas o tecnológico, o periférico.

É importante ressaltar que há uma distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico, no entanto eles se complementam. De acordo com Vasconcellos e Garcia (1998, p.205) o desenvolvimento deve resultar do crescimento econômico, juntamente com a melhoria na qualidade de vida das pessoas, ou seja, deve incluir *“as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)”*.

Portanto, com o intuito de promover a seguridade econômica e social, bem como a preocupação com o progresso e com a melhoria das condições de vida das nações, foi criada a ONU – Organização das Nações Unidas, que é fruto de duas experiências de guerras mundiais, num consenso entre os líderes políticos das grandes potências daquele período, sendo que a principal tarefa estaria associada a evitar uma terceira guerra mundial e promover os “direitos naturais” do homem.

Contudo a ideia de desenvolvimento está no cerne da visão de mundo que prevalece em cada época. De acordo com Furtado (2000, p.7): *“(...) uma sociedade apresenta em determinado período de sua história uma grande capacidade criadora é algo que nos escapa. Menos sabemos ainda porque a criatividade se orienta nesta ou naquela direção”* e ainda continua dizendo que *“o progresso técnico, possui um poder de difusão muito maior do que a criação de valores substantivos (FURTADO, 2000,p.8).*

O *“desenvolvimento deve ser entendido como processo de transformação da sociedade não só em relação aos meios, mas também aos fins”* (FURTADO, 2000, p.8). O crescimento econômico é de fundamental importância enquanto seu projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida da população.

Autores como Sandroni (1994) consideram o desenvolvimento econômico como crescimento econômico (incrementos positivos no produto) acompanhado por melhorias do nível de vida dos cidadãos e por alterações estruturais. Milone (1998) por sua vez, ressalta que para se caracterizar o desenvolvimento econômico deve-se observar ao longo do tempo a existência de variação positiva de crescimento econômico, medido pelos indicadores de renda, renda *per capita*, PIB e PIB *per capita*, de redução dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade, melhorias dos níveis de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte.

Nesse sentido atualmente busca-se promover o desenvolvimento com vistas ao desenvolvimento humano e social, entendendo como Desenvolvimento Humano a ferramenta que busca conceber, realçar, medir, avaliar e expressar o alcance e a satisfação dos direitos básicos do ser humano. Assim o desenvolvimento humano começa a ocupar lugar central no debate sobre o desenvolvimento. Pode-se comprovar este fato com o Relatório Mundial de Desenvolvimento Humano publicado, a partir de 1990 pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Sendo que a questão central deste relatório refere-se ao quanto está sendo produzido e quanto esta produção está afetando a qualidade de vida da população.

É importante ressaltar que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é a agência líder da rede global de desenvolvimento da ONU e trabalha principalmente pelo combate à pobreza e pelo Desenvolvimento Humano. O PNUD está presente em 166 países do mundo, colaborando com governos, a iniciativa privada e com a sociedade civil para ajudar as pessoas a construir uma vida mais digna. (ONUBR, 2013)

No Brasil, o PNUD tem o objetivo apoiar: a implementação de políticas para fortalecer setores críticos para o desenvolvimento humano, através do desenvolvimento e implementação de projetos de cooperação técnica em parcerias com instituições nacionais. Outro foco do PNUD é a promoção dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, desenvolvimento de capacidades institucionais nos governos federal, estaduais e municipais; e fortalecimento do papel da sociedade civil e do setor privado na busca do desenvolvimento humano e sustentável (ONUBR, 2013).

Mahbub Ul Haq (1978)¹¹ relata que o desenvolvimento deve ser uma ação de enfrentamento real às piores manifestações da pobreza, objetivando a igualdade de opções e não somente de renda, sendo que a oportunidade de escolha se manifesta como um direito à liberdade e a condição das pessoas de optarem e buscarem por melhores condições de vida, compondo assim o cerne do desenvolvimento humano.

Amartya Sen (2010), economista indiano, faz uma relação entre desenvolvimento e a liberdade, ressaltando que o desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riquezas e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda, contudo não deve-se desconsiderar a importância do crescimento econômico.

1.1 DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

Para Amartya Sen (2000) o desenvolvimento é um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam, nesse sentido *“desenvolver e fortalecer um sistema democrático é um componente essencial do processo do desenvolvimento”* (SEN, 2000, p.185).

O desenvolvimento tem que estar relacionado sobretudo com a melhoria de vida e das liberdades desfrutadas pelos indivíduos. Seu objetivo é expandir as liberdades no sentido de valorizar e não só tornar a vida mais rica e mais desimpedida, resultando numa interação com o mundo, bem como influenciando-o na mesma medida.

Na perspectiva de Sen (2000) a democracia é um elemento constitutivo básico e de acordo com Zamban (2012, p.207) a democracia possibilita para a sociedade uma *“dinâmica especial que garante o exercício da liberdade, simbolizada na discussão pública como condição indispensável para todo o seu processo de organização e, especialmente, para as necessárias opções que caracterizam um modelo de desenvolvimento sustentável”*.

¹¹ Mahbub Ul Haq renomado [economista paquistanês](#), pioneiro da [Teoria do desenvolvimento humano](#), além de ser criador do chamado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tendo a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano, esse índice transformou a maneira de se avaliar a situação social das nações do mundo. Além do poder de compra da renda, o cálculo do IDH leva em conta indicadores de saúde e educação. O resultado é um índice que reflete de maneira mais precisa a qualidade de vida em uma nação do que a renda per capita - soma das riquezas do país dividida pelo seu número de habitantes -, principal estatística utilizada até então. Com base no IDH, a ONU publica todo ano o Relatório de Desenvolvimento Humano, também criado por Haq para avaliar o progresso social em 173 países. Defensor de que o desenvolvimento das nações deveria melhorar as condições de vida das pessoas e não apenas aumentar a produção, Haq também trabalhou como ministro das finanças em seu país e foi diretor do Banco Mundial.

Pensar o desenvolvimento a partir das liberdades substantivas das pessoas tem implicações muito abrangentes para compreensão do processo de desenvolvimento e também para os modos e meios de promovê-lo.

Portanto todo ser humano deve ser considerado como sujeito ativo do desenvolvimento, podendo participar e influenciar a organização da sociedade. Nesse sentido, a negação das liberdades substantivas interfere no conceito de pessoa, “*reduzindo-a à condição de não sujeito*” (ZAMBAM, 2009, p.14) e o valor moral substantivo da liberdade deve ser atribuído como elemento primordial para a construção de uma sociedade justa.

Segundo Zambam (2009, p.19):

A proteção, a garantia e o desenvolvimento das liberdades substantivas são mediados pela opção por uma estrutura social ordenada a partir da democracia. Sua efetivação é possível em qualquer situação, sem necessidade de condições ou exigências prévias, porque está respaldada por princípios seguros e por mecanismos, instrumentos e instituições que contemplam as diferenças (políticas, culturais, religiosas e outras) presentes no seu interior, ordenam as desigualdades, garantem a estabilidade política e orientam o processo de desenvolvimento sustentável. Essa dinâmica possui as condições necessárias para a justiça, a partir do que se pode afirmar que uma sociedade justa, é também, uma sociedade democrática.

Contudo é importante ressaltar que o desenvolvimento econômico inclui a dimensão da segurança econômica, que está associado aos direitos democráticos e às liberdades dos indivíduos. Portanto a liberdade política e as liberdades cívicas são importantes em si mesmas, assim pessoas sem liberdades políticas ou direitos cívicos estão privadas das suas vidas e lhe são recusadas as oportunidades de participarem em decisões cruciais da vida pública (SEN, 2010).

As privações restringem a vida social e a vida política, e devem ser consideradas repressivas mesmo sem acarretar outros males (como desastre econômicos). Como as liberdades políticas e civis são elementos constitutivos da liberdade humana, sua negação, em si, já é uma deficiência (SEN, 2010).

A perspectiva de liberdade baseia-se na semelhança genérica com a preocupação com a qualidade de vida, a qual também se concentra no modo com que as pessoas vivem, e até mesmo nas escolhas que têm, não apenas nos recursos ou na renda de que elas dispõem (SEN, 2010).

Portanto, a teoria de Amartya Sen se tornou referência para as questões que envolvem justiça, cujo o tema central é a liberdade como fundamental na formação de uma estrutura social justa. Nesse contexto, a liberdade é um valor moral substantivo fundamental para o ordenamento de uma sociedade, bem como caracteriza as relações que as pessoas esbalecem entre si e com o meio que as cercam. Portanto, o agir humano, em suas diferentes dimensões, integra-se e sedimenta-se por meio de uma sólida experiência da liberdade da qual dependem a sua realização pessoal e a sua integração na vida em sociedade (ZAMBAM, 2009).

O Desenvolvimento visto sob esta vertente incorpora dimensões políticas, econômicas, culturais, históricas e ambientais, ou seja, os aspectos que permeiam a qualidade de vida das pessoas. Assim, Sen (2010, p.180), relata que “*nenhuma fome coletiva substancial jamais ocorreu em nenhum país independente com uma forma democrática de governo e uma imprensa relativamente livre*”.

Nesse sentido, a perspectiva de Sen evidencia a importância de uma participação individual e coletiva acerca dos caminhos a serem trilhados para o desenvolvimento, promovendo a elaboração de políticas que visam à equidade e o respeito humano. A vida é entendida como a combinação de várias atividades e modos de ser. “*A capacidade reflete a liberdade pessoal de escolher entre vários modos de ser/viver*” (BAVA, 1996, p.56). Portanto, se faz necessário compreender o papel dos movimentos sociais que buscam a liberdade de expressão, ou seja, a liberdade de ser.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS: MOVIMENTO LGBT

De acordo com Ilse Scherer-Warren (1987), a categoria de “movimento sociais” surgiu por volta de 1840, por advento do movimento operário. Nesse sentido os movimentos sociais receberam vários nomes, como movimentos populares, movimentos sociais urbanos, novos movimentos sociais, movimentos contemporâneos, antigos movimentos sociais, movimentos baseados nas lutas de classe, movimentos alternativos, movimentos literários, associações civis, entre outros, que traduziam a variedade empírica bem como as mudanças conjunturais do período em que surgiam (FACCHINI, 2005).

Portanto, os grupos sociais, refletem um estrato da conjuntura os quais estão submersos, para Gohn (2011, p.12) *“os movimentos transitam, fluem e acontecem em espaços não-consolidados das estruturas e organizações sociais. Na maioria das vezes eles estão questionando estas estruturas e propondo novas formas de organização à sociedade política”*.

De acordo com Machado e Prado(2005, p.36):

Os movimentos sociais têm oferecido às sociedades novas alternativas societárias, por meio de experiências concretas. No Brasil essa formas de atuação política tem contribuído muito para a democratização da sociedade, abrindo portas para a participação das minorias na vida pública.

Segundo Gohn (2011), os movimentos são considerados por alguns analistas como uma forma de fazer política, com o intuito de construir uma sociedade mais igualitária e justa, pensamento este que perpassa a ideia de liberdade defendida por Amartya Sen.

Um movimento social não é motivado simplesmente pela existência das relações de opressão que excluem indivíduos, mas também pela intenção da construção social de uma nova realidade, constituída de novos elementos sociais (Prado, 2001)

O movimento homossexual surge no Brasil na segunda metade dos anos 1970. De acordo com Facchini (2003), com formação de um conjunto de associações e entidades, mais ou menos institucionalizadas, constituídas com o objetivo de defender e garantir direitos relacionados à livre orientação sexual e/ou reunir indivíduos que se reconheçam a partir de qualquer identidade do movimento. Ressaltando que as iniciativas para o movimento homossexual foram melhor concentradas no eixo Rio-São Paulo (FACCHINI, 2003).

É importante ressaltar que o ano de 1968 foi marcado pelos movimentos estudantis contra a ditadura, fortalecendo o sentimento de otimismo quanto ao estabelecimento de um governo democrático, embora neste mesmo ano, surge o “Ato Institucional, AI-5, decretando o fechamento do congresso, suspensão dos direitos constitucionais e cassação de inúmeros mandatos”. Como resposta ao Ato Institucional AI-5, membros de organizações de esquerda partiram para a luta armada e sequestraram, em setembro de 1969 o embaixador americano no Brasil.

A ditadura contribuiu para a formação de resistência em diversos setores sociais, também pode ser considerada responsável pelo perfil anti-autoritário que marcou a primeira fase do movimento homossexual brasileiro.

O modelo econômico militar e as políticas de financiamento favoreceram a concentração de rendas das classes médias e altas urbanas e criaram um mercado de expansão de bens domésticos duráveis, além de ter sido um período de fantástico desenvolvimento econômico, conhecido como “o milagre econômico”, com uma taxa anual de crescimento de 8,6% no início da década de 70, como resultado o Brasil se transformou na maior nação devedora do final da década de 1970 (GREEN, 2000).

Foi nesse período que verifica-se também um crescimento sem precedentes na produção de estudos sobre atividades associativas, que recebeu o nome de “movimentos sociais”, de acordo com Green

(2000) perto do fim de 1972 estas associações haviam se desfeito, e seus membros estavam mortos, presos e exilados, embora existissem pequenos grupos esquerdistas de guerrilheiros urbanos.

Em 1973 as taxas de crescimento do Brasil foram interrompidas, nesse sentido com a dívida externa crescente, a inflação no Brasil chega a níveis elevados, portanto

[...] numa tentativa de manter os níveis de crescimento em toda a década de 1970, o governo brasileiro tomou extensivamente empréstimos de uma série de diferentes credores internacionais, e a dívida externa bruta explodiu, de apenas 3,8 bilhões de dólares em 1968 para 43,5 bilhões de dólares em 1978, e em 1984, para 91 bilhões. No final da década de 1970, apenas o custo do serviço da dívida externa acumulada do país consumia mais de 60% do total das exportações brasileiras. (PARKER, 2002, p.159).

Em decorrência desses fatos a classe média sente-se afetada, e passa a se opor a ditadura, somando forças às classes populares apoiando assim o partido legalizado de oposição ao regime o Movimento Democrático Brasileiro – MDB, período este denominado como abertura.

De acordo com Green (2000, p.395):

Em 1978, um pequeno grupo de intelectuais do Rio de Janeiro e de São Paulo fundou o *Lampião da Esquina*, um tablóide mensal de ampla circulação dirigido ao público gay. Muitos meses depois, um grupo de homens em São Paulo formou o *Somos*, a primeira organização pelos direitos gays do país.

A fundação *Somos* é associada ao movimento homossexual no Brasil, não por ter sido o primeiro grupo brasileiro mas por ter se tornado um modelo, tanto para as outras organizações como também para os pesquisadores do tema, sendo que a primeira ação deste grupo foi em fevereiro de 1979, com um debate sobre as minorias, que foi promovido na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FACCHINI, 2005).

Já o *Jornal Lampião* teve grande importância na medida que abordava a questão homossexual nos seus aspectos políticos, existenciais e culturais. Este jornal enfrentou acusações de infringir a Lei de Imprensa por contrariar a “moral e os bons costumes”, embora a homossexualidade nunca esteve presente no Código Penal Brasileiro. (FACCHINI, 2005).

De acordo com Parker (2002, p.294):

Embora a experiência da homossexualidade pareça muito distante e distinta da organização da produção econômica ou das estruturas do poder político, é impossível compreender plenamente os acontecimentos das últimas décadas sem alguma referência à natureza do desenvolvimento que depende na medida em que ele determinou os processos de industrialização e urbanização, ou na história em evolução de políticas autoritárias, redemocratização e consolidação da sociedade civil que ocorreram a partir da década de 1970. Esses acontecimentos, por sua vez, foram formulados por processos e fatos que ocorreram em nível global e tiveram impacto na vida brasileira.

Em decorrência do grande advento do vírus HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana surgiram novos grupos e associações, fortalecendo-se e ganhando visibilidade, se aproximando do Estado Nacional, por meio de políticas públicas direcionadas a contenção do vírus.

Ante, a exigência de se organizar contra a doença, os movimentos gays reafirmaram a importância da educação como a melhor arma nessa guerra sem tréguas, dando origem a diferentes cursos de prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST)/AIDS, assim como trabalhos e projetos de assistência a pessoas infectadas pelo HIV. (FERRARI, 2004, p.3)

O surgimento da Aids/HIV abriu espaço para a visibilidade homossexual, ainda que se tenha inicialmente refeito as tentativas de mobilizar setores do movimento, a doença foi considerada como principal responsável pelo alavancamento com que (re)emergiu na década de 90.

A Primeira Parada do Orgulho LGBT aconteceu na cidade de São Paulo, em 1997, com a participação de duas mil pessoas, já no ano de 2007 foi considerada a maior manifestação do país, alcançando o número de um milhão e meio de pessoas.

Atualmente a Parada Gay realizada em São Paulo representa um dos maiores eventos da cidade, no qual se movimenta toda a rede de turismo, no ano de 2012 compareceram na avenida Paulista em São Paulo cerca de 270 mil pessoas, de acordo com o jornal Folha de São Paulo (DataFolha, 06/12/2012).

Nesse sentido, observa-se que a história do movimento homossexual, sempre esteve associada ao desenvolvimento, por constituir-se de pessoas e mudanças culturais e subjetivas, envolvendo o tema de liberdade, tal como apresentado por Amartya Sen. Nesse sentido, o bem-estar das pessoas aparece em primeiro lugar, juntamente com o Direito às Liberdades, portanto o *“movimento homossexual não admite que o desrespeito ao direito humano fundamental de exercer livremente a orientação sexual seja tratado pelo Estado como assunto limitado à esfera privada”*(CONDE, 2010,p.15).

Desta forma pode-se dizer que a luta do movimento gay esta atrelada a dois eixos, o que luta contra a homofobia e os atos de violência, e o eixo que busca a liberdade de expressão, assim pode-se dizer que ao rotularmos uma pessoa apenas pelo aspecto sexual deixamos de ver o indivíduo que está diante de nossos olhos, um ser que tem tantas outras potencialidades, e tantas outras características. A homossexualidade sempre esteve presente na história do homem, portanto se faz necessário pensar o Desenvolvimento para compreender que a construção da história da sexualidade perpassa pela questão do desenvolvimento humano e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se todo ser humano é igual perante a lei, portanto deve-se preservar o direito e a liberdade de todo e qual indivíduo para o mesmo possa se expressar sexualmente de acordo com sua orientação sexual. Assegurar que o mesmo possa ter condições e oportunidades igualitárias aos heterossexuais. Pensar o desenvolvimento sob esta perspectiva é acreditar no conceito exato da palavra desenvolvimento, ou seja, permitir que todo individuo tenha acesso ao Direito de Desenvolver-se.

Desta forma, a luta do Movimento Gay, busca acima de tudo a inclusão desses indivíduos e na mesma medida busca oferecer o Direito de escolha, em relação a sua sexualidade, a sua forma de relacionar com o mundo e consigo mesmo, ou seja, o direito de escolher viver o padrão heteronormativo constituído o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a adoção, ou então a criação de uma padrão próprio para exercer sua sexualidade.

Espera-se conhecer melhor os Movimentos Gays da cidade de Franca e como este esta se relacionando com o Desenvolvimento Local, e ainda conhecer quais são as expectativas em relação qualidade de vida dos homossexuais Francanos.

REFERÊNCIAS

BAVA, Silvio Caccia. Desenvolvimento local: uma alternativa para a crise social?, *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.10, n.3, p.-53-59, 1996.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Relatório sobre violência homofóbica no Brasil*: ano de 2012. Brasília: SEDH, 2013. 102 p.

CONDE, Michelle Franco. *O movimento homossexual brasileiro: sua trajetória e seu papel na ampliação do exercício da cidadania*. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.

COSTA, Jurandir Freire. *A ética e o espelho da cultura*. 2.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

COSTA, Jurandir Freire. *A face e o verso: estudos sobre o homoerotismo II*. São Paulo: Escuta, 1995b.

COSTA, Maria Conceição O. et. al. Sexualidade na adolescência: desenvolvimento, vivência e propostas de intervenção. *Jornal de Pediatria*, Rio de Janeiro, n.77, supl. 2, 2001.

DIAS, Reinaldo. *Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade*. São Paulo: Atlas, 2006.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. *Cad. AEL*, v.10, n. 18/19, 2003.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FERRARI, Anderson. Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo. *Revista Brasileira de Educação*, n.25, p.105-115, jan-abr, 2004.

FOLHA DE SÃO PAULO. Parada gay reúne 270 mil pessoas, afirma Datafolha. São Paulo, Cotidiano, 11/06/2012. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1102836-parada-gay-reune-270-mil-pessoas-afirma-datafolha.shtml>>, acesso 01 fev 2014.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

FURTADO, Celso. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1974.

GOHN, Maria da Glória (Org). *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000

GREEN, James Naylor. *Além do carnaval: a homossexualidade no Brasil no século XX*. São Paulo: Unesp, 2000.

HAQ, Mahbub Ul. *A cortina da pobreza: opções para o terceiro mundo*. São Paulo: Cia Editorial Nacional, 1978.

HOUAISS, Antonio. VILLAR, Mauro de Sales. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

MACHADO, Frederico Viana; PRADO, Marco Aurélio Máximo. Movimentos homossexuais: a constituição da identidade coletiva entre a economia e a cultura. O caso de dois grupos brasileiros. *Interações*, v.10, n.19, p.35-62, jan-jun 2005.

MILONE, Paulo César. Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas. IN: MONTORO FILHO, André Franco, et al. *Manual de economia*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.



MOTT, Luiz. Homo-afetividade e direitos humanos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.14, n.2, p.509-521, mai-ago 2006.

MOTT, Luiz. *Homossexualidade: mitos e verdades*. Salvador: Ed. Grupo Gay da Bahia, 2003.

ONUBR. Organização das Nações Unidas no Brasil. *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*. Disponível em <<http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/pnud/>> Acesso em 12 fev 2014.

PARKER, Richard. *Abaixo do equador: culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PERROUX, François. *Economia do século XX*. Porto: Herder, 1967.

PRADO, M. A. M. Psicologia política e ação coletiva. *Revista Psicologia Política*, v.1, n.1, p.149-172, jan-jun 2001.

SANDRONI, Paulo (org.). *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHEKE, Paulo. *Uma revolução no cotidiano?: os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. *Fundamentos de economia*. São Paulo, 1998.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. 2.ed. Rio de Janeiro: Garammond, 2006.

ZAMBAM, Neuro José. *A teoria da justiça de Amartya Sen: liberdade e desenvolvimento sustentável*. 2009. 188f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2009.

ZAMBAN, Neuro José. *Amartya Sen: liberdade, justiça e desenvolvimento sustentável*. Passo Fundo: IMED, 2012.

IPTU COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL: ISENÇÃO PARA APOSENTADOS – UMA ANÁLISE LEGISLATIVA EM 05 (CINCO) MUNICÍPIOS PAULISTAS E A SUSTENTABILIDADE DESSA POLÍTICA

Eduardo Antoniete Campanaro
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
eduardo.campanaro.adv@gmail.com

Alfredo José Machado Neto
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
alfredo@facef.br

Resumo

A população brasileira está envelhecendo. Projeta-se que a média nacional das pessoas com mais de 65 (sessenta e cinco) anos salte dos 7,4% em 2013 para 26,8% em 2060, o que sugere o desenvolvimento de políticas públicas específicas para essa importante parcela da população. Com efeito, se tem que conceito de Desenvolvimento, segundo Furtado (1980) possui duas vertentes: a primeira como evolução do sistema de produção, segundo o qual o progresso técnico torna mais eficiente, eficaz e eleva a produtividade da força de trabalho; o segundo voltado ao desenvolvimento humano, assim relacionado à satisfação das necessidades das pessoas, o que implica na garantia do mínimo existencial, alimentação moradia lazer entre outros. O objetivo do artigo é identificar as políticas públicas adotadas pelos Municípios de Franca, Araraquara, Bauru, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, com relação à isenção de IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, em benefício das pessoas aposentadas ou com mais de 65 anos, verificar suas diferenças, impactos nas finanças públicas, como também sua sustentabilidade, ou seja, se tais políticas são capazes de garantir o mínimo existencial para a população idosa e, ao mesmo tempo, não comprometer o erário público, cujos recursos mantêm os serviços essenciais prestados pelos municípios pesquisados. Como procedimentos metodológicos adotou-se uma abordagem qualitativa e de caráter exploratório. O procedimento de coleta se deu com base na legislação dos municípios, em dados secundários obtidos do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil de 2013. O valor da renda para se obter o benefício da isenção em 2013 foi obtida mediante contato telefônico com servidores públicos dos municípios. O método de raciocínio adotado foi o dialético. Os resultados apontam que, se mantida a política atual, os Municípios de Franca, Ribeirão Preto garantem o mínimo existência, porém, suas finanças sofrerão impactos econômicos significativos, o que indica a insustentabilidade econômica dessa política. São José do Rio Preto apresentará um impacto menor nas finanças, porém preocupante. Sua política não garante o mínimo existencial e nem preserva as finanças públicas. Já os Municípios de Araraquara e Bauru terão impactos menores na arrecadação, todavia, a política pública por eles adotada não tem alcance expressivo, comprometendo o mínimo existencial. Conclui-se que o ideal é adotar uma política pública com uma base de isenção ampliada, porém, com concessão restritiva, ou seja, apenas para quem, de fato, precise, adotando-se o princípio da equidade horizontal utilizado na reforma tributária americana de 1986. Assim, acredita-se que seja possível desenvolver uma política pública voltada para o desenvolvimento humano preservando o aspecto econômico das finanças públicas.

064-2382

Palavras-chave. IPTU. Aposentados. Impactos. Arrecadação. Sustentabilidade

ABSTRACT: The Brazilian population is aging. It is projected that the national average of people over 65 (sixty-five) jump of 7.4% in 2013 to 26.8% in 2060, suggesting the development of specific public policies for this important segment of the population. The aim of the paper is to identify the public policies adopted by the Municipalities of Franca, Araraquara, Bauru, Ribeirão Preto and São José do Rio Preto, with respect to the exemption from property tax - Property Tax and Urban Land, or for the benefit of retired people over 65, verify their differences, impacts and sustainability in public finances, ensuring the existential minimum Elder without compromising the public purse. The methodological procedures we adopted a qualitative and exploratory approach. The collection procedure was made based on the laws of municipalities, on secondary data obtained from the IBGE - Brazilian Institute of Geography and Statistics, the Atlas of Human Development in Brazil 2013 and the Court of the State of São Paulo. The amount of income to obtain the exemption in 2013 was obtained by telephone contact with civil servants of municipalities that in the case of the municipality of Franca also provided data on requests for exemption. The method adopted was the dialectical reasoning. The results differentiate the scope of the policy adopted in each of the municipalities surveyed, as well as the sustainability or otherwise of their policies.

Keywords: Taxes. Retirees. Impacts. Storage. sustainability

Introdução

O envelhecimento é uma realidade que acomete a todos. A vivacidade e o esplendor da juventude aos poucos vão sendo substituídos pelas marcas do tempo, de sorte que os anos vividos, embora agracie o ser humano com grandes descobertas, conhecimento e experiência de vida, aos poucos lhe retira a força física e, muitas vezes, sua capacidade laboral e parte de suas habilidades mentais.

A população brasileira também está envelhecendo. A melhora da qualidade de vida tem permitido que as pessoas vivam mais, aumentando sua expectativa de vida.

Segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013), a população brasileira deverá chegar a 228,4 milhões de pessoas em até 2042.

Aponta o instituto que a expectativa de vida em 2013 está em 71,3 anos para homens e 78,5 anos para mulheres. Para 2041 está estimada em 80 anos para ambos os sexos.

Os estudos do IBGE (2013) indicam ainda que, em 2013, 7,4% da população possui mais de 65 anos, sendo certo que essa proporção poderá chegar, na média nacional, a 26,8% em 2060.

Em contrapartida, dado ao envelhecimento da população, os estudos projetam o crescimento da razão de dependência. Dos 46,0% para 2013, a expectativa é que a razão de dependência salte para 66,0% em 2060.

A razão de dependência representa a parcela da população sustentada pela parcela economicamente produtiva.

À vista dessa realidade, extrai-se o problema de pesquisa, qual seja, conhecer os impactos do envelhecimento sobre a arrecadação de IPTU para garantir a sustentabilidade da política de isenção. De fato, é necessário que a sociedade envide esforços para estabelecer diretrizes destinadas ao enfrentamento das diversas questões trazidas pela realidade do envelhecimento e crie, segundo SECCHI (2010, 02), formas para enfrentar problemas públicos.

O objetivo do artigo é identificar as políticas públicas contidas na legislação do IPTU - Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana de 05 (cinco) municípios paulistas, quais sejam, Franca, Araraquara, Bauru, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, em benefício da pessoa aposentada ou com mais de 65 anos

de idade, em especial a existência de isenção tributária, traçando um quadro comparativo entre elas, e verificar sua sustentabilidade ao longo do tempo em função das finanças públicas.

O capítulo primeiro aborda o IPTU – Imposto sobre a Propriedade Urbana como instrumento de política pública de desenvolvimento, em especial como política destinada a pessoas em estado de vulnerabilidade social, especialmente, aquelas que possuem mais de 65 (sessenta e cinco) anos.

Adota o conceito de Furtado (1980), segundo o qual, desenvolvimento contempla dois sentidos, o econômico e o humano. O econômico é definido como sendo a evolução do sistema de produção impulsionado pelo progresso técnico que torna eficiente, eficaz e eleva a produtividade do trabalho. Já o humano se relaciona com a satisfação das necessidades humanas.

Esclarece que a capacidade contributiva do IPTU é medida de forma objetiva, bastando, portanto, ter um imóvel para ser tributado, de sorte que, no momento de maior vulnerabilidade social, caso não haja uma política pública municipal que preserve o direito à moradia, ou seja, o mínimo existencial, a pessoa poderá perder seu imóvel por não ter condições financeiras de efetuar o pagamento do imposto.

Alerta, porém, que a política pública deve ser sustentável para não prejudicar as finanças públicas, do contrário, a Administração Municipal não terá recursos financeiros para prestar os serviços necessários à sua população.

O capítulo segundo traz os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa.

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e de caráter exploratório. O procedimento de coleta se deu com base na legislação dos municípios, dados secundários obtidos do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil de 2013. O valor da renda para se obter o benefício da isenção em 2013 foi obtida mediante contato telefônico com servidores públicos dos municípios que, no caso do Município de Franca, também disponibilizou dados sobre os pedidos de isenção. Já o método de raciocínio foi o dialético.

Por fim o capítulo três trata dos resultados obtidos. Mostra as diferenças na abrangência das isenções entre as políticas públicas adotadas nos municípios pesquisados como também a possível sustentabilidade ou não de suas políticas.

1 O IPTU - Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - como política pública de desenvolvimento e sua sustentabilidade

O desenvolvimento, nos dias de hoje, está incluído nas agendas de discussão das famílias, pequenas comunidades, cidades, Estados e de grupos de Estados, isso porque “as sociedades são desenvolvidas na medida em que nelas mais cabalmente o homem logra satisfazer suas necessidades e renovar suas aspirações” (Furtado, 1980, p. IX).

O conceito de desenvolvimento traz consigo, segundo Furtado (1980), dois sentidos.

O primeiro deles se relaciona com a evolução do sistema de produção, segundo o qual o progresso técnico torna mais eficiente, eficaz e eleva produtividade da força de trabalho.

O segundo sentido, voltado ao desenvolvimento humano, está relacionado à satisfação das necessidades das pessoas.

Não se pode deixar de salientar, ainda segundo Furtado (1980), que o desenvolvimento também possui forte elemento cultural e ideológico, pois, o que é considerado necessário para determinada sociedade, pode não ser para outra. É certo que as necessidades humanas elementares como alimentação, vestuário e habitação constituem inegáveis indicadores de satisfação das necessidades, todavia, o que a cultura de determinada sociedade indica como essencial pode se mostrar um desperdício para outra.

Embora as questões relacionadas ao desenvolvimento possam trazer consigo grande ambiguidade e complexidade em seus conceitos, trata-se de uma discussão atual, pois, está viva no dia a dia das pessoas.

Um marco dessas discussões é, sem dúvida, a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, expedida em 1986 pela Organização das Nações Unidas, cujo preâmbulo define o desenvolvimento como “um processo econômico, social, cultural e político abrangente”.

Por se tratar de um processo, deve, portanto, ser entendido como conquistas que vão sendo adquiridas ao longo do tempo e não como algo pronto e acabado.

Dentre os direitos previstos na Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento (1986), cabe-nos aqui destacar o direito à moradia.

Pelo art. 8º da referida Declaração, os Estados têm o dever de assegurar igualdade de oportunidades para todos no acesso aos recursos básicos, dentre eles a habitação.

No Brasil, como política para assegurar que a moradia familiar não seja suprimida para satisfazer dívidas, a Lei 8.009, de 20 março de 1990, assegura que imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, seja impenhorável e não responda por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza.

Todavia, traz exceções, dentre elas o IPTU - Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana.

O IPTU - Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana – é um imposto de competência municipal, nos termos do art. 156, inciso I da Constituição Federal, que incide sobre a propriedade urbana.

A capacidade contributiva do contribuinte de IPTU - Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana -, segundo o Supremo Tribunal Federal, “deve ser aferida a partir da propriedade imóvel individualmente considerada e não sobre todo o patrimônio do contribuinte”.

Portanto, para que existe a capacidade contributiva, basta que haja a manifestação objetiva da existência de uma riqueza, assim representada pela propriedade.

Como observa CARRAZA (2005, p. 84 e 85), a capacidade contributiva:

É objetiva porque se refere não às condições reais de cada contribuinte, individualmente considerado, mas às suas manifestações objetivas de riqueza (ter um imóvel, possuir um automóvel, ser proprietário de jóias ou obra de arte, operar em bolsa, praticar operações mercantis).

Isso significa que é a “capacidade contributiva sopesada em razão da existência de imóvel, e não da renda ou bens do contribuinte”. Portanto, em regra, o IPTU incide sobre o imóvel ainda que o contribuinte não tenha condições financeiras para pagamento.

O cálculo do valor a ser pago pelo imposto aqui referido se dá em razão do valor venal. Destarte, a base de cálculo do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano - não há qualquer relação com a renda do contribuinte, nos termos do art. 33 do Código Tributário Nacional.

Diante dessa situação, caso não haja o pagamento do IPTU - Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana-, o contribuinte poderá perder sua moradia familiar, ainda que seja única, mediante alienação judicial a ser realizada dentro de um processo executivo fiscal.

À vista dessa situação, muitas cidades, como política pública de desenvolvimento, têm editado leis para isentar do pagamento de IPTU - Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana – pessoas que estejam em estado de vulnerabilidade social, aposentados, portadores de deficiência, idosos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos, pensionistas ou até mesmo quem receba benefício assistencial de prestação continuada previsto na Lei Orgânica da Assistência Social.

Essa discussão ganha importância perante o grupo de pessoas com mais de 65 (sessenta e cinco) anos em razão do envelhecimento da população, pois, os estudos do IBGE indicam que essa população passará, segundo a média nacional, dos atuais 7,4% para os 26,8% do total da população em 2.060.

A média nacional da razão de dependência, por sua vez, consoante o estudo do IBGE, passará de 46,07% em 2013 para 66,00% em 2060, que coloca a população maior de 65 anos num importante grupo de vulnerabilidade social, apontando a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas específicas voltadas para a população idosa.

O Quadro 5 (p. 17 deste trabalho) mostra a evolução do envelhecimento da população e sua razão de dependência, quando avalia os impactos dessa política.

Considerando que não há relação direta entre a capacidade contributiva do IPTU - Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana – e a renda do contribuinte, fica a cargo de cada Município a criação de políticas públicas tributárias para a defesa do mínimo existencial a fim de assegurar o direito à moradia, mormente quando a pessoa esteja em situação de dependência e, em razão da idade, não tenha renda suficiente ou quando suas forças físicas deixam-na excluída do processo produtivo.

De fato, “o mínimo existencial é a parcela de riqueza insuscetível de tributação, pois, não revela capacidade contributiva”, já que é destinada a satisfazer as necessidades fundamentais da pessoa humana, conforme Roland 2006, p. 84).

De outro lado, adota-se o conceito estatal de políticas públicas embora o Estado seu agente exclusivo. Segundo esse entendimento, “o conceito de políticas públicas exige a presença e a ação estatais para dar a elas o sentido de abrangência e não-exclusividade de seus resultados”, (BUCCI, 2006. p. 88), mormente quando se trata de política tributária.

Mendes et al (2010, p. 05) salienta que “o processo de formulação e de implementação de políticas públicas é eminentemente político” e, assim como GONÇALVES (2006, p. 88), admite que a definição e a organização das políticas públicas são influenciadas por grupos sociais.

À vista dessa situação, como diretriz de política pública para atender um importante grupo social em estado de vulnerabilidade, aqui consideradas as pessoas aposentadas ou com mais de 65 (sessenta e cinco) anos, surgem as leis municipais de isenção de IPTU - Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana –.

Ora, se de um lado, as leis de isenção de pagamento de IPTU constituem num importante instrumento de política pública de desenvolvimento humano para contribuir que as pessoas beneficiadas não percam sua moradia pela falta de pagamento do imposto, justamente num momento em que a pessoa se encontra numa situação de dependência, é fato que com o envelhecimento da população e, conseqüentemente, com o aumento dos casos de isenção, os Municípios terão sua receita tributária de impostos diminuída.

Assim, se a média da população brasileira de pessoas com mais de 65 (sessenta) e cinco anos pode saltar dos atuais 7,4% para 26,8%, os Municípios que adotam uma política pública de isenção total para esse grupo social poderão sofrer uma redução de receita, observada a média nacional, de 19,4%.

Em razão disso, as consequências para as finanças dos municípios são preocupantes.

Com efeito, as receitas de impostos próprias dos Municípios, excetuadas as transferidas, nos termos do art. 155 da Constituição Federal, são o IPTU - Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana –, ISS – Imposto sobre Serviços e ITBI – Imposto sobre transmissão de Bens Imóveis, oneroso.

Portanto, persistindo essa política, os governos municipais poderão sofrer uma forte redução de suas receitas e, com isso, ter dificuldades para executar os serviços públicos municipais, como saúde, educação, coleta de lixo, manutenção das praças e vias públicas, fiscalização das atividades urbanas, entre outros.

Diante dessa situação, torna-se indispensável a análise de indicadores da política pública aqui tratada para identificar se ela é ou não sustentável.

FARFUS et al (2010, p. 99 a 101) aponta um modelo de análise de sustentabilidade de desenvolvimento proposto pelo economista europeu Paul Erkins denominado de “Four Capitals Model” (4KM) segundo o qual a promoção do bem-estar das sociedades dependem do equilíbrio entre as dimensões ou fatores econômico, humano, social e natural.

Segundo FARFUS et al (2010, p. 100):

Para a metodologia de avaliação do 4KM, o desequilíbrio em qualquer um dos capitais pode gerar impactos negativos na sociedade. Então, o desenvolvimento será considerado sustentável somente se as reservas de todos os capitais – per capita – permanecerem constantes ou todos aumentarem proporcionalmente ao longo do tempo.

No caso do IPTU, as reservas do capital humano, o envelhecimento da população pode trazer o desequilíbrio entre as dimensões humana e econômica, pois, o número de beneficiários aumenta, de um lado, e a arrecadação, de outro, diminui na mesma proporção.

Portanto, ante a falta de equilíbrio entre o capital humano, consistente no bem-estar proporcionado pela isenção, e o capital econômico, assim compreendido pela manutenção da capacidade de arrecadação, a política pública analisada se tornará insustentável na medida em que o envelhecimento da população brasileira for se tornando expressivo.

Destarte, preservado a isenção total para o mínimo existencial, a sustentabilidade da política passa pela adoção de faixas de isenção em conformidade com os princípios da equidade horizontal, adotados na reforma tributária americana de 1986.

Assim, a isenção total permaneceria, apenas, para quem esteja abaixo do mínimo existencial, de sorte que os demais ficariam submetidos a faixas de isenção em função da renda.

2 Procedimentos metodológicos

A pesquisa possui abordagem qualitativa em que se procura compreender as políticas públicas para as pessoas aposentadas ou maiores de 65 anos previstas pelas leis municipais de IPTU dos municípios pesquisados, a saber: Franca, Araraquara, Bauru, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto e suas consequências perante as finanças públicas.

Com efeito, na abordagem qualitativa, segundo Chizzotti (2001, p. 80) “o pesquisador é um ativo descobridor do significado das ações e das relações que se ocultam nas estruturas sociais”.

Quanto aos objetivos da pesquisa possui caráter exploratório para se conhecer os fenômenos pesquisados. Para tanto, levantou-se também o entendimento teórico sobre os conceitos tanto de políticas públicas como de sua sustentabilidade.

A escolha dos municípios, população pesquisada, se deu por opção do pesquisador e pelo fato de todos serem sedes administrativas regionais no Estado de São Paulo, possuírem mais de 200 (duzentos) mil e menos de 700 (setecentos) mil habitantes e legislação que trata da isenção total ou parcial de IPTU - Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - para idosos ou aposentados.

Além da pesquisa bibliográfica, os procedimentos de coleta de dados se deram com base em dados secundários obtidos do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil de 2013 e dados de receita disponíveis no sítio da internet do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. A renda máxima de isenção para 2013 foi obtida mediante pesquisa na legislação do município, como também por contato telefônico com servidores públicos do setor responsável em cada município.

Os resultados quanto aos impactos nas finanças públicas foram obtidos mediante a comparação entre a renda máxima necessária para obter a isenção em cada um dos municípios selecionados e a respectiva renda per capita, tudo em função da taxa de envelhecimento da população e da razão de dependência projetada até 2060.

Também se levou em consideração, para estimar o impacto nas finanças públicas, fato de que os Municípios de Araraquara e Bauru isentarem apenas os aposentados por invalidez. Diante dessa situação, foi adotado o percentual médio de aposentadorias por invalidez no Brasil.

Foi também considerado o fato do Município de Araraquara adotar critério subjetivo, em função da renda, para a concessão do benefício de isenção para aposentados. Para isso foi considerado o percentual da população que se encontra em situação de pobreza.

Quanto ao método científico de raciocínio, embora se tenha partido de um problema de pesquisa, não se adota o método hipotético dedutivo de Popper, por se tratar de pesquisa relacionada às ciências sociais em que os testes de falseamento seriam de difícil aplicação.

Destarte, adota-se o método científico dialético. Lakatos e Marconi (1991, 79) citando Politzer et alii, que reproduz Salin, afirma que:

[...] a dialética parte do ponto de vista que os objetos e os fenômenos da natureza supõem contradições internas, porque todos têm um lado negativo e um lado positivo, um passado e um futuro; todos têm elementos que desaparecem e elementos que se desenvolvem; a luta desses contrários, a luta entre o velho e o novo, entre o que morre e o que nasce, entre o que perece e o que evolui, é o conteúdo interno do processo de desenvolvimento, da conversão das mudanças qualitativas em mudanças quantitativas.

No caso busca-se a interpretação dos contrários, a questões positivas e negativas, ou seja, as hipóteses em que se autoriza a isenção de IPTU para as pessoas aposentadas ou maiores de 65 anos e suas possíveis consequências perante as finanças públicas, enfim, o lado positivo e o negativo.

3 Resultados: A isenção do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano - para aposentados e pessoas maiores de 65 anos nos Municípios de Araraquara, Bauru, Franca, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto e sua sustentabilidade

A isenção tributária consiste, segundo Becker (2007, p. 325), “na formulação negativa da regra jurídica que estabelece a tributação”, ou seja, a existência de uma norma isentiva impede a ocorrência da incidência tributária.

O IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano -, por se tratar de um imposto de competência municipal, tem para cada Município uma legislação própria. Sendo assim, a isenção é disciplinada de forma diferente em cada um dos municípios pesquisados.

A legislação federal, no caso o Código Tributário Nacional, dispõe, apenas, quanto à definição do tributo, seu fato gerador, base de cálculo e contribuintes, mas não cria o tributo e nem disciplina suas peculiaridades, de sorte que todas as demais questões são estabelecidas segundo a política tributária do ente tributante.

Para o IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, no Município de Araraquara a isenção para aposentados está regulamentada no art. da Lei Complementar Municipal nº 17, de 01 de Dezembro de 1997. Em Bauru, a matéria está regulada pelas Leis Municipais 4.311/1998 e 4.510/1999. Toda a regulamentação foi consolidada no Decreto nº 10.645, de 10 de abril de 2008. Franca, por sua vez, regulamenta a matéria na Lei Complementar Municipal nº 107, de 20 de outubro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 129, de 25 de fevereiro de 2008. Já em Ribeirão Preto as questões são tratadas no Código Tributário Municipal, Lei Municipal 2.415, de 21 de janeiro de 1970 e alterações posteriores e Lei Complementar Municipal 2494, de 21 de dezembro de 2011. Por fim, São José do Rio Preto regulamenta a isenção na Lei Complementar Municipal nº 96, de 29 de dezembro de 1998 e Lei Complementar Municipal, de 15 de julho de 2003.

Para avaliar a política contida nas leis municipais que regulamentam de forma diferente as isenções para aposentados e pessoas maiores de 65 (sessenta e cinco anos), o próprio pesquisador elaborou uma classificação segundo as seguintes espécies: a) integralidade ou não da isenção; b) renda máxima do contribuinte; c) imóvel objeto da isenção; d) beneficiários e e) extensão a terceiros.

3.1 Isenção quanto à integralidade, à renda do contribuinte e ao imóvel

Nas leis pesquisadas, o benefício da isenção para pessoas maiores de 65 (sessenta e cinco anos) não é concedido de forma universal, ou seja, para todas as pessoas sem qualquer restrição, mas tão somente àqueles que se enquadram dentro de determinados requisitos.

Com efeito, cada lei traz determinadas restrições, segundo as quais, o benefício da isenção pode ser total ou parcial. O contribuinte, por sua vez, precisa, em determinadas leis, apresentar uma renda própria máxima para obter o benefício. Também se verifica em alguma das legislações a exigência da soma da renda do contribuinte com a renda de familiares. O imóvel objeto da isenção, para algumas legislações deverá ser o único do beneficiário, tendo, ainda, um limite de área construída. Há também a previsão de beneficiar ou não o usufrutuário.

O Quadro 1 demonstra os requisitos exigidos em cada uma das leis municipais.

Quadro 1 – Requisitos para isenção do IPTU

Município	Isenção		Exigência de Renda		Imóvel			
	Total	Parcial.	Indiv. ual.	Somada com outras pessoas			Área Construída	
					Único imóvel e moradia do contribuinte.	Beneficia o usufrutuário	Sim	M2
Franca	X	0	X	X	X	X	X	175,00
Araraquara	X	0	0	0	X	X	0	X
Bauru	X	0	X	0	X	X	X	100,00
Rib. Preto	X	0	X	0	X	X	0	X
S. J. R. Preto	0	X	X	0	X	X	0	X
TOTAL	4	1	4	1	5	5	2	-

Elaborado pelo próprio pesquisador.

Fonte: legislações municipais pesquisadas

Portanto, os Municípios de Franca, Araraquara, Bauru, Ribeirão Preto adotam a isenção total para os contribuintes que enquadram no perfil de beneficiário, enquanto que O Município de São José do Rio Preto permite apenas uma redução de 50% do valor a ser pago.

No que se refere ao fator renda, o Município de Franca exige que a renda do contribuinte seja somada à do cônjuge, enquanto que os demais não fazem essa exigência. No Município de Araraquara não há exigência de renda máxima, pois, benefício é concedido de forma individualizada, desde que comprovada a necessidade em laudo social.

Todos os municípios exigem que o imóvel seja utilizado como moradia do contribuinte e beneficiam o usufrutuário. Não se considera usufrutuário como terceiro porquanto ser ele contribuinte do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano.

Apenas os municípios de Franca e Bauru exigem uma metragem máxima de área construída para conceder o benefício.

3.2 Quanto aos beneficiários

Para efeito de ser considerado como beneficiário, as legislações pesquisadas tratam de forma diferente as modalidades de aposentadoria, pensionistas, beneficiários do benefício assistencial BPC – Benefício de Prestação Continuada e pessoas que, mesmo não sendo aposentadas, sejam maiores de 65 anos.

O Quadro 2 apresenta as diferenças entre cada uma das legislações.

Quadro 2 – Beneficiários das Isenções

Município	Aposentados		Pensionista		Maior de 65 anos – mesmo não aposentado		Benefícios assistenciais como BPC e Renda Mensal Vitalícia	
	Invalidez	Outras espécies	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Franca	X	X	X	0	0	X	X	0
Araraquara	X	0	X	0	0	X	0	X
Bauru	X	0	0	X	X	0	0	X
Rib. Preto	X	X	X	0	0	X	0	X
S. J. R. Preto	X	X	X	0	0	X	0	X
TOTAL	5	3	4	1	1	4	1	4

Elaborado pelo próprio pesquisador

Fonte: legislações municipais pesquisadas

Sendo assim, verifica-se que todos os municípios adotam como beneficiários da isenção os aposentados por invalidez. Apenas os municípios de Franca, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto beneficiam as demais modalidades de aposentadoria. Os pensionistas dos beneficiários da isenção são agraciados nos Municípios de Franca, Araraquara, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto.

3.3 Quanto à extensão do benefício a outras pessoas

Com a morte do beneficiário, algumas legislações estendem o benefício ao cônjuge viúvo, filhos menores, inválidos, deficientes, conforme o Quadro 3.

Quadro 3 – Extensão do Benefício

Município	Cônjuge viúvo, filhos menores, inválidos, deficientes.	
	Sem restrição	Apenas pensionista
Franca	0	X
Araraquara	0	X
Bauru	0	0
Rib. Preto	X	0
S. J. R. Preto	0	X
TOTAL	1	3

Elaborado pelo próprio pesquisador

Fonte: legislações municipais pesquisadas

Portanto, no Município de Ribeirão Preto, o benefício é estendido ao cônjuge viúvo, filhos menores, inválidos e deficientes sem qualquer restrição. Já nos Municípios de Franca, Araraquara e São José do Rio Preto apenas se forem pensionistas.

4 Possíveis impactos até 2060 das políticas públicas de isenção nos municípios pesquisados

Para se projetar os possíveis impactos das políticas públicas tributárias em favor de aposentados e pessoas com mais de 65 anos possam causar nas contas públicas dos municípios ante o envelhecimento da população, comparou-se a renda máxima exigida para a isenção com a renda per capita de cada um dos Municípios, conforme quadro abaixo.

Foi levada em consideração a renda per capita trazida pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) do PNUD - Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento.

Considerando que os dados do Atlas Brasil são de 2010, foi efetuada a atualização monetária da renda em conformidade com a tabela prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Quadro 4 – Renda máxima para obtenção do benefício

Município	Renda			
	Máxima exigida para isenção	Per capita – 2010	Per capita atualizada 2013**	Salário Mínimo
Franca	1.501,50	846,57	1058,46	678,00
Araraquara	0,00*	1.080,66	1.351,14	678,00
Bauru	1.100,36	1.163,86	1.455,17	678,00
Rib. Preto	1.500,00	1.314,04	1.642,93	678,00
S. J. R. Preto	1.356,00	1.169,16	1.461,70	678,00

Elaborado pelo próprio pesquisador.

Fonte: Atlas Brasil 2013 – Pnud; Legislações Municipais pesquisadas; Decreto Federal 7.872, de 26 de dezembro de 2012; Informações das Secretarias dos Municípios.

*Deferimento por avaliação social da necessidade

** Tabela de atualização monetária do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

No Quadro 4 constata-se que a renda máxima exigida para se obter o benefício da isenção do IPTU é superior à renda per capita. Portanto, com exceção do Município de Araraquara é possível que uma parte expressiva dos aposentados faça jus ao benefício da isenção.

No Município de Araraquara o deferimento do benefício se dá mediante um critério subjetivo, segundo o qual a isenção somente é concedida mediante comprovação de necessidade em laudo social.

Para os demais municípios pesquisados, uma vez constatado que a renda máxima para obter o benefício da isenção é superior à renda per capita média, conclui-se que nesses municípios o benefício poderá provocar um impacto maior nas finanças públicas.

Comparando-se a renda máxima exigida para ser beneficiário da isenção com o piso nacional salarial, a proteção legal nos Municípios de Franca e Ribeirão Preto sugere que está acima do mínimo existencial, pois, supera o salário mínimo do país em mais de duas vezes.

À vista desses dados cabe doravante avaliar os impactos que essas políticas podem provocar nas finanças públicas dos Municípios pesquisados.

Conforme levantamento do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a população com mais de 65 (sessenta e cinco) anos no Brasil, em média, passará de 6,78% em 2010 para 26,77% em 2.060. A razão de dependência dessa mesma população de 10,03% em 2010, passará para 44,44%, em 2.060.

Se considerada a população jovem, a razão de dependência aumenta ainda mais. Dos 47,76% em 2010 subirá para 66,00%, ou seja, apenas 44% da população em 2060 será economicamente ativa.

O Quadro 5 apresenta essa evolução.

Quadro 5 – Evolução da faixa etária das pessoas com mais de 65 anos da população brasileira e sua razão de dependência

	Valores em percentuais da população com mais de 65 anos e sua razão de dependência							
	2010 > 65 – Brasil	2013 > 65 – Brasil	2018 > 65 – Brasil	2023> 65 – Brasil	2028 > 65 – Brasil	2060 > 65 – Brasil	Razão Dep. 2010 Brasil	Razão Dep. 2060 Brasil
	6,78	7,40	8,77	15,07	12,58	26,77	10,03	44,44
Razão de dependência total da população – jovens + idosos			2010	2013	2018	2023	2028	2060
			47,76	46,07	43,94	43,36	44,33	66,00

Elaborado pelo próprio pesquisador - Fonte: IBGE

Tomada de forma individualizada a população com mais de 65 anos em cada um dos municípios pesquisados e aplicada a mesma proporção de envelhecimento da média nacional, a projeção para a população com mais de 65 anos é ainda maior em conformidade com o Quadro 6.

Referido quadro apresenta o percentual de pessoas com mais de 65 (sessenta e cinco) anos nos Municípios pesquisados em conformidade com o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2013). Também traz o percentual que essa faixa etária ocupa no total da população e sua razão de dependência segundo os dados do IBGE (2013).

Quadro 6 – Evolução da população maior de 65 anos e sua razão de dependência nos Municípios pesquisados

Município	> 65 local – 2010 segundo o Atlas Brasil 2013 do PNUD	> 65 Brasil – 2010 – segundo o IBGE	> 65 anos Brasil – 2060 – segundo o IBGE	> 65 – Projeção local para 2060 – aumento proporcional ao Brasil – 2060	Razão de dependência da população idosa Brasil – 2060 segundo o IBGE	> 65 anos - Projeção do razão de dependência local proporcional ao Brasil - 2060 -
Franca	7,6	6,78	26,77	30,00767	44,44	49,23484
Araraquara	9,12	6,78	26,77	36,0092	44,44	55,84237
Bauru	9,12	6,78	26,77	36,0092	44,44	55,84237
Rib. Preto	8,67	6,78	26,77	34,23243	44,44	54,12761
S. J. R. Preto	9,47	6,78	26,77	37,39114	44,44	57,0634

Quadro elaborado pelo próprio pesquisador

Fonte: IBGE e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 do PNUD. As projeções foram feitas pelo pesquisador.

Para projetar a população local e a razão de dependência em 2060 em cada um dos municípios pesquisados, o pesquisador calculou a proporção de crescimento da faixa etária com mais de 65 (sessenta e cinco) anos da população nacional. Posteriormente, projetou esse mesmo percentual para obter a expectativa da população idosa e sua razão de dependência nos Municípios pesquisados.

Portanto, no Município de Franca, projeta-se para 2060 que 30% da população tenha mais de 65 anos. Araraquara e Bauru a expectativa é 36%, enquanto que Ribeirão Preto e São José do Rio Preto 34,23% e 37,39% respectivamente.

Diante dessa situação, se considerados os dados acima levantados e, principalmente o fato da renda per capita ser inferior à renda máxima para se obter o benefício da isenção, os municípios de Franca, Ribeirão Preto poderão sofrer uma redução de suas receitas tributárias de IPTU em 30% e 34,23% ou mais até 2060, conforme será abaixo demonstrado.

Isso porque nesses municípios a isenção abrange todas as modalidades de aposentadoria e pensão.

Agora, se em 2060, caso seja mantida a política atual e os deferimentos de isenção se comportarem dentro das proporções atuais, o comprometimento da receita de IPTU será um pouco menor, ou seja, de 19,64847%, todavia, extremamente preocupante, pois, ainda assim sugere a insustentabilidade da política, nos termos do Quadro 7.

Quadro 7 – Projeção do comprometimento da receita de IPTU em 2060 caso o comportamento das isenções permanecerem dentro dos padrões atuais no Município de Franca.

População > de 65 anos em 2010	População > 65 anos com pedido deferido em 2013	% da população aposenta que possui o benefício em 2013	População > de 65 anos em 2060	Projeção da população > 65 beneficiada em 2060	% da receita com isenções em 2013	Impacto projetado para 2060
7,6%	2,774%	36,512%	30,00%	10,953%	4,977%	19,64%

Elaborado e calculado pelo próprio pesquisador com base nos dados do IBGE, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 do PNUD, Divisão de Cadastro Físico da Prefeitura de Franca e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Dos municípios pesquisados, o único município que indicou na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013 e 2014 os valores estimados para a renúncia de receita é o Município de Ribeirão Preto.

No entanto, o Município de Franca disponibilizou os dados relativos aos benefícios de isenção concedidos para aposentados no exercício de 2013, conforme Quadro 8.

Quadro 8 – Impacto das isenções para aposentados na receita de IPTU no Município de Franca

Exercício	Isenções de IPTU concedidas a aposentados	Receita Orçamentária de IPTU em 2013 segundo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Impacto das isenções nas receitas de IPTU
2013	2.626.861,18	52.773.505,55	4,9776136%

Elaborado pelo próprio pesquisador

Fonte: Divisão de Cadastro Físico da Prefeitura de Franca e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

A população da cidade de Franca, segundo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) do PNUD, é de 318.640 mil habitantes em 2010. Em 2013 foram contemplados 8.842 contribuintes. Sem considerar o crescimento populacional entre 2010, o total de deferimentos representa 2,7749% da população.

Sendo assim, conclui-se que 2,77749% da população consome, em isenções, 4,977% das receitas de IPTU no Município de Franca, sem considerar o crescimento populacional. Do mesmo modo, se mantida a política atual e os deferimentos de isenção em 2060 observarem as proporções atuais, o comprometimento da receita de IPTU será de 19,64847%.

O Município de Ribeirão Preto¹², por sua vez, apresenta uma arrecadação efetiva de IPTU de R\$ 195.590.865,75 (cento e noventa e cinco milhões, quinhentos e noventa mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e setenta e cinco centavos) para 2013, conforme seu portal da transparência da rede mundial de computadores.

Os anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013, Lei Municipal 12.833, de 25 de julho de 2012, por sua vez, apresenta uma estimativa de renúncia de receita de IPTU R\$ 13.622.647,00, aproximadamente, 6,98% da arrecadação.

Pela lei aqui referida, a projeção para 2014 e 2015 é de, respectivamente, R\$ 14.440.000,00 e 15.306.407,00, sugerindo um crescimento vegetativo de 6% (seis por cento ao ano).

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013 não especifica o impacto individualizado de cada uma das isenções, porém, mostra que, em razão do crescimento vegetativo da renúncia de receita de IPTU precisa de ser acompanhado ao longo do tempo, pois, trata-se de valores significativos, mesmo

¹² <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/transparencia/rarrecada/i30rarrecada2013.pdf>

considerando que parte das pessoas acima de 65 (sessenta e cinco anos) possuem, de fato, renda superior à proteção legal ou simplesmente não requerem o benefício.

Todavia, uma ressalva há de ser feita. A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014, Lei Municipal 13.032, de 29 de julho de 2013, não reproduz os dados do exercício anterior. Todavia, também não traz qualquer explicação a respeito da divergência. Para o mesmo exercício de 2014, enquanto a Lei Municipal 12.833, de 25 de julho de 2012 projetava uma renúncia de receita de IPTU de R\$ 14.440.000,00, a Lei Municipal 13.032, de 29 de julho de 2013, projetou uma renúncia de R\$ 5.070.000,00.

Quanto ao Município de São José do Rio Preto, considerando que a isenção é a metade do imposto devido, o impacto da redução da receita projetado para 2060 será de 18,69%.

Para o município de Bauru, que adota a isenção do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano apenas para a aposentadoria por invalidez, o impacto será bem menor.

Conforme AZEVEDO (2012), apenas 18% do total das aposentadorias são por invalidez. Destarte, o impacto da redução de receita de IPTU em 2060 será de apenas 6,48%, ou seja, 18% sobre a população maior de 65 (sessenta e cinco) anos.

Araraquara, por sua vez, além de prever a isenção apenas para aposentados por invalidez, adota um critério subjetivo, qual seja, condiciona a concessão de isenção apenas para as pessoas que, de fato, desde que comprovado em laudo de assistência social.

Conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) do PNUD, a pobreza extrema no Município de Araraquara em 1991 que era de 1,53% da população passou para 2,07% em 2000 e para 0,53% em 2010.

Portanto, se considerado, como critério de isenção, o percentual da pobreza extrema sobre o projeção dos aposentados por invalidez, ou seja, 0,53% sobre 6,48%, o envelhecimento da população não terá impacto significativo na arrecadação do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano para esse Município, pois, seria apenas de 0,034344%.

5 Limitações da pesquisa

A pesquisa se limitou à análise da legislação disponível na rede mundial de computadores.

Em razão da renda per capita ser inferior à renda exigida pelas legislações municipais, para efeito do cálculo do impacto se considerou a projeção de todos os aposentados, todavia, de fato, poderá haver pessoas com mais de 65 (sessenta e cinco) anos tenham renda superior à proteção legal.

Considerando que não se tem o ponto médio do valor venal dos imóveis de cada município e o ponto médio do valor venal dos aposentados, para efeito de projeção do impacto nas finanças públicas, se considerou todos os aposentados como sendo contribuintes de IPTU.

Também para efeito de projeção do impacto se considerou como aposentados pessoas com mais de 65 (sessenta e cinco) anos, idade máxima adotada para a aposentadoria por idade em conformidade com a Lei 8.213, de 24 de julho de 1991.

Apenas o Município de Franca disponibilizou dados para projetar o impacto reais na receita de IPTU em 2060 caso sejam mantidas as proporções atuais.

Conclusão

Com efeito, a sustentabilidade do desenvolvimento pressupõe o equilíbrio de suas dimensões, quais sejam, econômico, humano, social e natural, nos termos do modelo 4KM.

A manutenção das políticas atuais para isentar as pessoas maiores de 65 anos e aposentadas indicam possível insustentabilidade ao longo do tempo nos Municípios de Franca e Ribeirão Preto, pois, tendem a provocar forte impacto na arrecadação dos tributos.

Caso todos os aposentados venham solicitar o benefício, a redução da receita de IPTU poderá chegar a 30,00% e 34,24%, ou mais, nos Municípios de Franca e Ribeirão Preto, respectivamente em 2060.

Embora o Município de Franca disponha de dados, não projeta a renúncia de receita por conta dos benefícios aos aposentados na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o que prejudica o planejamento.

No entanto, considerando os dados fornecidos, o pesquisador calcula que, se mantidas as proporções atuais, o comprometimento da receita de IPTU poderá ser de 19,64% no Município de Franca em 2060. Apesar de menor, o impacto nas finanças públicas pode comprometer a sustentabilidade da política adotada.

Já a projeção para a redução da receita de IPTU no Município de São José do Rio Preto poderá chegar a 18,7%, pois, o benefício é de, apenas, 50% do tributo devido, todavia, ainda sugere estudos para alteração.

No Município de Araraquara, considerando os baixos índices de miserabilidade daquele município e o aspecto subjetivo da concessão que condiciona a comprovação da necessidade em laudo social, não terá impactos significativos, ao contrário, considerando os compromissos assumidos pelo Brasil perante a ONU – Organização das Nações Unidas – nos objetivos do milênio, entre eles a erradicação da pobreza, o impacto poderá ser insignificante.

Para Bauru, considerando que o impacto está limitado à aposentadoria por invalidez, o impacto fiscal projetado também não é expressivo para 2.060, qual seja, 6,48%.

Com efeito, os resultados apontam que, se mantida a política atual, os Municípios de Franca, Ribeirão Preto garantem o mínimo de existência, porém, suas finanças poderão vir a sofrer impactos econômicos significativos, o que indica possível insustentabilidade econômica dessa política.

São José do Rio Preto apresentará um impacto menor nas finanças, porém preocupante. Sua política não garante o mínimo existencial e nem preserva as finanças públicas, pois, sua legislação prevê apenas um desconto uniforme. Portanto, aqueles que não possuem condições financeiras reais de pagamento continuarão desprotegidos, enquanto que as finanças públicas continuarão sofrendo forte impacto com o benefício fiscal.

Já os Municípios de Araraquara e Bauru poderão sofrer impactos menores na arrecadação, todavia, a política pública por eles adotada não tem alcance expressivo, comprometendo o mínimo existencial.

Por fim, conclui-se que todas as políticas públicas pesquisadas merecem atenção, estudo e acompanhamento.

Destarte, o ideal, para que haja uma sustentabilidade quanto ao desenvolvimento humano e econômico, é que todos os municípios garantissem o mínimo existencial.

No mais, fossem modificados os critérios para deferimento do benefício fiscal a fim de combinar o critério subjetivo adotado pelo Município de Araraquara com a progressividade da isenção em função de faixas de renda nos termos da equidade horizontal, de forma que somente aqueles que, de fato, precisassem, fossem agraciados pela isenção.

Referências

ARRAQUARA. [Lei Complementar Municipal nº 17, de 01 de dezembro de 1997](http://www.araraquara.sp.gov.br/ImageBank/FCKEditor/file/imprensa01/2013/FAZENDA/C%20T%20M%20LEI%20845%20de%2004%2011%202013.pdf). Disponível em <http://www.araraquara.sp.gov.br/ImageBank/FCKEditor/file/imprensa01/2013/FAZENDA/C%20T%20M%20LEI%20845%20de%2004%2011%202013.pdf>. Acesso em 22 dez 2013.

ATLAS BRASIL. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 do PNUD - Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento. Disponível em <http://www.pnud.org.br/>. Acesso em 19 dez. 2013.

AZEVEDO. Reinado. Governo quer reduzir benefícios em caso de aposentadoria por invalidez. 03.12.2012. Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/governo-quer-reduzir-beneficios-em-casos-de-aposentadoria-por-invalidez/>. Acesso em 21 dez 2013

BAURU. A Nova Consolidação da Legislação Tributária do Município de Bauru. Decreto Municipal nº 10.645, de 10 de abril de 2008. Disponível em http://www.bauru.sp.gov.br/arquivos/arquivos_site/sec_financas/legislacao_arquivos/bauru_consolidacao_2008.pdf. Acesso em 22 dez 2013.

BECKER, Alfredo Augusto. Teoria Geral do Direito Tributário. 4.ª ed. São Paulo : Noeses, 2007.

BRASIL. **Código Tributário Nacional (1966)**. [Lei Nº 5.172, de 25 de outubro de 1966](#). Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 27 de outubro de 1966 e retificado em 31.10.1966.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. [Decreto nº 7.872, de 26 de dezembro de 2012](#). Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 26 de dezembro de 2012.

BRASIL. [Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990](#). Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 30 de março de 1990.

BRASIL. Lei 8.213, de 24 de julho de 1991. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 27 de julho de 1991.

BRASIL. [Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993](#). Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 08 de dezembro de 1993.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **AGRAVO DE INSTRUMENTO AI nº 532833 / SP - SÃO PAULO**. Agravante: PÉRICLES ANTÔNIO DE CARVALHO. Agravado: MUNICÍPIO DE GUARULHOS. Relator Min. LUIZ FUX. Brasília/DF. 09 de abril de 2012. DJe-074 DIVULG 16/04/2012 PUBLIC 17/04/2012

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO nº. ARE 643686 RG / BA – BAHIA. Recorrente MUNICÍPIO DE Salvador. Recorrido:



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT. Relator Min. **DIAS TOFFOLI**. Brasília/DF. 11 de abril de 2013. DJe-083 DIVULG 03-05-2013 PUBLIC 06-05-2013

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001 (Biblioteca da educação; série 1. Escola; v. 16)

CARRAZZA, Roque Antônio. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. 20ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

FARFUS. Daniele et al. **Indicadores de desenvolvimento sustentável que não geram índices**. In: SILVA. Christian Luiz da Silva; SOUZA-LIMA, José Edmilson (Orgs). **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010. 176p

GONÇALVES, Alcindo. Políticas Públicas e Ciência Política. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (org). **Políticas Públicas Reflexões sobre o conceito**. São Paulo: Saraiva, 2006.pp.75-96

FRANCA. **Lei Complementar Municipal nº 107**, de 20 de outubro de 2006. Publicada no Jornal Comércio da Franca de 25.10.2006.

FRANCA. **Lei Complementar Municipal nº 129**, de 25 de fevereiro de 2008. Publicada no Jornal Comércio da Franca de 27.02.2008.

FURTADO. Celso. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

GONÇALVES. Alcindo. **Políticas Públicas e Ciência Política**. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (Org). **Políticas Públicas Reflexões sobre o conceito**. São Paulo: Saraiva, 2006. PP. 75-96.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População Brasileira deve chegar ao máximo (228,4 milhões) em 2042**. Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&idnoticia=2455&busca=1&t=populacao-brasileira-deve-chegar-maximo-228-4-milhoes-2042>. Acesso em: 15 out. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeção da população por sexo e idade**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default_tab.shtm . Acesso em: 19 dez 2013.

LAKATOS. Eva Maria, MARCONI. Marina de Andrade. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MENDES. Ana Maria Coelho Pereira et al. **Políticas públicas, desenvolvimento e as transformações do Estado Brasileiro**. In: SILVA. Christian Luiz da Silva; SOUZA-LIMA, José Edmilson (Orgs). **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010. 176p

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre o direito ao desenvolvimento** (1986).



PORTAL BRASIL. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.** Disponível em <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio> . Acesso em 23 dez. 2013.

RIBEIRÃO PRETO. **Portal da Transparência: receita arrecadada - exercício de 2013.** Disponível em <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/transparencia/rarrecada/i30rarrecada2013.pdf> Acesso em 17 ago 2014.

RIBEIRÃO PRETO – **Lei Municipal 12.833, de 25 de julho de 2012.** Disponível em <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/leis/pesquisa/ver.php?id=34326> . Acesso em 17 ago 2014.

RIBEIRÃO PRETO – **Lei Municipal 13.032, de 29 de julho de 2013.** Disponível em <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/splan/a-publica/ldo/2014-lei-ldo.pdf> . Acesso em 17 ago 2014.

RIBEIRÃO PRETO – **CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL CONSOLIDADO E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR – 2008.** Disponível em <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/sfazenda/codtrib/i30ctm-consolidado.pdf> . Acesso em 22 dez 2013.

RIBEIRÃO PRETO – **Lei Complementar Municipal nº 2494, de 21 de dezembro de 2011.** Publicada no Diário Oficial do Município de 22.12.2011. Disponível em <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/principaln.php?pagina=/leis/pesquisa/pesquisa.php> . Acesso em 22 dez 2013.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Lei Complementar Municipal nº 096, de 29 de dezembro de 1998.** Disponível em <http://www.riopreto.sp.gov.br/PortalGOV/do/subportais>Show?c=58159> . Acesso em 22 12 2013.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Lei complementar Municipal nº 169, de 15 de julho de 2003.** Disponível em <http://www.riopreto.sp.gov.br/PortalGOV/do/subportais>Show?c=58159> . Acesso em 22 12 2013.

SECHI. Leonardo. **Políticas Públicas.** Conceitos. Esquemas de análise. Casos práticos. São Paulo: Cengage Learning. 2010.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Tabela de Débitos Judiciais.** Disponível em <http://www.tjsp.jus.br/Download/Tabelas/TabelaDebitosJudiciais.pdf> . Acesso em 21 dez 2013.



MULHERES NEGRAS E EDUCAÇÃO: DESCONSTRUINDO ESTEREÓTIPOS

Tais Pereira de Freitas

Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" - UNESP Franca

taispfreitas@hotmail.com

Helen Barbosa Raiz Engler.

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais UNESP campus Franca

helenraiz@hotmail.com

Resumo

O presente texto objetiva discutir a presença da mulher negra nas práticas educativas no Brasil, apontando elementos que permitem o questionamento da historiografia oficial que reserva a essas mulheres papéis estereotipados e solidificados no imaginário social do país. A partir de pesquisa bibliográfica, aponta-se que as mulheres negras sempre estiveram presentes na educação do povo brasileiro, educação essa que não limita-se ao espaço formal da escola, mas que se traduz também na proposta de possibilitar que o ser humano, particularmente a criança e o adolescente, se desenvolva no meio em que vive, que aprenda vivências e experiências que não estão escritas ou sistematizadas, mas assim mesmo essenciais à sua sobrevivência no determinado espaço geográfico e temporal. Dessa forma, com esse paradigma de educação que não se limita exclusivamente ao ambiente escolar, com professor e aluno em espaço destinado para tal fim, mas compõe-se de dimensões que vão desde como alimentar-se, vestir-se, falar, até ao comportamento adequado às diversas relações sociais estabelecidas, é possível o entendimento de que durante os primeiros séculos de Brasil, a responsabilidade para essa educação era das famílias e isso acarretava diferenças significativas, visto que cada família tinha sua própria maneira de “educar”, e essa variava de acordo com aspectos culturais e econômicos. Tal proposta de cuidado e educação dentro de casa foi levada a cabo nos primeiros séculos de Brasil principalmente pelas amas, que eram responsabilizadas por todas as tarefas em relação às crianças, alimentá-las, vesti-las, orientá-lhes as brincadeiras, enfim, cercá-las de todos os cuidados necessários ao seu desenvolvimento. As amas, em sua maioria mulheres negras, foram, portanto, personagens da educação no Brasil, pois mesmo que alguns anos após a Abolição da Escravatura em 1888, umas poucas mulheres negras tenham conseguido exercer a função de professoras no sistema de educação formal desenvolvido no ambiente escolar, a presença delas no processo de educação do povo brasileiro pode ser visualizada bem antes disso, nessa dimensão da educação das quais as amas se ocupavam, que se processa no cuidado com a socialização primária da criança, favorecendo as condições para que ela aprenda as vivências da sociedade onde está inserida. Era a mulher negra, ama-de-leite ou ama seca, a responsável por ensinar as crianças brancas as primeiras palavras, os primeiros passos, os primeiros costumes, e nesse contexto, a formação cultural brasileira vai se modificando, se constituindo de maneira diferente daquela encontrada em Portugal. Assim, antes de ser alfabetizada pelos jesuítas, fosse nos colégios ou mesmo nas lições tomadas na casa grande, a criança, em especial o menino branco (já que para as meninas a educação voltava-se quase que exclusivamente para as prendas domésticas) já havia recebido uma educação, que não a de sua família. Uma educação repleta de histórias, lendas, brincadeiras e que conforme pode ser encontrado nas propostas pedagógicas atuais, era fundamental para o desenvolvimento infantil, visto possibilitar a fantasia. Dessa forma, a proposta de reflexão apresentada, aponta para o protagonismo das mulheres negras na educação, buscando a desconstrução de estereótipos.

027-2345

Introdução

O texto ora apresentado objetiva discutir a presença da mulher negra nas práticas educativas no Brasil, apontando elementos que permitem o questionamento da historiografia oficial que reserva a essas mulheres papéis estereotipados e já solidificados no imaginário social do país. A partir de pesquisa bibliográfica, aponta-se que as mulheres negras sempre estiveram presentes na educação do povo brasileiro, educação essa que não limita-se ao espaço formal da escola, mas que se traduz também na proposta de possibilitar que o ser humano, particularmente a criança e o adolescente, se desenvolva no meio em que vive, que aprenda vivências e experiências que podem não estar escritas ou sistematizadas formalmente, mas assim mesmo essenciais à sua sobrevivência no determinado espaço geográfico e temporal.

Dessa forma, com esse paradigma de educação que não se limita exclusivamente ao ambiente escolar, com professor e aluno em espaço destinado para tal fim, mas compõe-se de dimensões que vão desde como alimentar-se, vestir-se, falar, até ao comportamento adequado às diversas relações sociais estabelecidas, é possível o entendimento de que durante os primeiros séculos de Brasil, a responsabilidade para essa educação era das famílias e isso acarretava diferenças significativas, visto que cada família tinha sua própria maneira de “educar”, e essa variava de acordo com aspectos culturais e econômicos.

Tal proposta de cuidado e educação dentro de casa foi levada a cabo nos primeiros séculos de Brasil principalmente pelas amas, que eram responsabilizadas por todas as tarefas em relação às crianças, entre elas alimentar, vestir, orientar as brincadeiras, enfim, cercá-las de todos os cuidados necessários ao seu desenvolvimento.

As amas, em sua maioria mulheres negras, foram, portanto, personagens da educação no Brasil, pois mesmo que, alguns anos após a Abolição da Escravatura em 1888, umas poucas mulheres negras tenham conseguido exercer a função de professoras no sistema de educação formal desenvolvido no ambiente escolar, a presença delas no processo de educação do povo brasileiro pode ser visualizada bem antes disso, nessa dimensão da educação das quais as amas se ocupavam, que se processa no cuidado com a socialização primária da criança, favorecendo as condições para que ela aprenda as vivências da sociedade onde está inserida.

Era a mulher negra, ama-de-leite ou ama seca, a responsável por ensinar as crianças brancas as primeiras palavras, os primeiros passos, os primeiros costumes, e nesse contexto, a formação cultural brasileira vai se modificando, se constituindo de maneira diferente daquela encontrada em Portugal.

Assim, antes de ser alfabetizada pelos jesuítas, fosse nos colégios ou mesmo nas lições tomadas na casa grande, a criança, em especial o menino branco (já que para as meninas a educação voltava-se quase que exclusivamente para as prendas domésticas) já havia recebido uma educação, que não a de sua família, exclusivamente. Uma educação repleta de histórias, lendas, brincadeiras e que conforme pode ser encontrado nas propostas pedagógicas atuais, era fundamental para o desenvolvimento infantil, visto possibilitar, entre outros aspectos, a imaginação. Dessa forma, a proposta de reflexão apresentada, aponta para o protagonismo das mulheres negras na educação, buscando, entre outros aspectos a desconstrução de estereótipos.

O Histórico da Negação: os elementos para a afirmação dos estereótipos

A proposta de reflexão aqui apontada busca ressaltar que a leitura costumeiramente realizada dos aspectos históricos no Brasil é tendenciosa, expressa uma intencionalidade que acaba por naturalizar papéis e fatos, que implica na permanência daquilo que conforme De Decca (1986) pode ser denominado “silêncio dos vencidos”.

Nesse contexto, dentre possibilidades de narrativa acerca da formação histórica do país, as leituras recorrentes continuam sendo aquelas oficialmente registradas, a dos ditos vencedores e, dessa forma tem-se a tentativa legada a cabo por anos de historiografia oficial em apagar a tradição oral das tribos indígenas e nações africanas.

Essa sistematização histórica oficial foi direcionada para deixar indígenas e africanos em segundo plano, intentando confinar os homens africanos às lavouras, “do lado de fora”, as mulheres “às cozinhas”. A história contada na versão oficial aponta como se indígenas e africanos houvessem apenas dado “uma contribuição” para a formação brasileira e não como povos que fizeram com o que o Brasil fosse desse jeito e não de outro.

Tais proposituras são mais perversas do que aparecem no imediato, uma vez que elas contribuem para o que foi colocado anteriormente, como a permanência do lugar determinado, a reprodução de papéis, mas agora com a legitimidade do discurso acadêmico, com o aval da historiografia oficial. A perversidade se configura na naturalização da desigualdade, ou seja, o entendimento de que, se sempre foi assim, se a história registra que era assim, estão mais do que evidenciadas as impossibilidades de mudança.

Todavia, mesmo nos documentos registrados a partir dessa ótica senhorial, tem-se elementos que por vezes escapam aos olhos, voluntária ou involutariamente e assim, é preciso olhar de novo, e, buscar enxergar que, mesmo nessa história assim contada, existem elementos que permitem outras interpretações, outras leituras e abordagens.

No que diz respeito á mulheres negras no Brasil, mesmo que a historiografia que ainda perdura seja aquela que reduz as milhares de tribos indígenas á denominação de “índios brasileiros” e a multiplicidade de povos africanos a denominação de “escravos africanos”, é possível, a partir de olhares diversos apontar alguns elementos que possibilitam a superação dessa interpretação estática e reducionista da formação brasileira.

Foram as mulheres negras que ensinaram meninos e meninas negros a resistir os grilhões da escravidão, como desenvolver a resistência, fosse lutando, fugindo, ou mesmo através de um falso sim, um abaixar de cabeça que camuflava uma mente ativa, sabedora e mesmo idealizadora de planos audaciosos de liberdade.

Dentro do panorama complexo que foi o sistema escravista brasileiro, foram essas mesmas mulheres que cuidaram e educaram primariamente os meninos e meninas brancas antes que eles entendessem o significado de serem senhores de terras e gentes. Antes que fosse entregues aos mestres que, em colégios, igrejas ou mesmo nas casas lhes ensinariam as letras, matemáticas e ciências, foram colocados sob os cuidados das negras que lhes alimentaram e ensinaram as primeiras palavras, passos e canções, que lhes contaram as primeiras histórias e se dispuseram as primeiras brincadeiras da infância.

Sob essa perspectiva é possível entender que essas personagens estão presentes em toda a trama da educação brasileira, mesmo que em alguns momentos sua imagem pareça desfocada. Tais mulheres foram fundamentais na forma como se estruturou o país e estiveram de alguma forma presentes nas propostas de socialização e educação praticadas no Brasil.

As amas: bem mais que afeto e resignação

A instituição da escola formal no Brasil é um processo marcado desde suas origens pela desigualdade. Tem-se como marco do processo de sistematização da oferta de ensino no Brasil a presença dos jesuítas através da Companhia de Jesus, que em 1570 já contava com cinco escolas de nível elementar e três de nível médio, perfazendo oito estabelecimentos de ensino, voltados exclusivamente para a educação dos homens e com o direcionamento para o sacerdócio ou advocacia (COTRIM, PARISI, 1982, p.260).

A partir da segunda metade do século XVIII, com o avanço dos ideais do iluminismo por toda a Europa, Portugal busca modernizar a aprendizagem tanto nas metrópoles quanto nas colônias, tornando o ensino mais utilitário nos moldes do país e não apenas com o direcionamento da Companhia de Jesus, o que implicou na expulsão dos jesuítas dos domínios de Portugal em 1759, mas que no Brasil efetivamente não alterou o panorama educacional, visto que a estrutura da Companhia de Jesus já estava solidificada no país e Portugal não ofereceu nenhuma outra proposta significativa, permanecendo o sistema educacional sem grandes alterações durante todo o período imperial. Cotrim e Parisi (1982, p.267) destacam:

Era uma educação de fachada, ornamental, acadêmica, desvinculada da realidade social. A instrução era apenas uma forma de demonstração de status, servindo, quando muito para auxiliar a ascensão do indivíduo ao exercício da atividade política.

O processo da Revolução de 1930, na esteira da Proclamação da República em 1889, marca a história do Brasil, visto que a partir dele muda-se de forma profunda a face do país, que nesse período inicia sua transição de uma sociedade predominantemente agrária para uma nação industrial e moderna. (AGGIO, BARBOSA e COELHO, 2002, p.16)

Destaca-se nesse período a criação do então Ministério da Educação e Saúde (1937) e a difusão dos novos ideais para a educação, particularmente através das Constituições Federais de 1934 e 1937, que asseguraram respectivamente que os brasileiros tinham o direito a receber pela família e Poder Público, a educação “elementar” bem como o ensino técnico e profissionalizante.

A ampliação das vagas nas escolas com a progressiva expansão dos níveis de ensino constitui processo em curso no país, especialmente a partir dos anos 1980, no período pós Ditadura Militar, onde busca-se assegurar para todas as crianças brasileiras o acesso a escola, oportunizando inclusive condições objetivas para tal, como merenda escolar, livro didático.

A partir de meados da década de 1990, pode-se verificar que essa “preocupação” estende-se também para os adolescentes, na busca de garantir maior número de anos de estudo para a população brasileira. E finalmente, a partir dos anos 2000, é possível observar que no Brasil amplia-se o acesso ao ensino superior, principalmente pela expansão das instituições privadas de ensino, e a implementação de programas estatais para garantia de acesso a universidade (sobretudo às instituições privadas) para jovens oriundos de famílias de baixa renda.

Essa breve sistematização, limitada como são as sistematizações, aponta os elementos históricos da instituição e desenvolvimento da escola formal no Brasil. Mas o que é educar? Limita-se ao espaço da escola? Onde se localizam as mulheres negras nesse processo da instituição da escola no Brasil?

As mulheres negras constituíam no Brasil, desde a escravidão, um grupo diversificado, formado tanto pelas africanas traficadas para o país, como por aquelas nascidas no país e, diferente do que perdura na história sistemática e oficialmente narrada, participaram ativamente das relações socio-econômicas que aqui se estabeleceram, constituindo um sistema complexo, tecido com aspectos culturais, políticos e religiosos.

As relações entre negros e brancos, no período escravista, não foram dicotômicas como os relatos que perduraram, não sendo tão fácil defini-las e também por isso o caminho encontrado foi sempre o da simplificação: os brancos mandavam, exploravam, humilhavam, violentavam e os negros obedeciam, se submetiam, resignavam-se. Ou então, os brancos buscavam oferecer condições adequadas de vida, de educação e “salvação”, mas os negros se recusavam, traíam a confiança e a boa vontade de seus senhores, voltando para as feitiçarias, fugas e subversões. Ou ainda, negros e brancos, de maneira geral estabeleceram relações baseadas especialmente no afeto, misturando-se pacificamente e estabelecendo as bases para a democracia racial que existe no país.

Muito além desses quadros pintados sempre em preto e branco, com todos os espaços preenchidos, com cada personagem ocupando o seu devido lugar, as relações que se estabeleceram no diverso território brasileiro possuem uma infinidade de cores, personagens inumeráveis, espaços de ausências e indefinições.

É a partir desse cenário não tão nítido e definido, cheio de cores e sombras, que é possível entender como as mulheres negras sempre estiveram presentes na educação do povo brasileiro, educação essa que não limita-se ao espaço formal da escola.

Educar é também permitir que a criança acesse os conhecimentos acumulados pelas gerações anteriores, e que permitem que ela desenvolva-se nesse ambiente físico e social. Constitui-se processo que não desenvolve-se apenas em ambiente escolar, com professor e aluno em espaço destinado para tal fim, mas compõe-se de dimensões que vão desde como alimentar-se, vestir-se, falar até ao comportamento adequado às diversas relações sociais estabelecidas.

Historicamente, as crianças aprendiam a vivência em sociedade a partir do convívio com adultos, na medida em que esses eram suas referências. A convivência com os pares limitava-se aos vínculos parentescos e não havia um processo de aprendizagem e socialização formalmente estabelecido, mas cuidava-se e educava-se as crianças no ambiente familiar.

Conforme apontado no início desse texto a proposta de cuidado e educação dentro de casa foi levada a cabo nos primeiros séculos de Brasil principalmente pelas amas. As responsabilidades, outrora atribuídas às amas, continuam sendo exigidas das educadoras infantis na contemporaneidade, pois quando se analisa a proposta da educação infantil oferecida nas creches, percebe-se que tal etapa da educação está prevista na Lei 9394 de 20 de Dezembro de 1996, conhecida como LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Dessa forma, a creche não se constitui unicamente como estabelecimento de ensino regular, mas prioritariamente como um espaço de cuidados e aprendizagem primária, onde a função das educadoras não restringe-se ao ensino-aprendizagem mas requer a dimensão do cuidado com o desenvolvimento infantil, seja na alimentação, higiene pessoal, desenvolvimento motor, psicológico, o que em suas protoformas era realizado pelas amas.

De acordo com a LDB (Lei 9394 de 20 de Dezembro de 1996):

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

- I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;
- II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Esse trabalho, atualmente exercido pelas educadoras e educadores na educação infantil, tem seu protótipo na função das amas, e se as educadoras ainda hoje são denominadas tias, as amas ficaram conhecidas como mães-pretas, das crianças das quais cuidavam, criavam, educavam.

Conforme as Diretrizes Curriculares para Educação Infantil, do Ministério da Educação (BRASIL, 2010), a educação infantil é a primeira etapa da educação básica e que deve ser oferecida em creches e pré-escolas. De acordo com essa resolução, a criança é sujeito histórico e de direitos, que constrói sua identidade pessoal e coletiva através das interações e relações que vivencia. As propostas pedagógicas para a educação infantil devem respeitar princípios éticos, políticos e estéticos. Éticos, na medida da autonomia, responsabilidade, solidariedade e respeito ao bem comum; Políticos, uma vez que a educação infantil deve permitir o acesso a direitos políticos e exercício da cidadania; Estéticos, uma vez que relaciona-se com o que é lúdico, com a criatividade, sensibilidade e liberdade de expressão.

Dentro desse panorama, a educação infantil constrói-se a partir de técnicas, parâmetros e indicadores, mas tem sobretudo, a responsabilidade de permitir que as crianças desenvolvam-se integralmente, e para isso, é necessário trazer também o lúdico, a imaginação, a fantasia.

Ora, o que as amas traziam? Para além do cuidado propriamente dito (alimentação, vestuário, linguagem), essas mulheres possibilitavam as crianças o crescimento intelectual, também através da fantasia e da imaginação, tão caras ao desenvolvimento infantil.

É com essa perspectiva que olhamos o papel/função das amas-de-leite e amas secas, “símbolo da sociedade escravistas das Américas” (XAVIER, 2012, p.09), a partir de outro ângulo: o da sua responsabilidade e contribuição na educação das crianças colocadas sob seus cuidados. Cumpre esclarecer que amas-de-leite eram responsáveis pelo cuidado com as crianças mas também pelo seu aleitamento, enquanto as amas secas não tinham a responsabilidade de aleitar as crianças colocadas sob sua responsabilidade, ou seja ambas tinham que desenvolver funções de cuidado e socialização e, se enfocarmos os significados dessas atribuições vamos encontrar que o papel dessas mulheres expressa as contradições que envolveram as relações entre o povo brasileiro.

As amas-de-leite representaram historicamente uma “imagem central de uma escravidão doméstica sentimentalizada” (XAVIER, 2012, p.199), um símbolo de abnegação e dedicação do escravo a seu senhor, uma espécie de doce resignação. Ainda de acordo com essa autora, são raras (prá não dizer quase inexistentes) as indagações acerca do destino dado aos filhos dessas mulheres, já que para serem amas-de-leite precisavam necessariamente terem os próprios filhos. Os destinos dessas crianças ou mesmo os prováveis conflitos vivenciados pelas amas entre o trabalho que exerciam alimentando as crianças brancas e a necessidade alimentarem os próprios filhos não sequer questionados.

Todavia, para além da infinidade de discussões que podem ser suscitadas acerca da figura das amas é possível pontuar a reflexão sobre o papel delas na educação das crianças das quais cuidavam. Ao garantirem o leite às crianças brancas, as amas-de-leite se colocavam dentro das casas grandes acompanhando e se envolvendo nas complexas relações que se estabeleciam, e com o crescimento da criança, suas atribuições se estendiam para além da alimentação propriamente dita, mas passam a incluir os cuidados básicos em relação às mesmas, tais como ensinar a andar e a falar, orientar as primeiras brincadeiras, fazer calar o choro inoportuno pra não atrapalhar o descanso das senhoras, enfim cercar os pequenos dos cuidados necessários ao seu desenvolvimento.

As amas eram assim fundamentais no processo de socialização primária das crianças brancas no Brasil, cuidando de seu desenvolvimento, ensinando as primeiras palavras, brincadeiras e diversões, corrigindo os comportamentos, enfim, educando-os para os primeiros passos na sociedade de então e porque não dizer que nesse processo elas foram tecendo os ideais de liberdade para o povo negro junto a essas crianças das quais cuidavam, instigando o pensamento abolicionista, fazendo surgir nessas crianças questionamentos (mesmo primários) acerca da igualdade, da necessidade de liberdade.

Oriundas ou herdeiras de uma forte tradição oral as mulheres negras, fossem africanas, brasileiras, cativas, forras ou nascidas livres, transmitiam às crianças das quais cuidavam saberes marcados pela cultura africana fosse no som das palavras, na musicalidade das cantigas de ninar, na tradição guerreira das histórias contadas para aquietar. Assim, os mitos e lendas, quer aprendidos na diversidade do continente africano ou ouvidos, recontados e adaptados em solo brasileiro foram repassados na forma de cantigas e histórias de ninar, expressando padrões de sociabilidade influenciados pela riqueza da tradição cultural africana.

Gilberto Freyre, em sua obra “Casa Grande & Senzala” publicada em 1933, traz a importância dessas mulheres na formação e desenvolvimento do Brasil. Mesmo com todas as críticas (pertinentes, quase sempre) a obra do autor, é preciso olhar o que ele escreve de forma mais atenta. Ele está relatando a sua perspectiva (evidente que aquela da casa grande), mas traz elementos que se olhados com atenção, permitem o entendimento de que foram as amas que educaram os brasileiros na primeira infância, no

início do Brasil. Ainda que Freyre afirme que os meninos brancos receberam da senzala através do contato com as amas de leite, toda a espécie de “influências ruins” (FREYRE, 2006, p. 437) evidencia-se o protagonismo das amas negras na construção da educação no Brasil.

O autor vai apontar que a influência negra está presente nos costumes brasileiros, mas é interessante destacar que praticamente toda a referência a que ele faz alusão, remete a mulher negra, aparecendo a figura masculina (o moleque) apenas no fim de seus exemplos.

Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho de pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama de vento, a primeira sensação completa de homem. Do moleque que foi nosso primeiro companheiro de brinquedo. (FREYRE, 2006, p.367)

O protagonismo das mulheres negras na formação e educação nos primeiros séculos de Brasil, fica evidenciado, quando a proposta é uma leitura mais atenciosa que busca fugir das armadilhas de enxergar o relato apenas por uma ótica, como se a narrativa que perdura fosse suficiente para abarcar todas as dimensões do real. Freyre analisa a realidade a partir de sua ótica. As interpretações que realiza, são fruto de suas vivências. Mas para além do que ele interpreta, está em sua obra uma espécie de crônica dos costumes daquela época e, nessa, fica evidenciado aquilo que busca-se retomar nesse trabalho, ou seja, a presença das mulheres negras na educação dos brasileiros desde os primeiros século de Brasil.

As mulheres negras ocuparam-se de vários trabalhos durante o período escravista no Brasil, fosse no “eito” ou na casa grande, mas entre esses, o de amas-de-leite, ou amas secas pode ser destacado como aquele que possibilitou maior interação entre costumes africanos e a sociedade que se estabelecia e desenvolvia no Brasil naquele período.

Dessa forma, a função desempenhada pelas amas negras no cuidado das crianças no período escravista, configura-se como trabalho, desenvolvido pela mulher negra no Brasil.

Ainda em relação às mulheres negras, Querino (1938), também destaca o protagonismo das mulheres negras, mesmo que em alguns momentos, esse apareça sob a forma de engenhosidade e sagacidade. Citando um texto jornalístico da época, o autor aponta:

“Das tribus africanas, as que assimilaram melhor a nossa civilização foram Angolas, Gêges, Congos e Minas.(...) a negra Mina apresentava-se com todas as qualidades para ser uma excelente companheira e uma creada útil e fiel (...) Com semelhantes predicados e nas condições precárias em que no primeiro e segundo séculos se achava o Brasil em matéria de bello-sexo, era impossível que a mina não dominasse a situação. **E, de feito, em toda a parte do paiz onde houve escravatura ella influi poderosamente sobre o gallego e vaccinou a família brasileira.** Não possuindo força intellectiva para elevar-se sobre a fatalidade de sua raça, ella empregava toda a sua sagacidade affectiva em prender o branco e a sua gente na tepidez do collo macio e acariciador” (QUERINO, 1938 p.99-100 grifo nosso)

Evidencia-se no texto do autor as leituras predominantes naquele determinado período histórico, ou seja, aquelas que apontavam as mulheres negras como responsáveis pela “perdição da família brasileira”. Por outro lado, no texto também é demonstrado algumas estratégias utilizadas pelas mulheres negras, especialmente as minas, como quer Querino (1938), para interferir no desenvolvimento do país, ou seja, a interferência direta e indireta nos rumos da casa grande.

As amas foram responsáveis pela educação primária de grande parcela das crianças nascidas no Brasil durante o período em que perdurou a escravidão. Foi através desse contato direto com as crianças da casa grande que as mulheres negras foram repassando seus saberes, contribuindo sistematicamente para a sua socialização e aprendizagem da vida em sociedade. Ainda de acordo com Freyre (2006, p.414) a influência da ama negra pode ser percebida, inclusive na linguagem:

A linguagem infantil aqui também se amoleceu no contato da criança com a ama negra. Algumas palavras, ainda hoje duras ou acres quando pronunciadas pelos portugueses, se amaciaram no Brasil por influência da boca africana. (...) A ama negra fez muitas vezes com as palavras o mesmo que com a comida: machucou-as, tirou-lhes as espinhas, os ossos, as durezas, só deixando para a boca do menino branco as sílabas moles. Daí esse português de menino que no Norte do Brasil, principalmente é uma das falas mais doces deste mundo. (p.414)

Era a mulher negra, ama-de-leite ou ama seca, a responsável por ensinar as crianças brancas as primeiras palavras, os primeiros passos, os primeiros costumes, e nesse contexto, a formação cultural brasileira vai se modificando, se constituindo de maneira diferente daquela encontrada em Portugal.

Contudo, ser ama não se limitava aos aspectos sentimentais. Tratava-se antes de um trabalho desenvolvido pelas mulheres negras tanto como parte de suas atribuições de “servir” na casa grande, lavando, engomando e também amamentando e/ou cuidando das crianças brancas, como também como ocupação única, havendo posteriormente mulheres negras que se ocupavam apenas dessa função alugando-se por períodos determinados para desempenhar exclusivamente essa função, e outras, ainda escravizadas que eram alugadas por seus senhores para aumentarem seus rendimentos.

As amas-de-leite, mais do que símbolos da candura ou da violência perpetradas pelas relações escravistas, precisam ser analisadas diante do cotidiano do trabalho ao qual estavam inseridas tais mulheres, matizando com muitas cores e possibilidades tais experiências. (MARTINS, 2012, p.141)

Assim, ser ama pode ser entendido como a primeira experiência das mulheres negras em práticas educativas no Brasil, uma vez que o trabalho por elas desenvolvido vai se metamorfoseando e sendo ampliado, até que já no século XX, com a entrada maçica das mulheres no espaço das fábricas, cresce a necessidade de um espaço para atender/cuidar das crianças.

Pode-se afirmar que esses espaços que surgem são a institucionalização das propostas de educação infantil fora da família, o que durante o período escravista foi desenvolvido pelas amas. Agora, no contexto da entrada das mulheres nas fábricas, as crianças ficam sob o cuidado de outras mulheres, que vão ter as mesmas responsabilidades anteriormente atribuídas às amas, alimentar, vestir, ensinar a falar, andar, brincar, enfim, educar na primeira infância.



Assim, as mulheres negras não estão na história oficial brasileira apenas nos papéis já reconhecidos, como por exemplo as sensuais “mulatas”, mas também exercendo diversas outras tarefas, sendo fundamentais em diversos outros processos, entre eles, educar.

REFERÊNCIAS

AGGIO, Alberto. BARBOSA, Agnaldo de Sousa. COELHO, Hercília Mara Facuri. Política e Sociedade no Brasil (1930-1964) – São Paulo: Annablume, 2002.

BRASIL. Lei 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em 10, Mar,2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares para Educação Infantil. Brasília: MEC, 2010.

COTRIM, Gilberto Vieira. PARISI, Mario. Fundamentos da Educação: história e filosofia da educação. 6 ed, São Paulo: Saraiva, 1982.

DECCA. Edgar Salvador de. 1930 O Silêncio dos Vencidos. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. Formação da Família Brasileira sob o regime de economia patriarcal. 51 ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

MARTINS, Barbara Canedo R. Reconstruindo a memória de um ofício: as amas-de-leite no mercado de trabalho urbano do rio de janeiro (1820-1880). In: REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA, Rio de Janeiro, 6 – 2: 138-167, 2012.

QUERINO, Manuel. Costumes Africanos no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

XAVIER, Giovana. FARIAS, Juliana Barreto. GOMES, Flávio. (orgs) Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-emancipação. São Paulo: Selo Negro, 2012.

O ESPAÇO COMUNITÁRIO DAS ILPI: A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA COMO FORMA DE AÇÃO COMPLEMENTAR PARA A EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Melissa dos Santos Bachur Pedro
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
melissabachur@hotmail.com

Patrícia do Socorro Magalhães Franco do Espírito-Santo
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
patfranco_1999@yahoo.com.br

Resumo

A rápida transição demográfica e epidemiológica representa um desafio para o Brasil. O crescimento da população idosa em condições de dependência associado à redução do apoio familiar exige diferentes mecanismos de proteção social e alternativas de cuidados. Há diferentes espaços de proteção social aos indivíduos que envelhecem, entre eles, o espaço doméstico, o governamental, o privado e o comunitário. A fragilização de um dos espaços da rede de proteção social coloca os indivíduos em situação de vulnerabilidade e diante disto, a política pública de assistência social organizou-se para enfrentar as questões decorrentes do envelhecimento populacional. Entre os serviços e ações oferecidos por esta política estão as Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI, como um dos elos da rede de cuidados e proteção ao indivíduo que envelhece. Estas emergem, portanto, como instituições que refletem as demandas e transformações da sociedade atual, fundamentais para os indivíduos que envelhecem. Diversos estudos demonstram que a maior parte destas instituições que prestam assistência integral ao público idoso é de caráter filantrópico e estão representadas pela sociedade civil organizada que ocupam uma lacuna onde há demanda e não há cobertura do setor público, o chamado terceiro setor. Este artigo tem o objetivo de discutir sobre a função social das ILPI do município de Franca-SP na promoção do desenvolvimento, utilizando para este fim dados coletados a partir da dissertação de mestrado da autora principal. Algumas questões norteiam nossa discussão: Quais são os serviços oferecidos por estas instituições no município de Franca? Considerando que as instituições deste estudo são todas filantrópicas, como a sociedade civil que as representa se organiza economicamente para mantê-las? Como se coloca o Estado diante desta parceria? Quais são as responsabilidades assumidas pelo Estado para prestar a assistência social a este público? Para isso, a proposta foi apresentar os dados referentes sobre as formas de manutenção econômica das ILPI do município de Franca-SP, visto que para desempenhar suas funções e garantir a assistência a que se propõe tem a necessidade de assegurar-se financeiramente. Conhecer as fontes de recursos, os principais gastos, serviços oferecidos e o custo de permanência de um idoso nestas entidades possibilitaram e nortearam discussões quanto à contribuição das ILPI para assistir ao envelhecimento e quanto ao papel do Estado em todas as suas esferas (federal, estadual e municipal) na efetivação da política pública de assistência social no município de Franca. A metodologia utilizada foi quantitativa e o instrumento utilizado na coleta de dados foi um questionário aplicado aos representantes de quatro instituições. Os resultados revelaram que os recursos dos idosos somados aos governamentais são insuficientes para a manutenção das ILPI e reforçam a necessidade do desenvolvimento de novos modelos de gestão. Existe a necessidade de integração entre as políticas públicas e um redirecionamento para este público, principalmente daquelas relacionadas com a assistência social e a saúde. Evidencia-se a necessidade de que se estabeleçam relações de interação e de corresponsabilidade. A saúde entendida

como uma das dimensões favoráveis para o desenvolvimento, ratifica a importância de investimentos na área.

PALAVRAS-CHAVE: Envelhecimento; Política Pública de Assistência Social; Instituições de Longa Permanência para Idosos; Terceiro Setor; Desenvolvimento

121-2443

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país em acelerado processo de envelhecimento populacional, fenômeno que ocasionará impactos relevantes sobre as diversas esferas da sociedade. O crescimento do número de idosos incorporados à população brasileira repercute nas formas de visibilidade social desse grupo etário e na expressão de suas necessidades. O processo de envelhecimento é acompanhado pelo decréscimo de autonomia pessoal e consequente aumento de dependência decorrente, principalmente, da maior prevalência de doenças crônicas e enfermidades demenciais, produzindo um aumento na demanda por serviços de assistência e saúde. Dentro deste cenário, é possível encontrar idosos que tenham sua independência física e mental preservada e o idoso fragilizado que demanda cuidados especiais (CHAIMOWICZ, 1997; BATISTA et al., 2008; ENGEL, 2012.).

O aumento do contingente de idosos está associado à crescente necessidade de cuidados de longa duração nesta etapa da vida, e que devem ser oferecidos pela própria família, pela sociedade e pelo Estado, como determina a legislação. Embora a maioria dos idosos apresente condições de viverem de forma autônoma e independente, existe uma parcela desta população cuja demanda de institucionalização cresce cada vez mais. Desta forma, a questão dos cuidados durante a velhice emerge em um contexto de rápida transição demográfica e epidemiológica combinada com transformações estruturais acentuadas nas famílias (BATISTA et al., 2008; WATANABE, 2009).

Envelhecer em condições de dependência associado à redução do apoio familiar disponível para esta população revelam uma situação de risco social, portanto, um estado de vulnerabilidade, que por sua vez, faz com que estes sujeitos tornem-se passíveis de proteção social. Neste sentido, os sistemas de proteção social precisam reorganizar-se para atender a esta parcela da população (BATISTA et al., 2008).

Desta forma, o enfrentamento da questão do envelhecimento torna-se fundamental, principalmente, para a política pública de assistência social. Considerada como um dos três pilares da Seguridade Social prevista pela Constituição Brasileira, a assistência social é responsável pela oferta de proteção social junto à parcela da população atingida por conjunturas, contextos ou processos produtores de vulnerabilidade social. Para isso, está organizada em três níveis que determinam sua atuação: proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade, com formas distintas de atendimento. Entre os serviços de alta complexidade podemos destacar as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) que passam a representar uma alternativa para o apoio às pessoas durante a velhice (BRASIL, 1988; 1993; 2005b; 2009).

Diversos autores consideram que a ausência da família é um dos motivos mais frequentes para a busca de uma instituição, e entre outros estão às dificuldades de a família cuidar, relações familiares conflituosas aliadas à carência de renda e a falta de moradia. Considerando que estas situações são altamente frequentes na sociedade contemporânea e que quando a família não possui meios financeiros, físicos ou emocionais para a prestação dos cuidados necessários aos idosos, há um aumento na procura por ILPI demonstrando ser realmente a alternativa de cuidados mais viável nestes casos (BORN; BOECHAT, 2006; CAMARANO, 2010a; BRASIL, 2000).

Assim, este artigo tem o objetivo de discutir sobre a função social das ILPI do município de Franca-SP na promoção do desenvolvimento, e para isso, esta dividido por esta introdução, um referencial teórico, após são apresentados a trajetória metodológica, os resultados, a discussão e as considerações finais.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Transição demográfica e epidemiológica

A estrutura etária do País está mudando de forma rápida e os idosos tornaram-se um contingente populacional expressivo e de crescente importância na sociedade brasileira. De acordo com os indicadores sociais e demográficos divulgados no período de 2001 a 2011 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de idosos com 60 anos ou mais passou de 15,5 milhões de pessoas para 23,5 milhões de pessoas. Destaca em suas publicações que a estrutura etária populacional está intimamente relacionada com a fecundidade.

Sendo assim, populações mais velhas apresentam índices mais baixos de fecundidade. Algumas mudanças ocorridas no cenário nacional nas últimas décadas refletiram no declínio das taxas de fecundidade, entre elas, a urbanização, maior participação das mulheres no mercado de trabalho, melhora dos níveis de escolaridade e a disseminação dos métodos anticoncepcionais (IBGE, 2012).

Este processo de mudanças ocorridas nos parâmetros demográficos e consequente desestabilização da estrutura etária brasileira transformaram a pirâmide populacional. Os níveis de fecundidade e mortalidade determinaram o envelhecimento da população brasileira com um estreitamento da base e um alargamento do topo da pirâmide etária, que por sua vez indicam respectivamente, uma diminuição da participação dos menores de quinze anos de idade no total da população e um aumento dos maiores de 65 anos de idade (CARVALHO; GARCIA, 2003).

Os dados demonstram que a explosão demográfica destacou, em determinada época, a presença dos jovens nas nações e, nos últimos tempos, a presença marcante do número de idosos nas diversas sociedades. Um fenômeno considerado um triunfo em razão de representar melhores condições de vida, devido aos avanços médicos e tecnológicos, a urbanização adequada das cidades, melhores condições sanitárias, alimentares, de habitação e também no ambiente de trabalho. A nova configuração populacional tornou-se, ao mesmo tempo, um desafio tanto para os países desenvolvidos quanto para os países em desenvolvimento, pois exige que criem condições econômicas e sociais favoráveis para um envelhecimento saudável (MOSER, 2007; LIMA, 2011).

De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), o mundo está no centro de uma transição única e irreversível do processo demográfico que irá resultar em populações mais velhas em todos os lugares. À medida que taxas de fertilidade diminuem, a proporção de pessoas com 60 anos ou mais deve duplicar entre 2007 e 2050, e seu número atual deve mais que triplicar, alcançando dois bilhões em 2050. Na maioria dos países, o número de pessoas acima dos 80 anos deve quadruplicar para quase 400 milhões até lá. O fenômeno de transição demográfica representa o centro das preocupações do conjunto de iniciativas internacionais relacionadas com a velhice (ONU, 2012).

As últimas décadas influenciaram de forma significativa as condições de saúde da população. A realidade social, econômica, política, cultural e ambiental que a sociedade brasileira vem experimentando determinou um novo perfil epidemiológico no Brasil, um impacto relevante na produção e distribuição dos problemas de saúde. A evolução da sociedade tradicional para uma sociedade moderna repercutiu na redução da morbimortalidade por doenças infecto-parasitárias para um perfil predominante de doenças e agravos não transmissíveis (SILVA JÚNIOR, 2009).

Neste contexto, a longevidade está intimamente relacionada com a transição epidemiológica. Sousa e Branca (2011) descreveram sobre esta direta correlação entre os processos de transição demográfica e epidemiológica, a grande presença de jovens com maior incidência de doenças infecciosas transformou-se em um período marcado pela presença de pessoas idosas onde prevalecem as doenças crônicas degenerativas. A longevidade populacional aumentou a probabilidade de expressão deste tipo de enfermidade.

As alterações nas taxas de mortalidade e fertilidade estiveram associadas aos avanços na medicina e na saúde pública, vacinação, higiene, campanhas sanitárias, às melhores condições de alimentação e de habitação, ao aumento da renda, e ao controle de vetores causadores de doenças infecciosas que transformaram positivamente o perfil epidemiológico. Paralelamente a essa mudança, intensificaram-se cada vez mais os processos de industrialização, de urbanização e de globalização que interferiram drasticamente na maneira de viver do brasileiro e como consequência, a população apresenta-se cada vez mais exposta ao risco de doenças crônicas não transmissíveis⁵ (CARNEIRO et al., 2013; DUARTE; BARRETO, 2012).

O problema das doenças crônicas provoca um impacto significativo para o próprio indivíduo, para as famílias, o sistema de saúde, o sistema social e para a sociedade como um todo. Os diversos grupos de doenças crônicas atrapalham o crescimento econômico e reduzem o potencial de desenvolvimento dos países. Muitas nações continuam a lidar com os problemas de doenças infecciosas e já estão vivenciando a carga das doenças crônicas. As DCNT são responsáveis pelo maior custo econômico para as famílias, o sistema de saúde e a sociedade. Os custos estão relacionados a internações, medicamentos, tratamentos ambulatoriais, perda de produção associada a essas doenças, aposentadorias precoces, entre outras questões (OMS, 2005; DUARTE; BARRETO, 2012).

A nova realidade demográfica e epidemiológica brasileira aponta para a urgência de mudanças e inovações para atender a população idosa. O país ainda não dispõe de uma infraestrutura de serviços que acolha as demandas decorrentes das transformações demográfica e epidemiológica vigentes (VERAS, 2007).

1.2 Política Pública de Assistência Social

A assistência social caracteriza-se como um dos três pilares do sistema de Seguridade Social prevista pela Constituição Brasileira e passou a ser regulamentada pela Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), determinando que é um direito do cidadão carente⁶ e um dever do Estado. Tem por princípio a solidariedade com a competência de realizar um conjunto de ações estatais e privadas para atender as necessidades sociais. Além disso, deve estar articulada com todas as políticas públicas que garantam direitos e respondam às necessidades básicas da vida social (CFSS, 2011; BRASIL, 1988).

Pádua e Costa (2007, p. 308) destacam: a assistência social é uma política pública. Ao considerá-la uma ação pública o responsável por este espaço de atuação deixa de ser exclusivamente estatal para ser compartilhada com a sociedade. Desta forma, a assistência social tornou-se um direito social e uma política pública de seguridade social, destacando-se como uma importante ferramenta na melhoria das condições de vida e de cidadania da população que não pode mais ser confundida com assistencialismo ou caridade, mas que deve ser vista como um compromisso do Estado perante a sociedade.

O Sistema Único de Assistência Social determina que as ações da rede de proteção social, tanto básica como especial, devem estar centradas na família. Uma das diretrizes previstas na Lei n. 8.842, de 4 de janeiro de 1994, a Política Nacional do Idoso em seu art.4, “é a priorização do atendimento ao idoso através de suas próprias famílias, em detrimento do atendimento asilar, à exceção dos idosos que não possuam condições que garantam sua própria sobrevivência”. Complementa o Estatuto do Idoso em seu

art. 37: “A assistência integral na modalidade de entidade de longa permanência será prestada quando verificada inexistência de grupo familiar, casa-lar, abandono ou carência de recursos financeiros próprios ou da família” (BRASIL, 1994; 2003).

De acordo com o artigo 203 da Constituição Federal a assistência social será prestada a quem dela necessitar e tem como objetivo proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice (BRASIL, 1988).

Os idosos passaram a ser considerados, perante a lei suprema brasileira, como uma parcela representativa da população, como um grupo socialmente vulnerável e suscetível de proteção especial por parte do Estado, da família e da sociedade: “art.230: A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida” (BRASIL, 1988).

A política de assistência social brasileira tem passado por muitas transformações nas últimas décadas, sendo que nos dias atuais está sob a responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome e a proteção social brasileira está estruturada sob dois eixos: a proteção social básica (PSB) e a proteção social especial (PSE). O desenvolvimento de serviços, programas e projetos da PSB caracteriza-se por serem de baixa complexidade, de caráter preventivo, dirigidos à inclusão de grupos em situação de risco e para prevenção das situações de risco social, na busca pelo fortalecimento dos vínculos familiares (BRASIL, 2005b; BRASIL, 2009).

Já a PSE é subdividida em proteção especial de média e de alta complexidade. A média complexidade tem caráter reparador e é dirigida para pessoas em situação de risco pessoal e social que tiveram seus direitos violados, mas que ainda não ocorreu o rompimento de vínculos familiares e/ou comunitários. A alta complexidade também possui caráter reparador e é dirigida à pessoas que se encontram sem referência, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, que exige proteção integral, necessitando de ser retirado de seu núcleo pois foram rompidos os vínculos familiares e/ou comunitários (BRASIL, 2005b; BRASIL, 2009).

No serviço de proteção especial de alta complexidade com relação ao acolhimento institucional para idosos, poderá ser desenvolvido através da modalidade de cuidados em instituições de longa permanência para idosos, são os cuidados de longa duração demandados pelos idosos com perda de autonomia e independência, considerada a alternativa mais frequente e mais antiga entre as opções de cuidados para este segmento populacional (CAMARANO, 2010a).

O Estatuto do Idoso, Lei n. 10.741, de 01 de outubro de 2003, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, dispõe em seu art.8: “O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social”, portanto todos têm o direito de passar pela fase da velhice com a garantia de usufruir de condições dignas de vida. A legislação ainda contempla que:

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Art. 10. É obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 14. Se o idoso ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se ao Poder Público esse provimento, no âmbito da assistência social.

Art. 33. A assistência social aos idosos será prestada, de forma articulada, conforme os princípios e diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, na Política Nacional do Idoso, no Sistema Único de Saúde e demais normas pertinentes (BRASIL, 2003).

A Política Nacional de Assistência Social, resolução n. 145, de 15 de outubro de 2004, tem como seu público alvo e usuário desta política pública os cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e riscos, sendo assim, na busca por uma visão social de proteção oferece recursos para o enfrentamento de tais situações. A proteção social deve garantir segurança de sobrevivência, de rendimentos, de acolhida, de convívio ou vivência familiar, deve prover os mínimos necessários para uma vida digna como os direitos à alimentação, ao vestuário e ao abrigo, próprios à vida humana em sociedade. O envelhecimento da população associado ao aumento crescente do número de idosos em condições de dependência tem se apresentado ao sistema de seguridade social como uma nova demanda nascida das mudanças que se desenvolveram, ao longo do tempo, na sociedade brasileira (BRASIL, 2005b).

A Resolução n.109, de 11 de novembro de 2009, aprova a tipificação nacional de serviços socioassistenciais e determina em seu art.1º a organização por níveis de complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS): Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade (PSE), de acordo com a disposição abaixo:

I - Serviços de Proteção Social Básica:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
- b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

II - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
- b) Serviço Especializado em Abordagem Social;
- c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
- e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

III - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

- a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades:
 - Abrigo institucional;
 - Casa-Lar;
 - Casa de Passagem;
 - Residência Inclusiva.
- b) Serviço de Acolhimento em República;
- c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
- d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências (BRASIL, 2009).

1.3 Espaços de proteção social

A ILPI é apenas um dos elos da rede de cuidados ao idoso, uma rede que apresenta falhas e mantém uma profunda relação com a filantropia devido à ausência do Estado. Nesta perspectiva de rede de cuidados disponíveis para oferecer proteção aos indivíduos que envelhecem, Gonçalves e Guará (2010) consideram que há diferentes espaços de proteção social, entre eles: o espaço doméstico de proteção integral considerado uma rede social espontânea e primária, o espaço governamental como uma rede de serviços público institucionais, o espaço privado oferecendo uma rede de serviços privados e o espaço comunitário que oferecem serviços de proteção onde há demanda e não há cobertura do setor público.

Gonçalves e Guará (2010) definem o espaço doméstico como o lugar de proteção primária, onde há apoio mútuo, solidariedade, relações afetivas, proximidade com pessoas de uma mesma comunidade, um ambiente de convivência, espaço onde os indivíduos se inserem e se relacionam, o que ocorre principalmente dentro do microssistema familiar. Quando esse microssistema se fragiliza ou rompe seus laços de afetividade por inúmeros motivos, deixa os indivíduos que a constitui, em situação de vulnerabilidade. “A fragilização dos círculos de proteção sustentados por essa rede é um significativo fator de risco para a ruptura do cuidado familiar” (p. 22). Aqui, cabe ressaltar que quando os vínculos familiares encontram-se fragilizados ou até mesmo rompidos, os idosos passam a estar em condições de abandono e negligência, o que exige medidas protetivas e entre elas está a institucionalização.

Como relação ao espaço governamental, cabe ao Estado o dever de servir ao cidadão através de seu instrumento de justiça, cumprir o que está previsto em lei, oferecendo à população alternativas de suporte para o atendimento ao idoso, em suas diferentes modalidades e níveis de complexidade através de uma estrutura de cuidados e equipamentos que satisfaçam as necessidades de assistência à esse público (BRASIL, 1988; 1993; 1994; 2003; 2005; 2009).

O Estado desempenha, ou deveria desempenhar, um papel de protagonista na área social:

O Estado, por meio das ações de suas diversas políticas públicas, deve responder pela proteção social, particularmente na política da assistência social, que dispõe de programas e serviços de proteção social básica ou especial atendendo às pessoas ou grupos que se encontrem mais vulneráveis” (GONÇALVES; GUARÁ, 2010, p. 13).

[...] o Estado tem entre suas responsabilidades fundamentais a de oferecer políticas sociais que garantam a proteção social como direito e deve fazê-lo em conjunto com a sociedade promovendo ações que focalizam as pessoas, as famílias e os grupos sociais que se encontram em situação de vulnerabilidade social (GONÇALVES; GUARÁ, 2010, p. 14).

A ausência de algum nível de atenção dentro desta rede de suporte ao idoso pode ocasionar o que está sendo visto em muitos municípios, uma alta demanda por instituições de longa permanência. A falta de alternativas de cuidado pode ser considerada uma das maiores lacunas do Estado para a efetivação das políticas de assistência social para os idosos, uma rede de suporte social e de saúde bem articulada e condizente com a realidade atual poderia adiar ou até mesmo evitar a institucionalização. Este fato torna as instituições de longa permanência para idosos cada vez mais indispensáveis e insubstituíveis no sistema de seguridade social vigente no país (CAMARANO, 2010a).

Gonçalves e Guará caracterizam o espaço comunitário como aquele que oferece serviços de proteção onde há demanda e não há cobertura do setor público. Tem como características marcantes oferecer serviços conduzidos em sua maioria por voluntários e sustentados com poucos recursos financeiros. Um espaço formado por redes micro territoriais que extrapolam o espaço da moradia, onde há

participação da sociedade junto ao Estado para efetivar as políticas públicas, onde há compartilhamento, solidariedade, responsabilidade com as situações de vulnerabilidade do outro, preenche a lacuna de serviços inexistentes com suas ações. Atualmente, este espaço tem se destacado como “uma parceria privilegiada do Estado no enfrentamento da questão social” (p. 24). Através deste locus o governo amplia sua atuação articulando-se com a sociedade civil em defesa dos direitos dos cidadãos (GONÇALVES; GUARÁ, 2010).

Sendo assim, a suposta ausência do Estado abre uma lacuna para que outros espaços de rede de proteção passem a existir e intervir nas questões sociais, como é o caso da sociedade civil organizada: o terceiro setor composto pelas organizações não governamentais (ONG's), instituições e fundações voltadas à produção de serviços públicos e privados sem fins lucrativos.

Este fato viabiliza a relação entre o Estado e as entidades de interesse social, caracterizando-as de forma mais específica e passou-se a adotar a expressão terceiro setor para designar estas organizações. Neste contexto, observa-se que o terceiro setor é um espaço multifacetado e de reflexão por promover uma interlocução entre o Estado e o mercado, entre o público e o privado, entre o governamental e o não governamental (GUERRA, 2013).

Na visão de Montañó (2002), o terceiro setor ou sociedade civil fornece respostas para as questões sociais cobrindo as lacunas deixadas pelo Estado em regiões onde setores da população apresentam-se sem assistência e sem condições de acesso a serviços públicos privados. Assim, o terceiro setor torna-se um mediador entre o Estado – primeiro setor e o mercado – segundo setor, através de iniciativas de proteção para aqueles que se encontram em situações de risco e vulnerabilidade.

Como diria Filho (2007), um ponto de equilíbrio entre o Público e o Privado, são as organizações orientadas por valores, objetivos sociais, formadas a partir de iniciativas privadas, voluntárias, sem fins lucrativos, no sentido do bem comum. Nem o Estado e nem o mercado, sozinhos, possuem capacidade para solucionar os problemas advindos com o fenômeno da globalização. Para atender às necessidades das pessoas que se deparam com a última fase do ciclo de vida, a velhice, o terceiro setor é considerado uma opção viável, uma forma complementar de oferecer proteção social através das ILPI.

Laurindo (2006) coloca que o terceiro setor é composto por pessoas físicas e jurídicas, de direito privado, sem finalidade lucrativa, que tem como base o voluntariado e desenvolve atividades públicas e sociais, as quais são criadas a partir da iniciativa privada e ainda, que estas organizações têm como marco legal a Lei das Organizações Sociais (OS) – lei n. 9.637/98 e a Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) – lei n. 9.790/99. Ressalta que “quando as entidades são classificadas como OS ou OSCIP podem firmar contratos de parceria com o Estado podendo receber recursos financeiros e serem dispensadas do recolhimento de tributos” (p. 13).

O desenvolvimento dos serviços para idosos na área social por intermédio das instituições de longa permanência de caráter não governamental destaca-se na maior parte do país e em maior número. Estas organizações surgem como uma opção na oferta de assistência integral, a principal base de apoio para as pessoas idosas que demandam cuidados por um longo período de tempo e uma das únicas alternativas de cuidado fora das residências. Neste sentido, é imprescindível uma reflexão sobre a função social das ILPI na contemporaneidade.

2. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Este artigo tem o objetivo de discutir sobre a função social das ILPI do município de Franca-SP na promoção do desenvolvimento, utilizando para este fim de dados coletados a partir da pesquisa de mestrado da autora principal.

A pesquisa de mestrado intitulada ENVELHECIMENTO, POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO: perfil dos idosos institucionalizados e das instituições de longa

permanência para idosos do município de Franca-SP, teve como objetivo principal compreender quem são as instituições efetivadoras da proteção social de alta complexidade para idosos do município de Franca-SP e quem são seus beneficiários, com a finalidade de delinear o perfil dos idosos institucionalizados e das instituições de longa permanência para idosos, além de entender como se concretiza o processo de institucionalização e identificar a função social das instituições de longa permanência para idosos na promoção do desenvolvimento. Trata-se de uma pesquisa de caráter social em saúde, descritiva, realizada a partir da triangulação metodológica e com abordagem mista, quantitativa e qualitativa, de forma complementar. A pesquisa foi realizada em seis etapas com diferentes instrumentos de dados que permitiram abordar os diversos sujeitos envolvidos na questão da institucionalização: a instituição, o idoso e a equipe. A amostra contou com 4 instituições, 241 prontuários de idosos, 44 funcionários e o discurso de 10 idosos (PEDRO, 2014).

Para o desenvolvimento deste artigo optou-se por utilizar parte dos dados coletados durante a terceira etapa da pesquisa de mestrado que foi direcionada para a coleta de informações sobre o perfil das ILPI. A metodologia utilizada foi a abordagem quantitativa e o instrumento de coleta dos dados escolhido foi a entrevista, com a aplicação de um questionário estruturado, constituído por 83 questões entre perguntas abertas e fechadas, que foi preenchido pelo pesquisador a partir dos dados coletados com os respectivos representantes das quatro instituições selecionadas.

A análise e interpretação dos dados da terceira etapa se deram por meio da estatística descritiva e a manipulação dos dados se deu através do software Excel – Microsoft Office Excel 2007.

Diante do recorte realizado, algumas questões norteiam a discussão atual:

- *Quais são os serviços oferecidos por estas instituições no município de Franca?*
- *Considerando que as instituições deste estudo são todas filantrópicas, como a sociedade civil que as representa se organiza economicamente para mantê-las?*
- *Como se coloca o Estado diante desta parceria?*
- *Quais são as responsabilidades assumidas pelo Estado para prestar a assistência social a este público?*

Para isso, a proposta foi apresentar os dados referentes sobre as formas de manutenção econômica das ILPI do município de Franca-SP, visto que para desempenhar suas funções e garantir a assistência a que se propõe tem a necessidade de assegurar-se financeiramente. Conhecer as fontes de recursos, os principais gastos, serviços oferecidos e o custo de permanência de um idoso nestas entidades possibilitaram e nortearam discussões quanto à contribuição das ILPI para assistir ao envelhecimento e quanto ao papel do Estado em todas as suas esferas (federal, estadual e municipal) na efetivação da política pública de assistência social no município de Franca.

3. RESULTADOS

Inicialmente, é importante esclarecer que após o levantamento e mapeamento das instituições de longa permanência para idosos do município de Franca-SP, foram encontradas oito instituições que prestam o serviço de acolhimento institucional referente à proteção social especial de alta complexidade, a saber: (1) *Fundação Espírita Judas Iscariotes – Lar de Ofélia*, (2) *Departamento de Promoção Vicentina – Lar São Vicente de Paulo*, (3) *Instituição Espírita Nosso Lar – Lar Dona Leonor*, (4) *Lar de Idosos Eurípedes Barsanulfo*, (5) *Casa São Camilo de Lélis*, (6) *Residencial Vitativa*, (7) *Casa de Repouso Prontolares*, (8) *Alojamento para idosos Casa do Vovô*.

Como exposto na tabela 1, destas oito instituições, apenas quatro entidades foram selecionadas para a pesquisa por possuírem cadastro junto ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) como prestadoras do serviço de proteção especial – cuidados de longa duração ou acolhimento institucional para idosos e, além disso, serem entidades de utilidade pública, com fins filantrópicos, portanto, entidades não governamentais sem fins lucrativos. As quatro instituições congregam serviços em prol de um mesmo fim, o de promover a assistência social aos idosos, e sem intuítos lucrativos. Além disso, são entidades que existem legalmente por serem todas de Pessoa Jurídica de Direito Privado e devidamente registradas através do Estatuto Social.

Tabela 1 – Critérios de inclusão para seleção das ILPI

Instituições	Natureza	Cadastro	Atendimento	Situação	Região
Lar de Ofélia	Filantrópica	Sim	Idoso	Regular	Centro
Lar São Vicente de Paulo	Filantrópica	Sim	Idoso	Regular	Centro
Lar Dona Leonor	Filantrópica	Sim	Idoso	Regular	Centro
Lar de Idosos Eurípedes Barsanulfo	Filantrópica	Sim	Idoso	Regular	Leste
Casa São Camilo de Lélis	Filantrópica	Sim	Diversos	Regular	Leste
Residencial Vitativa	Privada	Não	Idoso	Regular	Centro
Casa de Repouso Prontolares	Privada	Não	Idoso	Regular	Oeste
Casa do Vovô	Privada	Não	Idoso	Fechada *	Norte

Fonte: Elaborada pela autora.

Nota: * Fechada pelo Ministério Público em 13/08/2013.

A tabela 2 apresenta de forma resumida as principais características destas instituições. Quanto à natureza jurídica das instituições, todas são caracterizadas como privadas, filantrópicas e 75% como religiosas, entre as três instituições religiosas, duas são espíritas e uma é católica. Todas as quatro instituições apresentam o devido registro de Entidade Filantrópica. Destas, a maioria corresponde à forma jurídica⁷ de associação (3) e uma delas à fundação (1) como prevê a lei.

É relevante considerarmos a ausência de instituições de longa permanência para idosos de natureza pública na cidade de Franca. Este dado comprova o que muitas pesquisas vêm retratando, um grande número de entidades filantrópicas seguida pela participação das instituições privadas com fins lucrativos e pela ausência das instituições públicas.

Tabela 2 – Características básicas das ILPI do município de Franca

Razão Social	Sim	75%
	Não	25%
Natureza da Instituição	Privada filantrópica religiosa	100%
	Privada filantrópica não religiosa	0%
Regime de Funcionamento da Instituição	Fechado	75%
	Semiaberto	25%
Situação do Imóvel	Próprio	75%
	Concedido	25%
Forma Jurídica	Associação	75%
	Fundação	25%
Tipo de Atendimento	Misto	75%
	Feminino	25%

Fonte: Investigação de campo realizada pela autora.

Para oferecer a gama de cuidados exigidos pelo público que envelhece, mas especialmente os idosos institucionalizados, as instituições necessitam de uma equipe multidisciplinar à disposição. A tabela 3 apresenta quais são os serviços oferecidos e se estes serviços são realizados por profissionais contratados, voluntários ou cedidos.

Tabela 3 – Serviços prestados pelas ILPI e percentual destes serviços realizados por voluntários

Serviços	%	Voluntariado
Médicos	100%	75%
Nutrição	100%	50%
Enfermagem	100%	0%
Fisioterapêuticos	100%	0%
Terapia Ocupacional	100%	25%
Dentários	75%	75%
Psicológicos	75%	25%
Farmacêuticos	50%	0%
Educação física	50%	25%*
Fonoaudiológicos	50%	25%

Fonte: Investigação de campo realizada pela autora.

Nota: *Os outros 25% não correspondem a educador físico contratado, mas cedido pela prefeitura.

No que diz respeito aos gastos das instituições, juntas, elas tem um gasto mensal que gira em torno de R\$ 300.000,00, um gasto médio mensal de R\$ 86.748,90, com uma variação mínima de R\$ 48.945,60 e uma máxima de R\$ 137.250,00. Já com relação às receitas, as quatro instituições apresentam

aproximadamente R\$ 400.000,00 de recursos, sendo que a receita média mensal por instituição foi de R\$ 110.107,63, estando a mínima entre R\$ 29.035,32 e a máxima R\$ 248.555,20 (tabela 4).

Tabela 4 – Gasto médio mensal e Receita média mensal das ILPI

Gasto mensal	R\$	Receita mensal	R\$
Máximo	137.250,00	Máximo	248.555,20
Média	86.748,90	Média	110.107,63
Mínimo	48.945,60	Mínimo	29.025,32
Desvio Padrão	36.840,14	Desvio Padrão	95.921,39
Espaço Amostral	4	Espaço Amostral	4

Fonte: Investigação de campo realizada pela autora.

Através dos valores relacionados ao gasto mensal das ILPI foi possível chegar ao custo médio do idoso para esta amostra, porém, devido às discrepâncias entre os valores a análise foi feita em relação ao gasto mensal *per capita*. Sendo assim, o gasto médio mensal *per capita* foi de R\$ 1.800,00 conforme a tabela 5, e que foi condizente com a resposta dos participantes quanto à questão do custo médio mensal por idoso.

Tabela 5 – Gasto médio mensal *per capita*

INSTITUIÇÃO	Idosos	*Gasto mensal per capita	**Custo médio mensal do idoso
Instituição A	21	R\$ 2.330,74	R\$ 1.970,00
Instituição B	137	R\$ 1.001,82	R\$ 1.750,00
Instituição C	42	R\$ 1.857,14	R\$ 1.400,00
Instituição D	35	R\$ 2.365,71	R\$ 2.200,00
TOTAL GERAL	235	R\$ 1.888,86	R\$ 1.830,00

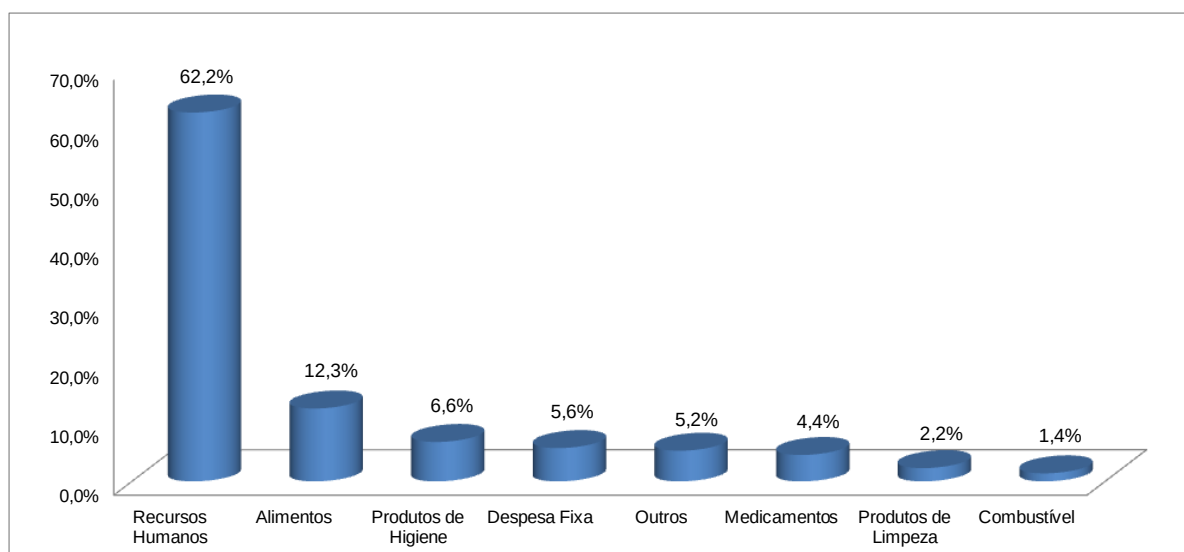
Fonte: Investigação de campo realizada pela autora.

Nota: *Gasto mensal per capita é resultante do gasto mensal segundo os dados da instituição.

**Custo médio mensal do idoso foi a resposta de quanto o idoso custa para a instituição.

As instituições recebem em média mensalmente de cada residente R\$ 440,00, o que representa 70% do salário mínimo, podendo variar até R\$ 678,00, e tem um gasto aproximado de R\$ 1.800,00. Os orçamentos institucionais inferem que as verbas recebidas dos idosos, quase sempre, são insuficientes para suprir as necessidades do grupo, e por isso, precisam manter-se através de várias fontes de financiamento buscando formas de encontrar a sustentabilidade econômica.

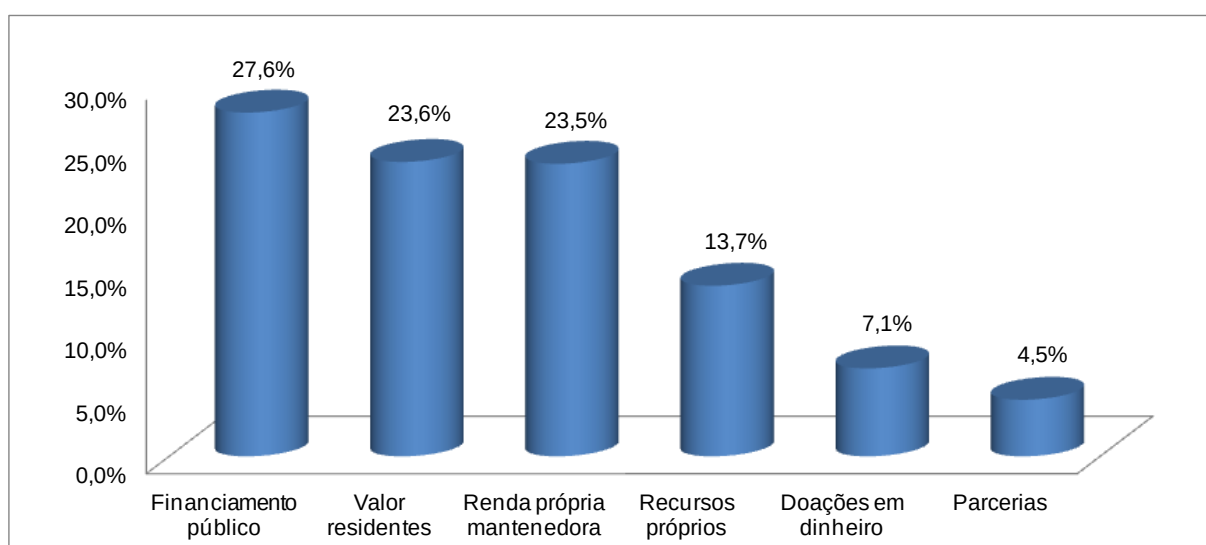
A composição percentual dos gastos por tipo de despesa das ILPI é apresentada na figura 1. A maior parte dos gastos das ILPI é referente às folhas de pagamento dos funcionários, 62,2%. Estes dados são similares aos encontrados pelo IPARDES (2008), por Camarano (2010b) e por Lima (2011) onde todos confirmaram que os gastos das instituições são maiores com recursos humanos. Apesar de não ser tão expressivo, o gasto com alimentos – 12,3% e produtos de higiene – 6,6% aparecem em sequência ao de recursos humanos.

Figura 1 – Percentual de gastos por tipo de despesas

Fonte: Investigação de campo realizada pela autora.

Nota: A coluna outros corresponde aos gastos com segurança, SOS, escritório de contabilidade, materiais para escritório e serviços de terceiros.

Com relação à natureza dos recursos, entende-se que pouco mais da metade da receita das quatro instituições juntas são constituídas pelo financiamento público e pela colaboração dos idosos. Observou-se que o financiamento público representa 27,6% das receitas das instituições de Franca e em sequência aparecem os valores pagos pelos residentes com 23,6% (figura 2). Outras pesquisas, como a do IPEA demonstram a predominância dos valores pagos pelos residentes como principal fonte de renda para as entidades, mas deve-se considerar que a pesquisa abrangeu instituições de naturezas diferentes, privadas, privadas filantrópicas e públicas (CAMARANO, 2010b).

Figura 2 – Percentual das fontes de financiamento das ILPI

Fonte: Investigação de campo realizada pela autora.

As quatro instituições recebem 70% do benefício do idoso como determina a lei. Três delas recebem os 30% restantes como doação espontânea para serem utilizados em eventuais gastos com o residente. Este valor mensal recebido pela instituição varia de R\$ 400,00 a R\$ 700,00 e de acordo com o tipo de benefício recebido pelo idoso. Cabe aqui destacar, que caso o benefício esteja comprometido com algum tipo de empréstimo, como ocorre em muitos casos, o valor é ainda menor. Considerando que o idoso custa para instituição uma média de R\$ 1.800,00 mensais, a instituição precisa custear o restante das despesas.

Das instituições pesquisadas, as quatro instituições recebem recurso municipal, três recebem recurso estadual e somente uma recebe recurso federal. Em 2013, de acordo com a meta de atendimentos de cada entidade com o município referente ao serviço de acolhimento institucional, ficou estabelecido que a forma de cofinanciamento municipal fosse baseada em pisos diferenciados, conforme o grau⁸ de dependência dos usuários nas ILPI (tabela 6). Sendo assim, o auxílio municipal para as entidades é per capita, portanto, o repasse para idosos grau 1 foi de R\$ 500,00, para idosos grau 2 de R\$ 580,00 e para idosos grau 3 de R\$ 650,00. Já o cofinanciamento estadual é quase insignificante para as entidades sendo uma média de R\$ 33,00 por idoso mensalmente, e desta forma, uma instituição com 22 residentes receberia, em média através do governo estadual, um total mensal de R\$ 900,00.

Tabela 6 – Metas e cofinanciamentos públicos das ILPI

	Instituição A	Instituição B	Instituição C	Instituição D	TOTAL GERAL
Meta municipal	22 idosos	104 idosos	42 idosos	32 idosos	200 idosos
Atendimento	21 idosos	137 idosos	42 idosos	35 idosos	235 idosos
Capacidade de atendimentos	22 idosos	137 idosos	42 idosos	40 idosos	241 idosos
Cofinanciamento municipal	sim	sim	sim	sim	R\$ 117.381,57
Cofinanciamento estadual	sim	sim	sim	não	R\$ 5.920,00
Cofinanciamento federal	não	sim	não	não	R\$ 4.494,37
TOTAL					R\$ 127.795,94

Fonte: Investigação de campo realizada pela autora.

4. DISCUSSÃO

Abre-se a discussão sobre a função social das ILPI do município de Franca-SP na promoção do desenvolvimento a partir da pertinente questão da prestação de serviços, intrigante e não consensual, colocada por Camarano (2010a, p. 74): “ILPI: instituição de saúde ou assistência social?” E autora coloca, sem responder a questão, que as políticas brasileiras para as ILPI estão sob a responsabilidade da assistência social.

As instituições pesquisadas oferecem o serviço de atendimento integral institucional – atendimento em regime de longa permanência ou serviço asilar - são instituições que oferecem o serviço de Proteção especial de alta complexidade para idosos como está exposto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009).

Estas instituições de assistência social, ao serem contratadas, deixam claro e documentado quais serão os serviços oferecidos: habitação, alimentação, vestuário (cama, banho, pessoal), assistência médica, medicação e transporte. Um ponto forte e destacado, é que dentre os serviços básicos oferecidos aos futuros contratantes poderão ser oferecidas atividades de lazer, cultura, entretenimento e atividades sociais. Mas, estas atividades serão realizadas de acordo com as condições e disponibilidade apresentada pela entidade, caso ela possa oferecer.

As ILPI selecionadas, do ponto de vista histórico, têm suas origens baseadas na caridade, na solidariedade e na filantropia. São organizações não governamentais, criadas a partir da iniciativa de figuras marcantes da sociedade civil motivadas em ajudar o próximo e mobilizadas com a situação social. Decidiram unir esforços em busca do bem comum, uma iniciativa para oferecer proteção e amparo aos que se encontram em condições desfavoráveis, onde o objetivo principal é prestar assistência à velhice desamparada.

Aqui cabe destacar, que a função primordial da entidade desde a antiguidade é de oferecer as condições básicas para a sobrevivência. Com a evolução nos serviços de saúde e uma maior necessidade em proporcionar a esta população um tratamento diferenciado, as cobranças para com estas instituições passaram a ser muito maiores. Quase sempre ouve-se dizer: “mas os idosos não fazem nada o dia todo dentro dos asilos”. O que a sociedade não está ciente é de que, as instituições tentam se adequar dentro das possibilidades de um estabelecimento sem fins lucrativos, que sobrevive com doações, subvenções públicas e promoções.

Por isso, Armani (2008) afirma que é urgente fortalecer a legitimidade das ONGs junto à sociedade, mas principalmente junto aos gestores públicos. Destaca o papel essencial da “educação da sociedade brasileira para o apoio político, material e financeiro ao trabalho das ONGs e dos movimentos sociais como atores de desenvolvimento”. É impreterível “estabelecer um marco legal regulatório que possibilite o adequado financiamento público e assegure mecanismos fiscais e tributários que facilitem o apoio financeiro por parte das pessoas físicas e jurídicas” (ARMANI, 2008 p. 28-29).

Porém, é evidente que as ILPI não são instituições que prestam somente serviços relacionados à assistência social, são instituições que prestam serviços de atenção à saúde do indivíduo que envelhece. Quanto maior a instituição e mais crítico for o quadro de dependência de seus residentes, maior será a necessidade de cuidados intensivos através de uma equipe multidisciplinar. Por isso, não há como pensar em ILPI somente como uma modalidade da assistência social, é preciso enxergá-las também como instituições de saúde.

É utópico pensar em políticas de envelhecimento ativo, quando estas políticas favorecem somente uma parcela da população, é inconcebível refletir sobre as ILPI sem refletir em saúde, é inaceitável que os investimentos, as transferências de renda, os benefícios assistenciais, os financiamentos do governo sejam tão desiguais entre as crianças, os jovens e os idosos. As políticas públicas precisam dialogar entre si, principalmente, quando se fala nas políticas de assistência social e de saúde, as políticas públicas são complementares e exigem interação.

As áreas relacionadas com a fisioterapia, terapia ocupacional, farmácia, fonoaudiologia, psicologia, nutrição e até mesmo a área médica deveriam receber mais investimentos por parte do poder público para oferecer recursos humanos e materiais destinados à estes fins.

Ultrapassar o limite da assistência exige das ILPI melhores condições – financeira, humana, material e física – para que o ideal para esta população seja realizado. A instituição de assistência social, que proporciona serviços assistenciais, passou a ser cobrada pelos serviços de saúde os quais deveriam ser oferecidos pelas instituições de saúde. Mas esta questão não está bem definida dentro da legislação e nem dentro das políticas públicas.

Tenório (2005) afirma que a sociedade está diante do crescimento das desigualdades sociais acirradas pelo fenômeno da globalização, em um processo permanente e contraditório de riqueza e pobreza, inclusão e exclusão, comprovando a impotência do Estado na promoção da justiça social. Neste cenário, surgem as organizações não governamentais como alternativa para atender às demandas sociais. É evidente que o terceiro setor tem crescido muito no Brasil e no mundo por meio de tantas ações, locais e globais, desenvolvidas em prol de solucionar os inúmeros problemas sociais, políticos, econômicos e ambientais decorrentes do tipo de desenvolvimento capitalista adotado nos últimos anos.

Por isso, dizer que as organizações da sociedade civil estão inseridas em um complexo contexto e que tornou-se necessário que as mesmas se reinventem como condição *sine qua non* para manter sua sustentabilidade sociopolítica e financeira. Neste sentido, foi através das crescentes discussões em torno do papel das organizações da sociedade civil no desenvolvimento do país, das articulações e criações como a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), do movimento de politização do campo da assistência social, que muitas entidades religiosas, filantrópicas e assistenciais passaram de meras provedoras de serviços sociais a atores com capacidade de interlocução social mais ampla e de intervenção sobre as políticas públicas (ARMANI, 2008).

Porém, Tenório (2005) traz à tona uma reflexão sobre a questão da gestão nas ONGs, onde em sua maioria, seus dirigentes não optam por administrá-las, mas sim por escolher estilos próprios de gestão que os colocam frente a problemas que ameaçam sua sobrevivência e comprometem sua própria razão de ser. É primordial e essencial pensar em gestão em qualquer esfera organizacional. O autor salienta a necessidade da administração diante de qualquer momento em que os homens se associam para atingir objetivos comuns, pois, “o simples fato de agrupar pessoas e recursos não basta para garantir que os recursos existentes sejam alocados da melhor forma e que o trabalho seja realizado no momento certo” (TENÓRIO, 2005; p.17).

Como título de abertura do capítulo da obra Sustentabilidade: aids e sociedade civil em debate, do Ministério da Saúde, colocou-se a seguinte questão: “Navegar é preciso...Mas, qual o norte?” Neste sentido, inicia-se uma reflexão sobre a sustentabilidade das ONGs e destaca-se a necessidade de unir esforços para o fortalecimento institucional das organizações da sociedade civil brasileira. As formas de sustentabilidade das organizações não governamentais, bem como a busca por diferentes estratégias de sustentação do terceiro setor, tem sido muito discutidas na atualidade (BRASIL, 2004; p.9).

Falar em sustentabilidade do terceiro setor remete imediatamente a pensar em alternativas para que estas organizações da sociedade civil se mantenham sozinhas. Entretanto,

a sustentabilidade, para organizações como as ONGs, jamais significará que elas consigam se sustentar financeiramente sem uma proporção relevante de recursos doados a fundo perdido; isto é, a sustentabilidade desse tipo de organização vai sempre combinar, na melhor das hipóteses, uma capacidade para obter receitas “próprias” de forma regular (contribuição de sócios e de “rede de amigos”, prestação de serviços de forma remunerada, venda de produtos, etc.), com a capacidade de acessar fontes de financiamento públicas, privadas e não governamentais nacionais e internacionais (BRASIL, 2004; p.9).

Para se falar sobre sustentabilidade é necessário adotar uma visão mais complexa e integradora, porque a sustentabilidade não diz respeito apenas à dimensão da sustentação financeira de uma organização. É preciso ir além, para se falar em sustentabilidade é preciso falar em desenvolvimento institucional permanente, em capacidade institucional de interagir criativamente em cenários variáveis sempre em busca de manter a relevância social e fortalecer a credibilidade da organização. Para isso é preciso que a organização busque atualizar-se, qualificar-se, gerir, adequar-se, intervir, influenciar, buscar legitimidade, desenvolver capacidades, novas estratégias, metodologias, gerar conhecimento, preparar-se para administrar pessoas e recursos (BRASIL, 2004; p.10).

Na concepção de Armani (2008), quando o assunto é recursos fica-se diante de um conceito que vai além da simples captação financeira, salienta que é necessário romper com os velhos paradigmas da visão monetária dos recursos para adotar uma nova visão sobre a mobilização de recursos nas organizações da sociedade civil.

Para o autor “recursos são todos aqueles necessários para o desenvolvimento de uma organização e, assim, abarcam os recursos financeiros, materiais e técnicos; as pessoas, as organizações e as relações”. Já a mobilização, para ele, compreende a “ação de educar e engajar política e

economicamente a sociedade na causa e na atuação das organizações da sociedade civil, formando, assim, uma base social de apoio a essas organizações” (ARMANI, 2008; p.5). E ainda complementa que,

O conceito de mobilização de recursos expressa o processo pelo qual uma organização promove, em um mesmo movimento, educação cidadã, mobilização social e mobilização de apoio material, técnico e financeiro. Pela ótica da mobilização de recursos, as estratégias de fortalecimento da sustentabilidade institucional são mobilizadoras da consciência social cidadã – em um só movimento promovem-se engajamento social e fortalecimento da organização (ARMANI, 2008; p.11).

O padrão de sustentabilidade tradicional do terceiro setor requer mudanças políticas, culturais e organizacionais em busca de alcançar a sustentabilidade emancipatória. O paradigma da sustentabilidade tradicional do terceiro setor, assim como, o paradigma da ciência tradicional, possuem características bem próximas. Os dois buscam a simplicidade, a estabilidade e a objetividade, a subjetividade que não pode contaminar nem a sustentabilidade muito menos a ciência e a racionalidade deve estar presente. Desta forma, nota-se que a expressão emergente utilizada por Esteves de Vasconcellos (2007) para se referir ao novo paradigma da ciência é também imprescindível para se referir à tão complexa temática da sustentabilidade nas organizações da sociedade civil.

Adotar novas visões de mobilização de recursos para fortalecer a sustentabilidade autônoma das ONGs exige mudanças, exige romper com os velhos paradigmas, exige unir esforços, adotar novas atitudes. Estas mudanças não podem e não vão estar somente no ambiente das ILPI, devem e precisam atingir todos os subsistemas envolvidos na problemática da institucionalização: o Estado, a sociedade, a família e o próprio idoso. Além de ser um esforço coletivo de mudança, onde todos os envolvidos são responsáveis por assumir a problemática, deve ser um processo de informação, sensibilização e engajamento de todos, um esforço permanente planejado e sistemático de fortalecimento das instituições onde ninguém pode ficar de fora. Desta forma, as ILPI estão passando por um processo de devir, de vir a ser, de tornar-se “sujeitos políticos engajados na defesa de direitos, no aprofundamento da democracia e no processo mais amplo de transformação da sociedade” (ARMANI, 2008; p.11).

Estas reflexões vão ao encontro da nova proposta de mundo apresentada por Esteves de Vasconcelos (2007). De acordo com a autora, adotar o pensamento sistêmico implica em uma reformulação da prática profissional assim como dos conceitos teóricos que a embasam.

A adoção do pensamento sistêmico requer uma busca pela interdisciplinaridade. Para Fazenda (2002a) a interdisciplinaridade é questão de atitude. Pressupõe coerência, abertura para o novo, abandono de pré-conceitos, engajamento, comprometimento pessoal. Para sua efetivação é preciso desenvolver a sensibilidade: entender, esperar, criar, imaginar. Interdisciplinaridade não se aprende, vive-se, exerce-se, exige comunicação.

Nogueira (1998) afirma que uma das dimensões da interdisciplinaridade refere-se à ação interventiva, é a aplicação da interdisciplinaridade como método de trabalho para a resolução de problemas. Coloca que a interdisciplinaridade impõe o estabelecimento de vínculos de integração no processo de trabalho, um espaço de livre manifestação de opiniões, de solidariedade, ética, de intensidade nas relações através da interdependência, da coesão, da cooperação, entretanto, com respeito à autonomia e a criatividade de seus membros. Destaca que este processo ultrapassa a simples comunicação para alcançar o diálogo gerador de integração, construtor de novos saberes e práticas a fim de solucionar problemas.

Como bem coloca Fazenda (2002b) a relação que se estabelece diante da interdisciplinaridade é aquela baseada na reciprocidade, mutualidade, co-propriedade, de interação, possibilidades de diálogos entre os interessados; ela depende de mudanças de atitude perante o problema, é a substituição da visão

fragmentária pela unitária do ser humano. “A possibilidade do diálogo é condição sine qua non para o exercício efetivo da interdisciplinaridade” (p. 31).

Mendes, Lewgoy e Silveira (2008, p. 25) para pensarem a interdisciplinaridade na saúde recorreram à poesia de Carlos Drummond “Mundo Vasto Mundo”. Os autores entendem que o campo da saúde é um mundo e que este “não pode ser entendido se os múltiplos olhares não se interpenetram”. Para a compreensão de um fenômeno, como é o caso do envelhecimento institucionalizado e que está atrelado ao processo de saúde-doença, é necessário uma abordagem através da “integração de diferentes informações e conhecimentos de áreas distintas, com metodologias variadas” (p. 29). A interdisciplinaridade é um espaço onde se cria estratégias contra a fragmentação e possibilita visualizar diferenças. Portanto, a saúde assim como a assistência social não permite a fragmentação, supõe entendê-las como um sistema total sem barreiras com todas as implicações e inter-relações possíveis.

De acordo com Coelho (2007) todos os membros do sistema terapêutico precisam se sentir parte do problema, ampliar o foco de atuação através das interações existentes no contexto, onde todos participem opinando, colaborando e assumindo em conjunto a responsabilidade da tarefa que está em foco. Os membros do sistema terapêutico precisam compartilhar mais do que a responsabilidade comum que há entre eles, precisam compartilhar a visão sistêmica.

A partir do momento em que não se estabelece a interação necessária entre os elementos do sistema, começam a acentuar as lacunas deixadas pelos subsistemas, neste caso, a família, a própria instituição e o poder público.

Entre as recomendações para o trabalho interdisciplinar está uma importante consideração de Nogueira (1998) para o sucesso na utilização da abordagem interventiva: “cada integrante da equipe deve ter claro seu papel, seu campo de intervenção, suas potencialidades e seus limites”. Caso isso não ocorra, haverá uma “diluição das responsabilidades”. Fato comprovado quando o assunto está relacionado com a responsabilidade do cuidado com o idoso institucionalizado. Nota-se o chamado jogo de empurra: a família não tem condições para cuidar e passa a sua responsabilidade para o Estado, que por sua vez, não oferece uma rede de apoio eficaz e deixa para a sociedade civil a responsabilidade de criar alternativas que supram esta demanda social (NOGUEIRA, 1998; p. 47).

Somente a partir deste processo de mudança, de responsabilização, de pertença, de tornar-se é que estaremos trilhando um caminho rumo ao desenvolvimento sustentável.

Considerando a incessante procura por novos caminhos em busca do desenvolvimento, Jara (2001) retrata de forma significativa que mesmo a mais recente das teorias do desenvolvimento – o desenvolvimento sustentável – possui dimensões intangíveis. Considera que este processo inicia-se dentro do ser humano e que “o essencial do desenvolvimento nem sempre é visível” (p. 17). Aborda o desenvolvimento a partir da perspectiva do sustentável e do humano afirmando que, as sociedades vivenciam atualmente um momento insustentável e desafiador, e que é necessário buscar outras formas de desenvolvimento. Mas para trilhar novos caminhos é essencial que aconteça uma mudança de consciência. A ótica do autor com relação ao tema parte da premissa que o desenvolvimento começa no mundo interior dos indivíduos e que “as mudanças sustentáveis têm de ser provocadas de dentro para fora” (p. 64).

Contudo, é neste sentido que Armani (2008) defende a ideia de que é necessário educar a sociedade para alcançar organizações da sociedade civil autônomas do Estado. Isto pelo fato de que “a sociedade deve estar consciente de que estas organizações autônomas, com capacidade de controle social sobre o Estado que defendem os direitos dos cidadãos numa perspectiva emancipatória precisam da contribuição de cidadãos e cidadãs para sua sustentabilidade”. (ARMANI, 2008; p. 44-45).

E como bem definiu Carlos Jara (2001), o desenvolvimento de uma sociedade sustentável depende do fortalecimento da solidariedade social. Enquanto a sociedade permanecer insensível ao outro, enquanto a sociedade não se responsabilizar uns pelos outros, não respeitar uns aos outros e acreditar que

todos são interdependentes, não haverá desenvolvimento. Por isso dizer que o desenvolvimento é, antes de todas as dimensões, humano. O desenvolvimento é para o humano e precisa ser humano, precisa ser endógeno, de dentro para fora, precisa ser consciente, ele parte de dentro das pessoas, da mudança de atitude, dos significados e valores atribuídos, das decisões e escolhas de cada um, é um momento que o indivíduo passa a enxergar o coletivo. O desenvolvimento depende da forma como cada ser humano pensa o problema e se posiciona diante dele. É a partir do desenvolvimento humano que as outras dimensões do desenvolvimento se tornarão visíveis, é neste caminho que estará a equidade, a justiça, a dignidade e a liberdade.

Carvalho (2012) reconhece que caminhar rumo à prática da interdisciplinaridade exige muito mais que a presença de profissionais de diferentes formações em uma mesma equipe, mas, sobretudo, o abandono de posturas intolerantes e rígidas. É fundamental interagir. É necessário que se abra para o novo, para o desconhecido, para a mudança, é necessário reconhecer o conhecimento do outro, os diferentes pontos de vista, diferentes visões de mundo. É preciso reconhecer a necessidade de ação em equipe, é emergente pensar sob o prisma da interdisciplinaridade. Pensar a política pública de assistência social, mais especificamente as ILPI, exige um olhar sistêmico e interdisciplinar com vistas ao desenvolvimento.

O cuidado ao idoso institucionalizado carece de interação entre os elementos envolvidos. E enfim, chega-se a um ponto crucial desta problemática: não estamos falando de uma relação de competição entre as organizações e o Estado, mas sim de cooperação; o problema não está na instituição ou no Estado, mas na forma como se responsabilizam pelo problema; o importante não é existir relação, mas que se estabeleçam relações de interação e de corresponsabilidade. Levando em consideração o contexto contemporâneo, a responsabilidade do cuidado com o idoso precisa ser verdadeiramente compartilhada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, nota-se que a efetivação da política de assistência social ao idoso que necessita de cuidados de longa duração no município de Franca, concretiza-se através da sociedade civil. A atuação das entidades não governamentais enquanto parceria é imprescindível para o atendimento às demandas sociais.

A ILPI contribui significativamente para assistir ao fenômeno mundial do envelhecimento, porém, não pode ser entendida como uma alternativa para ocupar ou substituir o Estado, mas sim como um espaço de parceria, de contribuição, de apoio, de coparticipação e corresponsabilidade para o cuidado do idoso.

A minimização do papel do Estado nas questões sociais configura-se um fator preponderante para o aumento da demanda para a área de assistência social, bem como a proliferação de entidades não governamentais tentando dar respostas para as lacunas deixadas pelo Estado. A prestação de serviços relacionados à proteção social de alta complexidade, que nesta pesquisa refere-se às instituições de longa permanência para idosos, é efetivada por organizações não governamentais. Estas entidades suprem ou complementam as ações do Estado buscando atender à alta demanda que está necessitando do acolhimento institucional.

A ILPI emerge, portanto, como uma instituição que reflete as demandas e transformações da sociedade atual, fundamental para o indivíduo que envelhece e encontra dificuldades na oferta de cuidados dentro do ambiente doméstico contribuindo durante esta fase de desenvolvimento do indivíduo. A partir do momento em que a ILPI oferece condições para a sobrevivência desses idosos este sistema está desempenhando sua função social de promoção do bem estar ao mediar e facilitar o processo de envelhecimento.

É indiscutível que, neste momento, iniciou-se uma reflexão abarcando fenômenos e temas que são constituídos de suas próprias complexidades: envelhecimento, institucionalização, política pública de

assistência social, saúde, sustentabilidade, visão sistêmica, interdisciplinaridade e desenvolvimento. Enfrentar estas novas demandas que emergem de um mundo tão complexo requer um aprofundamento na reflexão destas questões e uma busca incessante para construir uma prática sistêmica e interdisciplinar almejando o desenvolvimento em seu sentido mais amplo: o humano.

O desenvolvimento humano surge como uma proposta de relacionamento entre as pessoas e o mundo à sua volta, com o econômico, o político, o cultural, o ambiental, o psicológico e o espiritual. As ILPI a partir do momento em que contribuem por eliminar as privações de liberdade impostas a esta parcela significativa da população, conseqüentemente, contribuem para o desenvolvimento. Neste espaço institucional é possível visualizar a parte intangível do desenvolvimento, um espaço onde os sentimentos pelo outro estão presentes, onde as pessoas se preocupam umas com as outras e cuidam dos que estão ao seu redor, é o reflexo da solidariedade, é o reflexo do comprometimento das pessoas com o desenvolvimento.

Estas instituições devem ser vistas como um espaço de desenvolvimento humano, priorizando a reflexão sobre sua função social e seu papel na sociedade contemporânea, uma rede efetiva de apoio e suporte para os cuidados durante a velhice.

REFERÊNCIAS

ARMANI, Domingos. Mobilizar para transformar: a mobilização de recursos nas organizações da sociedade civil. São Paulo : Peirópolis; Recife : Oxfam. 2008.

BATISTA, Analía Soria et al. *Envelhecimento e dependência: desafios para a organização da proteção social*. Brasília: MPS, SPPS, 2008. 160 p.– (Coleção Previdência Social; v. 28).

BORN, Tomiko; BOECHAT, Norberto Seródio. A qualidade dos cuidados ao idoso institucionalizado. In: FREITAS, E.V. et al. *Tratado de geriatria e gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p. 131-141.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília/DF: Senado, 1988.

_____. Lei 10.741, de 10 de outubro de 2003, dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 out. 2003.

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 dez. 1993.

_____. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 jan. 1994.

_____. Lei 10.406, de 10 jan. de 2002. Institui o Código Civil. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 dez. 1973.

_____. Ministério da Saúde. ANVISA. *Agência Nacional de Vigilância Sanitária*. RDC nº 283, de 26 de setembro de 2005. Regulamento técnico para o funcionamento das instituições de longa permanência para idosos. Brasília: ANVISA; 2005a.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Diretrizes e recomendações para o cuidado integral de doenças crônicas não transmissíveis: promoção da saúde, vigilância, prevenção e assistência*. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância à Saúde, Secretaria de



Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 72 p. – (Série B. Textos Básicos de Atenção à Saúde) (Série Pactos pela Saúde 2006; v. 8).

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. *Política Nacional de Assistência Social*, Brasília, 2005b.

_____. *Tipificação nacional de serviços socioassistenciais*. Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília: MDS/CNAS, 2009.

CAMARANO, Ana Amélia (Org.). *Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido?* / Ana Amélia Camarano (Org.) – Rio de Janeiro: Ipea, 2010a. 350 p.

_____. *Características das instituições de longa permanência para idosos – região Sudeste*. Brasília: Ipea, Presidência da República, 2010b.

CARNEIRO, Luiz Augusto Ferreira et al. *Envelhecimento populacional e os desafios para o sistema de saúde brasileiro*. Instituto de Estudos de Saúde Suplementar – IESS, São Paulo, 2013. p. 110.

CARVALHO, Fabiana Aparecida. O Serviço Social e a interdisciplinaridade. *Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária*. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. Brasília, v.18, n.1, dez, 2012.

CARVALHO, José Alberto Magno de; GARCIA, Ricardo Alexandrino. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, Jun. 2003.

CESSE, Eduarda Ângela Pessoa. *Epidemiologia e determinantes sociais das doenças crônicas não transmissíveis no Brasil*. Eduarda Ângela Pessoa Cesse. — Recife: E. A. P. Cesse, 2007. 296 p. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Centro de Pesquisas Aggeu, Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, 2007. Orientador: Eduardo Maia Freese de Carvalho.

CHAIMOWICZ, Flávio. A saúde dos idosos brasileiros às vésperas do século XXI: problemas, projeções e alternativas. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 31, n. 2, Apr. 1997.

COELHO, Sônia Vieira. A questão da equipe interdisciplinar. In: AUN, Juliana Gontijo; ESTEVES DE VASCONCELLOS, Maria José; COELHO, Sônia Vieira. *Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais*. Belo Horizonte: Oficina de Arte & Prosa, 2007. (v. 2, t. 1. O processo de atendimento sistêmico). p. 89-117.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFSS). *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social*. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília, 2011.

DUARTE, Elisabeth Carmen; BARRETO, Sandhi Maria. Transição demográfica e epidemiológica: a epidemiologia e serviços de saúde revisita e atualiza o tema. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, v. 21, n. 4, dez. 2012.

ENGEL, Cíntia. Dependência e estratégias de cuidado no Brasil. *MEDIAÇÕES*, Londrina, v. 17, n. 2, p. 166-180, jul./dez. 2012.

ESTEVES DE VASCONCELLOS, Maria José. *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência* / Maria José Esteves de Vasconcellos. – Campinas, SP : Papyrus, 2002.



FAZENDA, IVANI CATARINA ARANTES. Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia? 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002a.

_____. Interdisciplinaridade: um projeto em parceria. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002b.

FILHO, Miguel Arantes. Administração de serviços no processo de envelhecimento: uma opção viável para organizações do terceiro setor. *Mimesis*, Bauru, v. 28, n. 1, p. 5-19, 2007.

GONÇALVES, Antônio Sérgio; GUARÁ, Isa Maria. Rede de proteção social na comunidade. In: *Redes de proteção social*. [coordenação da publicação Isa Maria F. R. Guará]. 1. ed. São Paulo: Associação Fazendo História: NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010. Cap. 1, p. 11-30. (Coleção Abrigos em Movimento).

GUERRA, José Alfredo Pádua. *Gestão das fundações e responsabilidade social*. 2013. 162 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2013.

HAIR, Joseph F. et al. *Análise multivariada de dados*. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Síntese de indicadores sociais*: uma análise das condições de vida da população brasileira 2012. Estudos e Pesquisas. Rio de Janeiro, 2012. 293 p.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). *Instituições de longa permanência para idosos*: caracterização e condições de atendimento / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba: IPARDES, 2008. 159 p.

JARA, Carlos Júlio. *As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável*. Carlos Julio Jara com a colaboração de Maria Verônica Moraes Souto – Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) 2001. 352 p.

LAURINDO, Amanda Silva Costa. O terceiro setor e os direitos sociais. *Revista da Faculdade de Direito de Campos*, ano VII, n. 9, dez. 2006.

LIMA, Cláudia Regina Vieira. *Políticas públicas para idosos*: a realidade das Instituições de Longa Permanência para Idosos no Distrito Federal. 2011. 120 f. Monografia (Especialização em Legislativo e Políticas Públicas)-Centro de Formação Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados/Cefor, Brasília, 2011.

MONTAÑO, Carlos E. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. *Revista Lutas Sociais*, NEILS/PUC-SP, São Paulo: Ed. Pulsar, n. 8, p. 53-64, 1. sem. 2002.

MOORE, David et al. *A prática da estatística*. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

MOSER, Antônio. O envelhecimento da população brasileira e seus desafios. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. A importância da equipe interdisciplinar no tratamento de qualidade na área de saúde. *Revista Katálisis*, n. 3, p. 40-48, 1998.



ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). [Envelhecimento, solidariedade e proteção social: a hora de avançar para a igualdade](#). Terceira Conferência Regional Intergovernamental sobre envelhecimento na América Latina e no Caribe. San José, maio, 2012.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). *Envelhecimento ativo: uma política de saúde*. Envelhecimento ativo: uma política de saúde / World Health Organization; tradução Suzana Gontijo. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. 60 p.

PÁDUA, Andréia Aparecida da Silva; COSTA, Eliane Romeiro. Políticas públicas de previdência e assistência social ao idoso. *Estudos*, Goiânia, v. 34, n. 5/6, p. 305-317, maio/jun. 2007.

PEDRO, Melissa dos Santos Bachur. *ENVELHECIMENTO, POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO*: perfil dos idosos institucionalizados e das instituições de longa permanência para idosos do município de Franca-SP. Franca: Uni-Facef, 2014.

SILVA JÚNIOR, Jarbas Barbosa da. As doenças transmissíveis no Brasil: tendências e novos desafios para o Sistema Único de Saúde. In: *Saúde Brasil 2008: 20 anos de Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil*. Ministério da Saúde. Brasília, cap. 3, 2009. p. 281-311.

SOUSA, Selônia Patrícia Oliveira; BRANCA, Sandra Beatriz Pedra. Panorama epidemiológico do processo de envelhecimento no mundo, Brasil e Piauí: evidências na literatura de 1987 a 2009. *Enfermagem em Foco*, v. 2(3), p. 188-190, 2011.

VERAS, Renato. Fórum. Envelhecimento populacional e as informações de saúde do PNAD: demandas e desafios contemporâneos. Introdução. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 10, out. 2007.

WATANABE, Helena Akemi Wada et al. Rede de atenção à pessoa idosa. Helena Akemi Wada Watanabe. Coordenação geral Áurea Eleotério Soares Barroso. São Paulo: Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social: Fundação Padre Anchieta, 2009.

1 O emprego desta expressão no texto é no sentido de colocar ou confiar alguém aos cuidados de uma instituição especializada, neste caso, refere-se a confiar o idoso aos cuidados de uma instituição geriátrica, ou melhor, às instituições de longa permanência para idosos (ILPI).

2 Devido a infinidade de denominações estabelecidas para as organizações que recebem o idoso (abrigo, asilo, lar, casa de repouso), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) deixa claro em norma federal através da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC/ANVISA nº 283, de 26 de setembro de 2005, em seu Art. 1º, o nome de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), aprova o Regulamento Técnico que define normas de funcionamento e classifica as ILPI segundo complexidade de cuidados, define as características físicas de equipamentos e recursos humanos mínimos para o seu funcionamento, de forma a assegurar os critérios de acesso, resolubilidade e humanização (BRASIL, 2005a).

3 Refere-se ao impacto das doenças e dos óbitos que incidem em uma sociedade. A morbidade e a mortalidade são variáveis que mostram, respectivamente, o comportamento das doenças e dos agravos à saúde da população e o conjunto de indivíduos que morreram em um determinado intervalo de tempo.

4 O termo doença crônica não transmissível (DCNT) tem sido utilizado para designar um grupo de doenças de complexa abordagem e conceitualização, que se tornou prioridade em saúde pública, uma importante causa de mortalidade e incapacidade em vários países do mundo, inclusive no Brasil, um problema que ameaça a saúde global e o desenvolvimento do ser humano. Não há concordância para uma única definição das DCNT, mas a maioria dos autores concorda que são patologias caracterizadas pela ausência de micro-organismos, pela não transmissibilidade, pela multiplicidade de fatores de risco complexos envolvidos, com um curso clínico longo, lento e permanente. Além disso, são doenças que evoluem para graus variados de incapacidade ou para a morte, apresentam sintomas continuamente e há somente recuperação parcial provocando mudanças nas atividades de vida diária das pessoas acometidas e consequentemente da qualidade de vida (CESSE, 2007).



5 A Organização Mundial da Saúde (OMS) define como doenças crônicas importantes na atualidade as doenças cardiovasculares, as neoplasias, as doenças respiratórias crônicas, diabetes mellitus, desordens mentais e neurológicas, as doenças bucais, ósseas e articulares, as desordens genéticas e as patologias oculares e auditivas (OMS, 2005; BRASIL, 2008).

6 A palavra carente pode ser entendida como uma condição do indivíduo que necessita de alguma coisa, que se encontra em situação de privação.

7 O Código Civil, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, define associações como a “união de pessoas que se organizam para fins não econômicos” (art. 53), e ao tratar das fundações dispõe que “para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la” (art. 62). Portanto, a associação forma-se a partir de um agrupamento de pessoas com objetivos comuns e sem a finalidade lucrativa, já as fundações constituem-se pela existência de um patrimônio vinculado à uma finalidade social específica (fins religiosos, morais, culturais ou de assistência).

8 O grau de dependência dos residentes é classificado como grau 1, 2 e 3, respectivamente, independentes, semidependentes e dependentes. Esta classificação é determinada com base no conceito de capacidade funcional, ou seja, a capacidade de manter de maneira independente e autônoma suas habilidades físicas e mentais.



O IDOSO CATADOR: QUEM SOU EU? CADÊ MEUS DIREITOS?

Bárbara Oliveira Rosa
UNESP - Campus Franca
barbarass@hotmail.com.br

Analúcia Bueno dos Reis Giometti
UNESP - Campus Franca
analuciagiometti@yahoo.com.br

Resumo

O artigo trata sobre a questão dos idosos trabalhadores, correlacionado com as políticas sociais. O que tem levado o idoso a voltar a trabalhar ou continuar trabalhando? Para responder essa questão, estudamos livros e legislações sobre as políticas sociais para idosos e realizamos uma pesquisa de campo, com entrevistas semiestruturada com os idosos da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Franca e Região – COOPERFRAN. Através da pesquisa conseguimos observar como que os idosos ainda hoje sofrem discriminações e como que a falta de políticas sociais, o baixo valor da aposentadoria, por exemplo, acaba fazendo com que o idoso volte a trabalhar. Através da pesquisa de campo, com os catadores de materiais recicláveis, foi possível perceber que a discriminação contra os idosos leva a estes ocuparem os trabalhos mais penosos e precários.

003-2317

Introdução

Nosso estudo se constitui sobre a questão do idoso trabalhador, mas especificamente dos idosos que trabalham com materiais recicláveis. O que tem feito os idosos voltar a trabalhar ou nem parar de trabalhar? Será que o não cumprimento ou a falta de políticas sociais para o idoso que acaba levando a este fato?

Por meio destas questões, a pesquisa visa estudar a questão dos idosos trabalhadores da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Franca e Região – COOPERFRAN, situada na cidade de Franca/SP.

O propósito de nossa pesquisa é questionar se há dificuldade dos idosos se inserirem no mercado formal e como o espaço das cooperativas/economia solidária acabam abrangendo esses que são eliminados do mercado por causa de fatores que abrangem a própria questão da discriminação por conta da idade avançada. Além disso, a pesquisa tem o intuito de descobrir quais questões que fizeram estes, já em idade de aposentadoria, estar trabalhando. Qual é o perfil socioeconômico desses idosos? Esses têm tido acesso aos direitos sociais?

Para o desenvolvimento da metodologia, baseou-se no método histórico dialético, utilizando-se da pesquisa bibliográfica, documental (legislações específicas) e de campo. A pesquisa bibliográfica abordou as temáticas: idoso, identidade e políticas sociais.

Assim, refletimos sobre a trajetória das políticas sociais voltadas à pessoa idosa, destacando os desafios e as imposições do sistema capitalista, este não só exclui o idoso do mercado de trabalho, como também perpassa ideologicamente a velhice como algo ruim.

Já a pesquisa de campo se constitui em observações do processo de trabalho e uma entrevista estruturada com os trabalhadores da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Franca e Região, situada na cidade Franca no interior do estado de São Paulo.

A entrevista teve o intuito de quantificar, quantos idosos têm na cooperativa e quantos já estão se aproximando dos sessenta anos. Além disso, o artigo irá abordar a questão das condições de trabalho, se este acaba prejudicando a saúde e a qualidade de vida dos idosos trabalhadores.

Os resultados obtidos são frutos de uma pesquisa realizada no ano de 2013, com o Trabalho de Conclusão de Curso, “Identidades Recicláveis: a identidade dos catadores de materiais recicláveis na cidade de Franca/SP na primeira década do século XXI”. Para obtenção do bacharelado em Serviço Social, pela UNESP – Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, campus Franca.

As entrevistas e os dados foram analisados novamente, tendo agora como foco principal o idoso. Assim, os resultados da pesquisa são inéditos, já que analisamos em especial as respostas dos idosos, a entrevista foi aprovada pelo Comitê de Ética da UNESP.

Portanto, a relevância de nossa pesquisa se constitui na medida em que estuda como que as vulnerabilidades sociais, as faltas de políticas sociais efetivas, são usadas pelo capitalismo para empurrar os idosos para trabalhos precários como dos catadores de materiais recicláveis, exposto a doenças e sem direitos trabalhistas.

Por isso, buscamos por meio da pesquisa mostrar a importância de se buscar políticas sociais que abranja o idoso em sua complexidade, em meio de lutar contra a exclusão e discriminação do idoso.

Quem sou eu? Identidade, trabalho e velhice.

No Brasil nos últimos anos, o aumento da população idosa se deu principalmente pelo aumento da expectativa de vida. E nesse contexto vem se discutindo muito sobre a velhice, sobre sua conceituação.

No Brasil, a polêmica em torno da velhice vem crescendo a partir da década de setenta. Os censos ratificam a preocupação: a velocidade do crescimento da população considerada idosa é grande. O percentual de aumento do segmento social com 60 anos e mais era já no censo de 1980, quase o dobro (53,00%) do constatado para a população geral (27,77%) (HADDAD, 1993, p. 9).

A velhice não é apenas questões biológicas ou cronológicas, a velhice perpassa questões culturais, sociais, políticas, psicológicas. “Precisamos pensar a velhice numa perspectiva de totalidade social, mais do que um fato biológico. A velhice é um fenômeno com várias dimensões e complexidade, construído por fatores políticos, sociais, econômicos e culturais”. (SILVA, 1991, p. 98)

Aqui no Brasil, a Política Nacional do Idoso caracteriza como idoso o indivíduo com sessenta anos e mais (Brasil, 1996). Nosso maior desafio atualmente é romper com a ideia de velhice apenas em uma perspectiva cronológica, assim, precisamos discutir sobre um envelhecimento ativo, com qualidade de vida e digno.

Atualmente, além do problema de despreparo por parte do poder público para lidar com a questão, temos também uma ideologia negativa que acompanha a questão da velhice, para compreender essas construções sociais temos que entender como se constitui a identidade do idoso nessa sociabilidade.

A identidade do idoso se constrói em um emaranhado de relações sociais que constituímos em nossa sociedade. Acreditamos que a identidade dos indivíduos se constitui principalmente pelo agir, “[...] é

pelo agir, pelo fazer, que alguém se torna algo: ao pescar, pescador; ao desobedecer, desobediente; ao trabalhar; trabalhador.” (CIAMPA, 1984, p. 64).

Neste contexto, o trabalho tem um papel fundamental na formação da identidade dos indivíduos, por meio do trabalho que a pessoa se reconhece, se reconhece com outros, com sua classe social, com o gênero humano. O trabalho tem um papel central na vida do homem, por meio do trabalho que o homem se realiza, se reproduz e utiliza as suas capacidades humanas, “[...] homem que trabalha transforma é transformado pelo seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza [...]” (LUKÁCS, 1979, p. 16).

Por isso, a construção da identidade dos idosos se constitui de forma tão complexa, com a saída do idoso do trabalho, o idoso se sente perdido, há uma desvalorização da sua identidade, ou até mesmo este perde sua identidade.

[...] a aposentadoria também se associa a perdas, tanto de ordem física, quanto intelectual e social, o que conduz inegavelmente o homem maduro a tomar consciência de seu envelhecimento. Entre elas, a que traz maior preocupação, sem dúvida, é o salário e a dependência que o trabalhador passa a ter do sistema previdenciário. O rompimento brusco com o ambiente de trabalho também traduz a sensação da perda do status, do prestígio, que o trabalhador até então garantia junto às pessoas de suas relações, uma vez que o abandono desse papel não o aponta para outro que seja igualmente gratificante.

É bem verdade que, na idade da aposentadoria, o idoso ainda tem algumas funções socialmente reconhecidas, como sogro, pai, avô. Embora esses papéis possam trazer um razoável grau de satisfação, pelo fato de se restringir ao ambiente familiar, reduzem a forma significativa a identidade social. Além disso, o aposentado passa a pertencer a um grupo social ainda hoje discriminado, o de idosos. Normalmente, não é mais produtor de bens ou serviços e, portanto, não conta ponto em uma sociedade que ainda prioriza a produção (REIS, et al, 1996, p. 148)

Os idosos nesse contexto são excluídos do mercado de trabalho, estes não conseguem mais vender sua força laboral principalmente por uma discriminação da própria sociedade. Assim, os motivos para sua exclusão são diversos como: discriminando por conta da idade avançada, ou por este não estar preparado para atender as novas tecnologias do mercado de trabalho, ou por questões de saúde, entre outros.

O modo de produção capitalista valoriza o lucro, a mais-valia, a produtividade e acaba deixando o idoso em uma situação de não pertencimento quando o retira do mundo do trabalho. O idoso se torna um problema para o Modo de Produção Capitalista, pois o sistema subjuga que este não tem condições físicas para o trabalho, que este está mais propenso a doenças, tendo um ritmo reduzido de trabalho, assim, o sistema capitalista acaba excluindo, desvalorizando e descartando os idosos.

Portanto, as representações sociais, a imagem que se construiu e que vem sendo reforçada cotidianamente sobre a velhice, é uma imagem negativa, que oprime e exclui a pessoa idosa. Neste contexto, a identidade do idoso se constitui como uma identidade estigmatizada, como nos mostra Bauman:

(...) negado o acesso à escolha da identidade, que não têm direito de manifestar as suas preferências e que no final se vêem oprimidas por identidades aplicadas e impostas por outros – identidades de que eles próprios se ressentem, mas não tem permissão de abandonar nem das quais consegue se livrar. Identidades que estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam (...) (BAUMAN, 2005, p. 44).

O idoso que antes era conhecido como o advogado, o pintor, a faxineira, agora se vê obrigado a se reinventar, buscar novos afazeres, um novo sentido para a sua vida. Este processo é muito difícil, pela falta de políticas públicas voltadas para isto, pelas poucas instituições que oferecem atividades para a terceira idade.

E aí, o que fazer quando não se tem nada pra fazer? Para onde ir? A pessoa “vira” da noite para o dia, idoso, numa invenção social para perder sua identidade. (...) A capacidade de produzir, a questão econômica, sobrepõe a todas as demais fazendo inclusive, com que a valorização da vida humana se faça a partir de critérios meramente materiais. A pessoa humana é importante enquanto integra o sistema produtivo e contribui para a expansão do capital. Esse é o sistema em que vivemos. Um sistema de vida cruel e mutilador: um sistema que não oferece à imensa maioria de seus componentes o menor incentivo para viver. Que antecipa a morte das pessoas que envelhecem (SILVA, 1991, p. 98).

Outra questão, é que atualmente em virtude das mudanças no mercado de trabalho, com a flexibilização e com o aumento da terceirização, o desemprego vem aumentando cada vez mais no século XXI. O que vêm gerando duas consequências para os idosos, ou esse idoso é excluído do mercado de trabalho, ou esse idoso é obrigado a se inserir em um trabalho, para contribuir com a renda familiar.

O desemprego é marca recorrente no Brasil, problema que é fruto de um sistema excludente que precisa do exército industrial de reserva para se manter. Neste contexto, os idosos passam a compor o exército industrial de reserva, acabam sendo membros da massa excluída do mercado de trabalho e essa massa se torna fundamental para manter os salários baixos.

Assim, uma parte (sempre variável, maior ou menor) do proletariado aparece como sobrante em face das necessidades de acumulação; essa parcela supérfluos (excedentes) constitui o exército industrial de reservas; trata-se, mesmo de uma população que, diante das exigências da acumulação, pode ser designada como população excedentária ou super população relativa (NETTO; BRAZ; 2011 P.143).

Assim, a ideologia negativa da velhice contribui para a manutenção dos jovens/ adultos ocupando os postos de trabalho, “vale lembrar que, no modo de produção capitalista assim como nos demais modelos de organizações sociais antigos a imagem do velho é construída de acordo com os interesses dos segmentos dominantes da sociedade.” (SILVA, 2008, p. 25).

Do mesmo modo, que o sistema capitalista utiliza da ideologia para excluir o idoso do trabalho, ele também acaba inserindo o idoso por meio de trabalhos precarizados, informais. Como já foi dito anteriormente, o século XXI tem sido marcado pela informalidade e pelo aumento do desemprego, e essas características tem atingindo todos os indivíduos. Neste contexto, o idoso se vê obrigado a voltar a trabalhar para contribuir em casa, como também a aposentadoria do mesmo passa a ser a única renda fixa da família.

Assim, a nossa luta tem que ser para recuperar uma identidade valorizada e autêntica para o idoso, recuperando sua autoestima, para que este possa pertencer à sociedade, tendo seus direitos respeitados, tendo uma velhice digna, que respeita idoso enquanto ser humano, enquanto cidadão portador de direitos.

Por isso, temos que lutar enquanto cidadãos por campanhas educativas que desmistifiquem os preconceitos que permeiam a ideia sobre o modo de ser idoso, lutando por “(...) uma imagem mais justa e

real da 3ª Idade, diminuindo os preconceitos e tabus com fins de especulação financeira”. (SILVA, 1991, p. 99)

Cadê meus direitos? Políticas Sociais para idosos.

A Política Social é construída como forma de enfrentar as expressões da questão social. Esta surge por meio das lutas dos trabalhadores, de sua organização/mobilização política em busca de direitos sociais, em meio uma resistência ao capitalismo desenfreado.

Em 1923 constitui-se uma das primeiras políticas sociais no Brasil, a lei Eloy Chaves. Esta atendia através da Caixa de Aposentadorias e Pensões – CAPS, atendendo apenas algumas categorias de trabalho, principalmente as categorias que contribuíam com a economia exportadora do café, estas eram financiadas/administradas pelos trabalhadores que contribuíam.

Já em 1929, o país passa por um processo de industrialização, e fruto de uma demanda social da época se cria o Ministério do Trabalho, em 1930, e logo em seguida o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde, em 1932. Culminando na substituição do CAPS pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões - IAPS, em 1933. Estes abrangeram mais categorias profissionais e além da previdência também eram responsáveis pela saúde dos restritivos contribuintes.

Já no período de Ditadura Militar, em 1964, há um retrocesso dos direitos sociais e civis. Somente em 1988, com as mobilizações sociais e o movimento das “Diretas Já”, que se cria a Constituição Federal com princípios democráticos, que marca a redemocratização do país. A Constituição de 1988 se divide em três direitos fundamentais: a Saúde, Assistência Social e a Previdência Social.

Assim, como as políticas sociais, as políticas para idosos surgem de uma demanda social, com o aumento da expectativa de vida, que aumentou mundialmente, os idosos e suas famílias passaram a buscar direitos que atendessem sua realidade social.

A questão do idoso passou a ser pauta mundial e a primeira assembleia que discutiu sobre os aspectos sociais e econômicos das pessoas idosas foi a Assembleia Mundial das Nações Unidas sobre envelhecimento, que ocorreu em 1982, na cidade de Viena. Segundo Camarano e Pasinato (2004, p. 254) foi o primeiro fórum global intergovernamental, que gerou a aprovação de um plano global de ação.

Segundo Teixeira (2008, p. 184), o plano de ação global tinha por objetivo a construção de uma visão do idoso que engloba vários direitos como trabalho, educação, saúde e moradia, subsídios para criar políticas e programas destinados à população idosa, desmistificar alguns estereótipos sobre a velhice passando uma imagem positiva do processo de envelhecimento e a questão da renda como principal meio do idoso manter sua autonomia.

Além dessas questões, outras foram surgindo a partir dos anos, principalmente com a Segunda Assembleia Mundial sobre Envelhecimento, que ocorreu em 2002, na cidade de Madri. Assim, “(...) a visão de idosos (as) como um subgrupo populacional vulnerável e dependente foi sendo substituída pela de um segmento populacional ativo e atuante que deve ser incorporado na busca do bem-estar de toda a sociedade”. (CAMARANO; PASINATO, 2004, p.257-258).

No Brasil, as principais políticas sociais para idosos surgem com a Constituição de 1988, com luta dos trabalhadores e com influências internacionais, já referenciadas a cima. As primeiras políticas para idosos foram em 1961 com a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia e com o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

A primeira iniciativa do governo federal na prestação de assistência ao idoso ocorreu em 1974, e consistiu em ações preventivas realizadas em centros sociais

do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e da sociedade civil, bem como de internação custo dia dos aposentados e pensionistas do INPS a partir de 60 anos. A admissão em instituições era feita considerando o desgaste físico e mental dos idosos, a insuficiência de recursos próprios e familiares e a inexistência de família ou abandono por ela. Outra iniciativa do governo federal em prol dos idosos carentes durante os anos 1970 foi a criação de dois tipos de benefícios não contributivos: as aposentadorias para os trabalhadores rurais e a renda mensal vitalícia (RMV) para os necessitados urbanos e rurais (CAMARANO; PASINATO, 2004, p.264).

Já em 1974, criam-se dois programas voltados para o envelhecimento, o Programa de Assistência aos Idosos (PAI), Projetos de Apoio à Pessoa Idosa (PAPI). Outro programa importante também desse período foi a “Política Social do Idoso”, em 1977. E a Constituição de 1988, que significou vários avanços. Outro fato importante para o fortalecimento das legislações para os idosos foi o Encontro Internacional sobre Envelhecimento, em 1996, na cidade de Brasília. E em 1999, o Ministério da Saúde elabora a Política Nacional de Saúde do Idoso.

Mas, somente no ano de 2003, é aprovado o estatuto do idoso, que une as legislações e políticas para idosos em um plano mais sólido, passando a assegurar a saúde, a educação, o trabalho, o lazer, entre outros direitos. O estatuto do idoso discorre sobre vários direitos dos idosos, dentre eles sobre o papel da família e do estado, e aborda sobre o direito de salário mínimo para o idoso que não tem como se manter, garante o transporte, o desconto para acesso de atividades culturais e de lazer, fala sobre o direito de exercer atividade profissional e sobre a punição de discriminação e maus tratos contra os idosos.

Assim, o estatuto foi importante na luta por direitos para os idosos, significando um grande avanço para as políticas sociais. Mas, a luta ainda continua, tendo em vista que se prioriza e se investe mais em políticas públicas para jovens e adultos do que para idosos.

O estado tem a responsabilidade de cuidar do indivíduo em todas as fases da vida, mas o poder público investe menos recursos em políticas e programas para idosos, porque estes não constituem a grande massa votante. A velhice merece “(...) outro tipo de tratamento por parte dos dirigentes, que não fosse o esquecimento e o descaso dos oficiais”. (SILVA, 1991, p. 99)

Também temos que refletir até que ponto os direitos sociais dos idosos estão se efetivando na vida. O idoso está tendo seus direitos sociais respeitados? O que estes recebem da aposentadoria ou do Benefício de Prestação Continuada é suficiente para viverem com dignidade? Estes estão tendo o direito de saúde respeitado? Acesso a medicamentos? Acesso a lazer, a cultura?

Infelizmente, muitos dos direitos sociais não se efetivam na prática. Por isso, temos que lutar pela efetivação e ampliação dos direitos, temos que lutar por uma velhice digna a todos os idosos, para que se consiga realmente promover um amparo e uma proteção social para os mesmos.

Considerações finais

Podemos concluir com a pesquisa que os direitos sociais são resultados das lutas dos trabalhadores, e que no contexto que vivemos hoje de flexibilização e aumento do desemprego, percebemos que as legislações para os idosos, apesar de ser um avanço, não tem conseguido dar o amparo necessário para a construção de uma velhice com qualidade de vida.

Há uma resistência por parte do poder público em investir em políticas sociais para pessoas idosas, estes acabam ficando desamparados e sujeitos ao esquecimento, às políticas públicas existentes para estes não conseguem acompanhar a complexidade da realidade social vivida pelos mesmos.

Portanto, em um contexto em que as políticas sociais não abrangem os idosos em sua totalidade e que há uma reestruturação do mundo do trabalho, no qual todas as pessoas da sociedade sofrem com a insegurança do mercado de trabalho. A renda da pessoa idosa passa a ser vital, para sobrevivência não só sua, mas muitas vezes de sua família, vendo-se obrigado, muitas vezes, a continuar com suas atividades laborais.

Os benefícios tanto da aposentadoria, como o Benefício de Prestação Continuada, não tem dado condições básicas de existência para o idoso, sendo que a renda do idoso não ultrapassa muitas vezes um salário mínimo. “pode-se constituir um período de empobrecimento e até mesmo de miséria, dada a depreciação constante de seu valor e a difícil possibilidade de complementação de renda com outro trabalho remunerado”. (SALGADO, 1982, p. 53)

Por esses motivos, muitas vezes o idoso se vê obrigado a continuar ou a voltar para o mercado de trabalho. O Estatuto do Idoso (BRASIL, 1996) incentiva o trabalho e proíbe a discriminação por idade, mas o que acontece que muitas empresas, excluem os mais velhos, dando preferência ao mais jovem.

O Estatuto Idoso (BRASIL, 1996) nesse contexto estabelece que o Poder Público deva criar programa de incentivo para que as empresas privadas empreguem idosos. Mas, a discriminação esta associada por parte da empresa, por responsabilidade da ideologia que se passa sobre a velhice: como se o idoso tivesse baixo desempenho, baixa produtividade no trabalho, com uma incapacidade para aprender coisas novas.

Com o idoso excluído do mercado de trabalho formal este acaba procurando soluções individuais através dos trabalhos informais, ou como no caso dos catadores pesquisados, estes acabam indo para os empreendimentos solidários, como as cooperativas. Assim, os idosos encontram nas iniciativas solidárias uma forma de recuperar o status de trabalhador, de ter sua renda e de enfrentar as discriminações relacionadas à idade.

A construção da economia solidária é uma destas outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente (SINGER, 2000, p. 138).

Com a pesquisa de campo foi possível perceber que o preconceito acaba excluindo o idoso e acaba empurrando estes para serviços precários, no qual expõe sua saúde, como o trabalho na Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Franca e Região – COOPERFRAN.

Segundo Junta (2005, p.43) com o apoio e o suporte da Prefeitura Municipal de Franca foi criada a cooperativa COOPERFRAN, no ano 2000. A cooperativa surgiu a partir de uma pesquisa que contatou 237 catadores na cidade de Franca/SP.

A cooperativa ao mesmo tempo em que se constitui como um espaço democrático, no qual se divide os lucros e as despesas, esta tem pontos negativos como: os trabalhadores recebem de acordo com o que produzem, ficam expostos a doenças por causa do contato com o material reciclável, ficando expostos a acidentes, tendo em vista que chegam materiais perfurantes e indevidos na esteira. Além dessas questões, a cooperativa também acaba sendo alvo da presença de animais que transmitem doenças, como aranhas, ratos, entre outros.

Fizemos uma entrevista estruturada com todos os trabalhadores da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Franca e Região – COOPERFRAN, perguntando a idade, segundo a pesquisa apenas

9% eram idosos, ou seja, tinham mais de sessenta anos. E que se aproximam já da velhice, pessoas com 50 anos até 59, foram 25%.

Os dados deixaram claro, que o idoso é realmente excluindo do mercado de trabalho, mostrando que este ainda é uma minoria, mesmo as cooperativas sendo espaços mais democráticos. Direcionei minha pesquisa para a minoria, os idosos, dentro da cooperativa, apesar de ser uma amostra pequena me deu resultados relevantes sobre a realidade do idoso trabalhador.

O principal motivo que fizeram esses idosos entrar na cooperativa, esta no fato que precisavam trabalhar, sendo que um dos entrevistados justificou que o salário de aposentado, de apenas um salário mínimo não era suficiente para conseguir sobreviver. “Outro ponto importante com relação à profissionalização e ao trabalho para o idoso refere-se à necessidade de aposentados continuarem trabalhando, pela remuneração e devido às baixas aposentadorias, inclusive muitos continuam sendo arrimos de família”. (SOARES; GIAQUETO, 2010, p. 6)

O trabalho do idoso com materiais recicláveis se configura como um paradoxo, por um lado o idoso se reconhece pelo trabalho que faz, continua socialmente produtivo em uma sociedade que valoriza a produtividade. Mas, por outro lado, o que tem levado esse idoso trabalhar, é o baixo valor da aposentadoria, é a responsabilidade de ter que colaborar em casa, é a falta de políticas sociais mais abrangentes.

Além dessas questões, outro ponto negativo é que o trabalho com materiais recicláveis, querendo ou não acaba deixando o sujeito mais expostos a doenças. A esfera social, o tipo de trabalho que este realiza também vai influenciar na sua vida, na sua saúde.

A questão biológica denota um grupo de alterações somadas ao longo da vida, que podem ser naturais em determinadas instancias e, em outras, patológicas, mas em ambas as situações as três esferas citadas (social, cultural e psicológica) vão influenciar o aspecto biológico. É sabido que, na terceira idade, tem-se uma serie de mudanças naturais, seja no paladar, na vascularização, na audição, na condição musculoesquelética etc. Por estas e outras condições, há incidência de certos agravos nessa fase da vida, como: hipertensão arterial, cardiopatias, diabetes mellitus, quedas pela redução da força muscular e outras (SANTOS; KARSCH, MONTAÑÉS, 2010, p.166).

Outra questão abordada foi de quem era a principal renda da casa, os 9% afirmaram que a principal renda da casa era a deles. Reforçando a ideia que atualmente o idoso trabalhador tem a responsabilidade de manutenção financeira do lar. Segundo um estudo multicêntrico com mais de 2.143 idosos (acima de sessenta anos), na cidade de São Paulo constatou que 67,5% dos idosos entrevistados consideravam a disponibilidade de dinheiro insuficiente. (LEBRÃO, 2003, apud SANTOS; KARSCH, MONTAÑÉS, 2010, p. 170)

Todos idosos entrevistados da cooperativa afirmaram que não completaram o ensino fundamental. Segundo um estudo multicêntrico com mais de 2.143 idosos (acima de sessenta anos), na cidade de São Paulo constatou que 21% dos idosos pesquisado nunca frequentaram escola e 46% dos pesquisados tinham frequentado menos de quatro anos. (LEBRÃO, 2003, apud SANTOS; KARSCH, MONTAÑÉS, 2010, p. 167)

“Neste mundo contemporâneo caracterizado como a era do trabalho, cujo mercado de trabalho, vem exigindo um perfil profissional cada vez mais qualificado e produtivo, como fica o trabalhador idoso, que na sua maioria teve uma baixa escolaridade e quase nenhuma especialização?”. (SOARES; GIAQUETO, 2010, p. 5). Estes ficam expostos aos trabalhos subalternos e precários.

Os idosos trabalhavam em dois setores antes de trabalhar na cooperativa, ou no setor rural, ou como empregado doméstico, prestando serviço como faxineira ou/e diarista. Assim, através desse fato vemos que a desigualdade social, a pobreza acaba perpassando todas as fases do sujeito, na infância, na idade adulta e na velhice, acompanhando o sujeito por toda a vida.

O trabalhador que foi explorado durante todo tempo de vida que esteve no mercado de trabalho, que sofreu com a alienação e os direitos sociais básicos sendo desrespeitados, viverá, na velhice, as consequências das condições precárias de uma vida toda, agravadas pela precariedade dos direitos em relação ao trabalho, ou à falta dele, ou aos poucos recursos da aposentadoria na velhice. Para os idosos, a idade configura-se, neste contexto, mais um fator de acirramento da desigualdade social (SOARES; GIAQUETO, 2010, p. 7).

A questão do direito ao lazer também foi levantada, nenhum dos idosos entrevistados faz atividades físicas, ou algum tipo de curso. Mostrando que os direitos ao lazer, a cultura, fica quase nulo para o idoso que não podem pagar. As atividades que estes mais realizam quando não estão trabalhando são: ouvir rádio, cuidar das plantas, mexer na horta e fazer as tarefas domésticas. Uma das entrevistas abordou a questão que não sai de casa, que não se tem nada pra fazer além dos serviços da casa. Os idosos entrevistados disseram que não assistem televisão ou acessam a internet.

Com a pesquisa percebemos que os idosos das classes mais baixas que acabam se sujeitando a um trabalho muitas vezes precário, mas percebemos também que muitas vezes nem esses trabalhos eles conseguem como nos mostrou o resultado da pesquisa, que minoria dos catadores são idosos.

Com esses resultados podemos perceber que a legislação do idoso tem que se efetivar, através de uma aposentadoria digna, uma aposentadoria que não só faça o idoso sobreviver, mas que o faça viver. Através de política de lazer, recreação e cultura que exista fazendo com que este tenha para onde ir, que este se redescubra, que esse ache outras atividades que te complete, que trabalhe com suas capacidades humanas. Que este tenha a possibilidade de escolher se quer trabalhar ou não, e não tenha que aceitar um trabalho imposto pela falta de outras possibilidades na vida, pelas condições financeiras. O idoso deve ter o direito de parar de trabalhar também respeitado.

O idoso não pode apenas sobreviver, o idoso tem que viver, utilizando sua capacidade humana, tem que ter relações com outros homens, tem que ter direito de envelhecer dignamente, tem que ser considerado um sujeito de direitos.

Acreditamos na velhice!

Acreditamos na sua cultura, no seu jeito de ser, no seu olhar de que já viu muito. Acreditamos na vida que traz no peito. No seu olhar expressivo quando chega até nós. Acreditamos na sua história contada mais de uma vez, porque acha que nós não acreditamos nela. Acreditamos sim... só que os tempos mudaram. E o idoso também precisa mudar. Acreditamos na sua fala mansa, vigorosa e cansada de tanto procurar explicação por abandono familiar e social. Acreditamos nos seus pés calejados de tanto caminhar na vida, para dar o de comer e o de beber aos seus... Acreditamos em suas mãos velhas e enrugadas, de tanto dar duro na roça para fazer crescer o arroz e o feijão, e, assim, alimentar milhares de pessoas. Herói anônimo (SILVA, 1991, p. 105-106).

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zagar, 2005.



BEHRING, E. R. BOSCHETTI, I. **Política social: Fundamentos e história**. 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2008. (biblioteca básica de serviço social; v.2).

BRASIL, Congresso Nacional. Decreto n. 1498, de 3 de julho de 1996. **Regulamenta a lei n. 8.842**, de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências. Diário Oficial da Realidade Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, seção I, ano 134, n. 128, 4 de jul. 1996.

CAMARANO, A. A. PASINATO, M. T. **O Envelhecimento Populacional na Agenda das Políticas Públicas**. In: Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?/ Organizado por CAMARANO. - Rio de Janeiro: IPEA, 2004. Disponível em <<http://www.ucg.br/ucg/unati/ArquivosUpload/1/file/Envelhecimento%20Populacional%20na%20Agenda%20das%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas.pdf>> acesso em 02/03/2014.

CIAMPA, A. C. Identidade. In: W. Codo. S. T. M. Lane (Orgs). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984. (58-75)

HADDAD, E. G. M. **O direito a velhice**: os aposentados e a previdência social. São Paulo: Cortez, 1993.

JUNTA, V.S. **Educação Ambiental e Socioeconomia Solidária**: A experiência da cooperativa de catadores de materiais recicláveis de Franca. Franca: UNESP, 2005.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social**: Os princípios fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

NETTO, J. P. BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

REIS, B. F. et al. **Preparando para a aposentadoria e os programas nessa área**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, nº 52, dezembro de 1996.

ROSA, B. O. **Identidades Recicláveis**: a identidade dos catadores de materiais recicláveis, na cidade de Franca/SP, na primeira década do século XXI. Franca : [s.n.], 2013.

SALGADO, M. A. **Velhice, uma nova questão social**. São Paulo, SECS, 1982.

SANTOS, A. S. KARSCH, U. M. MONTAÑÉS C. M. **A rede de serviços de atenção à saúde do idoso na cidade de Barcelona (Espanha) e na cidade de São Paulo (Brasil)**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, nº 102, abril/junho de 2010.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SILVA, J. A. **Acreditando na velhice**: novos caminhos. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, nº 37, dezembro de 1991.



SILVA, Bruno Lopes da. **O impacto do Benefício da Prestação Continuada (BPC) na vida de velhos trabalhadores de Franca/SP** – Franca : [s.n.], 2010. Trabalho de conclusão (bacharelado – Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

GIAQUETO, A. SOARES, N. **O trabalho e o trabalhador idoso**. Sem. de Saúde do Trabalhador de Franca Sep. 2010. Disponível em:

<http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000112010000100007&script=sci_arttext>

Acesso: 18/03/2014.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: Implicações para a proteção social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

PROGRAMAS DE HABITAÇÃO SOCIAL: PROJETOS E DESENVOLVIMENTO URBANO NAS CIDADES DE FRANCA/BRASIL E PRAIA/CABO VERDE (2009-2013)

Stefano Rocha da Cruz
Universidade Estadual Julio de Mesquita Filho
stefrcruz@hotmail.com

Mauro Ferreira
Universidade Estadual Julio de Mesquita Filho
mauroferreira52@yahoo.com.br

Resumo

Programas de habitação de interesse social devem ter como objetivo resolver o problema de déficit habitacional. Soluções foram propostas no Brasil através da implantação dos programas habitacionais de cunho social “Minha Casa Minha Vida” e em Cabo Verde, “Casa Para Todos”. Este artigo objetiva analisar através de indicadores habitacionais os projetos através dos programas nas cidades de Franca/Brasil e Praia/ Cabo Verde. Utilizando referencial teórico no campo do Planejamento e Análise de Políticas Públicas e Ordenamento Territorial, reflete-se sobre a instrumentalização, efetivação e benefícios do MCMV e CPT e sua interface com o desenvolvimento urbano local. O acesso à habitação é reconhecido como um direito social da população, cabendo à administração pública provê-la.

099-2419

Palavras chave: MCMV; CPT; indicadores habitacionais, projetos.

Introdução

O déficit habitacional causa impactos na vida das pessoas. Cabe ao governo realizar políticas públicas de interesse social para a atenuação dos seus danos, através da elaboração de planos que atendam a demanda da população e promovam uma melhoria no ordenamento e planejamento territorial urbano.

Segundo Tavares (2007), a gestão de um território promove qualificação das suas diversas regiões. Para que ocorra o desenvolvimento urbano e habitacional integrados, é preciso conhecer a realidade com que se lida e os interesses que norteiam as ações do governo, mercados e sociedade civil. Isto pressupõe um conhecimento das necessidades habitacionais dos cidadãos, gestão e aplicação eficaz de políticas públicas direcionadas para a resolução do problema habitacional.

Políticas públicas para a habitação foram criadas durante o governo do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), incluído o programa “Minha Casa Minha Vida” – MCMV. Fruto da problemática de déficit habitacional com que se vivia no Brasil, instituída pela Lei 11.927, de 2009, o MCMV teve como objetivo a formulação de mecanismos de incentivo à produção e compra de unidades habitacionais destinadas a famílias de baixa renda que residissem em qualquer município brasileiro.

Por outro lado, no continente africano, em Cabo Verde, desenvolveu-se o programa “Casa Para Todos” - CPT que, partilhando dos mesmos objetivos do programa “Minha Casa Minha Vida”, objetiva o combate ao déficit habitacional para a concretização do direito constitucional de acesso a uma moradia

condigna, requalificação dos espaços urbanos, construção de equipamentos sociais e valorização dos recursos fundiários.

Neste artigo descrevemos, a partir de referenciais bibliográficos no campo do planejamento e análise de políticas públicas e ordenamento territorial, o histórico dos programas habitacionais citados nos dois países em questão com foco nas cidades de Franca e Praia e através de relatórios governamentais, os resultados concretos dos programas obtidos até o presente momento e sua interface com o desenvolvimento urbano local. Ambos são centrais para a resolução do déficit habitacional no Brasil e em Cabo Verde.

1. Políticas habitacionais

1.1. Brasil: Programa habitacional “Minha Casa Minha Vida” –MCMV

Em 2001, foi promulgada a Lei que criou o Estatuto das Cidades (nº 10.257, de 10 de julho de 2001) e, posteriormente o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (nº 11.124, de 16 de junho de 2005). Grosso modo, o objetivo desta nova legislação era fornecer suporte jurídico mais sólido às estratégias e processos de planejamento urbano. Tornou-se possível exigir o cumprimento da função social da propriedade, do planejamento participativo nas políticas e um acesso universal à cidade, possibilitando ainda, em 2009, o lançamento do programa governamental habitacional “Minha Casa Minha Vida”.

Idealizado pelo governo federal, durante a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), o MCMV destina-se principalmente às famílias de baixa renda, onde está concentrado o déficit do país. Através da criação de mecanismos de incentivo à produção e compra de unidades habitacionais, o programa propôs metas que solucionassem o déficit habitacional nas cidades brasileiras. O programa é gerido pelo Ministério das Cidades e operacionalizado pela Caixa Econômica Federal (CEF) que, através de aquisição de terrenos e construção de conjuntos habitacionais, garantem o acesso a uma moradia baseada nos padrões de sustentabilidade, segurança e habitabilidade. Encontram-se ainda dentro das diretrizes do programa a dinamização do setor de construção, geração de empregos e de renda como indicam Gonçalves, Dutra, Lopes e Rodrigues (2014).

Tabela nº 1: Déficit habitacional: valores absolutos, Brasil, 2007-2011

Ano	Déficit habitacional Valores absolutos	
	Urbano	Rural
2007	4.607.176	986.015
2008	4.278.033	913.532
2009	4.791.825	911.178
2011	4.548.545	860.665

Fonte: Furtado, Luiz Neto e Krause (2013) utilizando dados dos PNADs In Gonçalves, Dutra, Lopes, Rodrigues (2014) adaptado por Cruz e Ferreira (2014).

Na tabela 1 se encontram dados do déficit habitacional brasileiro de 2007 a 2011. Este período é relevante para o entendimento do contexto em geral, as motivações da criação do MCMV e avaliação de seus impactos no desenvolvimento urbano. Em 2007, ano anterior à implantação do programa, os valores eram superiores. Em 2008, com o advento da crise financeira internacional, causada pelo bolha imobiliária

nos Estados Unidos da América, o setor de construção civil sofreu um forte abalo com quebra de investimentos, especulações e aumento de dívidas. Este evento causou impactos mundiais afetando o setor imobiliário mundial.

No Brasil, em 2009, como solução à crise imobiliária, o governo decide investir na construção civil e geração de empregos para impulsionar o setor. Percebe-se que os valores do déficit habitacional decrescem a partir deste momento. Com a instauração do “Minha Casa Minha Vida” é perceptível nos avanços na mitigação deste problema através da implantação desta política de interesse social.

Para complementar a ideia, na tabela 2, apresentamos a relação entre o déficit habitacional e faixas de renda familiar no período de 2007-2011. Consta-se que a faixa que mais sofre com a falta de moradias situa-se entre zero e três salários mínimos. Em 2009, essa faixa salarial situava-se até R\$ 1.395,00 e o programa habitacional “Minha Casa Minha Vida” é destinada a essa classe mais necessitada e demandadora dos serviços habitacionais públicos (GONÇALVES, DUTRA, et al. 2014).

Tabela nº 2: Distribuição percentual do déficit habitacional urbano, por faixas de renda média domiciliar mensal, Brasil, 2007-2011

Ano	Faixas de renda mensal familiar (em salários mínimos)			
	Até 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10
2007	70,7	13,1	10,4	5,7
2008	65,1	13	9,5	5,2
2009	72,6	13,8	9,7	5,8
2011	70,6	11,3	8,8	6

Fonte: Furtado, Luiz Neto e Krause (2013) utilizando dados dos PNADs In Gonçalves, Dutra, Lopes, Rodrigues (2014).

1.2. Resultados do “Minha Casa Minha Vida” cidade da Franca e sua interface com o desenvolvimento urbano local

Geograficamente, a cidade de Franca situa-se no extremo nordeste paulista com uma taxa de urbanização rondando os 98,23%, população de 318.396 habitantes e déficit habitacional de 12.536 domicílios (IBGE, 2010 apud FERREIRA, 2013). Sua economia é voltada para a produção de calçado masculino e outros utensílios de couro, atendendo inclusive o mercado externo. Segundo Fuentes (2006) em função da expansão da indústria coureiro-calçadista, houve um processo de crescimento urbano a partir da década de 60. Com o crescimento da população deu-se o agravamento do problema habitacional através da ampliação da demanda por moradias, infraestrutura e demais serviços públicos.

A Lei Orgânica do Município de Franca (FRANCA, 1990) estabelece os princípios de um planejamento direcionado para o desenvolvimento integrado da comunidade. As funções sociais devem assegurar o acesso de todos os cidadãos aos bens e serviços urbanos a fim de garantir condições de vida e moradias compatíveis com o desenvolvimento da cidade. Isso inclui o direito a uma moradia digna para mais os necessitados destes serviços habitacionais.

Na cidade de Franca foi lançada, em junho de 2014, uma cartilha informativa com vista à realização de inscrições no programa “Minha Casa Minha Vida”. As inscrições terminaram a 15 de agosto do mesmo ano e a faixa atendida é a que possui uma renda bruta familiar de até mil e seiscentos reais (R\$

1.600,00). A seleção dos beneficiários será por sorteio dos quais se destacam requisitos como ser um cidadão emancipado, eleitor e morador no Município de Franca há no mínimo dois anos até a data da realização da inscrição (PREFEITURA DE FRANCA, 2014).

As moradias destinam-se, de acordo com a Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 e Lei Municipal nº 7.708 de 07 de agosto de 2012, os idosos (maior de sessenta anos) serão beneficiados com 5% das moradias e, nos termos do Decreto nº 5296 de 02 de dezembro de 2004 e Lei Municipal nº 8.069 de 14 de maio de 2014, 10% serão destinados a pessoas com deficiências ou famílias que tenham pessoas com deficiências. O restante das moradias será atribuído através de pontuação, dado ao seu rendimento familiar e critérios específicos: 75% para candidatos que alcancem a pontuação de 5 a 6 pontos e os restantes 25% que fizerem de 1 a 4 pontos. O período para quitar o serviço está estabelecido em dez anos com prestações de no máximo R\$ 80 (PREFEITURA DE FRANCA, 2014).

Até ao momento, os resultados alcançados, em parceria com o Governo Federal, através do programa Minha Casa Minha Vida, se baseiam na construção de 1062 unidades habitacionais que se encontram em fase de construção e serão sorteados no ano de 2015. São eles o Residencial Bernardino Pucci, Residencial Rubi e Residencial Copacabana.

Tabela nº 3: Resultados alcançados do “Minha Casa Minha Vida” em Franca-2014

Unidade Habitacional	Nº de moradias	Investimentos¹³
Residencial Bernardino Pucci	496	USD\$ 15.656.567
Residencial Rubi	160	USD\$ 5.050.505
Residencial Copacabana	406	USD\$ 12.815.657

Fonte: Central de Habitação e Portal da Transparência, adaptado por Cruz (2014)

2. Cabo Verde: programa habitacional “Casa Para Todos”

Formado por nove ilhas habitadas: Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Sal, Boavista, Maio, Santiago, Fogo e Brava, obteve a sua independência, de Portugal, em 1975. Os centros urbanos desenvolveram-se, mas, não acompanharam o ritmo do aumento da população e demanda por moradia, infraestrutura e serviços. Existe uma desigualdade em termos de acesso a loteamentos privilegiados que se destinam prioritariamente a empreendimentos turísticos. Isso promoveu aumento das construções espontâneas num país com um modelo de desenvolvimento vigente em países ricos (MOSSAB, 2012).

A construção clandestina de moradias é resultado das carências habitacionais decorrentes da inexistência de políticas governamentais e habitacionais que atendam as necessidades da população. Essas construções se desenvolvem em áreas que são desvalorizadas pelos planos governamentais e sem perspectiva de urbanizações favorecendo a expansão de bairros ilegais (MATOS, 1990 apud GONÇALVES, 2007).

A distribuição da população pelas ilhas de Cabo Verde é desequilibrada. Mais da metade concentra-se em Santiago e o restante nos outros centros populacionais: São Vicente, Santo Antão e Fogo. Verifica-se um decréscimo da população em Santo Antão, São Nicolau, Fogo e Brava, fruto da migração interna para os principais centros urbanos e industriais e com maior solidez econômica em Santiago e São Vicente. Na tabela 3 podemos ver o número da população residente nas ilhas nos anos de 2000 e 2010. O maior aumento ocorreu na ilha de Santiago, principalmente na cidade da Praia.

¹³ As informações sobre os investimentos foram solicitadas e obtidas no site do Governo Federal brasileiro: Controladoria Geral da União, portal da transparência disponível em <http://www.portaltransparencia.gov.br/>. Os valores obtidos em Reais (R\$) foram convertidos, pelo autor, em Dólares (USD\$) no portal de conversão de moedas pelo Banco Central do Brasil <http://www4.bcb.gov.br/PEC/CONVERSAO/CONVERSAO.ASP>, no dia 15/07/2014.

Tabela nº 4: População residente em Cabo Verde por ilha nos anos de 2000 e 2010

ILHAS	ANO	
	2000	2010
Santo Antão	47.170	43.915
São Vicente	67.163	76.140
São Nicolau	13.661	12.817
Sal	14.816	25.779
Boavista	4.209	9.162
Maio	6.754	9.952
Santiago	236.627	274.044
Fogo	37.421	37.071
Brava	6.804	5.995

Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (2014) adaptado por Cruz (2014)

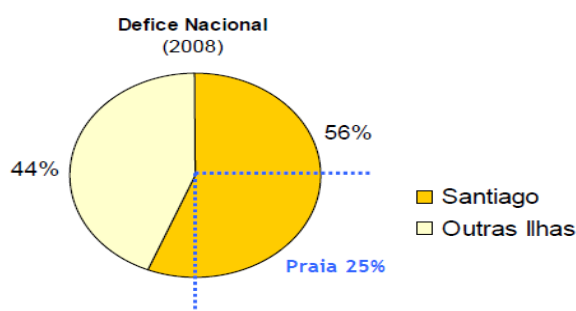
O programa habitacional Casa Para Todos foi criado como solução para o défice habitacional em 2009. O ano foi eleito o da habitação pelo país, através da promoção de medidas e estratégias, com destaque ao enquadramento da problemática habitacional, mobilização de parcerias e recursos entre outros a fim de concretizar o direito constitucional de acesso à moradia digna.

Como uma das políticas prioritárias do país, o programa consiste em desenvolver projetos e atingir metas para a redução do défice habitacional nos próximos anos. Através de um investimento financeiro direto, proveniente de Portugal e cooperação técnica com o Brasil, o programa foi operacionalizado (IFH, 2014).

2.1. Resultados na cidade da Praia e sua interface com o desenvolvimento urbano local

As metas do programa habitacional Casa Para Todos, entre os anos de 2009 e 2011, eram a redução do défice quantitativo em 20% de um total de 40.776 com a construção de 8.470 habitações e 24 % do défice qualitativo de um total de 66. 013 incidindo na infraestrutura urbana e reabilitação de moradias distribuídas por todo o país (IFH, 2014).

De acordo com o Ministério da Descentralização, Habitação e Ordenamento Territorial de Cabo Verde (2014), em 2008, na ilha de Santiago, tinha-se uma concentração de 56% do défice nacional. A cidade da Praia, a cidade principal, concentrava 25 % devido a sua maior dinâmica económica e destino da migração proveniente das outras ilhas e internacional de países do continente africano.



Fonte: Ministério da Descentralização, Habitação e Ordenamento Territorial de Cabo Verde, 2014

Os resultados alcançados até ao momento, na cidade da Praia, contemplaram as localidades de Palmarejo Grande e Tira Chapéu com 190 habitações concluídas com os seguintes números e investimentos¹⁴:

- Palmarejo Grande: construção de um conjunto de 140 habitações com um investimento de USD\$ 5.254.357, que foram gerados 112 empregos diretos e 333 indiretos.

Número	Classe	Tipologia
40	B	2 T1; 18 T2; 20 T3
100	C	5 T1; 45 T2; 50 T3

Fonte: IFH (2014), adaptado por Cruz (2014)

- Localidade Tira Chapéu: construção de um conjunto de 50 habitações com um investimento de USD\$ 1.665.746 em que foram gerados 40 empregos diretos e 120 indiretos.

Número	Classe	Tipologia
25	A	10 T2; 15 T3
25	B	10 T2; 15 T3

Fonte: IFH (2014), adaptado por Cruz (2014)

Esses projetos foram concluídos e entregues a famílias que se inscreveram no programa. Como critérios de seleção a classe A (USD\$ 0 a 491) é a mais beneficiada; classe B (USD\$ 0 a 1.228); classe C (USD\$ 491,58 a 2.212). Em ambos podem ser escolhidos todos os cidadãos que não possuam uma moradia própria ou que possuam uma habitação própria em muito mau estado.

Os casos são analisados de forma individual, avaliando-se as reais necessidades do usuário do serviço público, incluindo número do agregado familiar e as despesas da família. É imperativo que os cidadãos declarem dados verídicos no momento da inscrição para que possa haver uma atribuição do serviço de forma justa e com um preço suportável pela família beneficiada. Os custos mensais com a moradia não podem representar mais que 30% do rendimento familiar. A classe A consegue o seu serviço através de um arrendamento social ou compra com empréstimo bancário mediante subsídio do Estado e do Fundo de Garantia. As de classe B e C, mais capazes financeiramente, adquirem a moradia através de financiamento bancário com bonificação mediante o Fundo de Garantia (IFH, 2014).

Considerações finais

Os programas habitacionais de interesse social “Minha Casa Minha Vida” no Brasil e “Casa Para Todos” em Cabo Verde são avanços para solucionar o déficit habitacional nas cidades em questão, estudadas ao longo deste trabalho. Com medidas pontuais e metas para cumprir, é visível o comprometimento do setor público com o intuito de garantir o direito constitucional de acesso a uma moradia digna e benefícios sociais para os setores mais necessitados.

¹⁴ Os valores dos investimentos foram convertidos pelo autor em Dólares (USD\$) pelo Banco Central do Brasil, 15/07/2014.

Embora não tenha sido proposta uma comparação entre as duas cidades estudadas, pode-se constatar que ambas, em termos de indicadores habitacionais, de construção de moradias apresentam resultados positivos neste curto período entre o lançamento do programa e assinatura de projetos. Na Praia, foram concluídas e entregues 190 habitações enquanto que, em Franca, ainda estão em processo de construção os primeiros conjuntos de apartamentos que perfazem um total de 1062 unidades.

Como se trata de uma política de habitação que terá continuidade, de longo prazo, novos estudos serão necessários para verificar o grau de realização das metas e dos projetos em andamento, no sentido de viabilizar o direito à moradia a todos, objetivo de ambos os programas e da administração pública.

REFERÊNCIAS

_____. **BANCO CENTRAL DO BRASIL.** Conversão de moedas, disponível em <http://www4.bcb.gov.br/PEC/CONVERSAO/CONVERSAO.ASP>, acesso 15/07/2014.

_____. **BRASIL.** Lei. 4.380, de 1964; **Decreto Legislativo.** 102, de 1977; **Lei.** 10.257, de 2011; **Lei.** 11.124, de 2005.

_____. **CASA PARA TODOS.** *Ministério da descentralização, habitação e ordenamento do território.* IFH. 2014.

_____. **CASA PARA TODOS.** *Descrição dos projetos Casa Para Todos.* Ministério da Descentralização, Habitação e Ordenamento Territorial. 2014.

_____. **CASA PARA TODOS.** *Socialização do ponto da situação do CPT.* Ministério da Descentralização, Habitação e Ordenamento Territorial. 2014.

_____. **CARTILHA DE INSCRIÇÕES PARA O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.** Central de Habitação, Prefeitura de Franca, 2014.

_____. **CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO.** Portal da Transparência. Sistema electrónico do serviço de informação ao cidadão. CEF, 2014.

FERREIRA, Mauro. **Sustentabilidade e planeamento urbano regional.** Passos: Ciência et Praxis v. 6, n. 11, (2013).

FUENTES, Maria. **O empreendimento residencial parque Vicente Leporace, marco da habitação social na cidade de Franca.** São Carlos: UFSCar, 2006.

FRANCA. **Lei Orgânica do Município de Franca,** de 05 de abril de 1990.

FUNDIÁRIA E HABITAT, S. A Imobiliária, **Cabo Verde: Programa Casa Para Todos.** Disponível em http://www.ifh.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=167&Itemid=177, acesso em maio/2014.

GONÇALVES, António. **Construção espontânea na cidade da Praia:** o caso do bairro Safende. Monografia apresentada a Universidade Jean Piaget de Cabo Verde. Praia, setembro de 2007.



GONÇALVES JUNIOR, C. A.; DUTRA, R. de L.; LOPES, R. L.; RODRIGUES, R. L. **O impacto do Programa Minha Casa, Minha Vida na economia brasileira:** uma análise de insumo-produto. *Ambiente Construído*, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 177-189, jan./mar. 2014.

_____. **MINISTÉRIO DA DESCENTRALIZAÇÃO, HABITAÇÃO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DE CABO VERDE.** Programa Casa Para Todos. 2014.

MOSSAB, Andréia. ***Nu kre casa!!!*** A habitação como direito no contexto caboverdiano. Cidade. Fevereiro, 2012.

_____. **PREFEITURA DE FRANCA.** Prefeitura faz balanço da Central da Habitação que retoma atendimento em setembro. Disponível em <http://www.franca.sp.gov.br/portal/noticias/planejamento-urbano/prefeitura-faz-balanco-da-central-da-habitacao-que-retoma-atendimento-em-setembro.html>, acesso em 20/08/2014.

_____. **PREFEITURA DE FRANCA.** Prefeito lança Central de Habitação. Disponível em <http://www.franca.sp.gov.br/portal/noticias/planejamento-urbano/prefeito-lanca-central-de-habitacao.html>, acesso em 20/08/2014.

TAVARES, Carlos. **O ordenamento do território em Cabo Verde:** constrangimentos e desafios. *In: Revista de estudos cabo-verdianos*. pp. 151-167. UNICV, 2007.

PROPOSTA DE UM MODELO PARA LEVANTAMENTO DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PARA A INDÚSTRIA CALÇADISTA

Alessandro Ramos Carloni
Faculdade de Tecnologia de Franca
alessandrocarloni@yahoo.com.br

Daniel Facciolo Pires
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
daniel@facef.br

Resumo

O presente artigo apresenta uma análise de diversos fatores relacionando inovações com sustentabilidade que pode-se na busca de indicadores para se avaliar o desenvolvimento sustentável na cadeia calçadista. O modelo foi proposto a partir de uma adaptação de Biancolini (2013), que define um tripé, composta pela sociedade, o ambiente e a economia. O trabalho reporta-se à cadeia coureiro calçadista instalada em Franca, caracterizada como um Arranjo Produtivo Local. Como objetivo levantou-se as relações entre inovação e desenvolvimento sustentável, os tipos de inovação e como se pode contribuir para a sustentabilidade. Também discute-se os fatores que influenciam a difusão e a adoção de inovações e as previsões de inovações futuras utilizando métodos diferentes. Como método de pesquisa, realizou-se um levantamento bibliográfico e dados secundários. Como resultado, mostrou-se um modelo que permite identificar nas diferentes áreas do tripé, tópicos relevantes que permitem avaliar a difusão da sustentabilidade nas indústrias calçadistas. Concluiu-se ser de grande relevância e imprescindível nos momentos atuais, estabelecer estratégias e indicadores que comprometam as indústrias rumo a uma gestão sustentável.

044-2362

PALAVRAS-CHAVE: Estratégias. Inovações. Sustentabilidade. Indicadores. Calçados.

ABSTRACT

This paper presents an analysis of various factors relating to sustainability innovations that may be indicators for assessing sustainable development in footwear chain. The model was proposed based on an adaptation of Biancolini (2013), which defines a tripod, composed by society, the environment and the economy. The work refers to the shoe leather chain installed in France, featured as a Local Productive Arrangement. Aimed rose relations between innovation and sustainable development, the footwear market and its supply chain, indicators and a proposal for a model for the footwear industry. As a research method, we performed a literature review and secondary data. As a result, proved a model that allows us to identify the different areas of the tripod, topics relevant for assessing the diffusion of sustainability in the shoe industries. Found to be highly relevant and essential in today's times, establish strategies and indicators that compromise the industries towards sustainable management.

KEYWORDS: strategies, innovations, sustainability, leather, shoes

INTRODUÇÃO

O conceito de sustentabilidade é bastante amplo e complexo, e deve fazer parte do planejamento da maioria das empresas de países democráticos. O Brasil adentrou neste segmento por volta dos anos 90, bem depois da Europa, Estados Unidos e Canadá.

Franca é um dos principais pólos fabricantes de calçados no Brasil, principalmente no segmento masculino e em couro, contribuindo de maneira efetiva para a geração de empregos na cidade e região, bem como geração de renda e divisas através da exportação e, também, abastecendo o mercado nacional com produtos de bom valor agregado. A sua importância vai muito além do município, atingindo a região e apesar da forte concorrência nacional e internacional, Franca busca se tornar cada vez mais competitiva e sobreviver frente aos concorrentes.

A história da industrialização do município iniciou-se por volta da década de 1920, passando pela indústria calçadista e já perdura por mais de 80 anos; e merece permanecer por mais longos anos, gerando riqueza, promovendo o desenvolvimento e integração local e regional, além do município ser considerado um pólo produtor de calçados consolidado, se caracterizando como uma das principais APL's de calçados do país, se destacando na produção de calçado masculino em couro.

Como objetivo levantou-se as relações entre inovação e desenvolvimento sustentável, o mercado calçadista e sua cadeia produtiva, o uso de indicadores e uma proposta de um modelo para a indústria de calçados.

Como método de pesquisa, realizou-se um levantamento bibliográfico e dados secundários. Como resultado, mostrou-se um modelo que permite identificar nas diferentes áreas do tripé, tópicos relevantes que permitem avaliar a difusão da sustentabilidade nas indústrias calçadistas, através de um modelo de indicadores.

1 INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Existem várias trajetórias tecnológicas possíveis de serem implantadas em uma empresa, porém as estratégias são particularidades das empresas, que determinarão o sucesso através da melhor escolha e no momento mais adequado.

Prahalad (2009) afirma que a sustentabilidade precisa ser um ônus para a empresa, e ainda afirma que uma empresa ecologicamente correta pode reduzir custos e aumentar a receita, sendo este um dos motivos pelo qual a sustentabilidade deve ser a base da inovação, e quem fizer da sustentabilidade uma meta terá vantagem competitiva, e para isto precisa repensar o modelo de negócio, considerando os produtos, as tecnologias e os processos.

O mesmo Prahalad (2009) também sustenta que as empresas terão de buscar soluções inovadoras, e que lideranças e talentos serão cruciais para a criação de uma economia mais sustentável, sendo que quando estas lideranças entenderem a simples verdade que sustentabilidade é igual a inovação, as coisas começarão a fluir melhor.

1.1 Responsabilidade social empresarial - RSE

Segundo o Instituto Ethos, a definição de Responsabilidade Social Empresarial pode ser entendida como:

A forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (GONÇALVES, 2006, p. v).

Para o Instituto, a qualidade das relações é de fundamental importância para a competitividade das empresas neste novo mercado, deixando claro a todos os envolvidos em termos de relacionamento e atuação empresarial.

Para Almeida (2002), os valores essenciais da RSC, e que são indiscutíveis são:

- Respeito aos direitos humanos.
- Respeito aos direitos trabalhistas.
- Proteção ambiental.
- Valorização do bem-estar das comunidades.
- Valorização do progresso social.

1.2 Desenvolvimento

De acordo com Veiga (2008), desenvolvimento sustentável deve ser entendido como um dos mais generosos ideais surgidos no século passado e um dos maiores desafios para as gerações futuras. Para compreender as visões sobre desenvolvimento sustentável e entender para onde caminha, Ehlers descreve o seguinte:

Em meio a incertezas, o debate sobre desenvolvimento sustentável abriga visões antagônicas quanto à capacidade das sociedades modernas de atingir este ideal. De um lado, os otimistas, que encaram o desenvolvimento como uma consequência natural do crescimento econômico, confiam na capacidade tecnológica do industrialismo de superar os limites naturais e acreditam que o crescimento se encarregará de gerar recursos necessários para se cuidar bem do ambiente. Do lado oposto, os pessimistas, para os quais as mudanças estruturais e institucionais são tão amplas e complexas que, praticamente, inviabilizam o ideal de um desenvolvimento sustentável (VEIGA, 2006, p. 11).

1.3 Desenvolvimento sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável mais consagrado é o que foi definido pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) das Nações Unidas, em 1987, e que foi denominado de Nosso Futuro Comum. Posteriormente, foi disseminado pela ONU, através da Conferência para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO-92:

Desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades (CMMAD, 1991, p. 46).

O modelo triple bottom de desenvolvimento sustentável, pode ser melhor visualizado na FIG.: 1, representado na sequência.

Figura 1 - Triple bottom line – desenvolvimento sustentável.

Fonte: Carloni (2014)

Para Almeida (2002, p. 53) “o crescente conhecimento científico do funcionamento dos ecossistemas e de toda a sua magnífica complexidade desafiava – e ainda desafia – nosso modelo conceitual do mundo, algo que se convencionou chamar de paradigma”.

É bom que se tenha claro que filantropia não é Responsabilidade Social Empresarial, apesar de serem utilizados como sinônimos, mas que na realidade é bem outra.

Para Mattos (2005), a inovação é um processo fundamentalmente econômico, que pode surgir através de uma invenção, mas que também pode envolver a exploração de novos recursos naturais, cópia de uma idéia ou descrição de um produto de maneira diferente.

Não basta estar convicto da necessidade de inovar – é preciso saber como fazer e por onde começar. Desenvolver, selecionar e implementar técnicas e ferramentas que capacitem as empresas a combinem tecnologia e estratégia de negócios tem sido o objetivos de várias organizações e de inúmeros projetos conduzidos no âmbito nacional e internacional[...] entrou também de forma definitiva na pauta das pequenas e médias empresas, que independente de se arrojarem no mercado internacional, experimentam a concorrência externa abater-lhes à porta do mercado interno, fruto da globalização e da abertura das economias nacionais. (Mattos, 2005, p. 95)

As inovações podem contribuir de maneira bastante eficaz com a sustentabilidade, apesar de que a mesma é apontada com uma das que mais contribuem para a degradação do meio, por estar associada ao consumo e ao crescimento econômico, conforme relata. Segundo a ONU, toda a temática da sustentabilidade está atrelada ao conceito de “Desenvolvimento sustentável”, que é entendido como condição decorrente do equilíbrio entre as três dimensões: ecológica, econômica e social, compondo o tripé da sustentabilidade. (PNUMA, 2002, p.01).

Sendo assim, uma empresa sustentável é aquela que contribui para o desenvolvimento, atendendo ao tripé da sustentabilidade: econômico, social e ambiental.

1.4 CONTAGEM REGRESSIVA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Amorin (2009) relaciona as interações enfatizando a importância da sustentabilidade:

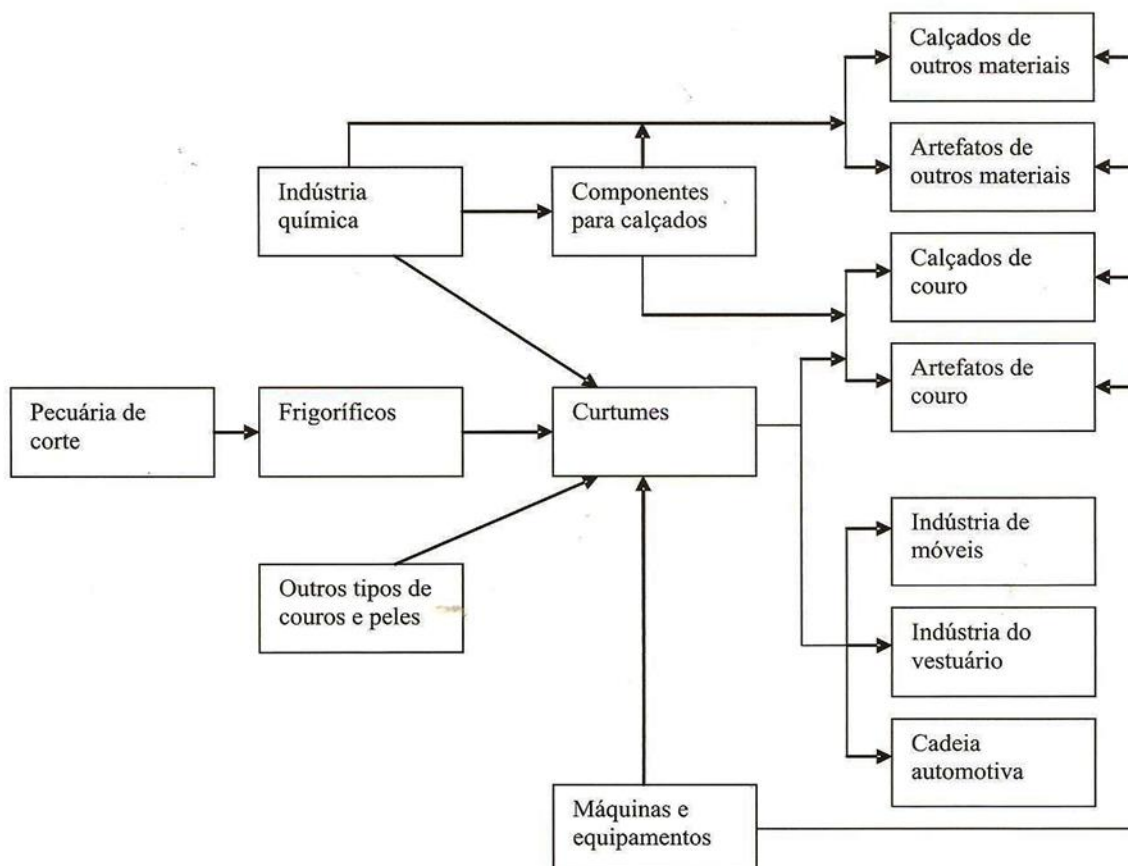
A constatação de que os recursos naturais não são inesgotáveis e que não é possível continuar com o crescimento econômico sem considerar as variáveis, meio ambiente e sociedade abre frente para a busca de novas soluções alternativas para o sistema produtivo. Entre elas está o conceito de desenvolvimento sustentável, que defende a preservação de recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (AMORIN, 2009, p. 13).

O caminho do desenvolvimento deve obrigatoriamente passar pela sustentabilidade e por uma profunda mudança nos sistemas produtivos. É um caminho sem volta.

2. CENÁRIO ATUAL DA CADEIA CALÇADISTA

A indústria calçadista é considerada bastante dinâmica e possui uma longa cadeia produtiva ao longo de seu processo, fomentando milhões de empregos em diversos países, principalmente nos países em desenvolvimento e também nos subdesenvolvidos, onde se encontram a maioria dos grandes fabricantes e grande parte da mão de obra necessária. Na FIG.: 2 pode-se verificar uma mostra resumida da cadeia coureiro-calçadista e suas inter-relações.

Figura 2 - Descrição básica da cadeia coureiro-calçadista e suas inter-relações.



Fonte: Carloni et al. 2007, p. 40 apud Correa, 2001; Furquin e Francischini, 2001; Alves Filho, 1991.

Verifica-se que ao longo da cadeia produtiva o envolvimento de diversos atores que contribuirão para o desenvolvimento sustentável nas indústrias de calçados e seus fornecedores, permitindo assim uma evolução do segmento calçadista.

2.1 Mercado Calçadista: Brasil e o Mundo

É inegável a importância da indústria de calçados para o Brasil e, particularmente, para o município de Franca, que a mais de 50 anos tem neste tipo de indústria de transformação, grande participação na economia refletindo os avanços que hoje em dia o município colhe.

A indústria calçadista brasileira possui números bastante expressivos, que podem ser visualizados na tabela 1, com dados consolidados até 2012.

Tabela 1 - Setor calçadista brasileiro

CARACTERÍSTICAS GERAIS	
Nº indústrias	8,2 mil
Emprego direto	345 mil funcionários
Produção	864 milhões de pares
Valor da produção	US\$23,9 bilhões
Investimentos	R\$598,7 milhões
Exportação	US\$ 1,1 bilhões
Importação	US\$ 508,6 milhões

Fonte: SINDIFRANCA, 2013.

2.2 Arranjo Produtivo Local de Franca

Franca é um dos principais polos calçadistas do Brasil, com uma produção estimada em torno de 30 milhões de pares/ano, sendo grande parte de calçados masculinos em couro. Está inserida em uma das “clusters” calçadistas brasileiras, também denominadas de APL’s (Arranjos Produtivos Locais), do segmento calçadista. A inserção nesta “cluster” traz algumas vantagens competitivas interessantes para o município, tais como: ações conjuntas (*joint action*), aprendizado local (interação entre agentes), *learning by interacting* favorecendo a geração de uma eficiência coletiva a todo, entre outros.

A indústria calçadista é conhecida em nível mundial por utilizar tecnologia tradicional na produção de bens de baixa complexidade tecnológica, relativamente difundida e de fácil acesso. A cadeia coureiro-calçadista é bastante longa e abrangente, interagindo diversas áreas e fazendo uso das mais diversas tecnologias disponíveis no mercado.

Algumas das peculiaridades com relação ao seguimento calçadista são:

- uso intensivo de mão de obra em seu processo de fabricação;
- existência de estruturas produtivas regionalmente localizadas;
- empresas com diversos níveis de capacitação, eficiência e tamanho empresarial;
- grande diversidade de segmentos de mercado, altamente pulverizada e fragmentada em nível mundial;
- sem uso e padrão uniforme de estratégias;
- no Brasil, predominância de empresas familiares e de micro, pequena e médio portes (PME).

2.2.1 Pólo industrial calçadista de Franca

O polo coureiro-calçadista de Franca mantém uma longa tradição, datando do começo do século XX, por volta de 1915. Seu auge ocorreu na década de 60, 70 e 80, passando por diversos períodos de altos e baixos, caracterizados por uma forte concorrência, competitividade e globalização de mercados. Segundo Doro (2011), a indústria calçadista francana originou-se e desenvolveu-se no município de Franca desde meados do século XIX, tendo o nome de Jaguar como a primeira empresa calçadista, usando maquinário alemão e com uma produção rudimentar visando atender às necessidades locais.

Na tabela 2, pode-se observar a evolução de diversos indicadores relativos à indústria calçadista de Franca nos últimos cinco anos.

Tabela 2 - Indicadores do setor calçadista de Franca.

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Pares produzidos em milhões de pares	28,7	25,3	35,5	37,2	37,8
Exportação em milhões de pares	4.495	3.106	3.378	3.022	2.714
Média de faturamento em bilhões de dólares	1,7	1,5	2,1	2,2	2,2
Exportação em milhões de dólares	127.793	80.375	97.104	93.641	83.688
Vendas para mercado interno	29,5	27,7	32,9	35,1	35,1
% vendas mercado interno	84,7%	86,0%	91,3%	92,8%	92,8%
Empregados	19.643	18.249	17.954	21.540	20.722

Fonte: Compilado pelo autor.

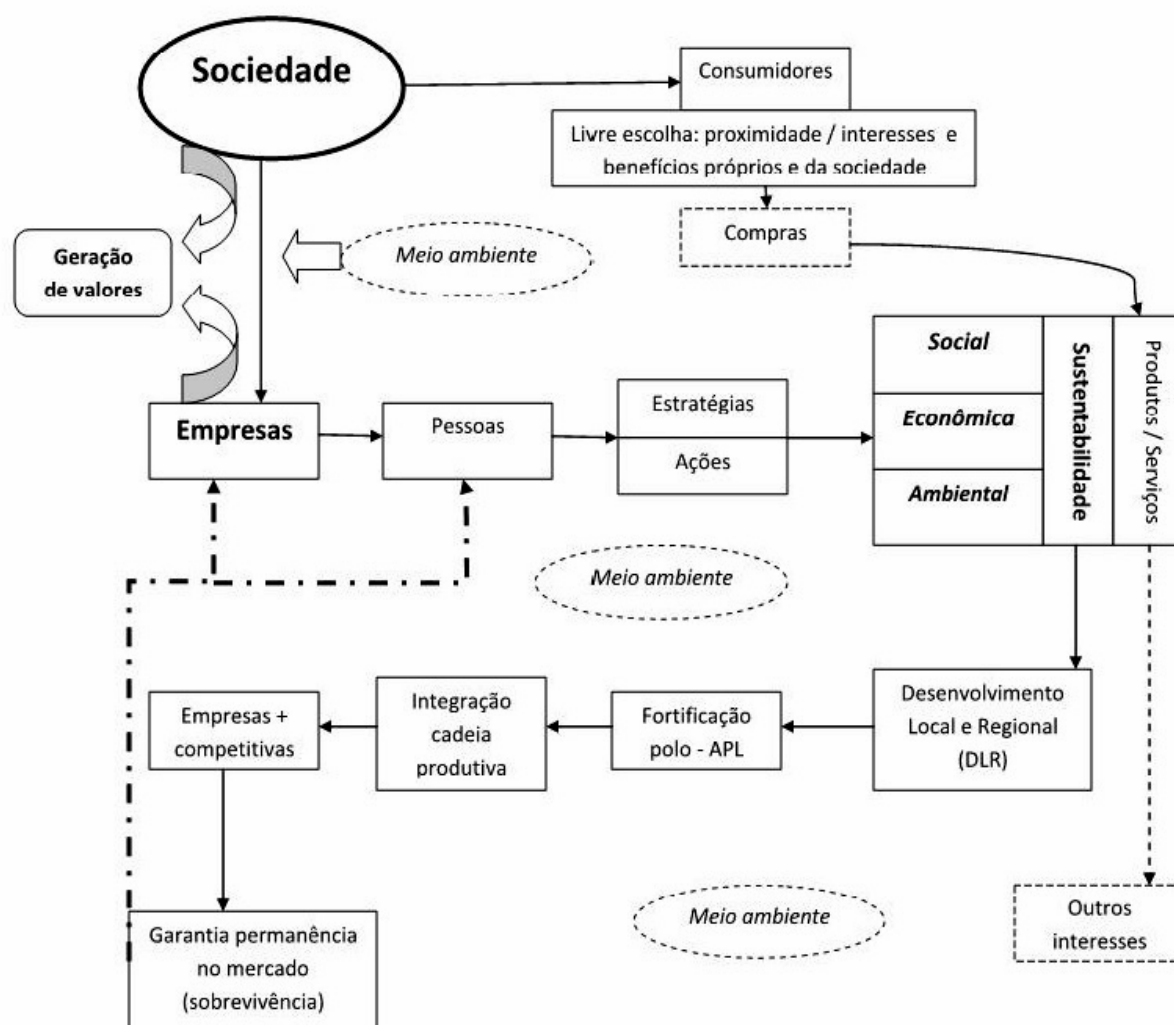
Observa-se que a produção calçadista apresentou crescimento em média de 5% de 2010 para 2011 e de quase 30% em comparação a 2008, embora o volume de exportação tenha apresentado uma redução de 33%, período em que a economia brasileira sofreu os impactos da crise mundial e que a redução das exportações foram compensadas por estímulos ao mercado interno como redução na taxa de juros e IPI, incentivando-se o consumo interno e reduzindo os impactos da crise mundial. O volume de empregos diretos apresentou crescimento de 19% comparando 2010 e 2011.

Apesar do pólo calçadista de Franca ser considerado apenas recentemente como uma APL, existem fortes indícios que deixa margens para a efetiva apropriação do termo, principalmente com relação à interação dos fabricantes que é muito precária e também junto às instituições que representam poucos, não consegue articular estratégias de interesse mútuos e carece de informações representativas para o setor produtivo calçadista.

2.3 Cadeia produtiva e integração regional

Na FIG.: 3, mostra-se a presença de todos os integrantes/interessados no processo de articulação e desenvolvimento comercial que ocorrem em um negócio empresarial, como nas indústrias de calçados. Pelo princípio da sustentabilidade, deve-se fechar o ciclo e torná-lo virtuoso, fechado, atendendo e satisfazendo a todos os envolvidos e participantes do processo.

Figura 3 - Ciclo desenvolvimento na cadeia produtiva de calçados.



Fonte:

Elaborado pelo autor.

A sociedade está inserida no meio ambiente, sendo que influenciará e sofrerá todos os efeitos aplicados na cadeia produtiva, podendo ser de alto, médio ou baixo impacto, porém de considerável poder de ação e influência sobre o meio. As boas ações se converterão em desenvolvimento que poderá fortificar a integração da cadeia produtiva; as más ações ou os fatores de insucesso poderão comprometer a força do sistema e até mesmo a existência da cadeia produtiva a qual está envolvida.

Entre as principais práticas apontadas pelos consumidores para ser considerada socialmente responsável consta do seguinte (AKATU/ETHOS, 2010, p. 27):

- Valorização da diversidade e promoção da equidade.

- Combate ao trabalho infantil e ao trabalho forçado.
- Proteção à saúde do consumidor ou cliente.
- Educação do consumidor ou cliente para o consumo sustentável.
- Gestão de impactos ambientais.
- Inovações tecnológicas.
- Cadeia produtiva.
- Comunidade do entorno.
- Combate à corrupção.
- Boas práticas de governança corporativa.

Uma das principais conclusões indicadas na pesquisa cita o seguinte:

Tendo em vista que os consumidores esperam e exigem que as empresas sejam socialmente responsáveis, deve-se pensar também no desenvolvimento de legislações e políticas públicas que, mesmo sem passar inicialmente pela compreensão e consciência do consumo, induzam nos consumidores e nas empresas comportamentos que gerem, como resultado, passos no sentido de uma sociedade mais sustentável (AKATU/ETHOS, 2010, p. 34).

Elkington (2001) relata que a agenda da sustentabilidade incorpora um resultado final tríplice, focado na prosperidade econômica, na qualidade ambiental e na justiça social, e isto requer que pensemos décadas, gerações e até mesmo séculos à frente, enquanto os líderes empresariais e políticos atuais acham difícil pensar três anos à frente.

2.4 Uso de indicadores pelas grandes empresas calçadistas

Duas das principais fabricantes de calçados do mundo, Adidas e Nike, que também constam das marcas e empresas mais sustentáveis do mundo, publicam anualmente um detalhado relatório sobre sustentabilidade, envolvendo diversas questões relacionadas aos seus negócios em âmbito global. Isso demonstra a preocupação dessas gigantes com a questão, conforme pode ser verificado na sequência.

O uso dos indicadores permite o constante monitoramento das ações ao longo de toda a cadeia produtiva e em todos os locais do planeta, permitindo que todos trabalhem em prol da sustentabilidade em todas as unidades produtivas e busquem resultados condizentes com outras regiões.

2.4.1 Sustentabilidade na Adidas

A estratégia de atuação da Adidas, relacionada à sustentabilidade empresarial, foca na atuação e desenvolvimento dos programas de melhores práticas, na expansão do sistema ISO 14001 e na exclusão do uso de solventes orgânicos nas suas instalações (excluindo laboratórios).

Atualmente a empresa possui 73% de seus fornecedores com a certificação ISO 14001 e 71% com a certificação ISO 18001 em todo o mundo.

Para o futuro, a empresa foca em ações bem definidas, conforme pode-se verificar no quadro seguinte de ações e metas estipuladas.

Quadro 1 - Ações e metas

AÇÃO	META
Energia e carbono	Redução do uso relativo de energia em 20% por metro quadrado, + 10% economia relativa ao carbono “energia de fontes verdes”. No total: 30% de economia de carbono por metro quadrado.
Água	20% de economia de água por empregado.
Gastos da casa	Redução do gasto da unidade em 25% por empregado.
Papel	50% de economia de papel por empregado.
Solventes orgânicos	Todos locais deverão eliminar o uso de solventes orgânicos.
Mobilidade – viagens de negócio	Redução de emissões causadas por emissões de viagens de negócios, de 570 kg CO ₂ por empregado.
Mobilidade – política de carro	Redução de emissões de carbono causado pela frota de veículos em 30%.

Fonte: Compilado pelo autor.

2.4.2 Sustentabilidade na Nike

A estratégia de atuação da Nike conduz a empresa e os consumidores para uma economia sustentável, fomentando o seguinte: Inovação para oferecer soluções de sustentabilidade de nível empresarial, Integrar a sustentabilidade no coração do modelo de negócio da NIKE, Inc., Mobilizar constituintes fundamentais (da sociedade civil, funcionários, consumidores, governo e indústria) com a parceria em uma escalada de soluções, construindo assim a jornada de aprendizado da responsabilidade corporativa.

A Nike deixa claro suas intenções no relatório empresarial publicado sobre a questão, conforme descrito na sequência:

Nós temos uma escolha. Podemos nos mover rápido, agora, para se preparar para prosperar e aproveitar as oportunidades de uma economia sustentável no futuro. Ou podemos esperar. Esperar significa correremos o risco de enfrentar um requisito forçado e ter que mudar a linha do tempo de outra pessoa. Para nós, a escolha é clara. Estamos sempre na ofensiva. É por isso que estamos reorientando os nossos esforços, aumentando nossos investimentos em inovação, utilizando a nossa voz para a defesa mais forte e olhando como nos incubar nos novos modelos de negócios escaláveis, que nos permitam prosperar em uma economia sustentável (NIKE, p. 23).

Na empresa Nike fundamentam-se os pilares da sustentabilidade baseado na condução da inovação nas seguintes questões:

- materiais: criação de um portfólio de materiais sustentáveis;
- fonte e manufatura: protótipo e escala de materiais sustentáveis;
- transformação de mercado: consumo sustentável;
- serviços digitais: criação de receitas que não são baseados em recursos escassos.

Também é proposto uma entrega otimizada de impactos positivos nas seguintes áreas: energia, laboratório, química, água e gasto. A proposta de valor final da empresa é a conversão através de novos produtos e marketing, alavancagem operacional, atenuação de riscos e proteção do capital e marca.

A atuação da Nike junto aos fornecedores é realizada através de visitas constantes e auditorias, sendo posteriormente solicitadas as melhorias identificadas. No modelo da estratégia da Nike, utiliza-se das seguintes interpretações dos indicadores (*Status*) no relatório publicado e divulgado: Alcançado, Meta de Longo prazo, Progresso significativo, abordagem modificado e não alcançado.

A empresa Nike deixa clara e definida as estratégias a serem perseguidas, assim como as metas a serem alcançadas ao longo dos próximos anos, conforme pode ser visualizado no quadro seguinte.

Quadro 1 - Performance e Metas.

Meta 1 - Trazer mudanças sistêmica dos trabalhadores nas indústrias de calçados, vestuário e equipamentos.		
Área	STATUS	CONDIÇÃO
Gerenciamento Recursos Humanos	Progresso significativo	94% empresas
Liberdade de associação	Progresso significativo	94% empresas
Levantamento de trabalhadores	Progresso significativo	94% empresas
Colaboração	Alcançado	39% empresas
Excesso de hora extra	Não alcançado	68% empresas
Meta 2- Criação de produtos sustentáveis e modelos de negócios		
Área	Status	Condição
Taxa desenho considerado	Alcançado	97% padrão
Taxa gasto	Alcançado	149 gpp
VOC (solventes)	Alcançado	96,4%↓ caiu 1 g/par
Materiais preferencialmente amigos do ambiente (EPMS)	Alcançado	---
Clima (Co ² emissões)	Progresso significativo	6%↓ redução de produção
Meta 3 - Deixe-me jogar: libertar o potencial através do esporte		
ÁREA	ANDAMENTO	CONDIÇÃO
Contribuições	Progresso significativo	85% meta (>\$180M)
Deixe-me brincar	Progresso significativo	85% meta (>\$180M)

Fonte: Compilado pelo autor do Relatório corporate Responsibility Report (Nike, Inc.).

Obs.: Para maiores detalhes sobre as metas, consultar o Relatório Corporate Responsibility Report (Nike, Inc.).

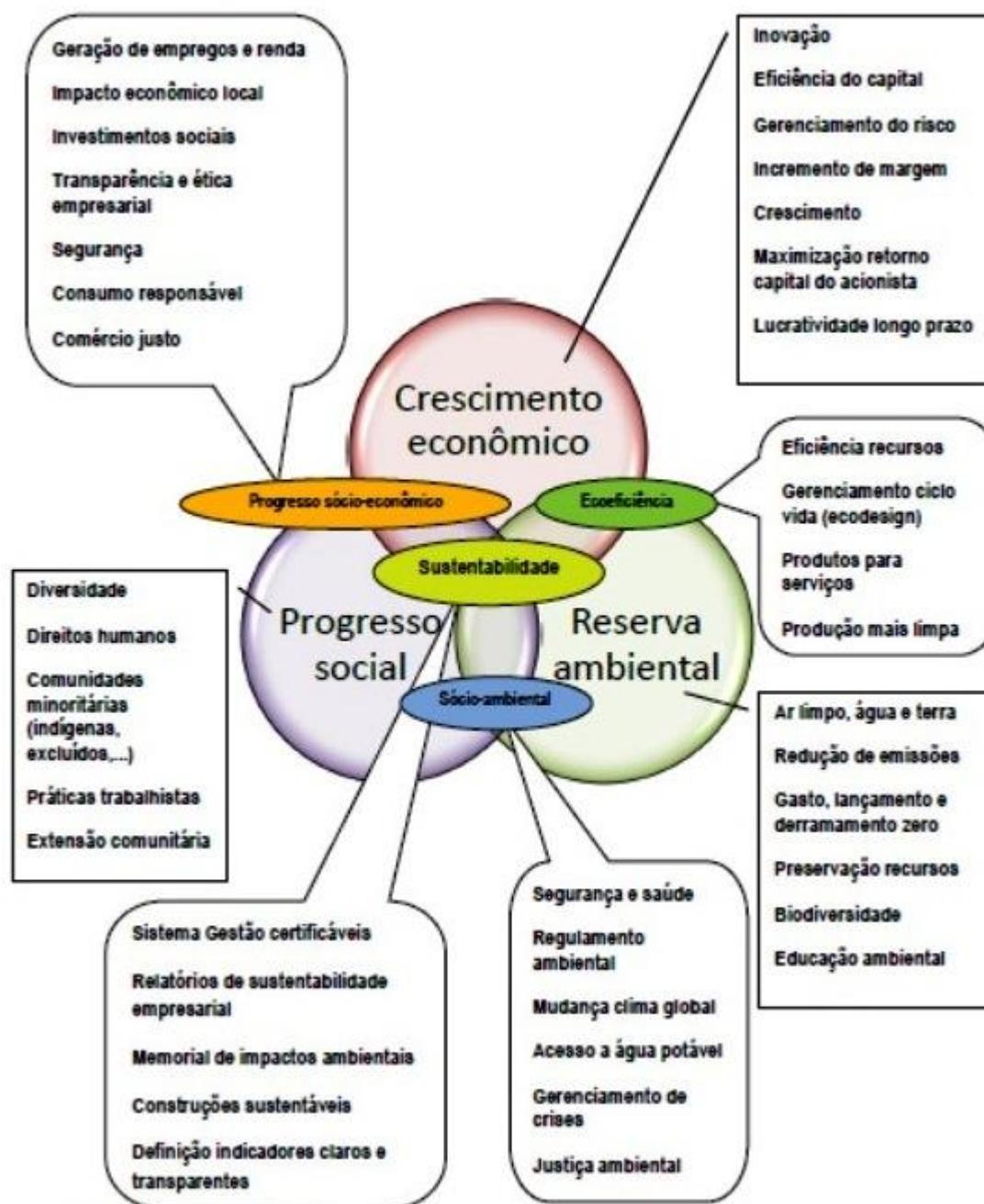
As constantes auditorias e monitoramento das ações dos fornecedores, permite verificar o interesse e alinhamento dos mesmos com as políticas e visões da empresa. Não é um caminho e nem uma escolha fácil, porém necessária. A mobilização empresarial é fundamental para o ressurgimento de uma nova estrutura, capaz de não somente produzir, mas agregar valores sociais e ambientais ao longo de todo o processo, principalmente quando se atinge uma escala global. A transparência de ações é de fundamental importância para o convencimento da sociedade e seus diversos atores.

2.5 Modelo Proposto e indicadores

A figura 4 foi criada baseando-se no modelo *triple bottom line* empresarial apresentado na FIG.: 1, onde considerou-se todas as áreas que compõem a sustentabilidade.

O modelo *triple bottom* da FIG.: 4 a seguir é formado pelo tripé principal: Crescimento econômico, Reserva ambiental e Progresso social, sendo complementado pelas interações entre as áreas, que são: ecoeficiência, socioambiental e progresso sócio-econômico, sendo que todos formarão o que conhecemos como sustentabilidade empresarial. Dentro deste contexto, existe uma diversidade de questões que podem ser abordadas para se verificar a interação com o tema sustentabilidade, sendo que de cada uma escolhe-se os tópicos mais relevantes para serem aplicados e monitorados como indicadores.

Figura 4 - Modelo tripé para questionário.



Fonte: Carloni (2014)

A escolha dos indicadores é uma decisão de cada empresa, apesar de alguns tópicos serem fundamentais e de grande incidência sobre o negócio, portanto deve ser monitorado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A simplicidade do modelo proposto e do uso de indicadores para serem monitorados não esgota as opções de forma alguma, apenas sugere tópicos que estão ao alcance da maioria das empresas, senão todas, de criarem seus indicadores e começarem a monitorarem os mesmos em busca de um desenvolvimento sustentável alinhado com as novas exigências mundiais e empresariais.

A responsabilidade empresarial pelo desenvolvimento sustentável é fundamental para o fortalecimento e sobrevivência das empresas nos mercados globalizados e cada vez mais competitivos, permitindo que não apenas se diferenciem da concorrência como também se integrem à comunidade onde estão inseridas, exercendo ações efetivas em prol da sustentabilidade.

As inovações podem contribuir muito para as empresas e também para o desenvolvimento sustentável, permitindo usufruir de melhores soluções para questões críticas à sustentabilidade.

Os investimentos em sustentabilidade precisam ser considerados ao longo de toda a cadeia produtiva, permitindo que todos os envolvidos contribuam para o desenvolvimento e fortalecimento da empresa em questões sociais, ambientais e econômicas, pois só assim as empresas conseguirão se estabelecer no mercado e contribuir para uma sociedade mais justa, da qual também fazem parte.

Quanto aos objetivos propostos, pode-se considerar que foram alcançados, no entanto outras pesquisas poderiam utilizar-se da mesma lógica deste trabalho, como por exemplo utilizando-se outros fatores relacionados e específicos e até mesmo utilizando-se em outros segmentos industriais.

REFERÊNCIAS

AKATU/ETHOS. **O consumidor brasileiro e a sustentabilidade:** atitudes e comportamentos frente ao consumo consciente, percepções e expectativas sobre a rse. Pesquisa 2010, Corset, 2010.

ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

_____. **Os desafios da sustentabilidade.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

AMORIM, A. S. R. **Sustentabilidade: entre a utopia, a prática e a estratégia empresarial,** 2009, 155 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) ESAG/Escola Superior de administração e Gerência, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

CARLONI, Alessandro Ramos. **Ações e percepções de sustentabilidade em indústrias de calçados de grande porte de Franca/SP para promover o desenvolvimento local.** 2014, 121 f. (Dissertação em Desenvolvimento Regional). Franca, Uni-FACEF, 2014.

CARLONI, A. R. et al. **Setor de calçados:** competitividade, mudança tecnológica e organizacional: relatório integrado para o SENAI – Brasília: SENAI/DN, 2007. (Série Estudos Setoriais, 8).

CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e natureza:** estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1995.



ELKINGTON, J. **Canibais de garfo e faca**: seria sinal de progresso se um canibal utilizasse garfo e faca para comer? – São Paulo: Makron Books, 2001.

GONÇALVES, B. S. (coord. e edição de texto). **Responsabilidade social empresarial nos processos gerenciais e nas cadeias de valor** – São Paulo: Instituto Ethos, 2006.

PRAHALAD, C. K.; NIDUMOLU, R.; RANGASWAMI, M. R. **Por que a sustentabilidade é hoje o maior motor da inovação**. Harvard Business Review, set., p. 27-34, 2009.

SINDIFRANCA. Disponível em: <[HTTP://www.sindifranca.org.br](http://www.sindifranca.org.br)> Acesso em 7 jul. 2013.

_____. Disponível em <<http://www.sindifranca.org.br/downloads/NICCResenhaEstadísticaMAIO2013.pdf>> Relatório mensal – NICC pólo Franca maio 2013. Acesso em: 20 mar. 2012.

VEIGA, J. E. **A legitimação de um novo valor**. São Paulo: Senac - São Paulo, 2010.

_____. **Meio ambiente & desenvolvimento**. São Paulo: Senac - São Paulo, 2006. (Série Meio Ambiente).

ZACCARELLI, S. B.; TELLES, R. SIQUEIRA, J. P. L.; BOAVENTURA, J. M. G.; DONAIRE, D. **Clusters e redes de negócios**: uma nova visão para a gestão dos negócios. São Paulo: Atlas, 2008.

QUALIDADE DE VIDA E BEM ESTAR SOCIAL, UMA DISCUSSÃO SOBRE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO

Leonardo Henrique Cardoso de Andrade
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
leo.hca@gmail.com

Hélio Braga Filho
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
hgp@com4.com.br

Resumo

Este artigo visa trazer para realidade regional, as recentes discussões sobre qualidade de vida e bem-estar-social dentro do meio acadêmico. Atualmente esse tema vem retomando sua força dentro das discussões de desenvolvimento e, trazendo à tona as discussões sobre quais índices são mais adequados para mensurar o Desenvolvimento de uma região. Entendemos que atualmente estamos vivenciando fenômenos sociais, como aumento de violência, tanto física como patrimonial, dos níveis de stress que acabam ocasionando desvios de comportamento como suicídios, estupros, etc. e, acreditamos que essas variáveis possam contribuir na construção deste tipo de indicadores de desenvolvimento, pois são indicativos de problemas na estrutura da sociedade, reflexos do desequilíbrio do sistema político-econômico atual e da falta de investimentos, principalmente, em educação e saúde. Com base nessas crenças, procuramos através de um trabalho de revisão bibliográfica e exploração de dados, contribuir com o entendimento do desenvolvimento dentro da perspectiva de Qualidade de Vida e Bem-Estar-Social, através do uso desses indicadores agregados em um índice para tal abordagem.

084-2402

Palavras Chave: Qualidade de Vida; Bem-Estar-Social; Desenvolvimento

INTRODUÇÃO

A crise global desencadeada em 1929 cujo epicentro foi o coração financeiro dos EUA – a Bolsa de *Wall Street* – contaminou a economia brasileira castigando severamente o seu setor dinâmico, qual seja, a agricultura. Com isto, iniciou-se um movimento migratório no sentido campo - cidade. Por sua vez, o processo de modernização da economia do país sob o comando da indústria aceleraria aquele mesmo movimento, o qual, por conseguinte, culminaria com um intenso processo de urbanização, especialmente nos centros urbanos mais dinâmicos.

Muito embora nos últimos noventa anos (1920-2010) a taxa de crescimento demográfico reduziu-se de 2,91% ao ano para 1,17%, de acordo com o censo demográfico de 2010, a população brasileira por situação de domicílio retrata um quadro de nítido esvaziamento da área rural. No ano de 1940, a população residente na área rural representava 68,7% da população total, enquanto na área urbana residiam 31,3%. Já de acordo com os números do censo demográfico de 2010 (IBGE), a população rural de 29.829.995 habitantes representava 15,6%, conquanto a população residente na área urbana somava 160.925.804 habitantes, ou seja, 84,4% da população total. Além disto, a distribuição da população brasileira entre as

grandes regiões da federação conforma uma acentuada concentração no Sudeste-Sul (56,5%) seguida do Nordeste (27,8%) e grande dispersão no Norte e Centro-Oeste do país (15,7%).

Este quadro retrata acentuado desequilíbrio não só entre o campo e a cidade como revela outro contraste bem pronunciado da ocupação do território brasileiro, qual seja, elevada concentração da população em uma área bem menor resultando em alta densidade demográfica, com apreciável dispersão da população em área territorial bem maior, que configurou baixa densidade demográfica.

Como se não fosse suficiente, o acelerado processo de industrialização além de conformar notável desequilíbrio regional – devido à distribuição espacial de indústria entre as grandes regiões da federação brasileira –, acarretou uma série de problemas nas áreas metropolitanas e nas aglomerações urbanas mais dinâmicas. A expansão física dessas mesmas áreas provocou o deslocamento de contingentes populacionais para a periferia das cidades cuja dinâmica acabou edificando autênticos territórios de exclusão social.

O processo de urbanização arrastou também um variado elenco de efeitos urbanos, sociais e ambientais, ao ponto de comprometer seriamente a qualidade de vida das populações residentes nas áreas metropolitanas e nas aglomerações de porte intermediário. A falta de moradia e de infra-estrutura urbana acabaram acomodando grandes contingentes humanos em áreas de risco, ocupando construções inadequadas e vulneráveis, além de que, desprovidas em muitos casos de energia elétrica, esgoto e água potável.

O progressivo aumento populacional nestas mesmas áreas ampliou consideravelmente a produção de lixo, ao passo que o crescimento da produção industrial provocou aumento da poluição ambiental, da produção de detritos tóxicos e de lixo industrial, o que indubitavelmente afetou a qualidade de vida dessas populações.

O crescimento econômico resultante do processo de industrialização além de promover maior concentração da renda e, por consequência, aumento da desigualdade social, dado o seu caráter concentrador, aumentou sobremaneira as disparidades regionais. A concentração da população em áreas mais afastadas nas grandes cidades deu origem à formação de territórios marginalizados nos quais a violência, o tráfico de drogas, de armas e até o de viés sexual, estabeleceu uma hierarquia de poder de comando suficientemente forte para enfrentar a autoridade legitimada do aparelho repressor do Estado, ou seja, a polícia.

Ao longo de décadas, o descaso das autoridades e dos próprios governantes com a educação e a saúde pública, apesar dos esforços e dos avanços, acabou deixando estas importantes dimensões do desenvolvimento em situação de apreciável carência e degradação.

O êxito alcançado pela política social de Saúde Pública em reduzir acentuadamente a taxa de mortalidade infantil, foi ofuscada pela explosão da taxa de mortalidade por causas externas patrocinado pela crescente onda de violência deflagrada no país.

Mais recentemente, a política de valorização do salário mínimo combinada com os Programas Sociais de Transferência de Renda (Bolsa Família) e, as progressivas reduções da taxa de desemprego atenuaram consideravelmente o quadro da desigualdade social no país. Todavia, há muito ainda por avançar em termos de saúde e de educação de modo a ampliar o acesso e nivelar as oportunidades para as populações mais carentes. No entanto, convém observar que a contínua redução da taxa de mortalidade e, por conseguinte, da taxa de crescimento demográfico, abre uma grande janela de oportunidade para melhorar a qualidade do ensino médio e fundamental no país. Porém, a progressiva taxa de envelhecimento cria e criará considerável desafio a ser equacionado doravante pela Saúde Pública e pela Previdência Social, isto, sem contar a necessidade de novos equipamentos sociais que serão demandados pela população de Terceira Idade.

Assim podemos perceber em nosso processo de desenvolvimento, ações e políticas públicas pontuais, criadas na necessidade do momento e buscando resolver apenas os problemas mais evidentes. Isso, com certeza, decorre da falta de uma visão sobre o todo e suas particularidades, de como os processos de crescimento econômico desequilibrado impactam na sociedade.

Outro aspecto, tão importante quanto os demais mencionados, refere-se às metas Governamentais que são perseguidas, o que em suma, ditam os rumos das políticas públicas adotadas em vários setores – industrial; educacional; de saúde; econômico; e outros –, e que tem sido direcionado exclusivamente por indicadores de crescimento econômico, ou seja, metas de inflação, de PIB, de PIB *per capita*, metas fiscais, entre outras.

Assim surge a importância de uma nova abordagem, buscando agregar indicadores sociais à visão econômica, criando assim um índice que possa mensurar o desenvolvimento social, a qualidade de vida e o bem-estar-social, contribuindo para a formulação de políticas públicas integradas.

1. A importância dos índices de desenvolvimento social

Um indicador Social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). (JANUZZI, 2009, p. 15).

Até a década de 1970 muito se discutia sobre o uso de indicadores de desenvolvimento compostos por variáveis agregadas para melhor mensurar o bem-estar-social (Welfare) e a qualidade de vida. Porém a partir dessa década com o avanço das Teorias Neoliberais e o entendimento de que o PIB *per capita* era um bom indicador dos rumos gerais da economia e do progresso social, esses estudos acadêmicos ficaram em segundo plano até a década de 1990, onde a preocupação com as crises econômicas recorrentes, com a desigualdade social, com o meio ambiente e a sustentabilidade fez com que esses indicadores voltassem a ser discutidos.

Em 2008 o ex-presidente Frances, Nicolas Sarkozy, solicitou a criação de um comitê, *Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress (CMEPSP)*, pela sua insatisfação com os atuais indicadores estatísticos para mensurar efeitos econômicos e sociais. Foram chamados para esse trabalho Joseph Stiglitz (como presidente da comissão), Amartya Sen (como acessor) e Jean Paul Fitoussi (como coordenador), tendo como missão estudar e identificar os limitantes do PIB como indicador de desempenho econômico e progresso social, como também de indicar novas abordagens para mensurar tal progresso (STIGLITZ, 2009).

Até mesmo antes disso na década de 1990, a ONU através de um de seus órgãos, o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), também já havia identificado esse problema quanto às formas de mensurar o desempenho econômico e social dos países e, através dos estudos de Mahbub Ul Haq com a ajuda de Amartya Sen, desenvolveram o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que vem sendo amplamente utilizado pelas nações.

Aqui no Brasil, a Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados) no estado de São Paulo, buscou essa mesma linha e criou a partir das bases do IDH o IPRS (Índice Paulista de Responsabilidade Social), buscando medir o desempenho das cidades paulistas (TORRES, 2003). Da mesma maneira a FGV Projetos (Fundação Getúlio Vargas) desenvolveu o IDES (Indicador de Desenvolvimento Econômico e Social) que utiliza em seu modelo em torno de 30 variáveis, fugindo um pouco da ótica do IDH, que tem como pressuposto a simplicidade e a fácil mensuração.

O relatório da CMEPSP (STIGLITZ, 2009) destaca a importância de se construir indicadores baseados em visões complementares às do crescimento econômico medido pelo PIB, pelo fato de que as políticas públicas são direcionadas por tais índices. E como consequência de uma abordagem simplificada

na medição apenas do crescimento, o desenvolvimento social acaba e acabou ficando a parte das estratégias adotadas pelos administradores públicos, sendo importante a retomada destes temas na medição do desempenho e na definição das estratégias públicas para o desenvolvimento.

1.1 Desenvolvimento

Desenvolvimento, em ciências sociais, é um termo que pode ser considerado em diversos aspectos como, Econômico, Social, Humano, Tecnológico, etc. e deve ser diferenciado de crescimento, pois implica uma combinação de fatores estratégicos que dão sustentação ao crescimento alcançado. Sobre o crescimento econômico e o desenvolvimento, Schumpeter (1997. p. 74) mostra que,

o primeiro representa o simples aumento da renda, que pode advir ou não de um processo de desenvolvimento, e o segundo representa um amplo conjunto de transformações sociais e políticas, ocorridas em decorrência de processos internos aos países

Neste sentido podemos entender que ao falarmos de desenvolvimento em detrimento ao simples fato do crescimento econômico, medido pelo PIB, estamos falando de um complexo social, em que estão inseridos todos os atores da sociedade, sejam as pessoas individualmente, as famílias, as empresas e ou o governo. Assim se faz necessária uma visão sistêmica do desenvolvimento, buscando entender as relações que são estabelecidas entre tais atores.

Segundo a visão do economista Amartya Sen (2010), que considera o desenvolvimento em uma perspectiva de liberdades que são inerentes a natureza do ser humano, o Desenvolvimento Social é sustentado “no modo em que as pessoas vivem (talvez até mesmo nas escolhas que têm), e não apenas nos recursos ou na renda de que elas dispõem” (Ibid. 2010, p.40). Sendo que o desenvolvimento social só pode ser considerado quando há uma melhoria nos termos dessas relações.

2. Bem-Estar-Social e Qualidade de Vida

O conceito de bem-estar, bem-estar-social ou qualidade de vida, remontam a antiguidade, nos primórdios da civilização ocidental, mais especificamente na Grécia, onde o que se entendia por estes conceitos era o “saber viver”, o que era relacionado ao bom governo (NOGEIRA, 2002).

De acordo com Stiglitz (2009), para mensurar o bem-estar-social e a qualidade de vida é necessário quantificar aspectos objetivos e subjetivos, sendo que a relação entre esses aspectos chega até mesmo a ser multidimensional, e elenca alguns fatores, que foram encontrados nas pesquisas acadêmicas e iniciativas realizadas pelo mundo, para a construção de um índice de desempenho capaz de mensurar o desenvolvimento social:

- i. Padrões de Vida Material (renda, consumo e riqueza)
- ii. Saúde
- iii. Educação
- iv. Atividades pessoais, inclusive trabalho
- v. Voz política e Governança
- vi. Conexões Sociais e Relacionamentos
- vii. Meio Ambiente (Condições Presentes e Futuras)
- viii. Insegurança, tanto econômica como de natureza física

(STIGLITZ, 2009, p.14)

Nicholas Barr (1998, p. 7-9) em sua obra sobre o Welfare State, define o bem-estar como “um mosaico com diversidade tanto na sua origem como na sua obtenção”, e sua eficiência ligada a aspectos tanto macro – como o gerenciamento por parte do governo sobre os recursos advindos do PIB para as áreas que contribuirão para o bem-estar – como os aspectos micro – nos diversos tipos de benefícios adquiridos em saúde, educação, etc. –, tendo como pressuposto a atuação governamental no gerenciamento destas políticas, além do objetivo de erradicação a pobreza, que contribui para melhores condições de vida em sociedade.

Ainda sobre a qualidade de vida e o bem-estar, no relatório da CMEPSP (STIGLITZ, 2009) são abordados aspectos monetários e não monetários que influenciam na percepção da qualidade de vida em comunidade, como a saúde, a qualidade das instituições, as relações sociais, a qualidade do trabalho, o lazer, etc. de maneira que estes aspectos não podem ser precificados, concluindo-se que a qualidade de vida e o bem-estar-social não podem ser calculados apenas com as questões monetárias.

Morais e Camanho (2010) apontam a falta de consenso sobre os conceitos para a Qualidade de Vida e, relacionam problemas como exclusão social, segregação racial, escassez de moradia, desemprego, entre outros aspectos, como inerentes ao nível de qualidade de vida nas cidades estudadas, concluindo que a Qualidade de Vida é elemento essencial para que ocorra desenvolvimento.

2.1 Qualidade de Vida e Felicidade

A grande dificuldade em conceituar Qualidade de Vida de uma maneira que possamos mensurar os resultados, advém principalmente da heterogeneidade das percepções. Conforme relatório da CMEPSP (STIGLITZ, 2009), a percepção de melhoria na qualidade de vida nos países desenvolvidos, principalmente no que se refere a incrementos proporcionados pelo aumento de renda, é diferente do que se percebe em países em desenvolvimento. Outros aspectos ligados à cultura de cada povo, também influenciam essa percepção, sendo que para alguns a qualidade de vida pode estar mais a aspectos de lazer individual, enquanto em outras podem estar mais ligados à vida em comunidade e participação social.

Essa percepção está diretamente relacionada aos conceitos de felicidade, o que em suma é algo totalmente subjetivo e heterogêneo, sendo que

[...] Diferem, porém, quanto ao que seja a felicidade, e o vulgo não o concebe do mesmo modo que os sábios. Os primeiros pensam que seja alguma coisa simples e óbvia, como o prazer, a riqueza ou as honras, muito embora discordem entre si; e não raro o mesmo homem a identifica com diferentes coisas, com a saúde quando está doente, e com a riqueza quando é pobre. (ARISTÓTELES, 1991 p. 4).

E mesmo que a percepção de felicidade seja heterogenia, existe uma homogeneidade de pensamentos sobre os fins aos quais nossas ações devem concorrer, pois

todo conhecimento e todo trabalho visa a algum bem, quais afirmamos ser os objetivos da ciência política e qual é o mais alto de todos os bens que se podem alcançar pela ação. Verbalmente, quase todos estão de acordo, pois tanto o vulgo como os homens de cultura superior dizem ser esse fim a felicidade e identificam o bem viver e o bem agir como o ser feliz. (Ibid.,p. 3).

Sob essa perspectiva a Qualidade de Vida e o Bem-Estar-Social, estão diretamente relacionados com a felicidade o que é facilmente correlacionado com a convivência social – Bem Viver e Bem Agir –, e sendo esse a finalidade de nossas ações – a vida em sociedade –, a maneira

como nos relacionamos, entre indivíduos, entre famílias, entre as empresas e com o governo, é a base para mensurar o desenvolvimento social que estamos galgando.

3. Índices de Desenvolvimento

Historicamente o PIB *per capita* foi, e ainda é, o indicador mais usado para mensurar o desempenho econômico e o progresso social. Tanto que se tirarmos o foco do acadêmico e buscarmos um olhar voltado para a sociedade em comum, o que mais se vê nas diversas mídias (TV, Rádio, Jornal, Internet) e até mesmo nos pronunciamentos governamentais, são as metas de crescimento do PIB e do PIB *per capita*, como também o acompanhamento do desempenho realizado, nos dando sensação de que temos que fazer algo, para contribuir com tais metas de crescimento.

Acreditava-se, conforme a teoria econômica mais aceita, que primeiro o “bolo” – medido pelo PIB – precisava crescer para que depois fosse distribuído e, vemos hoje que isso não é uma premissa verdadeira, pois após algumas décadas as desigualdades continuam a crescer.

3.1 IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

Na busca de um indicador que pudesse mensurar o desenvolvimento social e humano, por iniciativa da ONU, foi criado o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que obteve o maior sucesso dentre as abordagens propostas, por ser um indicador com poucas variáveis e de fácil acesso.

Segundo PNUD (2013) esse indicador utiliza três visões complementares sendo:

- Vida longa e saudável;
- Acesso ao conhecimento;
- Padrão de vida.

Na visão, *vida longa e saudável*, a medição é feita pela expectativa de vida ao nascer, buscando retratar as condições de saúde mínimas que são oferecidas para que se possa manter a vida.

Com a visão do *acesso ao conhecimento*, são usadas médias de anos estudados, taxas da alfabetização e expectativa de anos de estudos com pequenas diferenciações para o cálculo do IDH-global e do IDH-M – que é o índice ajustado para os municípios, – com isso busca-se verificar as condições que esse indivíduo tem de exercer a cidadania.

Na visão de *padrão de vida* é usada a Renda *per capita*, tentando avaliar as condições de econômicas da vida das pessoas em determinada localidade. Sobre o uso da Renda *per capita*, existe uma limitação do índice quanto a real distribuição da renda, conforme alertado pelo próprio PNUD (2013). Sendo que a Renda *per capita* é calculada pelo total de rendimentos auferidos no mês anterior do ano base da pesquisa do Censo, dividido pelo total de indivíduos computados na pesquisa censitária, e pode não refletir as desigualdades dos municípios.

A nosso ver outro limitante é que os indicadores de são obtidos em anos de pesquisa do Censo, não proporcionando um acompanhamento do desempenho anual do indicador, o que dificulta a leitura da eficácia de políticas públicas adotadas no curto prazo. Além disso, outro limitante para medição de bem-estar-social e qualidade de vida, é a não utilização de indicadores referentes ao convívio em sociedade, como as mortes por agressões, por acidentes, homicídios, latrocínios, roubos, furtos, estupros e até mesmo os suicídios.

3.2 Outros Indicadores de Desempenho Econômico e Social

Algumas abordagens utilizando quadro de indicadores vêm sendo estudadas mundialmente, alguns levando em conta apenas critérios objetivos, outros com critérios objetivos e subjetivos, como também aquele que se utilizam apenas de critérios subjetivos. Aqueles que utilizam critérios subjetivos têm encontrado dificuldades na correlação destes índices em diferentes países, com diferentes tipos de desenvolvimento alçado, pois a percepção de qualidade de vida em cada um deles assume diferentes conotações, principalmente quando se referencia bem-estar com renda, onde pode ser percebido que para aqueles grupos que já alcançaram o desenvolvimento o incremento de renda tem pouco efeito sobre a percepção de bem-estar (INSEE/OECD, 2008).

Outros trabalhos vêm sendo desenvolvidos com a sistemática da Análise Envolvória de Dados (Data Envelopment Analysis - DEA), que busca classificar países, regiões e municípios com maior eficiência quanto a retornos de escalas obtidos pelos investimentos feitos, combinando inputs e outputs e elencando peso para cada um deles (MARIANO, 2012). Uma das limitações, desse tipo de análise, é a disponibilidade e a quantidade de dados utilizados para a construção dos modelos, que variam de acordo com o pesquisador e a localidade ou região analisada, outro aspecto importante sobre esses modelos, referem-se aos pesos que são atribuídos para cada variável, que acaba por ter uma subjetividade, uma vez que cabe ao pesquisador atribuí-los.

4. Conclusões

Um dos principais aspectos que gostaríamos de levantar nessa discussão está relacionado à forma como nos relacionamos em sociedade. Tendo em vista tudo que expusemos acima, a complexidade dos sistemas sociais, acreditamos que para medir o desenvolvimento, em seus amplos aspectos, devemos levar em conta as relações que são estabelecidas na sociedade.

Conforme vimos em Aristóteles (1991) há certa subjetividade e heterogeneidade quanto ao que seja felicidade, o que dificulta uma abordagem estatística para mensurar o desenvolvimento, no que tange ao bem-estar-social e a qualidade de vida. Dessa maneira fica clara a necessidade de encontrarmos um ponto comum, para a construção de um indicador que possa nos mostrar o desempenho que estamos alcançando, dado às políticas públicas adotadas.

Esse ponto comum, além de dar objetividade à mensuração de resultados, deve contemplar as relações sociais que são estabelecidas, ou seja, deve-se buscar com tais variáveis uma visão do sistema social como um todo. Nele devem ser retratados os principais problemas sociais, para que possam ser contemplados na formulação das políticas de desenvolvimento.

Vemos que é extremamente necessário que o indicador contemple informações inerentes ao desenvolvimento humano e social, como: educação, saúde, trabalho, segurança e violência, tanto física como patrimonial. A importância de buscarmos tais abordagens se deve, principalmente, pelo simples fato de que os administradores públicos utilizam estes para a formulação de suas estratégias políticas.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução de LeonelVallandro e GerdBornheim da versaoinglesa de W. D. Ross. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Ospensadores; v.2)
- BARR, Nicholas. (1998). *The Economics of the Welfare State*. California: Stanford University Press, 1998.



FGV Projetos (Fundação Getúlio Vargas). Indicador de Desenvolvimento Econômico e Social (IDES) dos Estados Brasileiros. Disponível em: <http://fgvprojetos.fgv.br/publicacao/indicador-de-desenvolvimento-economico-e-social-ides-dos-estados-brasileiros>

INSTITUT NATIONAL DE LA STATISTIQUE ET DES ÉTUDES ÉCONOMIQUES; ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (INSEE – OECD). Survey of existing approaches to measuring socio-economic progress, 2008. Disponível em: <http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr>

JANUZZI, Paulo de Matino. Indicadores sociais no Brasil. 4.ed. Campinas: Editora Atlas, 2009.

MARIANO, Enzo Barbeiro. Crescimento econômico e desenvolvimento humano: uma análise mundial da eficiência social de Estados-nação. São Carlos: EESC/USP, 2012.

MORAIS, Paulo; CAMANHO, A. S. Evaluation of performance of European cities with the aim to promote quality of life improvements. Omega, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/25534>

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Bem-Estar, Bem-Estar Social ou Qualidade de Vida: A Reconstrução De Um Conceito. Semina: Ciências Humanas e Sociais, v. 23, p. 107-122. 2002.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil, 2013. Disponível em: <http://www.pnud.org.br>

SCHUMPETER, A. Teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1977.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. Tradução de Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

STIGLITZ, J. E.; SEN, A; FITOUSSI, J. P. Report by the commission on the measurement of economic performance and social progress, 2009. Disponível em: www.stiglitz-sen-fitoussi.fr

TORRES, H. G.; FERREIRA, M. P.; DINI, N. P. Indicadores Sociais por que construir novos indicadores como o IPRS. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 17(3-4): 80-90, 2003. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/>

REDES SOCIAIS – PROTAGONISMO DA MULTIDÃO E AS NOVAS FORMAS DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL: UMA ANÁLISE DO TRABALHO DOS COLETIVOS

Eduardo Vicente Soares
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
eduardo@facef.br

Daniela de Figueiredo Ribeiro
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
ribares@netsite.com.br

Resumo

As redes sociais na internet se consolidaram hoje como meio de interação online, e se apresentam como uma real alternativa aos padrões tradicionais de comunicação e informação. Existe, atualmente, uma nova geração de aparelhos e novidades tecnológicas nunca antes disponíveis, que tem sido usada como forma de organizar indivíduos em grupos, buscando alternativas e soluções para um mundo melhor, através do desenvolvimento humano e colaborativo. O presente trabalho pretende realizar uma pesquisa bibliográfica de autores que discutem o conceito de desenvolvimento humano e social como Amartya Sen (2010), Bauman (2009) e Guattari (1990). Também será discutido o conceito de redes sociais e sua função social segundo Recuero (2009), Castells (1999) e (2010), e Giardelli (2011), de modo que colaborem para o entendimento de como os movimentos sociais, que surgem em ambientes online, fortalecem e estimulam a participação do indivíduo em atitudes offline, colaborando assim com o desenvolvimento humano e social do local onde estão inseridos.

060-2378

PALAVRAS CHAVE: Desenvolvimento regional, Redes sociais, Desenvolvimento Humano e Social, Cultura digital.

INTRODUÇÃO

A evolução tecnológica trouxe consigo uma mudança radical e significativa quando se trata de processos comunicacionais. A *internet* é hoje o fio condutor e tripé da comunicação global mediada pelos computadores. Em 1999 a internet tinha cerca de 63 milhões de computadores-servidores, 950 milhões de terminais telefônicos, 5 milhões de domínios do nível 2, 3, 6 milhões de sítios da web e era usada por 179 milhões de pessoas em mais de 200 países (Castells, 1999. p. 431-432)

Hoje existem milhões de usuários da rede mundial de computadores pelo mundo, buscando os mais variados temas possíveis, como comunicação, política, sexo, religião e comércio. A internet é considerada hoje o meio mais eficaz quando falamos em 'novas formas' de relacionamento entre pessoas e na disseminação dos mais diversos tipos de informação e ideias. Nesse espaço cibernético, indivíduos de todas as raças, crenças e classes encontram espaços diariamente para se relacionar e também levantar discussões, prática difícil de ser fomentada apenas presencialmente, já que o tempo tem sido o maior vilão desta era pós-moderna¹. E com o objetivo de engajar esse ser 'internético', torná-lo parte deste universo

globalizado, e ao mesmo tempo regional, é que estão surgindo movimentos dentro das redes sociais, que estão se fortalecendo e se firmando como importantes grupos responsáveis por transformações consideráveis no cotidiano do desenvolvimento político, econômico e social de suas regiões.

Com a globalização e o avanço da tecnologia, o conceito de comunicação e informação vem se transformando. A receita vencedora de 10 anos, provavelmente não se mantém a mesma por muito tempo. Os internautas/cidadãos estão se tornando mais exigentes. O número de usuários das diversas redes existentes aumenta consideravelmente todos os dias. O Brasil foi o país que mais cresceu no Facebook em 2012: saltou de 35 milhões para 65 milhões de usuários cadastrados, segundo relatório divulgado pelo site SocialBakers e divulgado na revista Exame de janeiro de 2013. No total, 29,7 milhões de brasileiros se cadastraram nesta rede no ano de 2012. Por isso, é preciso estudar essa ferramenta de relacionamento e compartilhamento de informações, e quais as reais influências e possibilidades de utilização para melhorias junto ao desenvolvimento de uma região e local.

Mc Luhan (1969, p. 29) diz que “a mensagem de qualquer meio ou tecnologia é a mudança de escala, cadência ou padrão que esse meio ou tecnologia introduz nas coisas humanas”. O mundo está em transformação e a forma de se comunicar, que era eficiente outrora, já não cumpre hoje seu papel. Ou seja, “o meio é a mensagem”. E se o meio é a mensagem, a comunicação se volta cada vez mais para o comportamento. Prova disso é que a publicidade não compra mais um canal, um espaço, um meio para veicular ideias, mas sim o comportamento do consumidor.

Anterior ao legado, que surge com a internet, a televisão teve início, no Brasil, ainda na década de 50, tomando o espaço de entretenimento e informação conquistado pelo rádio na vida dos brasileiros. Hoje, a televisão ainda é o meio mais popular e eficaz de comunicação de massa, porém, ela busca maneiras de se reinventar tornando-se interativa, a fim de garantir a própria sobrevivência. Mas a internet vem se tornando um espaço, em que o cidadão deixa de ser passivo e passa também a contribuir, colaborar e opinar nesse conteúdo produzido por terceiros. Ele se torna parte do conteúdo, através de suas opiniões, indagações e contribuições efetivas para uma transformação social e das idéias.

Para se ter uma ideia, o rádio levou 38 anos, a televisão 13 e a TV a cabo 10 para chegar a um número de 50 milhões de unidades nas casas das pessoas. A Internet levou apenas 8 anos após sua criação, em 1994, para se tornar um meio eficiente de comunicação e interatividade.

A expressão “nova mídia”, por exemplo, não se refere apenas a uma nova maneira de gerar e veicular informação. É uma nova interlocução com o público que a consome.

A nova mídia abarca inclusive a “velha mídia”, uma vez que as novas maneiras de fazer e distribuir informação se imiscuíram nas práticas daqueles que veiculam seus conteúdos em suportes tradicionais, incorporando-as, trazendo para si os novos preceitos e uma nova forma de relacionamento com a informação e com o público – interativa e participativa (COSTA, 2009, p.16).

Entre essas novas possibilidades e potencialidades que se abrem com a cibercultura, está o da abertura dos monopólios de informação e entretenimento. O conteúdo não fica restrito a uma mídia única e linear, mas agora tem a característica de ser interativa, participativa e democrática.

Qualquer grupo ou indivíduo pode ter, a partir de agora, os meios técnicos para dirigir-se, a baixo custo, a um imenso público internacional. Qualquer um (grupo ou indivíduo) pode colocar em circulação obras ficcionais, produzir reportagens, propor suas sínteses e sua seleção de notícias sobre determinado assunto (LÉVY, 1999, p.239-240).

E para não ficar para trás nessa corrida tecnológica e interativa, será que os internautas, preocupados com o desenvolvimento da sua cidade, estão se adaptando as novas realidades de comunicação e utilizando as mídias eletrônicas para alinhar discursos e mobilizar multidões? Acabou a

desculpa de quem diz não ter tempo para se informar e se reunir no offline para fomentar mudanças para sua região?

Para tanto, estudar as transformações sociais obtidas através de alternativas, que vem sendo usadas através do uso das redes sociais como agente motivador de inquietação frente ao sistema tradicional de controle do Estado, é papel fundamental do pesquisador social.

O objetivo geral deste artigo é conceituar o surgimento dos ‘Coletivos’, que utilizam das redes sociais para unir forças e organizar movimentos e transformações, apontando a participação do indivíduo enquanto sujeito e ator no processo de desenvolvimento regional, fazendo uma reflexão sobre o papel das redes sociais enquanto ferramenta alternativa de democratização das demandas sociais, através de uma abordagem metodológica através de uma revisão bibliográfica e de conteúdo, a fim de contextualizar redes sociais, desenvolvimento humano e social e os Coletivos.

DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

Algumas regiões não se desenvolvem como deveriam, ou como os cidadãos que ali residem gostariam que fosse. Isso acontece porque cada região tem seu meio próprio de desenvolvimento. Metodologicamente, portanto, somos levados a observar, ser inerente ao sistema capitalista, que a iniciativa da ação seja do econômico (do mercado) e que, a partir da ação econômica (do mercado capitalista), ocorra a reação do social, a negação. Dessa forma, e até mesmo por necessidade deste sistema, a esfera da política transforma-se, na esfera de superação das contradições e resolução de conflitos, ou seja, na esfera de mediação entre o movimento do econômico e o contra movimento do social.

Para Sorj e Martuccelli (2008) a busca pela coesão social e pela democracia seria o caminho para se libertar de anos de colonização e mandos traçados pelo Estado, principalmente no que diz respeito aos países latino americanos. Essa união harmônica entre eles poderia nortear a interdependência de suas ações. O Estado, como realidade constante no tempo e distante no espaço social é a chave para entender a natureza da dominação política nos países de colonização antiga, como o Brasil.

Sorj em uma última análise, afirma que não se recorreu nem ao mercado nem às organizações da sociedade civil para buscar coesão, mas se exigiu do Estado a recuperação de uma de suas funções clássicas, que é cuidar do seu povo, causando uma crise de representatividade. Essa sociedade formada extremamente dentro de conceitos mercantilistas faz com que, mesmo com a expansão do consumo e o aumento da fatia da classe média, tenhamos ao invés de uma satisfação plena, um constante estado de insatisfação em massa. Dessa forma, o consumismo acentua, a individualização dos atores sociais. O resultado é a aceitação implícita da desigualdade.

Para Sorj, à medida que se procura avançar em políticas sociais progressivas, aparecem novos desafios políticos e sociais. Políticas que favorecem o acesso dos setores populares a educação e saúde fazem com que setores médios e altos se orientem para o setor privado, causando ainda mais uma reprodução da desigualdade. Um segundo efeito negativo é que, na medida em que os setores médios se distanciam dos serviços públicos, eles também perdem o interesse por zelar e pressionar pela qualidade desses serviços, enquanto a pressão impositiva é vista como uma desapropriação ou uma injustiça, já que não sentem que são beneficiados pelos serviços públicos. As consequências disso são a deterioração dos serviços, a frustração da classe média, que se vê reduzida a uma função de suporte financeiro, e um risco de uma reviravolta fiscal e o surgimento de manifestações públicas de massas insatisfeitas com a governabilidade do país.

Porém, podemos afirmar que na busca pelo capital, enxergamos um aumento exagerado da esquizofrenia humana. Principalmente quando o indivíduo se torna apenas mero espectador da sua história

ao invés de tornar ator, um agente de transformação social. Mas sempre existe um poder de liberdade, ainda que sutil e modesto dentro de cada indivíduo. Por isso é importante entender que hoje o desenvolvimento não precisa necessariamente passar pelo Estado, pelo capital, mas sim pelas relações humanas.

Percebemos assim que o desenvolvimento regional depende de uma crescente organização social das comunidades regionais. E essa crescente organização equivale, diretamente, a um maior envolvimento político nas decisões e definições dos rumos do desenvolvimento regional. Com uma melhor participação política dos atores sociais daquela região, acredita-se em um maior desenvolvimento dessas comunidades regionais. (SEN, 2010). Quanto maior o envolvimento político do povo, maior o desenvolvimento desta sociedade. Esse padrões regionais de desenvolvimento, nas suas formas cooperadas e associativas, são rotulados, por alguns, de “Capital Social”, como é o caso de Coleman (1996).

Isso permite que sejam alcançados alguns objetivos que não seriam alcançados, por exemplo, “um grupo cujos membros demonstrem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiabilidade e confiança (...)” (apud PUTMAN, 1996, p177).

Nessa forma de organização mais democrática e participativa, os padrões de desenvolvimento, ao invés de serem elaborados exclusivamente por um homem só, ou um grupo que visa a interesses particulares, nasce entre os homens que se organizam juntos, em um processo onde a troca é fundamentada na cultura dos diferentes grupos envolvidos. Por isso, é fundamental dentro de uma sociedade democrática, que o indivíduo esteja inserido neste processo, inclusive se respeitando e desenvolvendo os valores de cada região. São as necessidades sociais e econômicas transformadas em pressões políticas que impulsionam e dinamizam o desenvolvimento das regiões. Isto porque a resolução dos problemas sociais e econômicos, ou a superação das contradições estruturais, são conquistadas apenas na medida em que interessam a certos grupos.

Amartya Sen (2010) preconiza a relevância da participação do indivíduo na sociedade enquanto agente de transformação social, responsável pelo outro. Segundo o autor, não é necessário ser devoto, cristão ou espiritualista para entender que é preciso ‘ter a responsabilidade de desenvolver e mudar o mundo em que vivemos.’

Sen afirma que reconhecendo essa nossa condição humana, e sendo seres providos de liberdade, temos de repensar nossa postura e as escolhas que nos são apresentadas. ‘Como seres humanos competentes, não podemos nos furtar à tarefa de julgar o modo como as coisas são e o que precisa ser feito’ (SEN, 2010, p. 32).

Responsabilidade implica em liberdade, e vice-versa e ter liberdade para fazer a coisa certa impõe a responsabilidade individual. Por isso, a liberdade é necessária e suficiente para a responsabilidade. As ações vão acontecer por meio da reação do indivíduo frente as possibilidades de busca pela transformação dentro de um coletivo. ‘O comprometimento social não necessariamente precisa estar ligado ao Estado, deve envolver outras instituições organizadas: ONGs, organizações políticas e sociais, os meios de comunicação e a sociedade em geral’ (SEN, 2010, p. 41).

Desse modo, vemos que ‘as liberdades políticas e os direitos civis básicos são indispensáveis para a emergência de valores sociais. A liberdade para participar da avaliação crítica e do processo de formação de valores é, com efeito, uma das liberdades mais cruciais da existência social’ (SEN, 2010, p. 48). Vemos que o aumento de liberdades políticas e civis é fator decisivo para o próximo passo do processo de desenvolvimento. Entre essas, está incluída a liberdade de agir como cidadão, que sabe de sua importância dentro da sociedade, influenciando outros com suas atitudes e opiniões.

Sen segue explicando a diferença que faz a liberdade. Quanto as questões sociais, ele acredita que ‘o aumento da liberdade é essencialmente um importante fator motivador para avaliar a mudança

econômica e social. O próprio Marx ressaltou a importância de substituir o domínio das circunstâncias e do acaso sobre os indivíduos pelo domínio dos indivíduos sobre o acaso e as circunstâncias.' Importante ressaltar ainda a afirmação de W.A. Lewis que 'o objetivo do desenvolvimento é aumentar o conjunto das escolhas humanas.'

AS REDES SOCIAIS E O DESENVOLVIMENTO

Para entender de fato o que significa o termo 'Rede social', é preciso entender a organização da sociedade. Uma rede, como o próprio nome diz, é uma estrutura social, que de certo modo, é composta por pessoas, organizações, ou grupos conectados por objetivos comuns, relações e que compartilham de valores e interesses. Uma das características para se definir as redes é a sua abertura e porosidade, possibilitando relacionamentos horizontais e não hierárquicos entre os participantes. "Redes não são, portanto, apenas outra forma de estrutura, mas quase uma não estrutura, no sentido de que parte de sua força está na habilidade de se fazer e desfazer rapidamente." (LÉVY, 1996).

Nas redes, a conexão entre os indivíduos se dá através da identidade. "Os limites das redes não são limites de separação, mas limites de identidade. Não é um limite físico, mas um limite de expectativas, de confiança e lealdade, o qual é permanentemente mantido e renegociado pela rede de comunicações." (LÉVY, 1996).

As redes sociais tem adquirido grande importância na sociedade atual, pelas suas características de autogestão e pela horizontalidade e descentralização. Um ponto comum entre os diversos tipos de rede social é o compartilhamento de informações, conhecimentos, interesses e esforços em busca de objetivos comuns. O aumento da formação das redes sociais, acaba por refletir um processo de fortalecimento da sociedade civil, incluindo maior participação democrática e mobilização social.

AS DIVERSAS FORMAS DE REDES SOCIAIS

Ainda que com objetivos e motivações em comum, muitas vezes as redes sociais podem se manifestar de diferentes formas.

Redes comunitárias são aquelas localizadas em bairros ou cidades, em geral com a finalidade de reunir interesses comuns dos habitantes, melhorar a situação do local ou promover outros benefícios.

As redes profissionais são aquelas mais comerciais, conhecidas como *networking*, onde o objetivo é estabelecer contatos e fortalecer a rede de contatos do indivíduo, com o objetivo de progredir socialmente no ambiente profissional e corporativo.

Já as redes sociais online são as mais conhecidas hoje, por reunir amigos, indivíduos, conhecidos em torno de interesses comuns em um ambiente virtual, mas que pode, ou não, ser estendido para contatos presenciais. As mais conhecidas e utilizadas hoje são: *Facebook, Google+, Myspace, Twitter, Instagram, Foursquare, LinkedIn, Pinterest, Badoo, WorldPlataform, entre outros*.

Com a revolução tecnológica, o indivíduo tem fácil acesso a tablets e smartphones, e coloca as mãos no mundo. A consequência disso é uma revolução na forma de se comunicar e interagir em rede.

Segundo Manuel Castells (2013), o uso das redes de comunicação da internet e dos celulares é essencial, mas a forma de se conectar em rede hoje é multiplataforma. Essa nova forma de comunicação inclui o *online* e o *offline*, bem como redes já existentes e outras formas durante as ações do movimento.

Formam-se redes dentro do movimento, com outros movimentos do mundo todo, com a blogosfera da internet, com a mídia e com a sociedade em geral. As

tecnologias que possibilitam a constituição de redes são significativas por fornecer a plataforma para essa prática continuada e que tende a se expandir, evoluindo com a mudança de formato do movimento (CASTELLS, 2013, p160).

O termo rede social sugere um tipo de organização entre pessoas que, teoricamente, possuem o mesmo papel, não havendo hierarquia e sendo todos os envolvidos, passíveis de construir suas próprias relações, de modo justo, seguindo regras já pré-estabelecidas. Essa definição acaba por se tornar mais complexa da definição do que vem a ser uma rede social. Desta forma, é perfeitamente compreensível o duplo sentido, pois o termo “rede social” ganhou visibilidade apenas com o surgimento da internet. Quando se fala em rede social, muitos associam automaticamente à redes de relacionamento online, que têm se tornado muito popular ao longo dos anos e que, na verdade, são realmente vertentes de uma rede social.

Uma rede de relacionamento online pode ser considerada rede social, mas uma rede social não se restringe por si só a uma rede de relacionamento. Para isso é importante registrar que o conceito das redes *online* surge em meados de 1995, com o nascimento do portal ‘*Classmates.com*’, usado hoje por 50 milhões de usuários, todos com mais de 18 anos, e que procuram colegas ou amigos de escola ou do tempo do serviço militar americano.

Em 2004 nasce o ‘*Facebook*’, a maior rede do mundo hoje, e também uma das que mais cresce (já ultrapassou os 850 milhões de usuários) tornando-se uma das mais valiosas, dando ao seu criador, Mark Zuckerberg, uma das mais rápidas ascensões na lista dos empresários mais ricos do mundo.

Em Junho de 2014, o ‘*Google*’, anuncia, enfim, o fim do Orkut, para o descontentamento de alguns e a alegria de muitos.

Para se discutir o uso dessas redes, primeiramente é preciso entender melhor como funciona cada uma delas. Vamos nos restringir neste artigo apenas as redes que tem o maior número de usuários, e mais utilizadas pelos ‘Coletivos’: o *Facebook*, o *Instagram* e o *Twitter*.

Facebook

O *Facebook* é a rede de relacionamento mais popular da atualidade e isso se deve principalmente à sua versatilidade. Através da rede, os usuários podem jogar, compartilhar suas preferências, vídeos, fotos, gostos, assuntos de seus interesses, conversar através de vídeo chat e muito mais. A rede surgiu depois de inúmeras outras e, pouco a pouco, ganhou mercado desbancado todas as demais. As principais funções da plataforma são o bate-papo online através do chat de mensagem instantânea e as opções de curtir e compartilhar que a ferramenta disponibiliza, ou seja, quando um usuário gosta de determinada postagem de amigo ou conhecido ele tem a opção de clicar no “**botão curtir**” com o objetivo de acenar ao amigo que gostou do que foi postado, ou então clicar em “compartilhar” que fará com que o conteúdo do amigo seja copiado para seu próprio perfil, fazendo assim com que todos os amigos vejam também tal postagem, o que acaba gerando um fantástico **efeito viral**.

Twitter

Esta talvez seja a rede social preferida das celebridades e profissionais de imprensa. A rede ganhou notoriedade pela sua simplicidade e eficiência, o usuário só pode enviar mensagens com 140 caracteres e uma única mensagem é visualizada em tempo real por todos os seus “seguidores”, nome dado às pessoas que decidem receber as mensagens de outros usuários.

Instagram

Essa é outra rede que têm se destacado na atualidade, a ideia da rede é permitir que usuários de celulares e outros dispositivos móveis possam registrar, através de seus aparelhos momentos únicos e o que mais desejar em forma de foto. Através das ferramentas do aplicativo é possível modificar e dar vida à essas imagens compartilhando em tempo real com amigos cada momento. As ferramentas

do **Instagram** para compartilhamentos, pode-se dizer que são bastante similares às do **Facebook**, e isso pode ser justificado pelo fato do Facebook ter adquirido o **Instagram** ainda no ano de 2012.

AS REDES SOCIAIS E AS RELAÇÕES HUMANAS

Edgar Morin, sociólogo e filósofo francês, diz que ‘não precisamos de uma revolução, mas sim de uma metamorfose’. É preciso repensar comportamentos, atitudes, ações. O mundo está em transformação, para isso é preciso essa metamorfose, ou seja, uma nova origem, onde novos começos, invisíveis, marginais, as vezes com pouca sintonia, dispersos, mas que podem tomar conta de um novo pensamento, através da subjetividade humana. Tudo deve recomeçar.

Essa efervescência de ideias e quebras de paradigmas está aí se multiplicando diariamente em iniciativas locais, seja na busca econômica, política, social, étnica de busca por uma nova construção da vida.

Guattari (1999) em sua obra ‘As três ecologias’ preconiza a busca por essa subjetividade humana, onde não se trata mais de uma luta de classes sociais, ou apenas uma busca de contentamento temporário, mas sim de uma mudança no indivíduo.

Passa a ser concebível que a nova referencia ecosófica indique linhas de recomposição das práxis humanas nos mais variados domínios. Em todas as escalas individuais e coletivas o que se refere a vida cotidiana e quanto a reinvenção da democracia, debruçando cada vez mais sobre os dispositivos de produção de subjetividade no sentido de uma re-singularização individual e/ou coletiva ao invés do ir no sentido de uma usinagem pela mídia sinônimo de desolação e desespero.” (GUATTARI 1999, p77)

Há a necessidade de uma reorganização de uma recomposição das práticas sociais e individuais que foram agrupadas, pelo autor segundo, as três rubricas complementares - a ecologia social, a ecologia mental e a ecologia ambiental. O objetivo é busca uma política focalizada no destino da humanidade, através de novos meios para a continuidade da vida.

Dessa forma inferir o desenvolvimento sem nos tornarmos escravos da tecnologia e do consumo, como zumbis robóticos apenas das necessidades econômicas. Assim, GUATTARI (1999) afirma que ‘A subjetividade é uma meta a ser alcançada, uma reconstrução das engrenagens sociais, que vai adquirindo autonomia e articulando o resto da sociedade.

Com isso a noção de interesse coletivo é ampliada de modo que a curto prazo, podem não trazer proveito, mas a longo prazo, serão um processo para a transformação em conjunto da sociedade. O equilíbrio natural vai depender cada vez mais dessas intervenções humanas. É o que Guattari chama de a subjetividade da resingularização.

Karl Marx dizia que ‘as revoluções são as locomotivas da história’. Onde se rompem as barreiras, os modelos e surge uma nova sociedade.

“ Uma catálise da retomada de confiança da humanidade em si mesma... está pronta para ser forjada passo a passo a partir dos meios, os mais minúsculos...” (GUATTARI 1999, p77)

O QUE SÃO OS COLETIVOS CULTURAIS?

Dentro do cenário cultural das grandes cidades hoje, fazem parte os Coletivos Culturais, que se transformaram durante décadas, até atingirem o formato atual, baseado na economia solidária e na produção colaborativa.

Pode-se afirmar que, estes formatos atuais de coletivos culturais tiveram início com o surgimento do Circuito Fora do Eixo, em 2005. A rede, formada com o intuito de escoar as atividades culturais para fora do eixo Rio-São Paulo, hoje leva arte, cultura, música e reflexão para várias regiões do país.

O movimento teve início em Cuiabá/MT, Rio Branco/AC, Uberlândia/MG e Londrina/PR, e hoje alcança diversas regiões do país, através de 72 coletivos, presentes em 106 cidades. Uma grande abrangência, se pensarmos o pouco tempo que os coletivos existem no país.

Para definir o que é um coletivo, precisamos recorrer ao sentido literal da palavra. Ou seja, coletivo é aquilo que interessa várias pessoas que buscam um objetivo comum. Em relação aos coletivos culturais, o que os une é a produção independente da cultura. Os coletivos são uma espécie de ONG, de grupos, de associações, que buscam o desenvolvimento através dos ser humano e das particularidades de cada indivíduo envolvido no processo, com o objetivo comum de se desenvolver no cenário artístico e da cena cultural independente.

Os coletivos criaram força e identidade própria de forma natural e simples, com a ajuda da proliferação dos meios de comunicação e das redes sociais gratuitas, independentes e sem censura. 'A música, especialmente, se beneficia muito porque se constrói e gera riquezas e empregos a partir apenas de pessoas, de criatividade, de conteúdo, a partir de conversas, encontros interação.' (OLIVIERI, NATALE 2010, p.35)

E já que estamos vivenciando o que Castells (1999) chama de "sociedade em rede", podemos também atribuir ao termo a idéia de relacionamento virtual, através de ferramentas, que permitem a produção cultural de forma colaborativa, que com a popularização da internet, vem se tornando uma prática cada vez mais comum entre os usuários da rede. Segundo Lima (2008), "o conceito de direito autoral como propriedade intelectual parece esgotado e se mostra inadequado na sociedade da informação."

A produção colaborativa veio a ser a principal plataforma de Interação, dos coletivos, através da música independente e da produção audiovisual deste cenário. Após anos de acentuada retração, a produção independente brasileira tem apresentado sinais de crescimento, com o surgimento e a rápida consolidação de novas empresas no mercado.

Os artistas produzidos através dos coletivos culturais pertencem ao cenário independente da indústria fonográfica, já que "por definição, uma banda é independente, se não for vinculada a nenhuma gravadora multinacional, é denominada independente".

No caso dos festivais, estes também são organizados de forma independente, pois não contam necessariamente com apoio financeiro público ou privado para sua realização. Os subsídios para a realização dos eventos são obtidos a partir do sistema de economia solidária, através de moedas próprias, como o exemplo da Lumoeda. Como explica Singer:

A chave dessa proposta é a associação de iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo da empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. E não há competição entre os sócios: se a cooperativa progredir, acumular capital, todos ganham por igual. Se ela for mal, acumular dívidas, etodos participar por igual nos prejuízos e nos esforços para saldar os débitos assumidos. (SINGER, 2002, p. 9-10)

Coletivos culturais são hoje organizações independentes, muitos chamam de ONGS, de terceiro setor, ou algo que não pertence nem ao Estado e nem a iniciativa privada. Mas é preciso olhar melhor para estes movimentos.

"A compreensão do coletivo como fortalecimento de objetivos e potenciais, além da dissolução de problemas e divisão de etapas e mão de obra de trabalho, sem

que com isso o individual se dilua, é o próprio desafio do homem global e sua prática na cultura contemporânea. Não se trata de massificação igualitária e utópica, mas igualdade de condições e possibilidades geradoras. É o coletivo que afirma a individualidade e a potencializa em direção a uma relação aberta com o mundo.” Trecho do Manifesto Horizonte Nômade

Coletivo não é apenas um grupo. São as novas formas de organização de processos colaborativos, que carregam uma maneira consciente de relação transparente e participativa que se realiza na ação. Os integrantes dos coletivos, se integram por afinidade, ou se complementam, colaborando de forma consciente, com as diferentes culturas por uma ideia em comum, exercitando a multidisciplinaridade. O objetivo é aperfeiçoar e criar novos métodos de colaboração conjunta, reconhecendo e aplicando métodos positivos e experimentais.

A arte, fortalecida no coletivo, pode ter seu potencial amplificado e amplamente difundido. Já que mais informação, mais conhecimento, mais experiências circulam, através de seus agentes, para uma metamorfose de transformação social através da realidade.

O COLETIVO FORA DO EIXO

O Circuito Fora do Eixo é uma rede de coletivos culturais, que surgiu no final de 2005 e se destaca pelo seu contínuo crescimento, e que, em 2012, já totalizava, segundo seus organizadores, mais de 200 espaços culturais no Brasil, 2000 agentes culturais, 2800 parceiros e 20000 pessoas indiretamente, estando presente em 27 estados e mais 15 países da América Latina.

O Fora do eixo teve início através de produtores e artistas de estados brasileiros fora do eixo Rio-São Paulo. Em Cuiabá, quatro produtores culturais que frequentavam festivais de música independente e participavam ativamente de coletivos, Pablo Capilé, Talles Lopes, Daniel Zen e Marcelo Domingues, criaram o Espaço Cubo em 2002, um dos precursores do Fora do Eixo. O planejamento era todo coletivo e suas atividades sempre colaborativas. O foco teve início no intercâmbio solidário de atrações musicais e conhecimento sobre [produção de eventos](#). O movimento cresceu e hoje abrange outras formas de expressão como o [audiovisual](#), o [teatro](#) e as [artes visuais](#), ainda que a música continue tendo uma maior participação na rede.

No fim do primeiro ano, os participantes já tinham à sua disposição um estúdio de gravação, um núcleo de comunicação e de divulgação de eventos, um ambiente para os shows e um selo de distribuição de discos. O uso de mídias eletrônicas e das redes sociais, permitiu a produção e difusão de trabalhos em rede, juntamente com a criação do ‘cubo card’, uma moeda complementar que permitiu o regresso ao escambo, tornando as parcerias com empresas de diversos segmentos em uma cadeia produtiva funcional.

Hoje os gestores do Fora do Eixo continuam ampliando as possibilidades de atuação dos coletivos, através das novas tecnologias de comunicação e as redes sociais, reunindo diferentes coletivos culturais no país, além de expandir suas atividades para além das artes cênicas, design, audiovisual entre outros.

Para isso foi criada a "rede das redes virtuais", fazendo com que surgisse uma reorganização social com a fundação das Casas Fora do Eixo a partir de 2011. São espaços coletivos permanentes em alguns pontos estratégicos. A primeira destas surgiu em São Paulo, marcando a investida do circuito em direção ao eixo.

Cada Casa Fora do Eixo contém um grupo de moradores que ali também trabalham nos projetos do Circuito, criando comunidades que vivenciam modos alternativos de organização social. Os agentes dessa rede vêm ressignificando a realidade social atual através da produção de cultura, criando debates

abertos a todos em favor de novas políticas públicas e, entre outras coisas, requisitando acesso à educação e a democratização da mídia.

As **Casas Fora do Eixo** se organizam em torno de **quatro núcleos** principais: **Universidade Fora do Eixo** (sistema de ensino informal), **Banco Fora do Eixo** (sistema econômico autônomo), **Partido Fora do Eixo** e **Mídia Ninja** (sistema de comunicação exclusivo). Estas são as frentes mediadoras. As frentes de organização, por outro lado, são:

- Distro: distribuição, pontos de venda e trocas de produtos de parceiros;
- Agência: canais de trocas de experiência entre grupos;
- Tecnoarte: elaboração de tecnologias livres para criação de cultura;
- Sede social: espaço para a produção;
- Eventos: festivais abertos.

De acordo com o Circuito, os quatro núcleos principais objetivam disputar o modelo de sociedade em que as pessoas vivem, apresentando propostas concretas de reorganização das estruturas sociais, políticas e econômicas.

O compartilhamento e democratização das informações entre os coletivos gerou um acervo de metodologias de desenvolvimento de ações culturais, suscitando a criação então da **UniFdE (Universidade Fora do Eixo)**. Essa organização, favorável ao livre saber do aprendizado informal propiciado pela cibercultura, conta com patrocínio da Petrobrás por meio do Lei de Incentivo à Cultura do Governo Federal.

A UniFdE tem, como uma de suas ações, a abertura de espaços a parceiros e produtores que queiram fazer parte do corpo docente, ou ter uma vivência em um dos campi, que podem ser temporários ou permanentes. Há 150 campi permanentes, sendo eles as casas regionais e sub-regionais, além dos coletivos parceiros. Os mais de 300 temporários, por sua vez, são os eventos da rede.

O **Partido Fora do Eixo** trata-se de um laboratório de formulações de políticas de redes. Foi inspirado no [Partido da Cultura](#) (PCult), que preocupava-se com as políticas públicas para cultura. O Partido Fora do Eixo foca-se em formalizar e consolidar as políticas de gestão do FdE e fortalecer o movimento junto à opinião pública.

O **Banco Fora do Eixo**, através do **Fora do Eixo Card**, atua articulando a captação de recursos para os projetos das Casas e na gerência dos movimentos financeiros do Circuito.

Segundo o FdE, o Circuito movimentou, de 2011 para 2013, 30 moedas complementares, e, de 2006 a 2012, mais de 88 milhões em recursos, sendo 15% (13 milhões) em Reais e 85% (75 milhões) em moedas próprias.

CONSIDERAÇÕES

Estudar os efeitos das redes sociais como agentes transformadores e fomentadores de discussões na busca por mudanças ainda é algo novo e pouco explorado dentro da academia.

Como foi reforçado por Giardelli (2012) “não se usa velhos mapas para encontrar novos mundos”. Isso deixa claro que as redes sociais são um caminho sem volta, mas ainda pouco exploradas para este fim.

Também mediante as definições de Becker (1998) e Guattari (2008), sobre os conceitos de uso do capital social enquanto manobra para a busca de políticas públicas de desenvolvimento aponta para uma solução, que deve ser pensada de forma coletiva e não mais individualista e merece um estudo.

Desse modo, percebe-se que esse fundamental teórico vai nortear a proposta de pesquisa maior, que pretende levantar essa discussão pertinente ao que envolve os aspectos positivos da utilização das



redes sociais no fomento da mobilização do capital social na busca por melhorias no desenvolvimento regional político e social e seus impactos na sociedade.

REFERÊNCIAS

BECKER, Dinizar F. WITTMANN, Milton Luiz. **Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares**. 2ª. edição. Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2008

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo; Editora Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro; Editora Zahar, 2013.

COSTA, Caio Túlio. **Ética, jornalismo e nova mídia. Uma moral provisória**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. Ed, 2009.

ESCARIÃO, Renata. Coletivos Culturais na PB: a arte em conjunto.
<<http://intermitencias.com.br/2010/10/26/coletivos-culturais-na-pb-a-arte-em-conjunto>> Acessado em 8/6/2011.

EXAME. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/brasil-lidera-em-crescimento-no-facebook-em-2012>>. Acesso em: 23 de abril de 2013.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

GIARDELLI, Gil. **Você é o que você compartilha: e-agora: como aproveitar as oportunidades de vida e trabalho na sociedade em rede**. São Paulo; Editora Gente, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 1990.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo; Edições Loyola, 1999.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**. Rio de Janeiro; Editora 34, 1993.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo; Editora 34, 1999.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo; Editora 34, 1996.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de; SANTINI, Rose Marie. Produção colaborativa na sociedade da Informação. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

MARCONDES, Ciro Filho. **Por uma reflexão consequente da estética**. Disponível em: <<http://ddd.uab.cat/pub/analisi/02112175n27p173.pdf>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2013.



MC LUHAN, Marshall. **Os meios de Comunicação como extensões do homem**. São Paulo; Cultrix, 1969.

OLIVIERI, Cristiane; NATALE, Edson. Guia Brasileiro de Produção Cultural. São Paulo: Edições SESC-SP 2010-2011.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SANTIAGO, Marcelo Augusto. Ferramentas de produção colaborativa na internet aplicadas à produção cultural. 2010

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. CULTURA. Disponível em: < <http://www.cultura.ribeiraopreto.sp.gov.br/> >. Acesso em: 06 de fevereiro de 2014.

_____. DADOS RIBEIRÃO. Disponível em: < <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/crp/dados/i01principal.htm> >. Acesso em: 06 de fevereiro de 2014.

_____. Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional. Brasília: Líber Livro, 2005. (Série Pesquisa, v. 13)

_____. Etnografia da prática escolar. Campinas: Papirus, 1995.



Lista de autores

Alessandro Ramos Carloni, 193
Alfredo José Machado Neto, 74, 123
Analúcia Bueno dos Reis Giometti, 53, 174
Bárbara Fadel, 101
Bárbara Oliveira Rosa, 53, 174
Célio Bertelli, 101
Daniel Facciolo Pires, 193
Daniela de Figueiredo Ribeiro, 112, 215
Edney Wesley Antunes, 112
Eduardo Antoniete Campanaro, 123
Eduardo Vicente Soares, 215
Ester Quintina de Moura, 43
Gilberto Florêncio Faria, 101
Guilherme José Lemos, 21
Helen Barbosa Raiz Engler, 141
Helen Barbosa Raiz Engler., 141
Hélio Braga Filho, 65, 207
Jonatan Pousa, 65

Leonardo Henrique Cardoso de Andrade, 207
Lucas Antonio Santos, 74
Marlon Kamphorst, 8
Mauro Ferreira, 185
Melissa dos Santos Bachur Pedro, 150
Neuro José Zambam, 8
Olney Bruno da Silveira Junior, 43, 92
Patrícia do Socorro Magalhães Franco do Espírito-
Santo, 150
Paulo de Tarso Oliveira, 37
Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira, 21
Sofia Muniz Alves Gracioli, 37
Stefano Rocha da Cruz, 185
Tais Pereira de Freitas, 141
Thaís Alves Rodrigues, 43
Thuane Celly Silva, 43
Welton Roberto Silva, 74

SÉRIE

Desenvolvimento Regional em Perspectiva

Uni-FACEF

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA

www.unifacef.com.br

